



**Flávia de Oliveira Moreira Olaz**

**Vozes da reforma:** uma análise da cobertura da reforma da Previdência Social no telejornalismo

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Patrícia Maurício Carvalho

Rio de Janeiro  
Março de 2020



**Flávia de Oliveira Moreira Olaz**

**Vozes da reforma:** uma análise da cobertura da reforma da Previdência Social no telejornalismo

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Prof<sup>a</sup>. Patrícia Maurício Carvalho**

Orientadora

Departamento de Comunicação – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Lilian Saback de Sá Moraes**

Departamento de Comunicação – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Eula Dantas Taveira Cabral**

Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

## **Flávia de Oliveira Moreira Olaz**

Graduou-se em Comunicação Social – Relações Públicas na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, 2013). Pós-graduada em Planejamento e Gestão de Eventos pela Universidade Estácio de Sá (UNESA, 2018). Mestranda em Comunicação Social – PUC-Rio. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

### Ficha Catalográfica

Olaz, Flávia de Oliveira Moreira

Vozes da reforma : uma análise da cobertura da reforma da previdência social no telejornalismo / Flávia de Oliveira Moreira Olaz ; orientadora: Patrícia Maurício Carvalho. – 2020.

224 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2020.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Vozes. 3. Reforma da previdência social. 4. Televisão e telejornalismo. 5. Jornal Nacional. 6. Jornal da Record. I. Carvalho, Patrícia Maurício. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Dedico este estudo ao povo brasileiro por sua luta diária e resistência diante de um sistema injusto e desigual. Em memória de meu avô paterno, Dorival Galvão Moreira e minha avó materna, Geraldina Fagundes Espíndola e a toda minha família pelos exemplos de humildade do que é ser trabalhador e trabalhadora neste país.

## Agradecimentos

A Deus, à mãe natureza e a todo o universo pela força para além da existência material.

À minha família pelo amparo e por terem segurado minha mão nas horas mais difíceis em que a distância física se fez presente, especialmente à minha mãe Marlene Oliveira, meu pai Ademir Moreira, minha madrastra Fermina de Almeida, aos meus irmãos Júlio Moreira, Juliano Moreira, minha irmã Fernanda Mota e minhas sobrinhas, presentes em minha vida.

Ao meu marido Renan Olaz pelo seu amor, apoio incondicional e por ter me acompanhado nesta jornada.

À minha afilhada Lívia Mota pelas horas de ausência, muitas vezes compensadas pela sua compreensão e carinho.

À Clotilde, minha primeira professora, porque me ensinou que amor e educação podem andar de mãos dadas.

À minha professora orientadora Patrícia Maurício Carvalho pela parceria, generosidade, por tornar as ideias mais claras e por topar este grande desafio.

Aos membros da minha banca de defesa professoras Eula Dantas Taveira Cabral e Lilian Saback de Sá Moraes e ao professor Felipe Gomberg por terem aceito este desafio.

A todos os funcionários da PUC-Rio, em especial à Marise Lira, secretária do Departamento de Pós-graduação em Comunicação Social, pela ajuda nas horas mais difíceis, Débora Marques, Adri, Juliana e Vagner Pessanha pela boa vontade e atenção.

Ao grupo de estudos Tejor, ao professor Leonel Aguiar, aos colegas, pessoas em quem pude me espelhar e tentar compreender um pouco da “tribo jornalística”. Colegas jornalistas Roberto Falcão, Ana Paula Goulart, Carmen Petit, Creso Soares e Mauro Silveira pelas sugestões e socorro.

Aos professores e colegas da PUC-Rio: José María Gómez, Lucas Groth e Farah Malcher do Departamento de Direito pelo amparo e por terem acreditado no meu desenvolvimento acadêmico, José Carlos Rodrigues e Vera Lúcia Figueiredo Follain do Departamento de Comunicação Social em quem pude me inspirar.

Aos professores da Estácio Ana Costa e Alexandre Carreira o pontapé inicial desta trajetória.

À pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, Eula Cabral pelo incentivo a continuar com os estudos, mesmo que perdas aconteçam no caminho.

À professora Cicilia Peruzzo pelos momentos de acolhida, olhar cuidadoso com questões de cidadania e aprimoramento da minha pesquisa.

Aos professores do programa de Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF) Denise Tavares, Renata Rezende, Patrícia Saldanha, Pablo Bastos e Adilson Cabral pela acolhida.

Aos professores da UFRJ João Paulo Malerba (ECO) e Ivan Capeller (IBCT).

Aos professores do Rio Grande do Sul Fátima Giuliano e Deivison Campos (ULBRA), Arthur Ferrareto, Rudimar Baldissera e Virginia Fonseca (UFRGS).

A todos os meus colegas, em especial Rafael Braga, Sheila Ferreira e Placide Okalema, Mariana Dias, Maria Carolina Medeiros da PUC-Rio por fazer o ambiente mais feliz e solidário. De UERJ, à Conceição Souza, Caroline Fontenelle, Tainá Moraes, Thays Pantuza, Cecília Seabra e Gabriel Miranda pela incrível solidariedade e abraços afetuosos. Do PPGMC, em especial ao Davi Rebouças, Domingos Almeida, Jaqueline Suarez, Monique Paula, Pedro Henrique dos Santos e Lucas Coaracy pela acolhida, carinho e pelas muitas trocas sobre a área da comunicação. De UFRJ, Vanessa Lauria, Francisco e Allan Santos.

A todas as minhas amigas, de uma forma especial Patrícia Gandon, Junara Ferreira e Rosibel Cônsul, por andarem ao meu lado nesta caminhada e pelas contribuições valiosas sobre a pesquisa.

Ao meu primo Mestre e historiador Diego Oliveira pelas reflexões sobre os processos históricos no Brasil e à minha prima Rosane Lima por me mostrar que a academia pode transcender outros propósitos.

Aos amigos jornalistas Renata Grota, Carmen Tazinafo, Cecília Seabra e Alexandre Fernandes por todo apoio que me foi dado para o entendimento do jornalismo.

Às minhas vizinhas Rosa Maria e Queila Venturin por tornar os dias mais leves.

Às amigas da Feira do Lavradio Lu, Dona Juçara, Bárbara e Claudinha pelas alegrias e pela força em seguir firme neste caminho.

Aos funcionários da Editora Vozes, em especial à Dona Vilma pelas conversas na livraria, xerox da PUC, UERJ e UFRJ além das meninas da Associação dos funcionários da PUC.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

Olaz, Flávia de Oliveira Moreira; Carvalho, Patrícia Maurício. **Vozes da reforma: uma análise da cobertura da reforma da Previdência Social no telejornalismo**. Rio de Janeiro, 2020. 224p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa analisa a cobertura da reforma da Previdência Social no telejornalismo brasileiro, especificamente investigando se o Jornal Nacional (JN) e o Jornal da Record (JR) pluralizaram e diversificaram vozes na veiculação das reportagens sobre a reforma, na medida em que estes precisam cumprir princípios jornalísticos como imparcialidade e objetividade em razão do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Realizou-se pesquisa bibliográfica para compreender a função social da televisão brasileira por meio de um breve percurso histórico (BARBOSA, 2013), que pode dirimir as relações intrínsecas entre esse aparato, o modelo de negócios (BOLAÑO, 2004), a concentração dos meios de comunicação (BRITTOS, 2004; LIMA, 2011) e a função do telejornalismo em nossa sociedade, considerados de forma conceitual, nesta pesquisa, sob a ótica de Alfredo Vizeu (2000; 2009) e Beatriz Becker (2005; 2016). A fim de atender o objetivo de identificar as vozes ouvidas pelo JN e JR, realizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), e após a análise de 36 edições com foco no tema, constatou-se que esses telejornais privilegiaram determinadas vozes em detrimento de outras. Nos resultados, todas as vozes ouvidas se apresentaram como favoráveis à aprovação da reforma, uma vez que tanto um telejornal quanto o outro não mostraram, em nenhuma das edições, diferentes pontos de vista, impedindo a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de ideias.

## Palavras-chave

Telejornalismo; Previdência Social; reforma; Jornal Nacional e Jornal da Record.

## Abstract

Olaz, Flávia de Oliveira Moreira; Carvalho, Patrícia Maurício. (Advisor). **Voices of the reform: an analysis of the media coverage of Social Security Reform in telejournalism.** Rio de Janeiro, 2020. 224p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research analyses the media coverage of Social Security Reform in Brazilian telejournalism, specifically investigating if Jornal Nacional (JN) and Jornal da Record (JR) have pluralized and diversified voices when reporting about the Social Security Reform, considering that they are supposed to follow the journalistic principals as impartiality and objectivity according to the Code of Ethics of Brazilian Journalists. A bibliographic research was performed to understand the social function of Brazilian television through a brief historical route (BARBOSA, 2013). It is believed that it can resolve the intrinsic relations among this apparatus, the business model (BOLAÑO, 2004), the concentration of media outlets (BRITTOS, 2004; LIMA, 2011) and the function of telejournalism in our society. Alfredo Vizeu's (2000; 2009) and Beatriz Becker's (2005; 2016) concepts were considered in the analyses. In order to attend the objective of identifying the voices heard by JN and JR, a content analyses was performed in the way proposed by Bardin (2016), and after examining 36 editions focusing on the theme, it was possible to say that those TV News have given privilege to some voices instead of others. As a result, all the voices heard by both programs were for the reform. None of the TV News, in the analyzed editions, have shown different points of view, which did not allow a manifestation of opinions or a free debate of ideas.

## Keywords

Telejournalism; Social Security; Reform; Jornal Nacional and Jornal da Record.



# Sumário

1. Introdução .....	15
2. Televisão e Telejornalismo brasileiro .....	21
2.1. Projeto de progresso e dimensões políticas .....	21
2.1.1. O Precursor .....	27
2.1.2. Atravessamentos de um tempo .....	30
2.2. TV aberta.....	38
2.2.1. Aspectos legais da Comunicação .....	41
2.2.2. Emissoras (des)reguladas.....	45
2.3. TV Digital: processos de inclusão e exclusão .....	47
2.4. Cenário de transformações .....	55
2.4.1. Continuidade e permanência.....	58
2.5. O Jornalismo para além dos desafios .....	60
2.6. Jornalismo televisivo .....	68
2.7. Rede Globo e Rede Record .....	73
2.7.1. Jornal Nacional e Jornal da Record .....	75
2.8. Reforma da Previdência Social: a pauta do dia.....	78
3. Vozes da Reforma.....	90
3.1. Metodologia.....	90
3.2. Análise das reportagens.....	95
3.2.1. Edições de segunda-feira, 22 de abril .....	96
3.2.2. Edições de terça-feira, 23 de abril .....	98
3.2.3. Edições de quarta-feira, 24 de abril.....	102
3.2.4. Edições de quinta-feira, 25 de abril .....	104
3.2.5. Edições de sexta-feira, 26 de abril .....	108
3.2.6. Edições de sábado, 27 de abril .....	109
3.2.7. Edições de segunda-feira, 20 de maio .....	111
3.2.8. Edições de terça-feira, 21 de maio .....	115
3.2.9. Edições de quarta-feira, 22 de maio.....	118
3.2.10. Edições de quinta-feira, 23 de maio .....	121
3.2.11. Edições de sexta-feira, 24 de maio .....	122
3.2.12. Edições de sábado, 25 de maio .....	124
3.2.13. Edições de segunda-feira, 03 de junho .....	125
3.2.14. Edições de terça-feira, 04 de junho.....	128
3.2.15. Edições de quarta-feira, 05 de junho.....	131
3.2.16. Edições de quinta-feira, 06 de junho .....	133
3.2.17. Edições de sexta-feira, 07 de junho .....	136
3.2.18. Edições de sábado, 08 de junho .....	137
3.3. Tempo dedicado ao tema.....	139
3.4. Tempo das vozes com legendas partidárias .....	141
3.5. As vozes na cobertura da reforma .....	145
3.5.1. Leitura crítica das vozes nos telejornais.....	146
3.5.2. A frequência das vozes .....	151
4. Considerações finais .....	159

5. Referências bibliográficas .....	164
-------------------------------------	-----

Anexos .....	174
--------------	-----

Anexo 1 – Reportagens de veículos impressos .....	175
---	-----

Anexo 2 – Links das edições analisadas do Jornal Nacional .....	179
---	-----

Anexo 3 – Links das edições analisadas do Jornal da Record .....	180
--	-----

Anexo 4 – Transcrição das reportagens.....	181
--	-----

## Lista de figuras

Figura 1 – Demonstração da TV com patrocínio do jornal O Globo. ....	23
Figura 2 – O aparelho de TV ainda em fase experimental. ....	23
Figura 3 – 1ª Exposição de Televisão no Rio de Janeiro. ....	23
Figura 4 – Demonstração da televisão com patrocínio do Globo. ....	24
Figura 5 - Evolução dos domicílios com TV. ....	39
Figura 6 - Share nacional das redes. ....	74
Figura 7 - Audiência semanal de abril, maio e junho.....	92
Figura 8 - Média da audiência diária da semana de 22 a 27 de abril. ....	93
Figura 9 - Média da audiência diária da semana de 20 a 25 de maio. ....	93
Figura 10 - Média da audiência diária da semana de 03 a 08 de junho. ..	94
Figura 11 - Tempo dedicado à reforma no Jornal Nacional .....	140
Figura 12 - Tempo dedicado à reforma no Jornal da Record .....	140
Figura 13 - Percentual das vozes partidárias no JN.....	145
Figura 14 - Percentual das vozes partidárias no JR.....	145
Figura 15 - Pauta pela aprovação .....	154
Figura 16 - Expressões negativas .....	155
Figura 17 - Termos frequentes das vozes ouvidas.....	155
Figura 18 - Consulta Pública Senado Federal.....	157
Figura 19 - Consulta Pública Câmara dos Deputados .....	158

## Lista de tabelas

Tabela 1 - Modelo de tabela para análise das reportagens. ....	95
Tabela 2 - Reportagem do JN de 22 de abril.....	96
Tabela 3 - Reportagem do JR de 22 de abril.....	97
Tabela 4 - Reportagem do JN de 23 de abril.....	99
Tabela 5 - Reportagem 1 do JR de 23 de abril.....	100
Tabela 6 - Reportagem 2 do JR de 23 de abril.....	101
Tabela 7 - Reportagem do JN de 24 de abril.....	103
Tabela 8 - Reportagem 1 do JN de 25 de abril.....	104
Tabela 9 - Reportagem 2 do JN de 25 de abril.....	105
Tabela 10 - Reportagem 3 do JN de 25 de abril.....	106
Tabela 11 - Reportagem 1 do JR de 25 de abril.....	107
Tabela 12 - Reportagem 2 do JR de 25 de abril.....	107
Tabela 13 - Reportagem do JR de 26 de abril.....	108
Tabela 14 - Reportagem do JN de 27 de abril.....	110
Tabela 15 - Reportagem 1 do JR de 27 de abril.....	110
Tabela 16 - Reportagem 2 do JR de 27 de abril.....	111
Tabela 17 - Reportagem do JN de 20 de maio.....	112
Tabela 18 - Reportagem 1 do JR de 20 de maio.....	113
Tabela 19 - Reportagem 2 do JR de 20 de maio.....	115
Tabela 20 - Reportagem do JN de 21 de maio.....	116
Tabela 21 - Reportagem do JR de 21 de maio.....	118
Tabela 22 - Reportagem do JR de 22 de maio.....	119
Tabela 23 - Reportagem do JN de 24 de maio.....	123
Tabela 24 - Reportagem do JR de 24 de maio.....	124
Tabela 25 - Reportagem do JN de 03 de junho.....	126
Tabela 26 - Reportagem do JR de 03 de junho.....	127
Tabela 27 - Reportagem do JN de 04 de junho.....	129
Tabela 28 - Reportagem do JR de 04 de junho.....	130
Tabela 29 - Reportagem do JN de 05 de junho.....	132
Tabela 30 - Reportagem do JR de 05 de junho.....	132
Tabela 31 - Reportagem do JN de 06 de junho.....	134
Tabela 32 - Reportagem do JR de 06 de junho.....	135
Tabela 33 - Reportagem do JN de 07 de junho.....	136
Tabela 34 - Reportagem do JR de 07 de junho.....	137

Tabela 35 - Reportagem do JN de 08 de junho.....	138
Tabela 36 - Reportagem do JR de 08 de junho.....	139
Tabela 37 - Vozes no Jornal Nacional.....	142
Tabela 38 - Vozes no Jornal da Record .....	143
Tabela 39 - Vozes partidárias no Jornal Nacional .....	144
Tabela 40 - Vozes partidárias no Jornal da Record .....	144

*Não junto minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da justa ira dos traídos e enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas.*

Paulo Freire

## 1. Introdução

O campo da política e dos meios de comunicação são colocados em evidência nas discussões sobre pautas de interesse público, como o tema da reforma da Previdência Social, um dos mais discutidos entre a passagem dos governos dos presidentes da República Michel Temer, que assumiu interinamente em 2016, e o primeiro ano de Jair Bolsonaro em 2019. Essa pauta tomou as telas dos noticiários da televisão brasileira e assumiu lugar de destaque na área econômica, política e social do país.

A televisão continua a ser o principal meio de comunicação para os brasileiros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>1</sup>, 96,7% dos lares possuem ao menos um aparelho de TV. Uma das motivações dessa pesquisa partiu de expressões populares acerca do término da televisão, visto que no senso comum esse meio de informação já foi muitas vezes considerado obsoleto, entretanto dados indicam o contrário. Além disso, de acordo com o jornalista e pesquisador Felipe Pena “os telejornais pautam as conversas entre os cidadãos e até mesmo a própria agenda dos poderes públicos” (2012, p. 152). É nesse sentido que se torna relevante pesquisar sobre telejornalismo à medida que esse meio de comunicação pode afetar as relações econômicas, políticas e socioculturais, bem como potencializar a influência na opinião pública, na tomada de decisões e nas questões sobre os rumos da nação.

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016<sup>2</sup>, da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), a TV segue sendo, para 63% dos brasileiros, o meio de comunicação de maior utilização para se informar. Esse aparato continua sendo um fenômeno midiático, uma vez que continua a exercer influência como canal de informação. Para Patrícia Maurício Carvalho (2012), o estudo da televisão continua a ser um caminho de extrema importância para o campo da comunicação, pois essa mídia permanece sendo a principal na configuração social e em variadas esferas como a econômica, política e sociocultural.

---

<sup>1</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2017.

<sup>2</sup> Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 da Secretaria Especial de Comunicação Social. Instituto Responsável: IBOPE Inteligência.

Em contraste aos veículos tradicionais, atualmente, segundo a mesma pesquisa, uma parcela de 26% já opta por se informar pela internet, por meio das redes sociais, dos portais de notícias e outras plataformas digitais.

Os telejornais da TV aberta possuem significativo índice de audiência e alcance geográfico e reforçam a ideia de que veículos de massa ainda detêm influência em pautas de relevância social, como a cobertura noticiosa da reforma da Previdência Social, objeto de estudo desta pesquisa, assunto fundamental que contribui para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, o problema de pesquisa é saber se existe imparcialidade e objetividade na cobertura da reforma da Previdência Social na grande mídia, pois de acordo com o Código de Ética dos Jornalistas, especificamente o artigo sétimo, inciso III, o jornalista não pode impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de ideias. Além disso procura-se refletir sobre o cumprimento da função social da TV e do telejornalismo, fator importante para que os cidadãos sejam informados sobre acontecimentos como o da reforma e com a profundidade que temas como esse requerem. Aqueles que não possuem acesso a outras mídias tendem a ficar com uma visão limitada do assunto, considerando a ausência de outros pontos de vista. É nesse viés que o modelo de negócios engendrado pela televisão aberta continua a ser objeto de estudo e fonte de pesquisa.

Os veículos tradicionais de comunicação possuem forte representatividade, mesmo com a chegada de novas tecnologias. As mudanças nos espaços de mídia no país e a possibilidade de criar uma rede de informação alternativa, diversificada, plural no repasse de informação fica cada vez mais a cargo de plataformas digitais, mas elas ainda não superaram o acesso da massa aos canais abertos das emissoras de TV. Conforme o IBGE, a internet está presente em 74,9% dos domicílios brasileiros. Na área urbana a utilização é de 80,1% e na rural, 41%. Destes percentuais de nível nacional, que compreendem o total das regiões, é possível destacar motivos da não utilização da internet em 17.687 domicílios, dentre os quais estão a “falta de interesse em acessar a Internet (34,9%), o serviço de acesso à Internet ser caro (28,7%) e nenhum morador saber usar a Internet (22%)”. Além disso, “o motivo de o serviço de acesso à Internet não estar disponível na área do domicílio abrangeu 7,5% das residências em que não havia utilização da Internet e o de o equipamento eletrônico para acessar a Internet ser caro, 3,7%” (IBGE, 2017).



De acordo com o site de notícias Folha de S. Paulo<sup>3</sup>, o Brasil é vice-líder no acesso de mídias sociais. Ainda assim, mesmo que seja possível obter informação por meio de outras mídias, não há como ignorar que ainda existe uma parcela sem esse acesso ou que não tenham os equipamentos necessários para a sua utilização. No entanto, mesmo com o significativo acesso à internet, os cidadãos continuam a se informar pela mídia tradicional e, conseqüentemente, é a que mais alcança a população em termos quantitativos.

As dinâmicas proporcionadas pela internet apontam para uma comunicação baseada na informação instântanea, porém todo e qualquer ato comunicacional, mesmo aquele realizado pelo modelo de negócios da televisão brasileira, deve ter qualidade, seguir princípios éticos e que não atendam à lógica de mercado como única fonte real e ideológica de poder. Dados mostram que, no Brasil, em 2018, havia 11,3 milhões de pessoas com quinze anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,8% (IBGE, 2018)<sup>4</sup>. A informação tratada como mercadoria dissemina narrativas, pedagogias hegemônicas e representações em um país em que, embora haja redução gradativa no índice de analfabetismo, este ainda está longe de ser solucionado.

Com o avanço das tecnologias no mundo e do neoliberalismo no país e a atual conjuntura política sobre os meios de comunicação, é imprescindível analisar mensagens difundidas pela televisão através de reportagens em telejornais, o que pode reforçar que produtos televisivos estejam a serviço do mercado. As emissoras de TV projetam sua grade de programação no dia a dia do telespectador e, assim, fixam de maneira dominante o que será transmitido a milhares de pessoas todos os dias sem terem as suas práticas reguladas (BRITTOS; BOLAÑO, 2005).

No que diz respeito a esses apontamentos, procura-se compreender a veiculação de notícias sobre a reforma da Previdência em um significativo momento dessa conjuntura que pode, através dos meios de comunicação, ordenar pautas sociais. Para isso, esta pesquisa se concentra nas duas emissoras de rede nacional de maior audiência no país: Globo e Record. Essas emissoras fazem parte de grupos empresariais de comunicação que, além da televisão, detêm outros

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/nerdices/2019/09/brasil-e-2o-em-ranking-de-paises-que-passam-mais-tempo-em-redes-sociais.shtml>. Acesso em: 18 jan. 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf). Acesso em: 18 jan. 2020.

veículos, como sites, portais, emissoras de rádio, etc., o que caracteriza o oligopólio existente nos meios de comunicação no Brasil (BOLAÑO, 2004).

Este estudo se insere na linha de pesquisa de Comunicação e Produção do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e no grupo de pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais/CNPq (Tejor).

O objetivo geral deste estudo é analisar se os telejornais da TV aberta Jornal Nacional e Jornal da Record pluralizaram e diversificaram as vozes na cobertura da reforma da Previdência Social. Os objetivos específicos são a) verificar as vozes ouvidas nas reportagens; b) identificar as vozes favoráveis e contrárias; c) demonstrar as vozes privilegiadas e a voz dominante; d) avaliar se esses telejornais apresentaram diferentes pontos de vista sobre o tema.

A partir de revisão bibliográfica, chegou-se ao referencial teórico desta pesquisa, a qual foi possível realizar uma historiografia da televisão no Brasil na perspectiva de Marialva Barbosa (2013), o papel da televisão aberta sob a ótica de Laurindo Leal Filho (2006), Muniz Sodré (2010) e o lugar de referência do telejornalismo a partir de Alfredo Vizeu (2000, 2008, 2009) e Beatriz Becker (2005, 2016). Tais teóricos demonstram que a televisão pode modificar relações entre sujeitos, moldar comportamentos, difundir ideologias e influenciar na opinião pública. No contexto da televisão brasileira como fonte de informação, esse papel continua a ser tema de debate à medida que a TV permanece como o principal meio de comunicação. Além desses autores, a pesquisa também se apoia nas teorias do jornalismo a partir de Nelson Traquina (2002; 2005; 2013) e se ampara em questões como a pluralidade de vozes abordada por Dênis de Moraes (2016), complementares e fundamentais para compreensão investigada nesse trabalho.

Essa dissertação utiliza a Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2016). Este método permite inferir, interpretar, construir categorias que foram elaboradas para a análise do objeto em questão. Fonseca Jr. (2009) e Bauer (2015) também abordam essa metodologia, que se faz complementar à abordagem da autora. Essa escolha atende necessariamente à investigação pesquisada na medida

em que os dados coletados foram organizados em cinco categorias: Cabeça<sup>5</sup>, Vozes ouvidas, Tempo de fala, Vozes favoráveis à reforma, Vozes contrárias à reforma.

Sequencialmente, a primeira diz respeito à matéria específica sobre a reforma da Previdência Social; a segunda identifica as vozes ouvidas nas reportagens para posteriormente quantificar o tempo que foi dado a essas vozes; a terceira, a quarta e a quinta categoria buscam identificar nas matérias se essas vozes foram ou não favoráveis à reforma. Desse modo, todas essas categorias foram aplicadas para a análise de cada edição, em período específico. Com isso, foi possível destacar o conteúdo latente extraído das reportagens sobre a temática e chegar à discussão dos resultados.

O *corpus* compreende 36 reportagens na íntegra, 18 do Jornal Nacional e 18 do Jornal da Record, no período de 22 a 27 de abril, 20 a 25 de maio e 03 a 08 de junho de 2019, ambos veiculados em horário nobre. A escolha desses telejornais se deu em função da abrangência nacional, audiência e concorrência entre os telejornais da TV aberta.

Além da introdução, este trabalho está estruturado em mais dois capítulos. O segundo capítulo, “Televisão e Telejornalismo brasileiro”, faz uma abordagem sobre o percurso histórico da TV e questiona seu papel no universo comunicacional da realidade brasileira em relação a dimensões históricas e políticas e o seu modelo de negócios (BOLAÑO, 2000); contextualiza a contínua influência que ela ainda exerce como veículo de massa; traz uma breve passagem sobre aspectos legais em relação à comunicação (LENZA, 2019; BRASIL, 1988); apresenta questões acerca do jornalismo e do lugar de referência do telejornalismo (VIZEU, 2009); também aponta os principais marcos históricos da Previdência Social no Brasil (CASTRO, LAZZARI, 2018) e apresenta a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6 de 2019 que diz respeito à pauta sobre a reforma retratada no telejornalismo.

O terceiro e último capítulo, “Vozes da reforma”, apresenta a metodologia e aplica a análise de conteúdo às edições do Jornal Nacional e do Jornal da Record a partir da elaboração de categorias (BARDIN, 2016). Antes de chegar aos resultados do conteúdo das reportagens, foram feitos os seguintes questionamentos: quais as

---

<sup>5</sup> A cabeça é o texto lido pelo apresentador antes de cada matéria com imagens (matérias editadas – VTs ou ao vivo com repórter) (ALCURE, 2011, p. 97).

vozes ouvidas, quanto tempo foi dedicado a elas, se houve diversidade e se a distribuição de tempo atendeu ao critério de equidade. Com a obtenção dos resultados, permitiu-se realizar a análise em uma perspectiva crítica da comunicação.

## **2. Televisão e Telejornalismo brasileiro**

Este capítulo faz uma abreviada passagem pela historiografia da televisão e de como esse modelo e seus elementos simbólicos foram sendo construídos aos brasileiros e brasileiras ao longo dos anos. A proposta de unir TV e telejornalismo no mesmo capítulo pressupõe a busca pela compreensão de processos que foram paulatinamente engendrados por estes canais de comunicação ao se colocarem como papel social que tenta retratar diferentes realidades. Além disso, nos subcapítulos chega-se a uma breve discussão do poderio midiático instituído em nossa sociedade e os aspectos legais da comunicação, os quais asseguram que os meios de comunicação não sejam objeto de monopólio e oligopólio concentrados e controlados por pequenos grupos. Por isso, considera-se como fio condutor a tensão entre questões político-históricas, arquitetadas e ideologicamente construídas no modo como a informação se transformou em produto de comunicação em nosso país.

### **2.1. Projeto de progresso e dimensões políticas**

Há 80 anos, em 1939, chegava ao Brasil a “caixa mágica”, em meio a negociações entre o governo brasileiro e o alemão, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Naquela ocasião, foi ofertado pelos alemães o espetáculo “Exposição de Televisão” em contrapartida ao apoio do Governo Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas. É nesse momento que o país recebe esse aparelho transmissor chamado de televisão (BUSETTO, 2007; BARBOSA, 2013).

Para Marialva Barbosa (2013), muito já se tinha ouvido falar em televisão, antes mesmo de a feira ser realizada no Rio de Janeiro pelo Estado Novo, o que demonstra empenho por parte do governo ao avançar nas negociações sobre o aparelho, que causava surpresa e curiosidade entre empresários, população, jornalistas, etc.

Raymond Williams (2016), importante teórico dos estudos culturais, aponta marcos temporais no desenvolvimento da televisão com princípios da invenção atrelados a outros movimentos à época, desse modo a TV havia sido destacada com um objetivo baseado na tecnologia e o seu desenvolvimento, como coloca o autor, parte de 1920 a partir de outras concepções tecnológicas. Assim, o seu surgimento

no mundo começava com uma série de propósitos dentre os quais o de que a tecnologia estivesse a serviço do mercado, de uma lógica mecanicista centrada nos meios de produção.

No cenário mundial o invento da televisão,

não foi um evento isolado nem uma série de eventos, mas dependeu de um conjunto de invenções e de desenvolvimentos em eletricidade, telegrafia, fotografia, cinema e rádio. Pode-se dizer que o invento se destacou como um objetivo tecnológico específico entre 1875 e 1890 e, em seguida, após um intervalo, desenvolveu-se a partir de 1920, como um empreendimento tecnológico específico até os primeiros sistemas de televisão pública na década de 1930. Mesmo assim, em cada um desses estágios, a invenção dependeu, em parte, de alguns inventos concebidos inicialmente para outros fins (WILLIAMS, 2016, p. 28).

Em abril de 1939, a televisão é inaugurada nos Estados Unidos, na Feira Mundial de Nova York, porém seus experimentos já haviam ocorrido antes da Segunda Guerra Mundial (CAPARELLI, 1982). Naquele evento, a *National Broadcasting Company* (NBC), subsidiária da *RCA-Victor*, foi a primeira TV comercial do mundo a ser lançada. O Brasil também se fez presente com um pavilhão na mesma feira (BUSETTO, 2007; BARBOSA, 2013). Após alguns meses, a exposição foi realizada no Brasil e noticiada pelo jornal impresso O Globo, bem como em outros jornais. De acordo com Barbosa (2013), a divulgação da Exposição foi promovida por ações em parceria entre o governo brasileiro e o alemão, e a entrada na feira se deu com a distribuição de ingressos na sede do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro. Conforme notas do jornal<sup>6</sup>, a experiência e demonstração pública de televisão teve patrocínio do próprio Globo, conforme mostra a figura 1. Também houve antecipação da demonstração dos aparelhos de TV a jornalistas, que ocorreu antes da demonstração pública. Nas figuras abaixo 2, 3 e 4 as notícias se pautavam pelo sucesso, ligações com o governo e entusiasmo entre o Estado, o empresariado e a imprensa. Esse tipo de notícia já evidenciava que a televisão, ainda em fase experimental, estava atrelada a negociações entre o governo do Estado Novo e os desdobramentos políticos e tecnológicos da época.

---

<sup>6</sup> As notas, na íntegra, do jornal *O Globo* e da *Revista da Semana* foram extraídas da versão digital e poderão ser encontradas nos Anexos desta pesquisa.

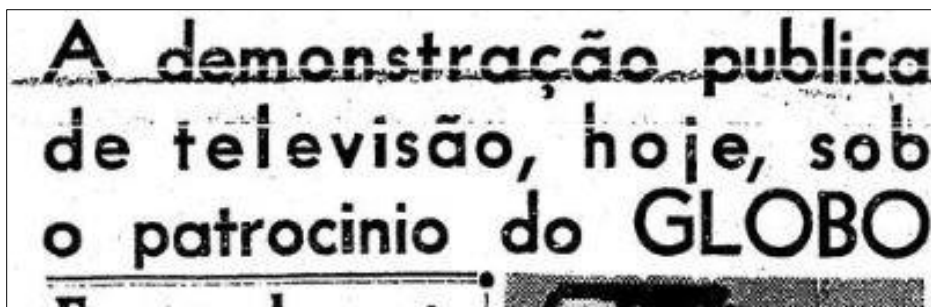


Figura 1 – Demonstração da TV com patrocínio do jornal O Globo.  
Fonte: O Globo 10/06/1939.

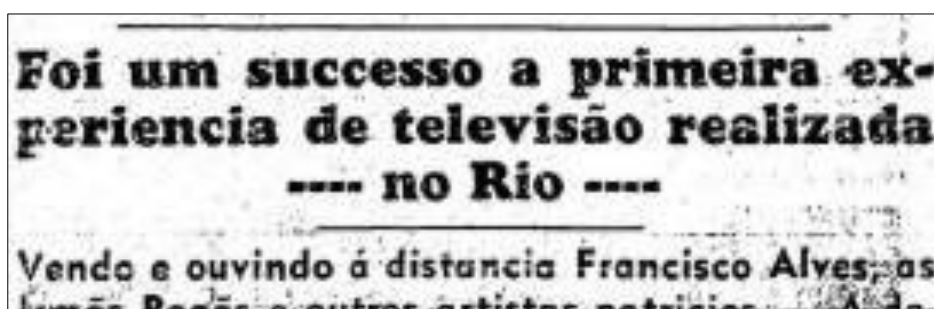


Figura 2 – O aparelho de TV ainda em fase experimental.  
Fonte: O Globo 03/06/1939.

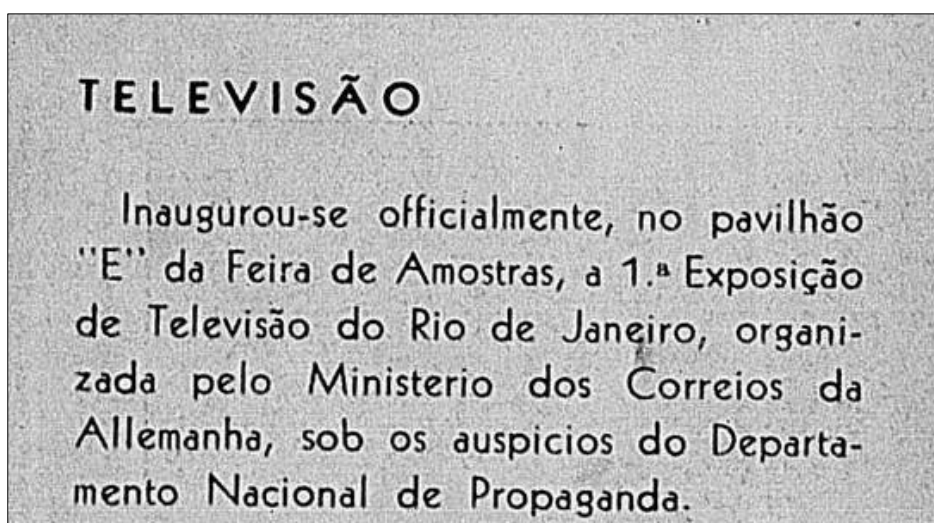


Figura 3 – 1ª Exposição de Televisão no Rio de Janeiro.  
Fonte: Revista da Semana, publicada em 10 de junho de 1939.



Figura 4 – Demonstração da televisão com patrocínio do Globo.  
Fonte: O Globo 12/06/1939.

A apresentação da televisão no país ocorre em um momento de divisão – com a indefinição de apoio do Estado Novo em relação aos norte-americanos e alemães –, momento que não se sabia quais seriam os desdobramentos políticos das tratativas entre os países. Mesmo sem saber as finalidades desse aparelho de tubo, ele já despertava fascínio na sociedade brasileira.

Para Áureo Busetto (2007, p. 178), “a realização da Exposição de Televisão no Rio de Janeiro foi possível em virtude de vários fatores de ordem tecnológica e política, nos âmbitos nacional e internacional”. Sendo assim, denota-se que a apresentação da televisão ao povo brasileiro chega carregada de significados que vão além da tecnologia e do pensamento progressista da época, ela marca substancialmente os meios de comunicação no país.

Embora no início do capítulo, na passagem de Williams, não se identifique a intenção direta e explícita de que a TV pudesse atender aos interesses do capital, o pesquisador Muniz Sodré (2010, p. 14) a coloca de maneira mais expositiva ao afirmar que esse aparelho parte de uma intenção mercadológica “e não da real necessidade de atender a comunicação por imagens”. Marx e Engels (2017, p. 34), no Manifesto Comunista, defendem que “o capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, em última instância pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade”.



Sodré (2010) reforça a ideia de que a TV é uma técnica, e a evolução dos meios técnicos parte da ordem produtiva imposta aos sujeitos e que:

a televisão [...] não veio atender a nenhuma espera específica e preexistente da comunicação social. Surgiu diretamente do meio técnico como resultado da crescente autonomia dos bens eletrônicos (do mercado) com relação às reais carências humanas. A televisão é uma técnica, um eletrodoméstico, em busca de necessidades que a legitimem socialmente (SODRÉ, 2010, p. 14).

Na visão desses autores, a televisão não seria apenas um aparelho doméstico, mas também objeto criador da lógica de um mercado capitalista, algo que no Brasil se concretiza desde a sua chegada, pois ela passa a ter como característica um modelo comercial atrelado à indústria, negócios, além de estar relacionada a questões políticas.

É importante ressaltar que o período da mostra da TV foi o da primeira era Vargas, no contexto da Revolução de 1930. Vargas havia governado de 1934 a 1945, quando deposto. Após um período conturbado, sucede-se um cenário democrático com as eleições em outubro de 1950. Vargas concorreria à presidência e retornaria aos braços do povo em 1951, e governaria até 1954 (BARBOSA, 2013; OLIVEIRA, 2018). O rádio e os jornais impressos tiveram grande destaque e prestígio, pois eram os canais de comunicação mais utilizados para disseminar informação e fazer propagandas do próprio governo (BAUM, 2004). Em seu governo, ele havia adotado o rádio como o principal meio de falar com o povo e cumprir uma espécie de prestação de contas à sociedade.

Cabe lembrar que com as tentativas de nacionalização em 1940, Vargas encampa ao Estado a Rádio Nacional, instalada no Rio de Janeiro, desde 1936 - antes “controlada pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, uma das empresas brasileiras do empresário norte-americano Percival Farquhar<sup>7</sup>, promovendo representativa aderência do campo popular, pois esta, além de outras empresas, “seriam de utilidade pública e interesse nacional” (GÓMEZ, 2018, p. 166). As programações das rádios, além de cunho político, estavam fortemente ligadas à cultura, pois este instrumento possibilitava se aproximar da população, principalmente pelo caráter acessível, ao contrário das primeiras tentativas sobre a

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-nacional>. Acesso em: 28 jan. 2020.

apresentação da televisão, que viria a ser comercializada em larga escala na década de 1950.

No governo de Getúlio Vargas, a primazia era a nacionalização, um estado que promovesse uma indústria própria e que estivesse no caminho da industrialização interna, tanto que o período foi considerado de Nacional Desenvolvimentismo (OLIVEIRA, 2018). Assim como mostra o pesquisador Diego Oliveira (2018, p. 34) em relação às mudanças implementadas pelo grupo Varguista, a consolidação era a de “um novo modelo de Brasil, alicerçado sobre a figura do trabalhador, mesclando trabalho e direito social”. Nesse período, como afirma o autor:

Através de um Estado forte o que se buscava era regular as tensões sociais criando uma conjuntura propícia para o desenvolvimento industrial, por meio de infraestrutura e uma legislação protecionista, uma vez que assim consolidavam-se as estruturas para dar condições ao surgimento não só da indústria nacional, mas de um mercado interno capaz de dar vazão à produção (OLIVEIRA, 2018, p. 35).

A crescente onda de um governo nacional-populista estava direcionada na construção do país focado na ideia de industrialização, principalmente o de direcionar as relações sociais ao propor integração do país por meio de variados instrumentos, dentre eles o uso da informação. O rádio e a propaganda viriam a facilitar a comunicação de governos na difusão de mensagens para que pudessem atingir desde as grandes capitais, nas quais se davam a concentração, aos mais longínquos cantos do país.

A TV naquele momento era apenas um experimento, pois as estratégias de comunicação desse governo ainda operavam no meio massivo, em grande parte, através do rádio. A propaganda política empreendida pelo Estado se apoiava nesse meio como forma de concretizar sua proposta governista, desde a criação de departamentos que pudessem disseminar informações e atividades com a criação do Departamento de Imprensa e Publicidade (DIP), Departamento Oficial de Publicidade (DOP), havendo reversão entre eles em outras ocasiões.

O projeto de nacionalização, integração e as diferentes mudanças no campo político, econômico e cultural, pode ter sido considerado, durante esse período, um projeto do progresso com base em um governo populista e/ou que o mesmo tenha utilizado um tipo de maniqueísmo dotado de fatores coercitivos, com a adoção de

medidas estruturais econômicas ao mesmo em tempo que utilizava propaganda institucional para controlar a vida do país nas mais diferentes esferas.

Roger Silverstone (2005, p. 268) alerta sobre o papel da mídia como parte crucial do processo político tanto em democracias quanto em tiranias, pois:

a disseminação e administração da informação são, por sua vez, parte crucial da administração de um Estado nacional; e a criação e a administração da cidadania dependem, por sua vez, da informação e da comunicação eficazes dentro dos governos, em meio aos governados, como também entre eles.

Os pressupostos colocados pelo autor marcam o que podemos chamar de períodos em que a história dos governantes e a mídia compõem o objeto da sociedade ao fazer uso das tecnologias e das mídias como instrumento criador de ideologias incorporadas aos processos industriais, centrados na economia. Mais à frente a televisão, apresentada nesse contexto como um breve ensaio, viria a fazer parte de um projeto de progresso, que se concretizou no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), mais precisamente em 1950 com o empresário Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello.

### **2.1.1. O Precursor**

A televisão foi inaugurada no dia 18 de setembro de 1950 em São Paulo por Assis Chateaubriand, jornalista, empresário e fundador da TV Tupi (canal 3), primeira emissora de televisão da América Latina. Chatô, conhecido por ser uma figura pública e influente, incorporou um dos maiores meios de propagar informação televisual e foi o responsável pela difusão em massa no país (MATTOS, 2000; SODRÉ, 2010; LEAL FILHO, 2006; BOLAÑO, 2004). Barbosa (2013, p. 272-273) diz que embora houvesse controvérsias em relação à aquisição dos equipamentos transmissores, foi notável seu entusiasmo ao trazer essa tecnologia, pois Chateaubriand,

numa espécie de corrida em direção à nova tecnologia, não mediu esforços para implantar, de maneira pioneira, a televisão no país. Nessas análises históricas sobressaem as memórias de um tempo cuja marca mais evidente eram as ações improvisadas. Improviso que levou ao extremo de se descobrir, na hora mesmo da inauguração, que não havia receptores para um público ainda em formação. Nessas histórias há sempre referência ao fato de Chateaubriand ter “contrabandeado” 200 aparelhos, espalhando-os pelas ruas de São Paulo, para que pudessem ser vistas as imagens do primeiro dia de transmissão.

A empreitada pela difusão da televisão começou pelas principais capitais do país e contou com o apoio de empresários. Entre os discursos de Chateaubriand, o empreendimento despendido teve altos custos, que foi viabilizado com o apoio de quatro organizações. As ações iniciaram em 1946, ou seja, quatro anos antes de a televisão ser inaugurada. Esses grupos compreendiam desde uma marca de refrigerantes brasileira a uma companhia de seguros. Assim, os responsáveis por esse processo inicial adquiriram através da publicidade uma espécie de retorno comercial em contrapartida ao apoio de empresas nacionais oferecido a Chatô. (LEAL FILHO, 2000; BARBOSA, 2013). O discurso de Chateaubriand está contido na obra de Inimá Simões.

“Esse transmissor foi erguido com a prata da casa, isto é, com os recursos de publicidade que levantamos, sobre as pratas Wolf e outras não menos maciças pratas da casa; a Sul América que é o que pode haver de bem brasileiro, as lãs Sams, do Moinho Santista, arrancadas ao coiro das ovelhas do Rio Grande, e mais do que tudo isso, o guaraná *Champagne* da Antarctica, que é a bebida dos nossos selvagens. O cauim dos bugres do pantanal mato-grossense e de trechos do vale amazônico. Atentai e verei mais fácil do que se pensa alcançar uma televisão: com Prata Wolf, lãs Sams bem quentinhas, Guaraná *Champagne* borbulhante de bugre e tudo isso amarrado e seguro no Sul América, faz-se um *bouquet* de aço e pendura no alto da torre do Banco do Estado, um sinal da mais subversiva máquina de influenciar a opinião pública – uma máquina que dará asas à fantasia mais caprichosa e poderá juntar os grupos humanos mais afastados” (SIMÕES, 1986, p. 20-21).

No mesmo ano da TV Tupi em São Paulo, houve tentativa de inaugurar a do Rio de Janeiro, porém falhas técnicas e o processo de regular as transmissões atrasaram. Após um ano a instalação se concretizou no governo de Eurico Gaspar Dutra que, pessoalmente, “ligou o transmissor da TV Tupi do Rio de Janeiro, marcando o início das transmissões do canal 6” (BARBOSA, 2013, p. 275). Sérgio Mattos (2000, p. 96) aponta que:

Apesar de todas as deficiências e improvisações, a televisão foi saudada pela imprensa escrita como sendo o novo e poderoso instrumento que “conta nossa terra”. Nos dois primeiros anos de implantação, a televisão não passou de um brinquedo de luxo das elites do país [...].

De acordo com Mattos (2000), em 1951 a fabricação de televisores passa a ser realizada no Brasil. Antes a TV era montada com equipamentos importados dos Estados Unidos, a montagem e manutenção eram operadas por profissionais estrangeiros, o que acabava por elevar o valor do produto. De acordo com Sérgio Caparelli (1982), ainda era pequena a parcela que estava envolvida nesse processo de comunicação via TV, além de os aparelhos receptores custarem caro, a aquisição era para poucos, de modo a conferir “status e reconhecimento social” (p. 23). Logo

passou a se pensar na fabricação interna, que baratearia os altos custos e promoveria programações nacionais, o que ocorreu com o aparecimento da primeira telenovela e do primeiro telejornal, o Repórter Esso, ambos brasileiros. Para ele, com o barateamento a aura da TV se perde, e não seria mais necessário que a manutenção viesse de fora, assim os produtos passaram a ser produzidos pela indústria nacional.

A marcante figura de Chateaubriand iniciou junto com a televisão. Simões (1986, p. 13), a partir da inauguração oficial, refere-se ao dono dos Diários Associados, como “o mais poderoso conglomerado jornalístico do continente”. Caparelli (1982, p. 21) reforça essa ideia quando fala de “império Chateaubriand”, a Chatô “pertencia uma grande fatia do mercado brasileiro dos meios de comunicação” com inúmeras emissoras, de rádio, jornais e canais de TV.

Muitos autores argumentam, dadas as circunstâncias, que o “dono da TV” foi uma figura que trouxe ao seu tempo um aparelho transmissor, que posteriormente viria a influir na opinião pública, mesmo sem ter expressado que esse seria um projeto de negócios, no qual a televisão acabou sendo peça fundamental - a concretude de esforços desprendidos, na época, foi em razão desse aparato. Esses avanços permitiram que os aparelhos fossem largamente comercializados, além de terem promovido a disseminação de propagandas em grandes proporções a partir das programações exibidas com produtos nacionais.

Barbosa (2013) afirma que “as pesquisas relacionadas às operações militares e a necessária reconversão das indústrias bélicas em empresas comerciais foram fundamentais para o desenvolvimento da televisão como tecnologia” (p. 263). Este aparato não foi apenas empreendido como um meio técnico, visto que também esteve atravessado por negociações de caráter militar, político e comercial no país.

A implantação da TV no Brasil na década de 1950 foi vista com muito entusiasmo por parte do empresariado brasileiro e também causava um misto de curiosidade, desafios e um alto grau de envolvimento entre os diversos grupos que promoveram a sua chegada e os diferentes desdobramentos sobre seu uso, muitas vezes não previstos na euforia pela modernização do país e ao papel que ela viria a exercer em nossa sociedade.

### 2.1.2. Atravessamentos de um tempo

A memória pode partir de uma visão de mundo muito particular, é construção singular, na qual pode haver uma disputa ideológica por sua construção (SEIXAS, 2001). No campo de disputa ideológica da ou pela memória, os meios de comunicação podem assumir características centrais na efetivação de projetos de um determinado grupo, no caso brasileiro não foi diferente com a instalação da ditadura civil militar a partir de 1964.

De acordo com Anne-Marie Smith:

Cada aspecto da censura era rigorosamente controlado. A emissão de ordens obedecia a um padrão rígido. Proibições sem assinatura de notícias eram levadas por oficiais da polícia uniformizados a cada órgão da imprensa. Tais ordens nunca eram deixadas com o destinatário, nem era permitido fotocopiá-las. Ao contrário, seu conteúdo tinha de ser copiado por um representante da publicação, que também tinha de assinar um formulário acusando o recebimento da proibição. A própria linguagem das ordens era extraordinariamente repetitiva e oficiosa, utilizando elaboradas fórmulas legalísticas. Nesse sistema corriqueiro que tudo abarcava, não havia enfrentamentos diretos com a autoridade. O sistema funcionava fácil, primorosa e automaticamente (SMITH, 2000, p. 10-11).

Ao passo que a televisão caminhava para se expandir no território nacional, entre as décadas de 1950 e 1960 foram drásticas as mudanças na ordem da cultura, política e economia. Houve a transferência definitiva da capital da República, do Rio de Janeiro para Brasília, em abril de 1960. O país vivenciou um momento conturbado no governo de João Goulart (1961-1964), mais tarde durante a ditadura estaria sob o comando do general Castelo Branco em 1964, dando continuidade ao regime durante 21 anos com sucessivos presidentes militares. O anúncio de novos tempos se encontrava em um processo considerado por muitos como “Anos Dourados”, mas que seria na verdade os “Anos de Chumbo” (BARBOSA, 2013, p. 288).

Os rumos políticos no país modificaram a esperança, a liberdade de uma juventude, que foi atravessada por transformações com o Golpe de 1964, no qual:

o país ingressaria em mais uma fase de restrições violentas à liberdade de expressão. Falar dos anos de 1960 é, portanto, também do ponto de vista de uma história da comunicação, referir-se a muitos processos em que as relações de poder atravessaram cada vez mais os meios de comunicação numa época em que a censura política se abateu violentamente sobre a imprensa (BARBOSA, 2013, p. 288).

O pensamento conservador brasileiro, desde a década de 1920, buscava adotar ações que pudessem massificar o público, e os meios de comunicação eram a via

pela qual em 1960 se faria latente a intenção de dirigi-los de acordo com uma elite, capaz de construir um pensamento dominante do que viria a ser inculcado na população. “Foi assim, a partir da construção do conceito de público como massa, que foi gestada a ideologia estadonovista” (BARBOSA, 2013, p. 289). Os meios tradicionais de comunicação passam a se popularizar, crescer e desencadear o gosto popular.

A década de 1960 abre o calendário de um tempo em que o povo, a massa, a gente comum se transforma no público almejado pelos velhos e pelos novos meios de comunicação. Ainda que o rádio fosse, de fato, o meio por excelência dos grupos populares, a televisão inicia um longo caminho no sentido de construir uma linguagem que a aproximasse do seu público moldado paulatinamente nas décadas que se seguiram (BARBOSA, 2013, p. 290).

Nesse período, ainda com a forte presença do rádio, a televisão vinha a ser a construção de um modelo ligado às relações familiares, momento em que o público se transformaria em índices de audiências.

Ao mesmo tempo em que a TV tentava se estabelecer como o mais novo meio de comunicação, o processo de censura viria a modificar as relações na sociedade brasileira. A corrida pela modernização e o crescente retrocesso à liberdade de expressão modificaram as estruturas políticas e também remodelaram a relação de sujeitos em relação a esse aparelho eletrônico. Caparelli (1982, p. 162) diz que a TV começa a funcionar com mais liberdade de informação, “entra no Governo Constitucional de Getúlio Vargas; passa pelo desenvolvimentismo de Juscelino e, ao atingir 14 anos, já na puberdade e procurando se adaptar ao novo período social, encontra a censura instaurada após o golpe”.

Ele acrescenta que de uma possível liberdade, naquela conjuntura política, também surge o cerceamento:

Quatro anos depois, aos 18 anos, conhece realmente a censura no seu sentido amplo, tão comum nos períodos de pressão social. A história da TV no Brasil, portanto, segue um caminho inverso: maior liberdade nos primeiros anos e restrições no momento em que atinge uma idade tecnológica e organizacional apta a intervir, pelo seu conteúdo, nas transformações sociais. Superestimar seus aspectos positivos na fase madura seria desconhecer que pouco divergiu dos interesses e ideologia dos grupos dominantes que detinham o seu poder, e os que dominavam o poder do Estado (CAPARELLI, 1982, p. 163).

Além dos apontamentos feitos por Barbosa em passagens anteriores, pode-se dizer que houve a transformação de hábitos dos ouvintes de rádio para os programas de auditório na televisão, um direcionamento para que o público fosse segmentado,

e a partir disso o jornalismo passa a marcar a história dos meios de comunicação. Nesse cenário também surge a revista *Veja*, com uma ideia “nacional-global” na qual vários leitores teriam acesso às informações em todo o território (BARBOSA, 2013, p. 296).

A ideia de um modelo de unidade nacional permanece associada à comunicação que o país vinha a estabelecer entre os aparatos e as empresas em relação a negociações comerciais. Ao unificar todo o território nacional, a possibilidade de a televisão chegar a um grande número de pessoas também aumentava. As mudanças das redes de transmissão causaram impacto a acontecimentos marcantes - como a primeira transmissão ao vivo do homem chegando à Lua, em 1969, e da Copa do Mundo no México, em 1970 – nesse momento as imagens mostradas pela TV chegaram a milhões de telespectadores via satélite. Esses e outros eventos mostrados pela televisão alteraram a forma como as pessoas se relacionavam com a informação, bem como a ordem dos sistemas de comunicação, tanto no Brasil quanto no mundo.

Em meio a essas transformações, os jornais impressos, ao mesmo tempo em que apareceram em grande número, desapareceram devido aos altos custos de produção e à demora nos retornos sobre publicações, que dependiam de autorizações em Brasília. Tais situações se desencadearam em virtude da ascensão do autoritarismo militar. O jornalista, mesmo com essas dificuldades impostas, mantinha o seu papel de lutar pela liberdade de expressão. (BARBOSA, 2013).

A atuação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), fundada em 1908 pelo jornalista Gustavo Lacerda, sempre promoveu debates sobre liberdade de expressão, cultura e exerceu diálogo entre sociedade civil, militar. A instituição teve papel importante em defesa da liberdade de expressão durante toda a ditadura civil militar, bem como auxiliou na transição para o fim do regime.

A despeito de sua postura moderada e conciliadora, a ABI manteve momentos de maior aproximação com o governo e outros de afastamento. Atuou na defesa do livre exercício da profissão dos jornalistas, posicionando-se contra prisões e censura aos jornais. Dessa forma, a ABI, como organização da sociedade civil, foi um ator importante na luta institucional a favor da democracia e na articulação da luta pelas liberdades individuais durante o regime ditatorial (GÓMEZ, 2018, p. 98).

Com a censura dos meios de comunicação entre 1968 e 1978, principalmente à mídia impressa, o jornalista aparece como o porta-voz e, assim, “denunciam o caráter empresarial da imprensa” ao se referir a questões econômicas, razão pela



qual esse tipo de imprensa não se oporia “as ações do governo ditatorial”. Nesse contexto surge a cooptação, que “parece ser o adjetivo com que esses porta-vozes da memória de um grupo percebeu a ação de toda a grande imprensa” (BARBOSA, 2013, p. 300).

No fim da década de 1960, devido aos novos meios de comunicação, o que estaria em jogo era “a produção de novas sociabilidades reguladas por estes aparatos tecnológicos que instauram relações sociais mediadas, cada vez mais, pela ação dos meios de comunicação” (BARBOSA, 2013, p. 307). Assim, esses meios passam a regular as relações sociais e a criar mais centralidade.

A era do rádio e da televisão estava em transição. A Rádio Nacional, mesmo com boas estruturas, passava por perseguições políticas que ocasionaram em demissões, investigações – momento em que a rede de defesa da legalidade se formava junto às emissoras e à sociedade civil.

A televisão, que se fortaleceu nos anos seguintes, absorveu grande parte dos expurgados da Rádio Nacional, como os romancistas Dias Gomes e Mário Brásini, os atores Mário Lago e Paulo Gracindo e o apresentador Paulo Roberto, todos contratados pela TV Globo, que havia sido inaugurada em 1965 (GÓMEZ, 2018, p. 167).

Um dos períodos mais complexos vividos em 1968 se deu com a instauração do Ato Institucional n. 5 (AI5) “chamado de golpe dentro do golpe”, suspendia todos os direitos políticos (GÓMEZ, 2018, p. 100). Com a supressão de garantias constitucionais, a censura política também exercia mecanismos de controle sobre a imprensa.

Paralelamente à efervescência cultural que caracterizou as décadas de 1960 e 1970 em diferentes partes do mundo, o regime militar instaurado no Brasil a partir do golpe de 1964 implantava e operacionalizava um aparato repressivo em que a censura se configurava como um de seus instrumentos mais eficazes, já que visava especialmente às atividades culturais, artística e de imprensa, encaradas pelo regime como os meios preferenciais da estratégia de fragilização do governo [...] (GÓMEZ, 2018, p. 291).

Na visão do jornalista e crítico de televisão Eugênio Bucci, em sua obra *Brasil em Tempo de TV*, compreende-se a relação entre Estado, empresas privadas de TV e principalmente como se desenvolveu no período da ditadura.

a TV brasileira acrescentou elementos bem próprios. Ela se pôs como prolongamento do Estado autoritário, incumbindo-se do trabalho que ele, Estado, não poderia realizar sozinho. Uma boa apresentação dessa parceria (Estado e televisão privada) pode ser encontrada no tom oficial que adquiriu o telejornalismo. Para o Estado, não bastava ter no rádio, *A Voz do Brasil*. Era preciso ter na TV o Jornal Nacional (que

foi ao ar pela primeira vez em 1º de setembro de 1969), e era preciso que ele fosse produto de uma emissora privada, uma representante da sociedade civil (BUCCI, 2005, p. 19).

O autor relaciona a interdependência da ditadura e a TV:

se a ditadura precisava da TV para a sua sustentação política, a TV passou a precisar da ditadura para o seu sucesso junto ao público, pois a sua glória dependia da apologia da pátria, da unidade apoteótica, dependia do êxtase da integração nacional. Assim como Deus, a pátria tornou-se o grande fator da unificação eletrônica (pode parecer um contra-senso, pois pátria é um valor muito antigo, mas foi a receita que deu certo). Foi então que a própria rotina da TV, pelo seu funcionamento automático, começou a produzir ufanismos e patriotismos espontaneamente. O vício prosseguiu prosperou, mesmo após a queda da ditadura (BUCCI, 2005, p. 20).

O problema, para o autor, está no modelo inventado na ditadura e de ter sobrevivido a ela.

Sobrevivendo, em lugar de resistir, como velharia, rearranjou-se como poder ainda maior. Antes, o vínculo subserviente podia ser explicado pela subordinação das emissoras, empresas particulares, às contingências do tirano estatal (as empresas dependiam da vontade do governante e das concessões do Executivo para existir). Seria até lógico supor que, desaparecido o tirano (a ditadura e a concentração de decisões no Executivo), o veículo se adequasse a regras mais democráticas, menos subservientes. Seria lógico supor que TV e Estado se afastassem. No entanto, deu-se algo menos esperado: a televisão, de beneficiária, converteu-se na fonte do poder político (BUCCI, 2005, p. 20).

A TV passa a ganhar importância com o Grupo Globo, propriedade da família Marinho. A TV Globo estreou em 1965, e é nesse momento que a televisão passa a exercer um papel na sociedade brasileira. A emissora inaugurada no Rio de Janeiro logo expandiu-se para outras capitais. O empreendimento regido por Roberto Marinho estava impregnado de negociações nas quais estavam articuladas as forças políticas e as lógicas comerciais. Os acordos feitos entre a TV Globo e o grupo norte-americano *Time-Life* (CAPARELLI, 1982; GÓMEZ, 2018) foi, em grande parte, responsável pelo financiamento estrangeiro, permitindo que a televisão operasse com tecnologia de ponta. Com base em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), graves acusações e circunstâncias tornavam os contratos entre ambos inconstitucionais, na medida em que feria a Constituição ao proibir capital estrangeiro empregado aos meios de comunicação.

Caparelli (1982, p. 13) permite lembrar a proximidade da televisão com a entrada de capital estrangeiro no final da década de 1950 e começo de 1960:

a televisão trouxe uma produtividade política em favor dos interesses norte-americanos. Não se quer dizer, com isso, que os valores ideológicos difundidos por esse meio tiveram um papel preponderante na reorientação do comportamento

político e social dos países dependentes. A produtividade política da televisão foi e é apenas um dos fatores que reforçam esta dependência estrutural.

O autor afirma que,

o certo é que a década de 50 marcou uma reordenação do mercado brasileiro com a irrupção do capitalismo monopolista. O mercado é reorganizado – bem como o sistema de produção – através das operações comerciais, financeiras e industriais da grande corporação, principalmente estrangeira. As tendências desta evolução eram anteriores mas, para Florestan Fernandes, ela se acentua no fim da década de 50 e adquire caráter estrutural posteriormente à revolução de 1964 (CAPARELLI, 1982, p. 19).

Para Caparelli (1982, p. 18) a TV surge em 1950 “nas primeiras ondas concêntricas difundidas pelo núcleo hegemônico e vai se consolidar” em 1960. O autor comenta que foi a partir desta nova realidade que a televisão teve sua representação:

primeiro como uma instância econômica para aplicação de capitais, depois como um difusor de idéias, comportamentos e valores da nova ordem e, finalmente como um impulsor do sistema produtivo, levando novos produtos a camadas de população que antes deles não tinham conhecimento (CAPARELLI, 1982, p. 18).

Ao retomar José María Gómez (2018, p. 341), “os acordos com a Time-Life permitiram que a Globo se tornasse a principal beneficiária dos investimentos em telecomunicações que a ditadura militar vinha promovendo”. A atuação das Organizações Globo durante esse período estava à frente de outras empresas de mídia e já possuía um grande conglomerado, diversificado entre jornais impressos, televisão, além do seu primeiro telejornal, criado em 1969: *o Jornal Nacional*.

Roger Silverstone (2005, p. 268) lembra que a mídia é como uma força cultural de modo semelhante a política que está “sujeita a conflitos em torno de acesso e participação; em torno de direito de propriedade e representação; e sempre vulnerável às incertezas e às consequências imprevistas de todo e qualquer ato de comunicação”. Para ele,

a mídia conecta e separa a um só tempo. Inclui e ao mesmo tempo exclui. Oferece liberdades de expressão e reclama direitos de vigilância e controle. Ela também possibilita e impede. Cria novas desigualdades, assim como procura eliminar antigas (SILVERSTONE, 2005, p. 268).

Os “anos de chumbo”, no desenvolvimento da economia, também dava início ao plano de modernização, chamado de “milagre econômico”, que se deu no auge do governo Juscelino Kubitschek (1968 e 1973) (BARBOSA, 2013; BRAGA 2014). Esse foi um tempo em que a sociedade brasileira se viu atravessada pelas marcas que ficariam para sempre na memória do país (BARBOSA, 2013).

César Bolaño, pioneiro em estudos sobre Economia Política no Brasil, recorda que é nesse momento que começa uma nova fase para a televisão brasileira.

Segundo o autor:

É em 1968 que se inaugura a Rede Nacional de Microondas da Embratel e do sistema de transmissão via satélite. Com isso, estão dadas as condições infra-estruturais indispensáveis para a implantação das redes nacionais de televisão no Brasil. A partir daí, a concorrência no setor de TV ganha definitivamente o mercado nacional. O início da operação em rede da TV Globo, que marca uma nova fase da concorrência no mercado televisivo, é fruto desse desenvolvimento tecnológico prévio (BOLAÑO, 2004, p. 125).

Além disso, conforme o autor, depois das mudanças no mercado de produção, o aparelho receptor passou a se tornar mais acessível, diferente de ser apenas um artigo de luxo para os mais afortunados como na fase inicial. Bolaño (2004, p. 100) fala sobre

a contradição de um meio que tem por destino e objetivo constituir-se no centro de uma produção cultural massificada, estando, por outro lado, limitado nessa sua perspectiva pela incapacidade de o público ter acesso aos seus conteúdos, vai caracterizar toda a linha de programação da televisão brasileira[...] uma programação mais popular [...]

O início da televisão passou por experimentos e anos mais tarde chegaria a sua popularização. No período inicial as discussões ainda eram de ordem técnica, a TV também era vista como um artigo de luxo, de acesso limitado somente a pessoas com alto poder aquisitivo. Ao longo das décadas não se questionavam elementos simbólicos relacionados ao aparelho, as atenções estavam voltadas para o objeto de tubo, muitas vezes foi considerada como algo que causava estranhamento e curiosidade.

O percurso histórico da TV no Brasil é acentuado pela passagem de governos. Da primeira demonstração pública na era Vargas (nacional desenvolvimento) à rápida expansão no governo de Juscelino Kubitschek (período de modernização). A TV passa a se desenvolver como meio de comunicação durante a ditadura civil militar, mesmo com forte censura à imprensa. Em 1985, após 21 anos de ditadura, Tancredo Neves foi o primeiro presidente civil, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, mas faleceu antes de tomar posse. José Sarney, vice, naquele momento assumiu a presidência. Em continuidade ao processo democrático, entre os anos 1983 e 1984 a população brasileira foi às ruas com o movimento *Diretas Já!*<sup>8</sup> para

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/diretas/index.html>. Acesso em: 04 jan. 2020.

que um novo presidente fosse eleito de forma direta através de voto popular. Fernando Collor de Mello se elegeu em 1989 e tomou posse em 1990, porém deixou a Presidência da República dois anos depois sob aclamação de *impeachment*<sup>9</sup>. É nesse período que a TV e os telejornais passam a ter papel significativo entre os demais meios de comunicação, pois as ruas ganhavam dimensões e eram repercutidas através das telas.

É importante olhar para o passado e refletir que os atos praticados em determinado período colocam em disputa questões como a verdade dos fatos, as memórias duramente esquecidas, mas também o dissenso. Não se pode desconsiderar que uma parcela da sociedade lutava, enquanto forças políticas estavam ancoradas pelo apoio de veículos de comunicação como claramente identificado na posição editorial da Globo, por exemplo. A maior emissora de comunicação do país controlada pela família Marinho teve sua parcela de apoio propagada pela televisão, que mostrava o cenário da ditadura como o “caos” instituído no país através de grupos de esquerda ou de comunistas. Anos mais tarde o Jornal Nacional veiculou uma matéria a respeito do assunto. O apresentador William Bonner é quem lê o documento disponibilizado no site da Globo, que reconhece como um erro o apoio editorial da Globo à ditadura<sup>10</sup>.

Do período democrático em diante, a televisão se tornou alvo de questionamentos, passou a ser objeto de estudos e foi, em parte, definida como meio de comunicação - capaz de moldar socialmente, culturalmente e politicamente o comportamento, hábitos e costumes da sociedade, além de influenciar a opinião pública. Com todos os esforços empreendidos da primeira aparição até a permanência, a televisão - controlada por poucos no país - continua a ter, majoritariamente, caráter comercial e hegemônico os quais não evocam apenas estruturas arquitetadas pelas indústrias culturais, o que reforça que instituições políticas, empresariais, religiosas estejam associadas ao “governo da TV” e que

---

<sup>9</sup> O *impeachment* é um termo do inglês que, na tradução literal, significa impugnação de mandato, denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo. No Brasil, o *impeachment* surgiu com a República, que o instituiu em sua primeira Constituição, de 1891, seguindo os preceitos constitucionais norte-americanos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>. Acesso em: 04 jan. 2020.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2798447>. Acesso em: 04 jan. 2020.

sejamos governados pelos instrumentos simbólicos promovidos a partir da televisão (BOURDIEU, 1997).

Bolaño (2004) trata sobre indústria cultural como ocupante de uma dupla posição dentro do sistema capitalista: empresa na estrita acepção do termo e detentora de uma função ideológica particular. O autor coloca esse lugar como o mais evidente, também pelo fato de as empresas exercerem um papel ideológico, como é o caso da TV, que no Brasil atua como processos de socialização dos indivíduos, pela fragilidade no sistema tradicional de escolas, ou seja, a TV atua como “embaixadora” dos papéis que o sujeito pode exercer e utiliza de narrativas e representações ao criar modelos e estereótipos os quais ficam difíceis de o sujeito alcançar de outro modo que não seja o incentivo de consumo por meio de publicidade e propaganda, por exemplo.

## 2.2. TV aberta

A televisão passou longe dos ideais de serviço público. Segundo Laurindo Lalo Leal Filho (2006, p. 9), “aqui ela surgiu como um empreendimento comercial, balizado pelos interesses de empresas privadas que vislumbraram na nova tecnologia a possibilidade de uma frente de expansão dos seus negócios”.

Caparelli (1982, p. 7) diz que a televisão se dá em larga escala nos Estados Unidos, pois os norte-americanos estavam à frente da expansão dessa indústria que, segundo ele, passa a se desenvolver em uma aldeia global e de interdependência na relação entre países, principalmente quando há uma espécie de dependência “como é o caso da sociedade brasileira”. Assim, o autor aborda que dentro do sistema internacional, que parte de um centro dominante, no qual as relações não são de igualdade, “a hegemonia de alguns países imporá uma dependência aos outros”. Para ele existe uma relação de subordinação-dominação.

é preciso evitar uma imprecisão no conceito de dependência, tomando-o como uma simples subordinação a partir dos centros hegemônicos em relação à periferia. Ocorre esta dependência a partir dos interesses de certos grupos nacionais, funcionando como mediadores, mas sendo igualmente beneficiados. É por isso que o conceito de dependência não se refere apenas como externa à nação, mas concebida como relação estrutural interna-externa (CAPARELLI, 1982, p. 10).

No Brasil, as já estabelecidas Rede Globo de Televisão e Rede Record reforçam a hegemonia dos meios tradicionais de comunicação em uma sociedade

que consome produtos midiáticos pautados na lógica de mercado, controlada pelas famílias Marinho, Santos e outras, usuárias de concessão pública, para (re)produzir informação em forma de entretenimento. Quando as redes de TV aberta veiculam reportagens pautadas em seus interesses, elas também se tornam responsáveis pela construção da realidade social e seriam, em grande parte, mediadoras entre os debates importantes suscitados na política do país. De acordo com Bolaño e Brittos (2007, p. 90-91):

Não são as indústrias culturais simples mediadoras complementares de um debate travado externamente, mas o palco em que a realidade social é, ao mesmo tempo, construída e representada. São elas as pauteiras da sociedade, o que obriga os diferentes agentes a adaptar-se a seus ditames para poder participar da arena política. São, ainda, o único caminho para a maior parte dos cidadãos orientar-se e informar-se sobre o mundo.

Uma pesquisa divulgada pelo Mídia Dados 2019 apresenta a evolução do número de televisores no país, considerando como percentual a posse em relação aos domicílios. Desde a década de 1970 vem ocorrendo um aumento significativo, e a partir de 2014, logo após a implementação da TV digital em 2013, percebe-se a continuidade de crescimento.

Ano	Nº absoluto (em mil)	Posse (%)
1970	4.250	24,1
1980	14.143	56,1
1990	26.226	73,7
1995	31.576	81,0
1996	33.517	83,3
1997	35.041	86,2
1998	ND	ND
1999	37.593	ND
2000	38.907	87,0
2002	42.779	89,9
2003	44.249	90,0
2004	46.733	90,3
2005	48.477	91,4
2006	50.800	93,0
2007	58.218	94,5
2008	54.753	95,1
2009	56.043	95,7
2011	54.260	95,2
2012	55.499	95,2
2013	57.957	96,8
2014	60.979	97,2
2015	62.939	97,1
2016	64.831	97,1
2017	66.866	97,1
2018	67.478	97,3
2019	68.921	96,8

Figura 5 - Evolução dos domicílios com TV.  
Fonte: Mídia Dados 2019.

A TV aberta faz parte de um pequeno rol de “donos da TV”<sup>11</sup>. No mercado de TV comercial aberta, quatro famílias e uma instituição religiosa distribuem e operam redes nacionais difundindo de forma fragmentária grade, programação e conteúdos diversos, chegando a todo país graças aos contratos de redes regionais. Essa minoria possui concessão pública para operar o seu modelo de negócios não apenas no mercado de teledifusão, mas também no de radiodifusão<sup>12</sup>. Além disso, as relações de controle desses meios de comunicação também envolvem pessoas ligadas à política. Isso se apresenta em um cenário no qual a regulação ainda é motivo de discussão. Há impedimentos legais nos casos em que detentores de mandato eletivo não podem ser proprietários, mas intensificam e utilizam desses instrumentos para continuar no cargo político.

Os grupos, além das concessões públicas das mídias tradicionais, possuem outros produtos como sites de notícias, redes sociais, etc., com isso diversificam os seus produtos de comunicação. Essa propriedade cruzada reforça a concentração midiática, tendo em vista que a Carta Magna prevê normas relativas às concessões. A administração da TV, por exemplo, está sob controle de famílias ligadas a políticos. Nesse caso, os representantes do povo no parlamento que, para além de sua atuação pública, administram ou usufruem dessas concessões, passam a ter o poder de controlar a informação no país.

Na prática, a aplicação de normas e a regulamentação dos meios de comunicação poderiam evitar que esse tipo de modelo de negócio estivesse atrelado ou associado às responsabilidades de gestores e atores políticos, quando estes deveriam usar o cargo público para atender aos interesses da população, promover a sua inclusão em debates e ocupar espaços nos canais de comunicação tornando-os mais democráticos.

---

<sup>11</sup> Fonte: FNDC. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/noticias/donos-da-midia-uma-ferramenta-poderosa-para-democratizar-a-comunicacao-290030>. Acesso em: 12 ago. 2019.

<sup>12</sup> A televisão e o rádio são considerados mídias do mercado de radiodifusão. Já a teledifusão pode compreender as redes de televisão comercial privada, por assinatura, etc.



### 2.2.1. Aspectos legais da Comunicação

Em relação à legislação comunicacional, a Constituição Federal de 1988 destinou, pela primeira vez na história, um capítulo específico para a Comunicação Social, do artigo 220 ao 224. O país, no fim da década de 1980, vivia a redemocratização, após mais de 20 anos de repressão e restrições aos direitos de imprensa. Para demonstrar as inovações do direito brasileiro, Pedro Lenza, especialista em direito constitucional, destaca alguns dos princípios orientadores da comunicação social previstos no art. 220, como:

a) inexistência de restrição: a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição [...];

b) plena liberdade de informação jornalística: nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, como observado em incisos do artigo quinto<sup>13</sup> referentes ao princípio;

c) a vedação à censura: é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística;

d) vedação de monopólio ou oligopólio: os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

A partir desses princípios, ressalta-se o da proibição de monopólio e oligopólio (LENZA, 2019; BRASIL, 1988), que mesmo com a previsão em lei, se expande cada vez mais no sistema midiático brasileiro. Os mercados capitalistas, segundo Brittos (2004, p. 15):

apresentam-se via de regra sob a classe de oligopólios, tendência crescente ante os contornos assumidos pelo capitalismo desde as décadas finais do século XX, que estimula a concentração como forma de sobrevivência e expansão empresarial. Os principais movimentos de ampliação e concentração corporativa crescentemente estão mais presentes na comunicação, coincidindo com sua transformação em importante espaço de inversão econômica. [...] médias e pequenas corporações são absorvidas, sucumbem ou, com menos intensidade, assumem posições mercadologicamente inferiores, dirigindo suas ações a públicos restritos, desejosos de estéticas alternativas.

---

<sup>13</sup> Incisos referentes ao princípio da plena liberdade de informação jornalística previstas no art. 5º: IV - liberdade de pensamento, V - direito de resposta, X - inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem, XIII - inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem e XIV - liberdade de informar e ser informado (BRASIL, 1988).

Além dos princípios anteriores, existem os que norteiam a produção e a programação das emissoras de rádio e TV, dispostos no art. 221, como:

- a) a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- b) a promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- c) a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- d) o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (BRASIL, 1988).

Já houve a tentativa de regulamentação, através do Projeto de Lei 256/1991<sup>14</sup>, de autoria da Deputada Federal Jandira Feghali, no que diz respeito à regionalização da programação artística, cultural e jornalística das emissoras de rádio e TV. O projeto detalhava como seria a regulamentação do dispositivo constitucional:

Art. 1º As emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a exibir em sua programação diária, de 7:00 às 23:00 horas, um mínimo de 30% (trinta por cento) de programas culturais, artísticos e jornalísticos totalmente produzidos e emitidos no local de sua sede, sendo um mínimo de 15% (quinze por cento) de programas culturais e artísticos e um mínimo de 15% (quinze por cento) de programas jornalísticos (BRASIL, 1991).

Aprovada na Câmara dos Deputados em 2003, a proposta seguiu para o Senado Federal, entretanto, após longa tramitação, foi arquivada em 2015. Em 2013, também houve a formulação de projeto de lei de iniciativa popular, por parte de coletivos do Fórum Nacional Pela Democratização dos Meios de Comunicação (FNDC), a fim de regulamentar os dispositivos constitucionais que tratam da matéria, de modo a abranger todo sistema de comunicação social, chamada de “Lei da Mídia Democrática”<sup>15</sup>. Dentre os principais pontos, destacam-se os critérios para a outorga de concessão; mecanismos para impedir a concentração de oligopólios e propriedade cruzada; incentivo à diversidade da programação; criação do Conselho Nacional de Comunicação e do Fundo Nacional de Comunicação Pública. Para ser apresentado à Câmara dos Deputados, o projeto precisaria da assinatura de 1% do

<sup>14</sup> <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/projeto-de-lei>. Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>15</sup> O apoio ao projeto continua disponível para assinatura através do site: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/projeto-de-lei>. Acesso em: 25 jan. 2020.

eleitorado nacional (BRASIL, 1988). Todavia, o número mínimo necessário para iniciar a tramitação na casa legislativa ainda não foi alcançado.

Por outro lado, a Carta Magna inovou no que diz respeito à propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Lenza remete que:

Segundo a redação original do art. 222 da CF/88 antes da reforma trazida pela EC n. 36/2002, a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens era, por regra geral, privativa de pessoas físicas (brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos), vedando-se a participação de pessoa jurídica no capital social da empresa. Excepcionalmente, sem qualquer direito a voto e limitada a 30% do capital social, permitia-se a participação de partido político e de sociedades cujo capital pertencesse exclusiva e nominalmente a brasileiros (LENZA, 2019, p. 1458).

Com essa Emenda Constitucional nº 36/2002, as condições foram ampliadas, a fim de permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão, cujo capital deve pertencer pelo menos 70% a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Conclui-se, portanto, que o capital de estrangeiros nessas empresas não pode exceder a 30% do total. O tema foi regulamentado pela edição da medida provisória nº 70/2002, que posteriormente foi convertida na Lei nº 10.610/2002, a qual disciplina a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão. Nota-se que a regulamentação tende a ocorrer quando interesses políticos e corporativos estão em jogo.

O texto constitucional positivou no art. 21, inciso XII, que os serviços de radiodifusão são de competência da União, podendo exercê-los diretamente ou mediante concessão a empresas privadas, porém estas sempre o farão em nome da União, pois os serviços de telecomunicação e radiodifusão são de natureza pública, que podem ser prestados, com autorização do Estado, por particulares. É nesse sentido que o art. 223 prevê que é do Executivo o poder de outorgar e renovar a concessão, a permissão ou a autorização de rádio e TV. Lembrando que o ato, para produzir efeitos legais, depende de prévia deliberação do Congresso Nacional. Dessa maneira, a renovação da concessão ou permissão segue o mesmo procedimento; o prazo é de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão. Outro ponto que merece destaque é que se proíbe, no art. 54, parlamentares de serem “proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público”

(BRASIL, 1988), ou seja, empresas concessionárias que são autorizadas para atuar em nome da União não podem pertencer a agentes políticos, uma prática questionável no cenário político do país. Quanto ao cenário de ilegalidade presente no ordenamento jurídico brasileiro, a pesquisadora em Comunicação Eula Dantas Taveira Cabral diz que:

É assustador verificar que os parlamentares sejam responsáveis pela renovação dos canais e, ao mesmo tempo, sejam proprietários. Simplesmente, ignoram a Constituição de 1988, em sua seção V, artigo 54, que registra que deputados e senadores são proibidos a firmar ou manter contrato com empresas concessionárias de serviço público, não podendo, ainda, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado nas emissoras (CABRAL, 2016, p. 53).

Denota-se que, mesmo após mais de trinta anos da promulgação da Constituição, a regulamentação ainda não foi integralmente efetivada. A tese para a omissão do legislador pós-constituente parte do princípio de que muitos detentores de mandato eletivo, direta ou indiretamente, detém o controle de parcela dos meios de comunicação, não tendo, pois, interesse político de regulamentar a matéria. Com base nisso, as concessões e consecutivas renovações tornam-se mero ato formal, uma vez que os interesses do Estado e os interesses privados convergem em direção, em grande parcela, aos mesmos personagens, o que implica uma facilidade e maior influência para a manutenção do sistema vigente. Venício Lima (2011, p. 81) menciona que o “exemplo maior dessa interface é o que se convencionou chamar de *coronelismo eletrônico* (CAPARELLI, 1982; AIRES e SANTOS, 2017; LIMA, 2011), prática de barganha política que se mantém como uma das principais características da radiodifusão brasileira desde a metade do século passado”, em que esses interesses privados tendem a ser preservados. Outro fato que contribui para que as concessões sejam aprovadas é que a Carta Magna, no art. 223, dispõe que a não-renovação só ocorrerá com o aval de dois quintos dos membros do Congresso Nacional. No cenário atual, 206 deputados e 33 senadores precisariam, em votação nominal, manifestar seu voto contrário à eventual outorga. Assim, os entraves para a regulamentação são postos por Cabral (2016, p. 57) quando se refere ao poderio dos grupos privados que:

ignoram a concentração midiática que promovem e influenciam diretamente a população com mensagens distorcidas sobre o que representa regulamentar e regular a mídia brasileira, e com parlamentares que atuam na aprovação de outorgas e renovação da concessão ou permissão de emissoras de rádio e televisão (principais veículos de comunicação no Brasil), sendo que a maioria é proprietária de emissoras (mesmo sendo proibido pela Constituição de 1988), a mudança no cenário atual

dependerá da atuação da sociedade civil, principalmente da comunidade científica, esclarecendo à sociedade o que é e sobre que mídia estamos sustentando no País.

Nesse cenário, destaca-se que a ausência de regulamentação legal dos principais pontos do Capítulo da Comunicação Social da Lei Maior faz com que as carências pré-constitucionais ainda permaneçam à espera da efetividade do legislador federal diante de um tema de extrema relevância para o bom funcionamento do regime democrático. Desse modo, constata-se que os meios de comunicação de massa continuam nas mãos de poucos, fazendo com que o repasse da informação vá de encontro à liberdade de expressão plural e igualitária a qual fere o direito a uma comunicação mais democrática, levando em consideração que esse tipo de comunicação reforça a concentração de veículos como a televisão muitas vezes ligada a políticos, empresários e instituições religiosas (MORAES, 2016).

### **2.2.2. Emissoras (des)reguladas**

O Brasil possui uma rede de emissoras com grupos pequenos que comandam diariamente a distribuição de programas e o que será apresentado ao telespectador. A regulação de conteúdos televisivos está mais desenvolvida em outros países, por aqui as discussões sobre como regular e fiscalizar continuam a ser ignoradas pela corrida capitalista no mercado de TV. Em uma passagem de César Bolaño e Rodrigo Braz, os autores já mencionam que:

Após o início da reestruturação capitalista na década de 70 do século passado, os setores de telecomunicações e de radiodifusão têm passado por um processo generalizado de desregulamentação, reposicionamento do Estado, formação de novas maneiras e instâncias de regulação, internacionalização e incremento da concorrência. O atual período de desenvolvimento do capitalismo é caracterizado pela mudança do papel do Estado, que progressivamente se afasta da atividade econômica direta e altera qualitativamente a regulamentação, redirecionada ao fortalecimento dos mercados (BOLAÑO; BRAZ, 2010, p. 87-88).

Cabe observar que ainda há limitações e dificuldades quanto ao papel do Estado como órgão fiscalizador das atividades desempenhadas pelos meios de comunicação. De acordo com Bolaño e Braz (2010, p. 87-88), o Estado se afasta de sua função de fiscalizar e intervir na condução das estruturas comerciais:

O Estado passa de uma linha intervencionista, de produtor de bens e serviços e controlador dos ciclos econômicos, para uma posição de repassador ao mercado de grande parte das suas atividades, afastando-se também em grande medida da sua função fiscalizadora. Contudo, a regulamentação que emerge não representa uma

eliminação do papel do Estado, mas o seu (re) posicionamento no sentido de garantir a hegemonia da classe dominante, o que gera alterações no modo de regulação e na estrutura dos mercados em cada país. As diferenças em cada caso estão relacionadas com a dinâmica histórica da luta de classes.

Existe segmentação regional dentro de um país diversificado, o qual a televisão parece não ter interesse em suprir, deixando de fora muito do que é o Brasil em sua magnitude de um universo múltiplo e não único como muitas representações exploradas pela TV. Tudo isso acaba desencadeando um sentimento nacional, de uma identidade única: ser brasileiro é?! Nesse sentido, a televisão tem poder para difundir esse sentimento.

A televisão tem sido um poderoso instrumento de difusão desse sentimento nacional, que articula incluídos e excluídos em torno de uma certa ideia básica de Brasil, e existe ao mesmo tempo como unidade e diversidade. Cumpre esse papel, com mais clareza, desde o início dos anos 70, quando a tecnologia permitiu a implantação de uma rede de telecomunicações em todo o território e as imagens puderam trafegar a longas distâncias (PRIOLLI, 2003, p. 15-16).

O autor também apresenta a ideia de centralização de um país com etnias, identidades capturadas pelas telas e apresentadas sob o formato de produto como as novelas, os telejornais que não apenas inflige o caráter majoritariamente hegemônico de localização geográfica como também de não mostrar as riquezas culturais de um povo com as suas características peculiares.

Centrada no Rio de Janeiro e em São Paulo, os dois maiores mercados de produção e consumo do país, a indústria televisiva expandiu-se para todos os outros estados e vem produzindo um determinado imaginário – por meio, sobretudo, das telenovelas e dos noticiários-, que se pretende nacional e que acaba sendo assim apreendido, com consequências profundas na política, na economia e nas relações sociais. É o Sudeste branco falando para o Brasil, em nome do BRASIL, como se fosse todo o Brasil, e com a anuência pacífica da maioria dos brasileiros (PRIOLLI, 2003, p. 15-16).

Cabe lembrar que há uma pequena parcela de emissoras que consegue sustentar seu império através da publicidade, o que possibilita, em grande parte, que o faturamento e os ganhos não sejam distribuídos de forma igualitária entre diferentes praças e concorrentes, ou seja, se a concentração financeira parte dos grandes centros, estes ficam com a maior parte do lucro obtido. Os ganhos com os faturamentos não são iguais na divisão entre produtos culturais, educacionais, etc. O peso do mercado e de investimentos está sob a ordem de escolha, na qual o produto entretenimento passa a ter maior relevância em relação aos demais. O que agrava esse cenário é que parte dos investimentos das emissoras privadas - que possuem outorgas sob concessão pública autorizadas pelo governo – usufruem de verba pública, que são aglutinadas pelas emissoras de TV.

Nesse sentido, o reflexo distributivo se torna frágil na medida em que as TV's públicas, comunitárias como produtoras de conteúdo social, educativo, regionalizado, não conseguem se manter devido aos custos elevados de produção. Segundo Cicilia Peruzzo (2004, p. 189) “os processos de produção e de exibição têm propósitos educativos” para esse tipo de TV. A TV Escola<sup>16</sup> é um dos poucos canais que distribui produto educacional, mas que não tem retorno de mídia ou outros recursos que pudessem ser investidos para atingir uma grande parcela da população e que pudesse despertar interesse na sociedade. A Acerp (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto) era a responsável por gerenciar a TV Escola<sup>17</sup> e acompanhou o canal de conteúdo educativo desde a sua criação em 1995. Em 2019, durante o governo Bolsonaro, o Ministério da Educação (MEC), decidiu não renovar o contrato<sup>18</sup> junto à Associação.

A TV educativa é a via pela qual os processos de informação se tornam fortes propulsores da inclusão. Por meio dela, conteúdos de caráter educativo poderão ser compartilhados e assim promoverão maior engajamento social dos cidadãos. No entanto, com a voracidade de novos sistemas modernos, só desvela o interesse direto com o que se ganha e quem se beneficia de uma nova tecnologia em nosso país. Isso impede que haja um avanço de integrar público e televisão no horizonte da cidadania (PERUZZO, 1998, 2004) com a propagação de conteúdos com melhor distribuição e mais democráticos, que pudessem atender todas as camadas sociais.

### 2.3. TV Digital: processos de inclusão e exclusão

A discussão sobre o modelo de televisão no Brasil passou por um processo de remodelamento. Em 2003, a TV digital parece surgir como uma solução ao desgaste do modelo de TV analógica, principalmente em relação aos canais abertos, pois os usuários teriam mais autonomia e serviços públicos à disposição, pensados para facilitar e revolucionar o seu uso. Os debates sobre a implantação e as decisões sobre o modelo a ser adotado ficou em boa parte sob o controle dos detentores do poderio midiático, centrado principalmente nas mãos dos donos das emissoras de

<sup>16</sup> Disponível em: <https://tvescola.org.br>. Acesso em: 19 dez. 2019.

<sup>17</sup> Disponível em: [https://tvescola.org.br/tve\\_noticias/resposta-ao-mec-encerramento-de-gestao-da-tv-escola/](https://tvescola.org.br/tve_noticias/resposta-ao-mec-encerramento-de-gestao-da-tv-escola/). Acesso em: 12 mar. 2020.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/12/16/A-decis%C3%A3o-do-MEC-de-encerrar-o-contrato-com-a-TV-Escola>. Acesso em: 12 mar. 2020.

televisão, já que a nova reconfiguração traria inúmeras mudanças na forma de assistir TV, porém a visão lucrativa retirava de cena o apoio aos serviços públicos que poderiam ser ofertadas com o novo modelo, além do desgaste entre governo, empresários e os modelos ideais a serem adotados: japonês, europeu ou norte-americano (CRUZ, 2008).

A TV digital enfrentou momentos de discordância entre governos e projetos que poderiam beneficiar a população. Para a pesquisadora Patrícia Maurício Carvalho (2012) o que fica visível é o ato falho de não levar em conta o que realmente deve ser proposto e propagado por este meio e pelos canais detentores das maiores parcelas das concessões para exibir seus conteúdos de forma livre e independente.

A TV digital traz uma série de vantagens para o espectador: ele pode parar o programa, sair e recomeçar do ponto em que parou quando voltar (inclusive pulando os comerciais, o que promete dar uma reviravolta na publicidade); pode parar o programa e comprar um item que aparece na tela, como o brinco da atriz da novela, pelo controle remoto; pode assistir ao jogo de futebol do ponto de vista da sua torcida, com o áudio dela, além de abrir janelas para ver o jogo por outros ângulos e enviar mensagens de texto aos amigos comentando as jogadas, entre muitas outras possibilidades (CARVALHO, 2012, p. 16).

Nesse sentido, a publicidade pode operar nesse sistema de maneira distinta:

No início das discussões sobre o novo meio, as emissoras logo pensaram nas vendas, como o brinco da atriz. O governo Lula, por sua vez pensou inicialmente em usar o novo meio para educação a distância e serviços, como marcações de consultas no SUS (CARVALHO, 2012, p. 16).

Desse modo, a atuação do estado poderia usufruir da TV digital e reconfigurar seu uso e aproveitá-la para difundir conteúdos educativos ou que tivessem algum benefício social, principalmente por atender locais distantes dos grandes centros urbanos, e com isso também permitir agilidade nos serviços de atendimento aos usuários do sistema único de saúde (SUS) para que pudessem garantir marcação de consultas e agendamento, por exemplo.

Com a chegada da TV digital no Brasil e as perspectivas do que ela poderia proporcionar, nota-se claramente os diferentes posicionamentos em relação a sua usabilidade. Em muitos casos ela poderia ser útil à população promovendo políticas públicas, de outro lado há o valor comercial sobre vantagens e lucros obtidos pelo consumo de televisão, seja na venda de aparelhos, seja no conteúdo transmitido com apoio de patrocinadores. Não basta apenas transformar os processos se não olhar para aqueles que mais necessitam das suas benfeitorias. Importante, nesse



sentido, enxergar as consequências que um novo meio pode trazer para este tipo de situação. De um lado, há um governo que se posicionou a favor dessas políticas e, de outro, o capital, com a pretensão de vender produtos ao consumidor.

Existem modelos como o dos Estados Unidos, Europa, América Latina e outros que foram cogitados para o sistema brasileiro, além de implantar um modelo próprio. As divergências passaram não apenas por grandes corporações, mas também pela esfera governamental que teria a chancela de optar ou não pelo mais adequado.

De acordo com Bolaño e Brittos (2007, p. 57) a TV Digital teria a tendência gradual de se impor como um “modelo televisivo mundial”, disso decorria a necessidade de o Brasil também migrar para o novo sistema. A economia de capital sempre fala mais alto e quem acaba ganhando espaço é quem tem maior poder de investimento, embora os interesses não sejam os da inclusão da sociedade nesses espaços.

No caso do Brasil, mesmo com a opção de ter uma TV pública, um canal de comunicação direta com os cidadãos como a de Londres, do Reino Unido, que tem a rede pública televisão, a *British Broadcasting Corporation*<sup>19</sup> (BBC), e é paga pelos usuários, diferente do modelo brasileiro, a TV pública daqui e as comerciais são, em parte, financiadas com verba do orçamento do governo. A diferença que implica nesses formatos incide sobre a produção de conteúdo e na programação.

A passagem do analógico para o digital, no caso do Brasil, foi motivo de discussão, de quem lucraria com isso. Poderíamos ter implantado nossa própria tecnologia de TV digital e explorado um espaço para saber qual era a opinião da sociedade civil, que enfrentou barreiras dos grupos de pressão empresariais nessa disputa. O padrão escolhido foi o nipo-brasileiro<sup>20</sup>, que juntava ao padrão japonês a tecnologia brasileira de interatividade. Porém, as emissoras comerciais não se interessaram pela interatividade, que atrapalharia seu modelo de negócios

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/aboutthebbc>. Acesso em: 07 maio 2019.

<sup>20</sup> O padrão de televisão digital adotado pelo Brasil é o "Sistema Integrado de Transmissão Digital Terrestre" (ISDB-T). Originalmente desenvolvido no Japão, o padrão de televisão digital "Sistema Integrado de Transmissão Digital Terrestre" (ISDB-T) foi adaptado para introduzir soluções técnicas concebidas por peritos brasileiros, o que levou ao que hoje é também conhecido como "padrão nipo-brasileiro". Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=127:tv-digital&lang=pt-BR&Itemid=478](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=127:tv-digital&lang=pt-BR&Itemid=478). Acesso em: 09 maio 2020.

financiado por comerciais. O público interagindo com o conteúdo no horário dos anúncios seria danoso aos lucros.

Em virtude de muitas remodelações, as casas com aparelhos mais antigos enfrentaram dificuldades em não poder assistir aos canais mais usuais em uma sintonia e frequência de forma nítida e sem ruído, pressionando, de certo modo, corporações, como as empresas Globo, a oferecer, de forma gratuita, um aparelho conversor para melhoria de sinal. Um outro problema a ser enfrentado após a implantação foi a troca de aparelhos novos (que eram do modelo antigo – analógico) por outros mais modernos com tecnologia de alta definição que contribuíram para a exigência do mercado (a troca do velho pelo novo), todavia os custos de um novo aparelho são inacessíveis para grande parcela da população. Nesse caso, existe a passagem da lógica de mercado e de capital, que ao mesmo tempo precisa se beneficiar de necessidades e de tecnologias para promover a busca incansável pelo lucro e perpetrar suas atividades mercadológicas nos meios de comunicação. Eugênio Bucci (2003) menciona que a aparente antropofagia televisiva nada mais é que a lógica do capital: não liberta, mas reprime.

Diante de inúmeras mudanças sobre a TV Digital, algumas poderiam ter permitido a inclusão digital<sup>21</sup> (CRUZ, 2008) de forma mais democrática, houve barreira na ordem dos monopolistas ao mesmo tempo a luta de grupos organizados a pressionar o governo, através de consulta popular e uma série de pautas sobre a implementação do sistema digital. O que se viu foram milhares de aparelhos do sistema analógico sendo trocados por televisores de sistema com tecnologia avançada que possibilitasse o acesso, e campanhas para que os usuários utilizassem conversores. Nesse sentido, é necessário pensar nas interferências sofridas nesse processo, quais as condições de uso e quem é o verdadeiro beneficiado, se não o sistema do mercado de televisão, que desde a entrada da Globo se mostra intensamente competitivo (BOLAÑO, 2004).

---

<sup>21</sup> Mudanças do analógico para o digital e perda da inclusão, conforme matéria da Agência de Notícias IBGE: “Estas residências ficariam sem meios de assistir à TV no caso do desligamento do sinal analógico aberto, o que está previsto para acontecer até 2023 em todo o país. São domicílios que não contam com TV por assinatura, conversor para o sinal digital ou antena parabólica”. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20102-em-2016-6-9-milhoes-de-domicilios-dependiam-do-sinal-analogico-de-tv-aberta>. Acesso em: 07 maio 2019.

No que diz respeito ao ganho ou perda quando tratamos sobre televisão, é possível atribuir perguntas como: quais são suas benesses e mazelas, o que há por trás do sistema brasileiro de teledifusão, por quem e para quem ele é feito, para quê ou para quem ele serve. Embora haja muitas questões de como é o seu funcionamento, as indagações passam do campo cultural ao jurídico, campos em que as esferas sociais estão ligadas ao que sabemos sobre televisão. Algumas perguntas também permanecem como: para quem a TV foi feita e qual é a sua verdadeira função? Estas são questões que ainda precisam ser debatidas, pois há interferências preexistentes sobre a maneira pela qual a televisão modifica as relações cotidianas.

Nesse sentido, o tema inclusão nos meios de comunicação se torna pauta recorrente a ser discutida pela sociedade civil, seja pelas minorias seja por grupos interessados. A televisão passou por um período de renovação e de transformações entre o sistema analógico e digital, enfrentou situações conturbadas em um período político, em que o que estava em jogo não era apenas como as plataformas iriam ser colocadas à disposição do público, mas sim qual regulação deveria ser feita para resguardar o interesse público. As pautas levantadas sobre essas mudanças foram muitas vezes motivo de enfrentamento político ideológico, em que a discussão sobre o modelo de TV brasileiro já estava em definição por parte de grupos empresariais da mídia.

A televisão aberta, embora nem sempre seja vista como benéfica por alguns estudos, outros apontam que ela poderia melhorar a forma de produção e eleger os tópicos que possam tornar a sociedade mais participativa e engajada no que diz respeito a pautas sobre políticas públicas e uma infinidade de potencialidades que poderiam ser exploradas. A TV poderia ter um canal de consulta social. Por meio desta abertura seria possível, por exemplo, marcar consultas no SUS, fazer declaração de isenção no imposto de renda e uma série de outros serviços para quem ainda não tem acesso à internet de qualidade (CARVALHO, 2012).

O artigo 5º da Constituição Federal prevê a garantia do acesso à informação, “imprescindível para a vida em sociedade” (LAHNI; MOREIRA, 2016). No artigo 220, bem como no artigo 5º, a informação também é considerada como um direito fundamental ao tratar que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer

restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 1988). Além do direito à informação e direito à comunicação, para Cláudia Regina Lahni e Sônia Virgínia Moreira (2016, p. 78), isso passa a ser “central na sociedade contemporânea e se firma com o reconhecimento ao direito em comunicar, entendido como a garantia de que receber e emitir opinião são básicos a qualquer pessoa independente do seu grupo de pertencimento”. Conforme as autoras, o Código de Ética dos Jornalistas institui o dever de divulgar fatos e informações de interesse público. Elas lembram que “o debate sobre a importância da comunicação no fortalecimento da democracia se estabelece entre as décadas de 1960 e 1970” e culmina com o Relatório MacBride<sup>22</sup>, editado pela UNESCO em 1980. Segundo o pesquisador Camilo Vannuchi,

o direito à comunicação resultou da percepção de que direito à informação e liberdade de expressão eram conceitos insuficientes para contemplar as garantias necessárias ao exercício da comunicação, ora visto como ato essencial para a dignidade humana e para o pleno desenvolvimento dos indivíduos (VANUCCHI, 2018, p. 169).

O autor aborda o direito de informar e de ser informado e mostra a importância da distinção entre os conceitos, pois o “direito de comunicar”, concebido nos anos 1970, já com a publicação do Relatório MacBride (UNESCO, 1980) versa sobre o compromisso com a democratização da informação e com a multiplicidade de vozes, entendendo o direito à informação como a liberdade que toda pessoa tem de produzir informação e ser ouvida, e não somente de consumir informação produzida por outro (VANNUCHI, 2018, p. 170).

Para a especialista em Comunicação Comunitária Cicilia Peruzzo (2007, p. 16), o acesso à informação e aos canais de expressão é um direito de cidadania. Além disso, a autora diz que:

O envolvimento das mídias tradicionais às questões de cidadania reflete o contexto global, que parece propício ao avanço da democratização das sociedades: no Brasil vivemos numa democracia consolidada e que se fortalece progressivamente; com as contradições advindas da globalização, as pessoas passam a se interessar mais pelo que está mais próximo no que diz respeito aos assuntos que circulam na mídia; há uma prontidão na sociedade civil para contribuir para ampliação dos direitos e deveres de cidadania, refletida no crescente número de ONGs (Organizações não-Governamentais), associações e movimentos organizativos de toda espécie; no trabalho voluntário; na continuidade do trabalho social de igrejas; no clima de responsabilidade social que contagia as empresas; na eleição histórica de um

<sup>22</sup> Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372820.locale=en>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Presidente da República que canalizou o interesse por mudança da ampla maioria da sociedade brasileira, e assim por diante.

Peruzzo discorre sobre as diferentes possibilidades de participação para o fortalecimento da cidadania e reforça a relação entre democracia e comunicação ao mencionar que “a participação popular não pode estar desarraigada do contexto, da realidade mais ampla onde ela se dá” e que em um país como o Brasil deverá ter capacidade de partilhar o poder de decisão e que esta terá de ser conquistada. Para ela esse tipo de processo tende a ser “conflituoso e demorado” e salienta que “nenhuma sociedade sobrevive e se organiza sem estrutura de poder. A questão não é acabar com ele, mas, pela participação, democratizá-lo” (PERUZZO, 1998, p. 146-147).

Muitas foram as mudanças em relação à informação e à comunicação. No cenário atual, as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e a internet contribuem para que outros meios de participação sejam possíveis, a exemplo de coletivos, engajamento nas redes sociais, etc., que dão voz às diferentes causas, nem sempre mostradas nas mídias tradicionais. Na apresentação do Relatório MacBride:

Al principio, la Comunicación permanente sólo era posible dentro de comunidades circunscritas, grupos de perestasonas que vivían unas a lado de otras o que formaban parte de la misma unidad política. Ahora, gracias a la rapidez de la operación de los medios de información y de la red de relaciones de todas clases que se han desarrollado por todo el mundo, la Comunicación há crecido hasta obtener esencialmente un alcance planetário (UNESCO, 1987, p.11).

O Relatório também discorre sobre os debates que deve haver sobre os conceitos existentes sobre informação e comunicação, além de abordar sobre a importância do papel do jornalismo, dos jornalistas e das agendas que os países mais desenvolvidos devem ter para com países menos desenvolvidos e a busca por novas formas de crescimentos, inclusive no que diz respeito à comunicação como uma ciência, que dialoga com diferentes campos políticos e sociais (UNESCO, 1987). A UNESCO publicou o Relatório na década de 1980, mas ele ainda permanece atual.

No que diz respeito aos direitos e responsabilidades dos jornalistas, o documento diz o seguinte:

Aunque millones de personas trabajan em uma forma u otra en la Comunicación, los periodistas, por la naturaleza misma de su trabajo, se encuentran em uma posición particularmente sólida para forjar ideas y opiniones. Muchos creen que el periodismo no és sólo uma profesión sino también uma misión (UNESCO, 1987, p. 192-193).

A preocupação com a verdade, o factual é princípio da atuação jornalística, a informação e a comunicação fazem parte do interesse público, quando este está orientado para que as pessoas possam receber notícias, participar de maneira ativa e ocupar diferentes espaços e dar voz aos mais diversos posicionamentos e opiniões, pois em uma sociedade na qual haja democracia, isso serve como instrumento para exercer plenamente os direitos de cidadania. Além disso, “el derecho a estar informado y a escuchar diversas opiniones pertenece em principio a cada ciudadano, pero em la práctica depende de la libertad de los periodistas” (UNESCO, 1987, p. 193). Nesse sentido, o relatório já apontava sobre dificuldades encontradas pela profissão ao exercerem a liberdade de expressão sem sofrer as perseguições impostas por governos autoritários.

Atualmente no Brasil, uma possibilidade de a cidadania se fazer ativa pode ser através da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/11<sup>23</sup>. Este é um instrumento que garante o acesso à solicitação de informações públicas. Através da LAI, cada cidadão poderá pedir informações “mantidas ou produzidas pelos órgãos governamentais”. A solicitação varia entre pedido de documentos públicos, informações sobre usos de recursos, dados relativos à execução de programas e também orientações sobre o próprio processo de solicitação de informações. O site do governo federal<sup>24</sup> disponibiliza instruções por meio de vídeos sobre como fazer este tipo de solicitação.

A transparência no repasse ou pedido de informação, importante função da LAI, já teve algumas alterações, a que consta no Decreto nº 7.724/2012, que tratava sobre “a possibilidade de delegação da competência para classificação de informações em grau secreto e ultrassecreto”, foi novamente alterada por outro Decreto de nº 9.690/2019, que altera regras de classificação de informação. De acordo com o site do governo federal, por meio da Controladoria-Geral da União (CGU)<sup>25</sup> o novo decreto visava melhorias na operacionalização e simplificação da atuação do Estado e que o “decreto anterior optou pela restrição total como forma de regulamentação. Já o atual, fruto das experiências colhidas nos mais de seis anos

<sup>23</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/central-de-conteudo/videos/lei-de-acesso-a-informacao/lai-quais-informacoes-eu-posso-pedir>. Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2019/01/nota-de-esclarecimento-decreto-no-9-690-2019>. Acesso em: 29 abr. 2020.

de vigência, permite uma regulamentação mais voltada ao princípio da eficiência na administração pública”. Conforme o site Politize<sup>26</sup>, a LAI vale para ter livre acesso às informações do Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e para os dados dos Tribunais de Contas e do Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também têm essa obrigação e devem dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos que recebem. O mesmo site aborda que os principais aspectos da LAI são:

- a) O livre acesso à informação é regra, com o sigilo sendo exceção;
- b) O requerente não precisa explicar sua motivação ou como usará os dados que pediu;
- c) O sigilo está legalmente estabelecido e é limitado, sendo o livre acesso à informação a prioridade;
- d) A informação deve ser entregue de forma gratuita, a não ser que haja um custo de reprodução;
- e) As entidades públicas têm o dever de divulgar proativamente informações de interesse da população;
- f) Devem ser respeitados os procedimentos e prazos de entrega das informações.

A LAI visa, de certa forma, contribuir com o acesso que os cidadãos possam ter para adquirir informações e fortalecer o exercício da cidadania. Porém, ainda é muito difícil para a maior parte da população brasileira fazer esse tipo de pesquisa, por falta de meios, conhecimento, portanto o jornalismo, e o jornalismo da TV aberta e gratuita em especial, ainda é muito importante para manter a população informada.

## 2.4. Cenário de transformações

A televisão, que sempre teve sua posição de privilégio em relação a outros meios de comunicação, em um cenário de novas tecnologias a sua atuação passa a

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.politize.com.br/artigo-5/livre-acesso-a-informacao/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

ser modificada pelas dinâmicas da internet. A corrida pela informação instantânea provoca mudanças no modo de noticiar e transmitir informações e altera de forma significativa a maneira como a TV se relaciona como um produto que dissemina informação cotidianamente através de seus produtos jornalísticos para milhares de pessoas.

Em meio às inovações, os questionamentos sobre o modo como a TV é percebida pela sociedade ainda permanece: quais são seus conteúdos e para quem eles são feitos, para quê e para quem servem, quem se beneficia deles. A partir destas questões é possível pensar sobre o papel, os conteúdos e programações muitas vezes não reguladas.

Com o advento da tecnologia e diante desses acontecimentos sobre as transformações da TV, torna-se atenuante que mudanças sejam características de enfrentamentos, de discussão, análise e observação do que elas implicam nas sociedades contemporâneas. O sistema digital atualmente se apropria dos benefícios da internet para desenvolver novos produtos. Porém, um dos problemas em não dar atenção à internet é que a relação dos usuários com os meios se transforma e muda a cada instante a forma como estes usuários atualmente se relacionam com a TV.

Mesmo com seu expressivo alcance, uma parte da população não possui acesso, muitos ainda têm a televisão como seu principal meio de informação, outros assistem via rede por serviço de *streaming*, alguns por serviço pago que permite reprisar programas, rever e recuperar conteúdos, uma das grandes vantagens da era digital. Assim, a TV também precisou ser interligada à internet para entrar na corrida da informação acelerada. Antes o telespectador esperava dias para ver uma programação ou não conseguia pular o comercial publicitário, com as novas configurações tecnológicas possibilitou-se aos usuários uma maior autonomia, que antes era limitada.

Os programas patrocinados pela publicidade precisaram concorrer com a internet, houve tentativa de redirecionar conteúdos em plataformas digitais para continuidade e sobrevivência da própria TV. Os desafios não cessam, existem públicos diversificados, segmentados e cada vez mais exigentes. A personalização se torna válvula promissora que manterá esses programas na televisão. A partir



desse cenário o modelo tradicional de televisão passa a ser completamente modificado pelas novas tecnologias.

As tecnologias deixam o cenário mais aberto para discussões dos usuários, os quais desejam cada vez mais ser ouvidos e não apenas consumir informação de forma passiva. A partir disso, este é um dos maiores desafios que o modo de fazer televisão está enfrentando atualmente, não é possível continuar a ignorar o telespectador, ele precisa ser ouvido. De acordo com Bucci (2003, p. 8), “o telespectador que se formou como um brasileiro hipnotizado pelas imagens do projeto nacional – essas imagens o constituíram brasileiro – flana hoje como um consumidor da cultural mundial”. Para quem assiste à tevê no país, a ideia de ser um sujeito passivo ou análogo aos processos que a TV engendra parece corroborar a ideia do autor de que a força das imagens por ela passadas reforçam a representação constitutiva de um cidadão formado pela televisão.

Nesse sentido, o telespectador é o sujeito do cotidiano que passou a viver outras realidades a partir da televisão, como o anseio de participar dessa realidade, mesmo que virtual. Estes sujeitos da tevê conectados passam a transformar os canais tradicionais e os formatos de produção de informação, pois é uma realidade da qual ele não consegue ficar dissociado. O mesmo ocorre com o tratamento dos públicos em meros consumidores, os cidadãos não querem ser tratados como passivos, eles também desejam ser sujeitos ativos, tal qual a tecnologia proporciona. Sendo assim, a forma de fazer televisão necessita a todo momento de estratégias que possam incluir a participação e opinião dos telespectadores. Em certa medida a televisão busca constantemente aprimorar-se com as tecnologias.

Ainda há muito o que refletir sobre o papel exercido pela televisão e de como as tecnologias estão imbricadas em seus processos de mudanças. Williams (2016, p. 143) já havia questionado sobre seu desenvolvimento: “como a tecnologia se desenvolverá de agora em diante não é questão de algum processo autônomo dirigido por engenheiros distantes. É uma questão de definição social e cultural, de acordo com os fins que se buscam”, ou seja, necessariamente a TV continuará mudando, mas o “tempo” na grade de programação, por exemplo, continuará sendo uma problemática. O sociólogo francês Pierre Bourdieu já havia chamado a atenção, em seu livro *Sobre a Televisão*, que:

o tempo é algo extremamente raro na televisão. E se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas. Se insisto nesse ponto, é que se sabe, por outro lado, que há uma proporção muito importante de pessoas que não lêem nenhum jornal; que estão devotadas de corpo e alma à televisão como fonte única de informações. A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população [...] (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Nesta passagem o autor nos remete a um momento mais glorioso da TV, mas é considerável pensar que tantas maneiras de pensar sobre a televisão partem indiscutivelmente dos aspectos relacionados principalmente ao tempo, como foi colocado pelo autor, e esse ainda não mudou.

#### **2.4.1. Continuidade e permanência**

A televisão brasileira sempre foi ponto a ser discutido em diversas partes do país e por muitos estudiosos de comunicação. O que se sabe ou se pode conhecer sobre ela vai muito além das telas que exibem programações estruturadas e arquitetadas para públicos de interesse, mais especificamente os de massa no dia a dia dos telespectadores.

Com todo o empreendimento dispendido na construção da televisão, esta passa a operar um processo hegemônico (MARTÍN-BARBERO, 2015; MORAES, 2016), em que as mudanças no cotidiano são pautadas por uma lógica consumista, que dita hábitos e comportamentos influenciadores das relações sociais. O mesmo ocorre quando outros veículos dizem ter em sua missão transparência, pluralidade e ética quando cobrem notícias de nível nacional e de interesse público.

Alfredo Vizeu Pereira Jr. (2000, p. 34) afirma que:

o processo de cotidianização da eletrônica via TV mudou radicalmente o sentido das comunicações e das artes. O cinema desmoronou com a hegemonia da TV. A edição fragmentada invadiu a literatura, o jornalismo e o rádio. Todos esses meios tornaram-se apêndices da televisão.

Mesmo com outros modos de comunicação com a entrada da internet e as novas tecnologias, é importante observar o modo como a televisão ainda hoje se mantém de maneira significativa e presente. O autor diz que a televisão reina absoluta e que numa época em que as novas tecnologias impõem constantes mudanças na área das comunicações, não acredita na possibilidade desse veículo terminar.

Para Becker (2005, p. 56) existem razões pelas quais a televisão ainda permanece como meio de comunicação de massa, mesmo com as mudanças da tecnologia. Os conteúdos televisivos se adaptam à rede. Nesse movimento, as plataformas digitais são aglutinadas pela TV e incluídas em seus produtos, o que, para a autora, não fez com que a internet fosse um empecilho para que a TV continuasse a existir, pois esse meio interage com essas plataformas, que também permitem um “papel mais ativo e participante”. Argumenta a autora:

Há razões que impedem de se declarar o fim da televisão e/ou aceitar a sua sentença de morte. O surgimento da internet e do computador e o modo como as pessoas passaram a usar as tecnologias digitais têm provocado mudanças nas características singulares da televisão como meios de comunicação de massa atuante mesmo considerando que o comportamento dos telespectadores e usuários de conteúdos e formatos televisivos não é semelhante em todo o mundo, as audiências ainda são muito altas se comparadas com as demais mídias (BECKER, 2016, p. 57-58).

Além disso, ela complementa:

a TV Digital também influencia o cotidiano social, as formas de socialização e cultura, e os noticiários televisivos ainda exercem papel relevante no consumo das mídias, mas a TV e o telejornal passam por significativas transformações na atualidade” (BECKER, 2016, p. 58).

Um outro ponto a ser lembrado é que processos podem ser transformados e modificados constantemente. O mesmo ocorre quando pesquisas apontavam dados de crescimento da TV por assinatura, enquanto os de TV aberta se mantêm há muito tempo na margem de 90% de abrangência nacional. Entretanto, atualmente novos dados colocam a TV fechada com uma regressão nos índices<sup>27</sup>. Esse seria um elemento a ser discutido com base na centralização dos meios de comunicação no país, que firmam contratos a partir de produtos largamente comercializáveis através da prestação de serviço por assinatura, pago pelos usuários. A queda nas assinaturas se relaciona com custos, e é nesse sentido que muitos veem na internet o meio de buscar conteúdos diversos por custos mais baixos. Mesmo com essa queda, a televisão aberta mantém-se de forma hegemônica entre os meios eletrônicos e muito pouco diversifica sua programação e conteúdo, uma das problemáticas apontadas por pesquisadores de televisão.

Portanto, a televisão continua sendo um meio massivo, que preenche os muitos espaços midiáticos a respeito de programação, conteúdo e principalmente

<sup>27</sup> Disponível em: <https://observatoriodatv.bol.uol.com.br/noticias/2020/02/tv-por-assinatura-perde-quase-2-milhoes-de-assinantes-e-cai-quase-10-em-2019>. Acesso em: 07 fev. 2020.

quando se trata da busca por informação, o que demonstra que a TV está longe de acabar.

## 2.5. O Jornalismo para além dos desafios

*Entre no mundo das notícias. Bem-vindo à “Novaslândia” – pátria dos membros da tribo jornalística.*

Nelson Traquina

O jornalismo é instrumento com função informativa essencial para uma sociedade e relevante por tratar a informação como bem público, relatar fatos cotidianos, buscar a verdade, investigar, apurar, verificar fontes de informação e, principalmente, apresentar notícias com imparcialidade que fortaleçam a relação de credibilidade perante os cidadãos.

O papel e as teorias do jornalismo possuem relevância na medida em que auxiliam a sociedade na compreensão de um cenário modificado ao longo dos anos, de modo que as notícias continuam a ser elemento indissociável do jornalismo. Podemos fazer algumas reflexões sobre elas com a seguinte questão: “*Por que as notícias são como são?*”, título da obra de Nelson Traquina. O autor português é referência no assunto e fez contribuições gratificantes para o campo. Estudantes, profissionais, pesquisadores e interessados buscam por meio de suas obras compreender o universo da *tribo jornalística* (TRAQUINA, 2005, 2013).

Na visão do jornalista e professor Felipe Pena:

os jornalistas têm códigos e operações específicas, com padrões preexistentes de produção de sentidos, para contar as suas histórias. E essas operações estão inseridas em uma cultura profissional própria, com símbolos e valores determinados, que constituem a própria narrativa jornalística (PENA, 2013, p. 153).

Por isso, recorre-se aos postulados de Traquina para refletir sobre o campo do jornalismo – que se coloca como importante instrumento de mediação –, ao reforçar o papel do profissional dos jornalistas como parte de uma comunidade interpretativa e de agentes especializados (TRAQUINA, 2013). O autor destaca que,

O campo “jornalístico” começou a ganhar forma nas sociedades ocidentais, durante o século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e, concomitantemente, de outros processos que incluem a industrialização, a urbanização, a educação em massa, o progresso tecnológico e a emergência da imprensa como *mass media* (TRAQUINA, 2013, p. 20).

Em relação aos *mass media*, Mauro Wolf (2003, p. 13) diz que todos os consumidores sabem que,

as comunicações de massa são uma realidade feita de muitos aspectos diferentes: regulamentações legislativas sempre encapotadas quanto ao ordenamento jurídico do sistema televisivo; intrincadas operações financeiras em torno da propriedade de alguns meios; episódios retumbantes acerca da não realização de um programa considerado <<incómodo>>; crises, quedas e triunfos de várias estruturas produtivas cinematográficas; repetidas polémicas sazonais sobre os efeitos deploráveis que os *mass media* teriam sobre as crianças; entusiasmos e sobressaltos em relação às novas tecnologias e ao cenários por ela prefigurados.

O autor menciona que poderia seguir enumerando e que isso serviria para realçar que:

os *mass media* constituem, simultaneamente, um importantíssimo sector industrial, um universo simbólico objeto de um consumo maciço, um investimento tecnológico em contínua expansão, uma experiência individual quotidiana, um terreno de confronto político, um sistema de intervenção cultural e de agregação social, uma maneira de passar o tempo, etc. (WOLF, 2003, p. 13).

Diante desse contexto, também aparecem as notícias. De acordo com Traquina (2013, p. 20) elas “tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social”. Com base na *teoria* organizacional, de acordo com Traquina (2005, p. 157), as notícias são “o resultado de processos de interação social”, em que a economia, política e as relações sociais estão imbricadas. Nesse circuito também estão compreendidos os critérios de importância e de noticiabilidade, para Wolf (2003, p. 188) “a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos” fazem parte da abordagem do *newsmaking*. Segundo o autor:

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos - do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas - para adquirirem a existência pública de notícias. [...] Pode-se dizer que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informações enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 2003, p. 190).

Além dos critérios podemos recuperar a teoria da ação social, mais conhecida no meio jornalístico como a teoria do *gatekeeper*<sup>28</sup>. Essa foi a primeira teoria avançada a surgir na década de 1950 e a ter seu conceito aplicado ao jornalismo por David Manning White. Segundo Traquina (2002), assim se originou “uma das tradições mais persistentes e prolíferas na pesquisa sobre as notícias” (p. 77). Ele explica que:

Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, <<portões>> que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo <<portão>>; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua <<morte>>, porque significa que a notícia não será publicada, pelo menos, nesse órgão de informação (TRAQUINA, 2002, p. 77-78).

A *teoria do gatekeeper* e a *teoria organizacional*, dentre outras, evocam reflexões sobre a atuação profissional e o papel do jornalismo. De certo modo, na passagem de diferentes autores essa é uma das preocupações que transforma a cada dia o universo em que estão inseridos. O formato, os ritos e as formalidades empreendidas pelo campo são transformados por novos processos tecnológicos, que incidem diretamente nas rotinas de produção jornalística bem como na atuação desse profissional.

A influência que as organizações detêm sobre a sistemática do jornalismo incide diretamente no campo societal. A matéria-prima como as notícias, a informação e a preocupação constante em apurar inúmeros acontecimentos e publicizá-los cotidianamente através de veículos de comunicação se colocam como uma luta constante entre as diretrizes éticas, que também compreendem a atuação “dos intelectuais” (GRAMSCI, 1982). De acordo com Traquina (2002, p. 85) e em conformidade com a teoria organizacional, “o trabalho jornalístico é influenciado pelos meios de que a organização dispõe”, além da importância do fator econômico nessa atividade. Entre essa teoria e a da ação política, “o factor económico é determinante na resposta dada à pergunta “<<porque são as notícias como são>>”. Além do mais, dirá o autor: “o jornalismo é também um negócio. Todas as empresas jornalísticas, com a excepção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais

<sup>28</sup> O termo <<gatekeeper>> refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões; foi introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin num artigo, publicado em 1947, sobre as decisões domésticas relativas à aquisição de alimentos (TRAQUINA, 2002, p. 77).

cedo a tirania do balanço económico final, ou seja, a comparação entre as receitas e os encargos” (TRAQUINA, 2002, p. 85). Do ponto de vista do autor, o jornalismo passa também a fazer parte de regras mercadológicas. Nesse sentido, condicionar o papel do jornalismo e do profissional aos empreendimentos do capitalismo é também criar barreiras aos pilares elementares do campo, como a de exercer a plena liberdade das atividades respeitadas pelo Código de Ética<sup>29</sup> ao pleno exercício da profissão.

O campo do jornalismo vem enfrentando diferentes mudanças com a chegada de novas tecnologias, intensificadas com o *boom* da internet no século XXI. A explosão das plataformas digitais e o uso de redes sociais passou a exercer influência nos desafios cotidianos enfrentados pelo jornalismo e por profissionais.

David Harvey (2016, p. 100), pensador influente da atualidade, chama a atenção para esta dinâmica ao dizer que:

as transformações revolucionárias nos meios de comunicação são paralelas às transformações ocorridas nos transportes e, nos últimos tempos, ganharam um ritmo inacreditável. A informação instantânea e o acesso a notícias se tornaram uma força notável, que afeta as políticas públicas e a própria política. O controle dos meios de comunicação se tornou um aspecto vital para a reprodução de poder da classe capitalista, e as novas tecnologias midiáticas (em especial as redes sociais) são uma grande oportunidade, e também uma armadilha, para a dinâmica da luta de classes [...].

O autor também vai apontar a partir da proposta de Hardt e Negri uma “mudança grandiosa do campo do trabalho material para o campo do trabalho imaterial nas operações do capital” (HARVEY, 2016, p. 220). Além disso, afirma que os dois teóricos argumentam,

que a relação entre o capital e os consumidores não é mais mediada pelas coisas, mas pelas informações, imagens e mensagens, pela proliferação e comercialização de formas simbólicas que têm relação com a subjetividade política das populações e agem sobre elas. Isso resulta numa tentativa do capital e do Estado de se envolver na manipulação biológica das populações e na produção de novos sujeitos políticos (HARVEY, 2016, p. 220).

Harvey também coloca a questão de efemeridade na produção de bens não duráveis, que podem se tornar obsoletos. Segundo o autor somos os próprios

---

<sup>29</sup> O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aprovado em congresso da categoria, tem 27 artigos e pode ser consultado nos sítios da Internet da Federação Nacional de jornalistas e de vários sindicatos. Os artigos 6º a 17 tratam da conduta e das responsabilidades profissionais do jornalista [...] (LAGE, 2017, p. 92).

produtores de espetáculos, e cita o *Facebook* em uma relação que ora é consumidor ora é o próprio produtor.

Embora a renda que o capital obtém com as redes sociais seja fundamental, essa forma de consumo também toma uma quantidade inacreditável de tempo. As tecnologias da comunicação são uma faca de dois gumes: podem ser manejadas por uma juventude educada e excluída, com propósitos políticos e até revolucionários, ou podem absorver tempo em papos inúteis, fofocas e conversas descomprometidas (enquanto produzem continuamente valor para os outros, como os acionistas do Google e do Facebook) (HARVEY, 2016, p. 257).

O sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman produziu diversas obras sobre liquidez, em uma delas - *Modernidade Líquida* - ele aborda aspectos da relação espaço-tempo (BAUMAN, 2001; ROSA, 2019) na qual apresenta diferentes categorias para compreensão dos avanços tecnológicos e das barreiras implicadas nesses processos. Conforme o autor, na moderna luta entre tempo e espaço, o espaço seria o lado sólido, que coloniza, invade; já o tempo é dinâmico, ativo. Assim, ele afirma que “a velocidade do movimento e o acesso a meios mais rápidos de mobilidade chegaram nos tempos modernos à posição de principal ferramenta do poder e da dominação” (BAUMAN, 2001, p. 17). As mudanças criam outros modelos de produção e assim reconfiguram a comunicação. Henry Jenkins (2009, p. 29) vai atribuir esse movimento à convergência das mídias, que se refere

ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando.

Denota-se, a partir do pensamento de Jenkins, que nesse circuito o comportamento entre as mídias e o consumo implicam no modo como elas se relacionam e se modificam. Ele afirma que “no mundo da convergência das mídias, toda história importante é contada, toda marca é vendida e todo consumidor é cortejado por múltiplas plataformas de mídia”, ele argumenta que é contra a ideia “de que a convergência deve ser compreendida principalmente como um processo tecnológico que une múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos”. Para ele “a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos” (JENKINS, 2009, p. 29-30).



O autor vai além ao dizer que a convergência não ocorre através de aparelhos, embora possam ter sofisticação, ela se dá no cérebro dos consumidores individuais e na sua interação com o outro. Para ele a convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica, ela altera a relação entre outras já existentes, tais como “indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento”. Toda essa transformação passa pela forma de produção, de consumo dos meios de comunicação em que muitos estarão envolvidos nesse processo no qual as pessoas podem assumir o controle das mídias (JENKINS, 2009, p. 43). A *Cultura da Convergência*, segundo Jenkins, em suas previsões futuras, viria a ser uma espécie de gambiarra,

uma amarração improvisada entre as diferentes tecnologias midiáticas – em vez de um sistema completamente integrado. Neste momento, as transformações culturais, as batalhas jurídicas e as fusões empresariais que estão alimentando a convergência midiática são mudanças antecedentes na infraestrutura tecnológica. O modo como essas diversas transições evoluem irá determinar o equilíbrio de poder na próxima era dos meios de comunicação (JENKINS, 2009, p. 45).

Embora o autor trate sobre a convergência e apresente exemplos do cenário norte-americano, muito do que se desenvolve nos Estados Unidos acaba por se aproximar do nosso contexto. Jenkins (2009, p. 46) observou que o ambiente midiático americano estaria sendo moldado por tendências contraditórias, de um lado as tecnologias pareciam colaborar para diminuição de custos de produção e distribuição, bem como expandir esses canais; por outro lado o autor aponta ocorrências alarmantes sobre a “concentração de propriedade dos grandes meios de comunicação comerciais, com um pequeno punhado de conglomerados dominando todos os setores da indústria de entretenimento”. De acordo com ele,

Ninguém parece capaz de definir as duas transformações ao mesmo tempo, muito menos de mostrar como uma impacta a outra. Alguns temem que os meios de comunicação fujam ao controle, outros temem que sejam controlados demais. Alguns veem um mundo sem *gatekeepers*\*, outros um mundo onde os *gatekeepers* têm um poder sem precedentes. Mais uma vez a verdade está no meio-termo (JENKINS, 2009, p. 46).

Manuel Castells (2017, p. 17-18), importante cientista social, faz uma relação semelhante a Jenkins, porém mais atual, ao abordar a mão de obra como uma das novas estruturas da revolução tecnológica. Além disso, no momento em que ela se intensificou, ficou evidente que foi a comunicação consciente, característica que

distingue os humanos da área da sociedade que “sofreu sua modificação mais profunda”. Conforme o autor:

as tecnologias de informação e comunicação tiveram um forte efeito na transformação dos mercados e dos processos de trabalho. No entanto esses efeitos foram substancialmente mediados pelas estratégias das empresas e pelas políticas governamentais (CASTELLS, 2017, p. 17).

Na década de 2000 fomos testemunhas da crescente convergência tecnológica e, nesse sentido, o autor coloca que a interação e a relação que estabelecemos com os meios de comunicação foram alteradas pela internet. Antes era necessário a conexão de internet com fio, hoje não mais. A internet, *World Wide Web*, avançou na sua capacidade de difusão e reconfigurou o espaço em relação ao tempo. O autor lembra que “as fronteiras entre meios de comunicação de massa e de todas as outras formas de comunicação estão perdendo a nitidez”. Ademais,

a internet é cada vez mais usada para acessar os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornais), bem como qualquer forma de produto cultural ou informativo digitalizado (filmes, música, revistas, livros, artigos de jornal, base de dados). A internet já transformou a televisão (CASTELLS, 2017, 19-20).

Para Castells (2017), mesmo que a TV continue a ser o principal meio de comunicação de massa, está condicionada a um processo de mudanças, pois “sua difusão e seu formato estão sendo transformados à medida que sua recepção vai se tornando individualizada” (p. 20). Segundo ele:

Um fenômeno semelhante está acontecendo com a imprensa. Em todo o mundo, os usuários de internet com menos de trinta anos de idade predominantemente leem o jornal on-line. Portanto, embora o jornal continue a ser um meio de comunicação de massa, sua plataforma de difusão muda. [...] As redações nos jornais, rádios e televisões foram transformadas pela digitalização das notícias e por seu implacável processamento global/local. Então, a comunicação de massa no sentido tradicional agora também é comunicação baseada na internet, tanto em sua produção quanto em sua difusão (CASTELLS, 2017, p. 20).

O autor também afirma que todas as áreas da vida social estão sendo atravessadas pelos processos tecnológicos e comunicacionais.

o poder da comunicação e processamento de informações da internet está sendo distribuído em todas as áreas da vida social, assim como a rede e o motor elétricos distribuíram energia no processo de formação da sociedade industrial. À medida que se apropriaram de novas formas de comunicação, as pessoas construíram seus próprios sistemas de comunicação em massa, via SMS, blogs, *vlogs*, *podcasts*, *wikis* e coisas do gênero. O compartilhamento de arquivo e as redes *peer-to-peer* (p2p) tornam possível a circulação, mistura e reformatação de qualquer conteúdo digital. Novas formas de autocomunicação em massa surgiram da engenhosidade de jovens usuários que se transformaram em produtores (CASTELLS, 2017, p. 20).

Em meio a este cenário, conceitos sobre jornalismo passam a ser descaracterizados e algumas rupturas passam a surgir. Braga, Aguiar e Bergamaschi (2014) apresentam em seu artigo “*O chão de fábrica da notícia: contribuições para uma economia política da práxis jornalística*” (p. 111) a configuração atual da prática profissional do jornalismo no Brasil. A partir do tema é possível refletir o quanto o campo tem encontrado desafios diante de inúmeras transformações. Eles abordam três pontos como objetivo do estudo, que discute a configuração atual da prática profissional como:

- a) o debate sobre a regulamentação da formação e exercício do Jornalismo;
- b) o contexto das relações laborais no mercado de trabalho jornalístico;
- c) a crise da narrativa e do papel social do/a jornalista, considerando aspectos culturais, econômicos, políticos e tecnológicos.

Os autores desvelam como as tecnologias da informação estão imbricadas no campo do jornalismo. As mudanças estruturais na sociedade contemporânea acarretam “modificações nos modos de produção dos conteúdos informativos, afetando os pressupostos da formação profissional e evidenciando a crise do papel social do/da jornalista” (BRAGA, AGUIAR, BERGAMASCHI, 2014, p. 116). Segundo eles,

A generalização da mediação técnica vem acarretando transformações profundas nas práticas produtivas e o campo jornalístico encontra-se vinculado a esse processo de mudanças, sendo – em uma visão teórica superficial – apenas objeto em transformação. Entretanto, em nosso ponto de vista, poderá ser, simultaneamente, força transformadora, tal como aponta uma leitura de sua constituição histórica (BRAGA, AGUIAR, BERGAMASCHI, 2014, p. 116).

Eles também afirmam, a partir de Bourdieu, que o campo jornalístico se estabelece no século XIX “com seus agentes e sua disputa de forças entre os polos ideológico e econômico” (BRAGA, AGUIAR, BERGAMASCHI, 2014, p. 116). Para eles,

Essas duas polarizações vinculam-se à relação capital-trabalho: de um lado, a vertente econômica, na qual a imprensa se torna, com a instituição da empresa jornalística e o vínculo da informação como mercadoria, um negócio; de outro lado, na perspectiva ideológica, a cultura profissional do Jornalismo, com seus valores, tais como responsabilidade ética, compromisso social e credibilidade (BRAGA, AGUIAR, BERGAMASCHI, 2014, p. 116).

Conforme Braga, Aguiar e Bergamaschi (2014, p. 116), além desses apontamentos “a constituição do campo jornalístico, com seus paradoxos, implicou

uma constante luta pela definição do que é jornalismo e como se produzem as notícias”.

Com os processos de modernização o jornalismo passa por um verdadeiro bombardeio de informações e inúmeros acontecimentos, que ocorrem diariamente em todos os cantos do mundo. Diante de tanta informação que se coloca em uma relação espaço-tempo, a celeridade da informação é uma constante (ROSA, 2019). Nesse sentido, a gama de assuntos se torna incontável e a seleção de quais serão publicados ou publicáveis passa a ser objeto de reflexões para o campo do jornalismo diante das inúmeras opções e do momento em que também se alteram as relações profissionais, principalmente em relação à figura do jornalista. A digitalização da comunicação redimensionou princípios norteadores das Teorias do Jornalismo, mesmo assim seus conceitos continuam a serem centrais e vitais para melhor compreender as relações entre imprensa, meios de comunicação e o papel relevante do campo teórico e prático na mediação com a sociedade.

## 2.6. Jornalismo televisivo

No Brasil, o primeiro telejornal foi apresentado pela TV Tupi de São Paulo logo após a implementação da televisão em 1951; entrava no ar o *Imagens do Dia* (REZENDE, 2000). Entre o século XX e o XXI, os telejornais passaram por mudanças em relação às suas condições primárias e atualmente têm se adaptado a novos suportes tecnológicos. O papel atribuído ao telejornalismo brasileiro continua a ser o de informar a população, de apresentar notícias de forma sistêmica e hierárquica, bem como utilizar critérios jornalísticos (WOLF, 2003; TRAQUINA, 2003). Os meios televisuais também têm como apoio retratar a realidade do mundo em som, texto e imagem (BAUER, 2015; BECKER, 2005). Para Beatriz Becker (2005, p. 51),

o telejornal é, sem dúvida uma encenação do real, mas toda situação de comunicação [...] é ritualizada, marcada por um conjunto de regras transmitidas pelas heranças culturais e relacionadas às instituições sociais onde o processo de comunicação se materializa, num determinado momento histórico.

Ao considerarmos que grande parte dos brasileiros assistem aos telejornais - e aqui se enfatiza os de TV aberta -, são colocadas algumas dúvidas, uma delas é a de apontar qual a função do telejornal. Becker explica o seguinte:

Ele deve dar conta dos acontecimentos do dia, narrar o que se passou naquele dia. Deve dar conta das novidades do País e do mundo. Pretende ser uma abertura sobre e para o mundo. Mas todas as noites, os telejornais apresentam discursos bastante semelhantes. Há regularidades enunciativas que reúnem dispositivos audiovisuais e enunciados linguísticos (BECKER, 2005, p. 52-53).

Vizeu (2009, p. 78) considera o telejornalismo como um lugar de referência, mas questiona qual a forma de conhecimento do telejornalismo e afirma que “é uma forma de conhecimento crítico que tem como preocupação interpretar a realidade social”. Além disso,

É resultado de uma atividade profissional de mediação vinculada a uma organização que se dedica basicamente a interpretar a realidade social e mediar os que fazem parte do “espetáculo mundano” e o público [...] consideramos que a mídia não só transmite, mas prepara e apresenta uma realidade dentro das normas e das regras do campo jornalístico contribuindo dessa forma para a percepção do mundo da vida (VIZEU, 2009, p. 78).

Guilherme Rezende (2000, p. 43) faz uma distinção entre os veículos de comunicação ao considerar que a TV dispõe de “código icônico como suporte básico de sua linguagem”, o elemento visual predomina e transparece nos programas jornalísticos. Segundo o autor,

Conforme certa concepção de telejornalismo, predominante no Brasil, à imagem se confere uma função primordial no processo de codificação das notícias, enquanto a palavra cumpriria um papel secundário, quase de mero complemento e suporte da informação visual (REZENDE, 2000, p. 43).

Salienta-se que as normas do jornalismo de TV se diferem do impresso e de outros veículos de comunicação, pois tem como peculiaridade o elemento visual, além de pregar pela objetividade, clareza como acentuam alguns autores. Segundo Olga Curado (2002, p. 19),

O público de televisão não está lendo a notícia, está ouvindo e vendo. O telespectador está olhando o apresentador, ou o repórter, ou o entrevistado e tentando apreender o que eles dizem. No instante em que toma conhecimento da notícia, o espectador não pode interromper o jornalista pedindo-lhe que esclareça algum ponto não compreendido. Não pode voltar no tempo para recuperar uma frase ou uma informação que perdeu, a não ser que tenha gravado o programa.

A relação entre imagem, texto, som, informação é um elemento que se apresenta como parte essencial da TV. Vera Paternostro (1999, p. 72), em seu livro *O texto na TV, Manual de Telejornalismo*, aborda o seguinte: caso uma reportagem não esteja em sintonia na relação texto e imagem, “não tem razão de existir”. Além disso há casos de redundância, paralelismo, distanciamento que se mostram incompatíveis entre texto e imagem, acentua a autora.

Assim como Paternostro (1999), Rezende (2000) também aponta a imagem como fator importante, pois a mídia eletrônica como a TV depende fundamentalmente dela. Para Paternostro (1999, p. 72) “só se faz TV com imagem, mas a palavra tem lugar garantido. O nosso desafio é descobrir como e quando usar a palavra”. Em Rezende (2000, p. 43) “a função prioritária que a imagem ocupa na comunicação telejornalística requer uma preparação especial do jornalista da TV para que ele tire maior proveito das potencialidades expressivas do veículo”.

Ao retomar Becker (2005, p. 53) é possível refletir para além das imagens o universo discursivo adotado pelos telejornais. Sem generalizar, a autora discorre sobre haver diferenças que cada noticiário ocupa na grade de programação, “no tipo de público que pretende atingir e principalmente no modo de transformar o acontecimento em notícia e, conseqüentemente, representar a realidade”. Para ela,

Os enunciados dos telejornais funcionam como palavras de ordem. O mundo parece estar controlado por um conhecimento perfeito, absoluto, objetivo e natural. Toda a construção do texto jornalístico está montada numa lógica própria, voltada para criar efeito de verossimilhança, também chamado por alguns autores de efeito de verdade, inclusive com a citação de fontes e testemunhas no texto verbal e a utilização de gráficos, mapas e outros recursos na imagem para garantir a precisão da notícia (BECKER, 2005, p. 53).

A ideia de que o jornalismo - especificamente o telejornalismo - exerce uma função didática e pedagógica é na ótica de Vizeu (2009) a maneira como os jornalistas passam a organizar o mundo de modo que este se torne compreensível. Assim,

há uma preocupação pedagógica no jornalismo que se legitima como o lugar de “poder mostrar”, de “poder dizer” e de “poder analisar”. O jornalismo se auto-referencia como um lugar de mediação, de desegregização (*sic*), de revelação da verdade e orientação de homens e mulheres na contemporaneidade (VIZEU, 2009, p. 80).

Alfredo Vizeu Pereira Junior e João Carlos Correia (2008, p. 15) indagam sobre a contribuição da notícia televisiva para a construção da realidade e que a informação noticiosa poderia ser uma forma de conhecimento. Ao questionarem que tipo de conhecimento seria, ambos constroem um arcabouço teórico propondo o telejornalismo ser esse “lugar de referência para homens e mulheres: o conhecimento do telejornalismo”. E por assim dizer que “não há notícia sem conhecimento”. Para eles, o lugar de referência “é uma espécie de lugar de orientação nas sociedades complexas” (PEREIRA JUNIOR e CORREIA, 2008, p. 19).

Para esses autores o campo jornalístico tem em sua discussão e reflexão uma preocupação sobre o lugar relevante e central na construção social da realidade. A partir de Bourdieu, eles mencionam que os jornalistas retratam “a realidade ao cobrir acontecimentos”, que estes têm óculos especiais para enxergar, selecionar o que será ou não noticiado. Segundo eles, a mídia tem essa capacidade de construir imagens a partir de determinada realidade, que é preparada e apresentada “dentro das normas e regras do campo jornalístico” (PEREIRA JUNIOR e CORREIA, 2008, p. 13).

O telejornalismo possui algumas particularidades, dentre elas a de que na rotina de produção, os fatos, para serem transformados em notícias, passam a ser construídos e não apenas selecionados. Além disso, a edição é matéria essencial do fazer telejornalístico, ela também incide no caráter negativo, que se faz com a ocultação e a escolha por determinadas cenas, falas, que serão suprimidas através dos processos de produção. O enquadramento e a tipificação dos acontecimentos em notícias sendo elas definidas como “*duras*” (fatos do dia), “*leves*” (espetáculos, etc.), “*súbitas*” (acidente de avião), “*em desenvolvimento*” (mudam ao longo do dia com novas informações) e as “*em sequência*” (quando há acontecimentos prévios, podem partir de uma agenda política) (PEREIRA JUNIOR e CORREIA, 2008, p. 14). Os autores afirmam, a partir de Gaye Tuchmann, que,

o enquadramento das notícias organiza a realidade cotidiana e é parte importante desta por causa do caráter público que é uma característica essencial da notícia. [...] a notícia não só define, redefine, constitui e reconstitui significados sociais, mas também define e redefine, constitui e reconstitui maneiras de fazer coisas: os processos existentes e as instituições (PEREIRA JUNIOR e CORREIA, 2008, p. 14).

Assim, o conhecimento que poderá partir de notícias televisivas para a construção da realidade também poderá considerar a informação noticiosa uma forma de conhecimento.

As informações essenciais não podem ser suprimidas. As notícias devem trazer detalhes básicos para que possam ser compreendidas. As várias faces de um acontecimento devem ser apresentadas. Na construção da notícia é preciso estar sempre atento para que aspectos da realidade não sejam ocultados nem silenciados. Os textos têm que buscar uma objetividade possível, tomando-se cuidado em não alterar textos e documentos (PEREIRA JUNIOR e CORREIA, 2008, p. 16).

Os autores também discorrem sobre as operações e construções implicadas na produção do conhecimento do jornalismo e do seu lugar de referência. Assim, o texto de um telejornal, por exemplo, “é como um espaço imaginário onde são

propostos múltiplos espaços de participação à audiência, uma paisagem, de qualquer maneira, onde a audiência pode escolher o seu caminho com mais ou menos liberdade” (PEREIRA JUNIOR e CORREIA, 2008, p. 24).

Beatriz Becker acentua a simplicidade existente no texto, além da objetividade, e a linguagem coloquial, porém correta, compreendidas por regras muitas vezes contidas em manuais de telejornalismo (BECKER, 2005; MACHADO, 2000; PATERNOSTRO, 1999; CURADO, 2002). Para Becker (2005, p. 72) a “brevidade na transmissão da informação” é marca discursiva do telejornal.

O telejornalismo se utiliza de técnicas e processos de produção específicos, além da questão texto-imagem, outras como o tempo são fatores que influenciam no modo de fazer telejornal. Para a autora, o exercício entre a escrita simples, construção de criticidade e criatividade são desafios constantes, pois podem tornar as matérias superficiais. Ela questiona isso da seguinte forma:

Como dar conta de um fato social em 30, 40 segundos ou no máximo em um minuto? A pressão do tempo na produção e consequente transformação do acontecimento em notícia, pode provocar distorções. Não é preciso, no entanto, acusar o tempo pela falta de uma apuração adequada do acontecimento, nem confundir clareza e capacidade de síntese com pobreza de estilo ou falta de competência, estes sim, erros graves, e não raros, no exercício da profissão (BECKER, 2005, p. 73).

Além disso, ela situa o papel que o jornalista precisa empreender nesses processos ao se colocar como produtor e consumidor de notícias que, ao mesmo tempo em que desconhecem milhares de pessoas que estarão assistindo e ouvindo o telejornal, existe a preocupação ética da profissão, qualidade e compromisso com o que será retratado ou relatado em mensagens, texto, imagens e na transmissão dos noticiários. De acordo com a autora:

As matérias são transmitidas sob uma determinada lógica de produção, semelhante em quase todos os telejornais, ainda que as emissoras briguem para estabelecer uma identidade no mercado, um diferencial que personalize os noticiários televisivos, seus produtos de maior impacto. O modo como são organizadas e distribuídas as notícias, em qualquer edição, provocam efeitos de sentido sobre a maneira de como a recepção capta o real apresentado – o tempo de cada notícia, a forma como vai ao ar (VT, nota ou cabeça do locutor, nota coberta, entradas NET ao vivo). O bloco onde aparece, antes ou depois de determinados assuntos, a entonação e as expressões faciais do locutor, a associação entre texto e imagem, todas estas marcas contribuem para definir a importância que o telejornal credita a cada assunto e atribui sentido às matérias (BECKER, 2005, p. 74).

O telejornal é um gênero televisual difícil de ser abordado segundo alguns autores. O assunto já foi bastante trabalhado e continua a ser objeto de estudos por



ser complexo na medida em que faz o papel de mediador entre a informação e a realidade, que tenta representar através de noticiários a um público heterogêneo. Arlindo Machado, em seu livro *A televisão levada a sério*, desmitifica estudos sobre esse gênero e lembra que o telejornal é “um processo em andamento”, as últimas notícias são fechadas e chegam à redação momentos antes de o telejornal entrar *ao vivo*. Conforme o autor, “por mais que se queira manipular as informações, elas chegam ao telespectador ainda não inteiramente processadas, portanto brutas, contraditórias e sem ordenação, sem acabamento final” (MACHADO, 2000, p. 110).

A partir desses autores é possível analisar como o formato, modelo, fluxo da informação e da transmissão de notícias, que passam por “filtros” atrelados aos processos e às rotinas dos telejornais, compreendidas desde a apuração de fatos, edição, temporização até a veiculação dos noticiários. Para além das formas e técnicas é importante perceber os discursos e narrativas empreendidos e colocados nas práticas telejornalísticas, isso pode modificar a relação social do papel que o jornalismo tem em nossa sociedade.

## 2.7. Rede Globo e Rede Record

As maiores emissoras de televisão no país lideram audiência ao mesmo tempo em que mantêm um oligopólio midiático no repasse de informação, como as cinco grandes redes: Globo, Band, SBT, Record e Rede TV!. Segundo dados do Kantar Ibope Media de 2018, essas redes detêm 70% da audiência nacional, e neste mesmo grupo “a Rede Globo representa mais de metade da audiência (equivalente a 36,9% do total)”. Isso demonstra seu status dominante em relação às demais.

Dentre as emissoras brasileiras de TV aberta e comercial está a representatividade da Rede Globo<sup>30</sup> e da Rede Record, que reforçam a hegemonia dos meios tradicionais de comunicação em uma sociedade que consome informação pautada na lógica de mercado. A Globo é controlada pela família Marinho, e a

<sup>30</sup> A Câmara dos Deputados conferiu, em sessão solene, duas homenagens as organizações Globo. Uma a TV Globo, no dia 14 de abril de 2019 e outra aos 50 anos do Jornal Nacional em 03 de setembro de 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/camara-faz-sessao-solene-em-homenagem-aos-50-anos-da-tv-globo.html>. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/03/camara-dos-deputados-faz-sessao-em-homenagem-aos-50-anos-do-jornal-nacional.ghhtml>. Acesso em: 14 fev. 2019.

Record, pelo autodenominado bispo da Igreja Universal do Reino de Deus Edir Macedo. Essas redes operam por meio de concessão pública e, assim, disseminam variados tipos de informação. A grade de programação de ambas é majoritariamente apresentada no formato entretenimento com programas de auditório, telenovelas. Além desses gêneros, outro expressivo é o de telejornalismo, que veicula notícias diariamente com reportagens sobre temas de interesse público, que mantêm sua audiência.

Dados divulgados pelo Mídia Dados 2019 mostram que a Rede Globo possui 122 emissoras e a Rede Record, 51. Em relação à cobertura geográfica de TV, a Globo está presente em 5.477 municípios, o que equivale a 98,33%, enquanto a Record cobre 4.913, o equivalente a 88,20% do total. Dados do Kantar Ibope Media referentes ao *share* nacional – participação na audiência - demonstram que a Globo é líder, como se evidencia no gráfico abaixo, relativo ao horário das 7h às 00h, de segunda-feira a domingo.

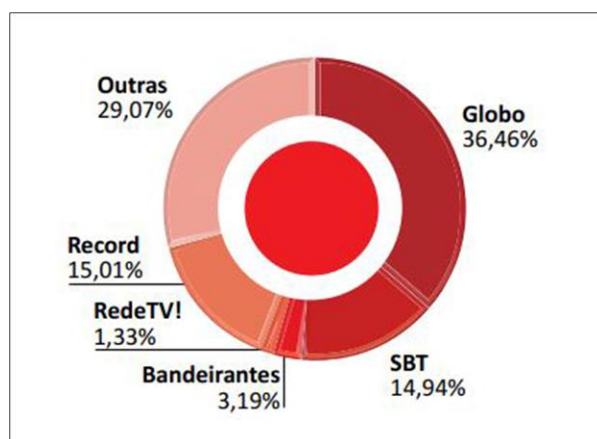


Figura 6 - Share nacional das redes<sup>31</sup>.  
Fonte: Mídia Dados 2019.

Constata-se, pois, que 5 emissoras possuem mais de 70% da audiência da televisão aberta, sendo que grande parte dos 29,07% - canais por assinatura - pertencem às mesmas emissoras, elevando ainda mais o percentual.

No contexto histórico, a Rede Globo surgiu como televisão em 1957, no Rio de Janeiro, com a outorga de concessão à Rádio Globo, feita pelo então presidente Juscelino Kubitschek, por meio do decreto nº 42.940/1957. No entanto, foi somente em 19 de fevereiro de 1965 que foi transferida a concessão outorgada à

<sup>31</sup> Outras: Record News, RpTV (TV Brasil), TV Câmara, TV Justiça, TV Senado, OCA, Canais pagos e Não Identificado/Cadastrado. OCA significa Outros Canais Abertos.

Rádio Globo para a TV Globo, e, após dois meses, em 26 de abril, inaugurada oficialmente a TV Globo por Roberto Marinho. Dentre outros marcos estão a inauguração da GloboNews em 1996, canal por assinatura e o primeiro de notícias 24 horas por dia no ar; lançamento do portal de notícias ‘Globo.com’ em 2000; lançamento do *Globoplay* em 2015, plataforma digital de vídeos da Globo. Desse modo, essa emissora incorporou um dos maiores meios de comunicação do Brasil e é o veículo de maior audiência entre as concorrentes tanto na TV aberta quanto na TV por assinatura.

A Rede Record é a mais antiga emissora em atividade e a terceira na história do país. A concessão para operar na cidade de São Paulo foi obtida em 1950 através do decreto nº 28.854/1952, mas foi fundada somente em 1953, por Paulo Machado de Carvalho, após a TV Tupi, em 1950, e a TV Paulista, em 1952. A emissora foi marcada pelas apresentações dos festivais de música e chegou a ter como proprietário o empresário Silvio Santos, hoje dono do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). O dono do SBT efetuou a venda da Record em 1989, que foi adquirida por Edir Macedo. Atualmente a emissora passou a se chamar Record TV. Os principais marcos da emissora foram o lançamento do canal por assinatura Record News, em 2007; o lançamento do portal de notícias R7 em 2009; o lançamento da plataforma digital de vídeos sob demanda *PlayPlus*, em 2018.

### **2.7.1. Jornal Nacional e Jornal da Record**

Algumas das mudanças no campo do jornalismo advindas da era informacional também passam pelas redações dos telejornais. Assim, elas compreendem aspectos econômicos como custos com mão de obra, contratação de jornalistas - profissionais especializados -, e que são apenas um dos fatores que podem influenciar nos argumentos sobre as despesas e as receitas das empresas jornalísticas em relação aos seus produtos, que passam a alcançar metas em um sistema financeiro em que a publicidade predomina nas relações comerciais e reconfiguram os modelos dos telejornais.

As mudanças no jornalismo com as novas modalidades tecnológicas ocorrem com o barateamento de produtos criados a todo momento, a exemplo do jornalismo online. Assistir noticiários via plataforma digital já é uma realidade. Antes a corrida

pelo *furo*<sup>32</sup> jornalístico era marca de concorrência entre veículos de comunicação, principalmente os de noticiários que, além de empreender práticas profissionais, edificam suas estruturas em sistemas comerciais de televisão, hoje também passam a alargar o processo de publicidade para além dos modos tradicionais. Traquina (2003, p. 78) afirma que:

Na televisão, a publicidade impõe sobretudo a lógica das audiências, seguindo a lógica: mais audiências, mais receitas publicitárias. Assim sendo, o conteúdo noticioso do jornal televisivo pode ser influenciado pela dimensão econômica: são incluídos nos noticiários os acontecimentos noticiosos que julgam ser de maior interesse para maior número de público. Temos aqui o problema do sensacionalismo no jornalismo, acentuado ainda mais pela lógica da concorrência. A procura do lucro poderá levar a empresa jornalística à crescente utilização de critérios econômicos, nomeadamente o recurso às técnicas de *marketing*. Aqui a lógica é vender brinquedos, vídeos, enciclopédias, etc., e não informação.

A concorrência, datada, é marcada pelo jornalismo e os telejornais aparecem nesse cenário na disputa pela audiência. Esse tipo de confronto ficou evidente com a concorrência entre o telejornal Repórter Esso da TV Tupi de São Paulo, que se firmou no horário nobre por um longo período como telejornal da noite (REZENDE, 2000). Anos mais tarde, passa a ser concorrente do primeiro telejornal a ser transmitido via rede, o Jornal Nacional, que no começo exibia apenas quinze minutos de noticiários. Daquele período em diante outros telejornais surgiram e passaram a ser exibidos em diferentes horários, com duração média de quarenta minutos. Além do Jornal Nacional alguns deles como o Jornal da Record, Jornal da Band e SBT Brasil são também veiculados à noite, disputam audiência e formam concorrência no horário mais assistido pelos brasileiros.

Ao longo das décadas surgiram outros telejornais que passaram a ser apresentados em um formato semelhante, porém com tempo de duração mais longo em relação aos de canal aberto, é o caso da *GloboNews* e *RecordNews*, emissoras da TV por assinatura que ampliam o tempo dos telejornais. No Brasil, grande parte dos telejornais operam uma lógica comercial diferente das TV's públicas, a exemplo do Jornal da Cultura, que também é transmitido diariamente no período da noite pela TV Cultura, mas que não afere altos índices de audiência como os da Rede Globo, que continua a ser destaque nas pesquisas e que, desde 1969, não perde a hegemonia entre os demais telejornais brasileiros. A vantagem dos telejornais das

---

<sup>32</sup> Jargão usado no jornalismo para se referir a uma notícia exclusiva.

TV's públicas é que a informação não está vinculada a práticas comerciais do mercado de mídia no Brasil, ao contrário do Jornal Nacional.

A TV Globo e a Record TV possuem diferentes produtos televisivos dentre os quais estão as categorias de entretenimento, educação, publicidade, e tem a informação como uma de suas principais, sendo o gênero jornalístico o que mais concentra espaço nos seus expressivos telejornais diários como o Jornal Nacional e o Jornal da Record, respectivamente.

A história do Jornal Nacional (JN) começa em 1969, quando lançado, com a apresentação de Hilton Gomes e Cid Moreira, esse foi o primeiro telejornal brasileiro a ser transmitido em rede via Embratel. Uma marca desse telejornal é a de que, ao passo que os outros telejornais deixavam a notícia mais impactante para o fim, o JN criou a “escalada”, pequenas chamadas dos assuntos mais relevantes na abertura. Além disso, esse telejornal:

passa a ter participações “ao vivo” dos repórteres no local dos acontecimentos, contribuindo para dar precisão e credibilidade à notícia. Inspirado no modelo dos telejornais norte-americanos, o Jornal Nacional busca a isenção, correção e agilidade como atributos da informação de qualidade. Desde o ano da sua criação até hoje, é líder de audiência e uma das principais estrelas da programação da Rede Globo (GLOBO, 2019).

O Jornal Nacional é um telejornal da rede de televisão aberta Rede Globo, transmitido no horário das 20h30min, de segunda a sábado. De acordo com o Memória Globo (2019), o JN é o mais antigo programa da emissora em exibição e líder de audiência entre os telejornais concorrentes. Conforme Helio Alvarez, gerente de cinegrafia e edição de imagem, o Jornal Nacional se define como o produto jornalístico mais importante para a Globo por ser a principal fonte de informação para os brasileiros, ele afirma que o valor está na credibilidade que o telejornal passa. Helio diz que:

As informações que vão ao ar no JN são apuradas e checadas várias vezes; cada palavra do texto, cada número de gráfico e, sobretudo, cada segundo de imagem. A televisão é um trabalho conjunto, mas são as imagens a sua síntese. O olhar por trás delas é o do repórter cinematográfico (GLOBO, 2019, p. 385).

O Jornal Nacional completou 50 anos em 2019 e teve livro lançado em comemoração ao seu cinquentenário. Atualmente o JN é apresentado pelos âncoras William Bonner, editor-chefe do noticiário, e Renata Vasconcellos. O telejornal já foi apresentado por Patrícia Poeta, Fátima Bernardes em outros momentos. Essas

apresentadoras atualmente apresentam outros programas na Globo, ligados ao gênero entretenimento.

Já o Jornal da Record (JR), da Record TV, estreou em 1974 com a apresentação de Hélio Ansaldo. Atualmente o telejornal é ancorado por Celso Freitas e Adriana Araújo, exibido de segunda a sexta-feira, com edição especial aos sábados<sup>33</sup>. A emissora Record TV descreve o telejornal da seguinte forma:

Um telejornal feito para os brasileiros que buscam conteúdo de qualidade a todo instante com a imparcialidade que faz a diferença! Conceituado, confiável e ágil, o *Jornal da Record* exibe no horário nobre uma série de reportagens especiais sobre os mais variados assuntos de interesse do país e as principais notícias do Brasil e do mundo (R7, 2019).

Em 2019, o Jornal da Record completou 66 anos e lançou, de acordo com o site R7<sup>34</sup>, um “projeto inovador em seu jornalismo”. A versão tradicional, apresentada às 21h30, é incorporada por outros conteúdos ligados às plataformas digitais, as redes sociais passam a fazer parte da divulgação de notícias, além da estreia de boletins “completamente ao vivo”, os quais aumentam o tempo do telejornal. Segundo a Record TV “o canal passará, assim, a colocar no ar boletins JR de hora em hora, num total de 24”. Conforme o R7, o Jornal da Record deixa de ser um “clássico telejornal” e passa a incluir o “conceito multiplataforma”, que está ligado à inclusão dos diferentes recursos atrelados às possibilidades da internet juntamente com o formato tradicional de fazer telejornal (R7, 2019).

## 2.8. Reforma da Previdência Social: a pauta do dia

A reforma da Previdência Social foi uma das pautas político-econômicas mais significativas nos noticiários da televisão aberta no início de 2019. Esse debate já havia sido promovido no Governo de Michel Temer (2016-2019), um governo visto como impopular para medidas de reforma<sup>35</sup> quando o assunto ainda tramitava e se desdobravam questões relativas à reforma trabalhista, que veio a ser aprovada.

<sup>33</sup> Recentemente o Jornal da Record fixou o horário aos sábados e passou a ser exibido às 19h45. Disponível em: <https://portalaltadefinicao.com/com-nova-programacao-jornal-da-record-sera-exibido-de-segunda-a-sabado-as-19h45>. Acesso em: 06 fev. 2020.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/conheca-o-jornal-da-record-primeiro-multiplataforma-no-segmento-06102019>. Acesso em: 21 mar. 2020.

<sup>35</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/27/politica/1474932406\\_531685.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/27/politica/1474932406_531685.html). Acesso em: 18 dez. 2019.

Posteriormente, houve tentativa de andamento à reforma previdenciária, a qual não se concretizou nesse governo.

O atual governo de Jair Messias Bolsonaro, ao assumir a Presidência da República, extinguiu o Ministério do Trabalho a partir do dia 1º de janeiro, sob a confirmação de seu ministro Onyx Lorenzoni<sup>36</sup>. Após esse e outros acontecimentos a partir da sua posse, o tema da reforma da Previdência passa a ganhar força na mídia e nos noticiários brasileiros.

No entanto, cabe ressaltar que alguns fatos ocorreram antes de ele vir a presidir o país, como o anúncio sobre um dos seus objetivos de governo o qual era deliberar pela aprovação da reforma. Bolsonaro também fez declarações sobre o corte de verba publicitária para a emissora de TV Rede Globo<sup>37</sup>, ou seja, além das questões que competem ao Poder Executivo, estavam em voga as que envolvem os meios de comunicação. Ao assumir o poder, a reforma passa a ser a principal pauta dos telejornais e adquire visibilidade nacional.

As tratativas acerca da reforma são anteriores ao atual governo, pois elas aparecem em 2016, durante o governo Temer, com a Proposta de Emenda à Constituição nº 287<sup>38</sup> (PEC 287/16), que visava a alterações no sistema previdenciário brasileiro. Bolsonaro apresentou, em fevereiro de 2019, uma nova proposta na Câmara dos Deputados: a PEC 6/2019<sup>39</sup>. A proposta tinha como objetivo modificar o sistema de Previdência Social, e entre as principais alterações constavam novos cálculos da aposentadoria por tempo de contribuição e idade, não havendo mais possibilidade para aposentadoria sem a idade mínima; redução no valor da pensão por morte e não acumulação, exceto se de regimes previdenciários diferentes; redução e limitação de valores nos Benefícios de Prestação Continuada (BPC); adoção do sistema de capitalização, em que haveria conta vinculada para cada trabalhador, como uma poupança para pagamento futuro; novas regras para

---

<sup>36</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/onyx-confirma-extincao-do-ministerio-do-trabalho>. Acesso em: 10 jul. 2019.

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1940129-bolsonaro-diz-que-se-eleito-ira-cortar-verba-publicitaria-da-globo.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2019.

<sup>38</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>. Acesso em: 12 mar. 2020.

<sup>39</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>. Acesso em: 12 mar. 2020.

aposentadoria especial; alteração no tempo de contribuição e idade do trabalhador rural; alteração das alíquotas de contribuição dos servidores públicos e celetistas.

Outra atual alteração diz respeito à edição da Medida Provisória nº 871/2019, cujas regras buscariam combater fraudes e irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) através da revisão dos benefícios previdenciários concedidos, chamada como “pente-fino do INSS”. Posteriormente, a MP foi convertida na Lei nº 13.846/2019, com alguns vetos, como o dispositivo que permitia o acesso do INSS aos dados da Receita Federal, que reúne informações sobre empresas e segurados. O texto foi incluído pelos deputados e senadores na discussão da MP 871. O veto foi recomendado pelo Ministério da Economia, que alegou que o assunto deve ser tratado por lei complementar<sup>40</sup>.

Em novembro do mesmo ano, a PEC 6/2019 foi aprovada e a Emenda Constitucional 103/2019<sup>41</sup> promulgada ao texto constitucional, alterando definitiva e novamente o sistema brasileiro de Previdência Social. Diversas foram as mudanças, e entre as mais significativas estão a fixação de idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens, e 62 anos para mulheres em ambos os regimes; no setor privado, o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para mulheres, e 20 anos para homens; no setor público, 25 anos para ambos os sexos; valor da aposentadoria calculado com base na média de todo o histórico de contribuições e progressivamente a partir do tempo mínimo de contribuição, iniciando em 60%; pensão por morte de 50% da aposentadoria acrescido 10% por dependente, não podendo ultrapassar os 100%; mudança na alíquota de contribuição de 7,5% a 14% para o setor privado, e de até 22% para os servidores públicos.

Duas propostas apresentadas em fevereiro de 2019 na PEC original foram retiradas: o sistema de capitalização e as novas regras dos benefícios assistenciais de prestação continuada. A aposentadoria dos trabalhadores rurais também não mudou. Vale lembrar que a PEC não modificou as regras de estados e municípios, que poderão ser regulamentados em uma proposta paralela, a PEC 133/2019,

---

<sup>40</sup>Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/24/congresso-nacional-mantem-integralmente-quatro-vetos-de-bolsonaro>. Acesso em: 25 abr. 2020

<sup>41</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm). Acesso em: 12 mar. 2020.



apresentada pelo Senado Federal após a aprovação da EC 103/2019 e prevista para continuidade da tramitação em 2020.

Não só a Constituição Federal sofreu alterações com a promulgação da EC 103, como também outras leis que abordam o tema atualizaram o ordenamento jurídico brasileiro como, por exemplo, a Lei 8.212/91 - Lei Orgânica da Seguridade Social que dispõe sobre o plano de custeio -, e a Lei 8.213/91, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social. Ambas as leis concentram, juntamente com a Carta Magna, disposições legais que orientam grande parte do sistema da Seguridade e Previdência Social no país.

Importante destacar que a justificativa do governo para a reforma se daria com base no déficit da Previdência Social, contudo, num primeiro momento, a PEC tramitou em sigilo, decretado pelo Ministério da Economia, mas com a pressão dos meios jornalísticos, de políticos contrários ao Projeto, bem como Institutos e profissionais da área previdenciária, o Governo divulgou o detalhamento dos cálculos utilizados para embasar a reforma<sup>42</sup>.

Logo após, o governo travou debate com os contrários à proposta acerca da controvérsia dos dados, já que há diversas receitas arrecadatórias que integram o orçamento da Previdência Social, dados que são obtidos segundo o próprio anuário estatístico disponibilizado no site da Previdência<sup>43</sup>, bem como nos regramentos já citados anteriormente, como a lei de custeio e a Constituição Federal.

A suposta existência do déficit nas contas da Previdência é polêmica e questionável. Não há consenso entre economistas e pesquisadores que estudam o tema. A previdência, como parte do sistema de seguridade social, tem diversas fontes de recursos para financiá-la previstas na Constituição Federal, além das contribuições de empregados e empregadores<sup>44</sup>.

<sup>42</sup> Documento do governo com dados que embasaram a reforma da Previdência. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/25/veja-apresentacao-do-governo-sobre-dados-que-embasam-reformada-previdencia.htm>. Acesso em: 25 abr. 2020.

A apresentação no site da Secretaria da Previdência. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/2019/04/secretario-especial-apresentados-e-estudos-que-embasam-nova-previdencia>. Acesso em: 25 abr. 2020.

<sup>43</sup> Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social>. Acesso em: 25 abr. 2020.

<sup>44</sup> BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. KNUDSEN, Ricardo. SANTOS, André Luiz Passos. FARP, Henrique Sá. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP, Nota do Cecon, n.8, setembro de 2019 – A falsificação nas contas oficiais da Reforma da Previdência: o caso do Regime Geral de Previdência Social.

Segundo Cesar Roxo Machado, vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da Associação Nacional dos Auditores-fiscais<sup>45</sup>, a União tem à sua disposição uma ferramenta financeira que lhe permite utilizar 30% da arrecadação total dos tributos federais para os mais diversos fins, denominada Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Tornando mais esclarecedor o que seria a “DRU”, segundo o Auditor-Fiscal da Receita Federal, Ivan Kertzman (2020, p. 12):

A DRU é uma autorização para desvincular parte da receita da seguridade social da finalidade para a qual as contribuições sociais foram criadas, ou seja, do financiamento da seguridade social, sistema que envolve as áreas de previdência social, assistência social e saúde.

Ainda, segundo Ivan Kertzman (2020, p. 12), a DRU foi criada pela Emenda Constitucional nº 47 de 2000 com o acréscimo do artigo 76 no ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, autorizando, inicialmente a desvinculação de 20% das receitas da seguridade social e, conseqüentemente, deixando tal verba livre para a aplicação em qualquer finalidade almejada pelo Governo. Posteriormente, com a EC 93/2016, o percentual da desvinculação foi aumentando de 20% para 30% comprometendo ainda mais os cofres da seguridade social.

Neste sentido, como já referido por César Roxo Machado, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)<sup>46</sup> e a Fundação da ANFIP não concordam com os déficits da Seguridade Social apresentados pelo Governo Federal. A entidade contrapõe o quadro deficitário considerando no cálculo os dados do desvio de recursos da Seguridade Social praticado pela DRU, bem como as perdas decorrentes dos processos de desoneração das folhas de pagamentos, não repassadas pelo Tesouro Nacional.

A ausência de déficit previdenciário ganha força também com o resultado da CPI da Previdência, instaurada em abril de 2017 para investigar as contas da Previdência Social. O relatório da CPI afirma que há inconsistência nos dados informados pelo Governo Federal acerca do déficit de previdência, o que teria como

---

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.anfip.org.br/artigo-clipping-e-imprensa/a-argumentacao-falaciosa-do-governo-sobre-a-reforma-da-previdencia-2>. Acesso em: 25 abr. 2020.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.anfip.org.br>. Acesso em: 09 jan. 2020.

objetivo o fim da previdência pública para criar um campo de atuação das empresas privadas (BRASIL, 2017).

Importante trazer a menção feita pelo estudioso no assunto, o já referido auditor fiscal Kertzman (2020, p. 12):

Obviamente, os opositores da reforma valem-se da DRU para fazer uma reflexão consistente: se as contas da seguridade social (ou da previdência social) estão mesmo em estado de calamidade, porque tirar 20% e depois 30% dos seus recursos para disponibilizar no caixa único do Tesouro Nacional?

Apesar de o objetivo desta dissertação não ser discutir o financiamento da previdência social, nem sequer analisar a necessidade de se fazer uma reforma previdenciária, visto que esta já é uma realidade, não se pode deixar de tratar da polemica sobre o “déficit” da previdência, que foi o pano de fundo para a reforma.

Após seis meses de trabalho, a CPI apresentou proposições em seu relatório final, e que, segundo o documento,

irão contribuir [...] para a solução dos problemas apontados e causas das eventuais insuficiências financeiras presentes na Seguridade Social e na Previdência Social, e para reduzir, se não eliminar, os desvios de recursos ainda hoje presentes e que dão causa a parte do chamado “déficit” da Previdência Social e da própria Seguridade Social (BRASIL, 2017, p. 232).

Dessa maneira, nove foram as proposições da Comissão (CPIPREV)<sup>47</sup>:

a) Projeto de Lei para estabelecer nova definição de empresa, bem como sobre o aumento ou redução de sua contribuição à Previdência Social, e regulamentação da busca do pleno emprego e redução da informalidade;

b) Proposta de Emenda à Constituição para ampliar a competência da Justiça do Trabalho para abranger a execução das contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas remuneratórias pagas no curso do vínculo de trabalho, sem os correspondentes recolhimentos;

c) Proposta de Emenda à Constituição sobre a não aplicação da Desvinculação de Receitas da União sobre as fontes de financiamento da Seguridade Social;

d) Proposta de Emenda à Constituição para dispor sobre o limite máximo de benefícios do Regime geral de previdência social e seu

---

<sup>47</sup> Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539169/Relat%c3%b3rio%20Final\\_CPIPREV.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539169/Relat%c3%b3rio%20Final_CPIPREV.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 12 mar. 2020.

reajustamento, fixando-o em R\$ 9.370,00 (nove mil trezentos e setenta reais);

e) Projeto de Lei para aumentar as penas e eliminar, no caso de pagamento do tributo devido, a possibilidade de extinção de punibilidade dos crimes contra a ordem tributária e para criar causas de redução de pena;

f) Proposta de Emenda à Constituição sobre a realização de auditoria pública da seguridade social e da dívida pública;

g) Requerimento para que o Tribunal de Contas da União execute inspeção sobre a validade e adequação do modelo e fórmulas atuariais adotados pelo Poder Executivo para o cumprimento da avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

h) Projeto de Lei para dispor sobre os crimes contra a Previdência Social;

i) Projeto de Lei Complementar para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários (BRASIL, 2017, p. 232-233).

No relatório é possível encontrar os detalhes sobre os Projetos e suas justificativas.

E, neste sentido, temos que para a Administração Pública há a exigência de se pautar o regramento em conformidade com o princípio da eficiência, este no sentido de sempre procurar aprimorar o cumprimento do complexo de princípios constitucionais. O atendimento à ordem maior da eficiência administrativa dirige-se ao objetivo de esmerar-se no atendimento aos demais mandamentos da Constituição (DI PIETRO, 2019, p. 243-244).

Segundo o jurista Alexandre de Moraes (2016, p. 551-552):

a EC 19/98, seguindo os passos de algumas legislações estrangeiras, no sentido de pretender garantir maior qualidade na atividade pública e na prestação dos serviços públicos, passou a proclamar que a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverá obedecer, além dos tradicionais princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, também ao princípio da eficiência.

Neste sentido, em observação aos estudos do autor:

O Congresso Nacional, no exercício do Poder Constituinte derivado, pode reformar a norma constitucional por meio de emendas, porém respeitando as vedações impostas pelo poder constituinte originário, este sim hierarquicamente inalcançável, pois manifestação da vontade soberana do povo e consagrado pela Constituição Federal de 1988. Assim, a Lei Magna prevê, expressamente, seguindo tradição constitucional, a imutabilidade das cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, IV), ou seja, a impossibilidade de emenda constitucional prejudicar os direitos e as garantias individuais, entre eles, o direito adquirido (art. 5º, XXXVI). Todos os aposentados e pensionistas, portanto, possuem direito adquirido, não só em relação à existência da aposentadoria, como situação jurídica já concretizada, mas também em relação aos valores e regras de atualização dos proventos recebidos, regidos pela constituição e legislação atuais, inatacáveis por meio de proposta de emenda constitucional [...] (MORAES, 2016, p. 630-631).

Assim, em relação aos princípios - como o acima destacado pelos doutrinadores mencionados -, ainda que se tenha o conhecimento de que os benefícios previdenciários foram evoluindo através dos tempos, benefícios foram criados, novos elementos foram inseridos, regras foram criadas, regras foram derrubadas, ou seja, o sistema previdenciário segue a evolução da sociedade, e a publicização e o debate sobre a mudança no ordenamento jurídico do que foi conquistado ao longo dos anos, mesmo que seja uma reforma visando uma necessidade importante (custeio para as futuras gerações), é de suma importância que o sistema previdenciário não deve ser usurpado, ser utilizado como instrumento de desigualdade, frente a uma sociedade já desigual.

O entendimento sobre a reforma pode ser compreendido conforme a sua evolução ao longo dos anos, pois a previdência social, segundo o doutrinador Wagner Balera (2003) “liga-se à noção de seguro social”, trazendo ainda como argumento de que se trata de “um sistema por meio do qual se busca oferecer proteção a determinados segmentos sociais em face de contingências sociais que os atingem, que afetam a sua capacidade laboral e a sua subsistência, cobrindo todos os eventos que causam estado de necessidade” (BALERA, 2003, p. 23). Foi principalmente em virtude da questão obreira, no auge do capitalismo industrial, que se afirmou a necessidade de uma intervenção dos poderes públicos no sentido de assegurar a manutenção de uma renda mínima aos trabalhadores e seus dependentes afetados por circunstâncias como a doença e a invalidez decorrentes de acidente de trabalho, a idade avançada e outras, que, à míngua de uma previsão normativa expressa, não encontravam resposta adequada do direito e do Estado.

Em relação à legislação previdenciária, os especialistas em direito previdenciário Carlos Alberto Castro e João Batista Lazzari (2018, p. 67) ressaltam

que “a doutrina majoritária considera como marco inicial da Previdência Social a publicação do Decreto Legislativo 4.682/1923”, conhecida como a Lei Eloy Chaves. A ementa dispõe – redação da língua portuguesa à época - que o decreto “Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no paiz, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados” (BRASIL, 1923).

Em decorrência dessa formalização legislativa, leis posteriores também disciplinaram a previdência de outras categorias de trabalhadores como portuários, marítimos, trabalhadores dos serviços telegráficos e rádio telegráficos, comerciários, bancários, entre outros.

Os autores lembram que “antes mesmo da Lei Eloy Chaves, já existia o Decreto 9.284, de 30.12.1911, que instituiu a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários da Casa da Moeda, abrangendo, portanto, os então funcionários públicos daquele órgão” (CASTRO, LAZZARI, 2018, p. 67-68).

Criou-se em 1926 o Instituto da Previdência Social dos Funcionários Públicos da União e, em 1930, o Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, no governo de Getúlio Vargas.

A Constituição de 1934 foi a primeira a prever a Previdência em seu texto. O artigo 121 estabelecia que a legislação do trabalho observaria a “assistência médica e sanitária ao trabalhador (...) e instituição da Previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte”, tratando-se da primeira forma de custeio da Previdência, chamada de tripartite ou tríplice, restando que, atualmente tal previsão vem estampada no artigo 195 da Constituição Federal vigente, que estabelece como obrigação que o Estado fiscalize as cobranças das contribuições dos trabalhadores e das empresas.

Após quase trinta anos, em 1960, cria-se o Ministério do Trabalho e Previdência Social e a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), ainda vigente no ordenamento jurídico brasileiro, dispondo no início de sua redação que a Previdência Social tem a finalidade de

assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, bem como a prestação de serviços que visem à proteção de sua saúde e concorram para o seu bem-estar (BRASIL, 1960).

Na mesma década, surge, através do Decreto-lei nº 72 de 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual unificou os até então Institutos de Aposentadoria e Pensões. Outras alterações que guardam relação com o tema também foram realizadas, como a criação do salário família, do décimo terceiro salário e do abono anual, todos em 1963.

Os trabalhadores rurais foram reconhecidos como segurados a partir de 1971, pela Lei Complementar 11/1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). E no ano seguinte, com a edição da Lei 5.859/1972, os empregados domésticos adquiriram esse direito, regulando não só a Previdência, como também a profissão. Lei que, em 2015, foi revogada em razão da publicação da Lei Complementar 150/2015, que regulamentou diversos pontos dos domésticos, como contrato e jornada de trabalho, hora extra, adicional noturno, férias, rescisão contratual, aviso prévio, fundo de garantia.

Castro e Lazzari (2018, p. 70) destacam: “assim, a Previdência Social brasileira passou a abranger dois imensos contingentes de indivíduos que, embora exercessem atividade laboral, ficavam à margem do sistema”.

Um dos marcos mais significativos foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, em razão do sistema de Seguridade Social, que abrange até hoje as áreas da Saúde, Assistência Social e Previdência Social, partes integrantes de Capítulo específico na Carta Magna, do artigo 194 ao 204. Além disso, não só reconheceu, em seu art. 6º, a previdência social como um direito social, como também, no art. 7º, equiparou os direitos dos trabalhadores urbanos com os dos trabalhadores rurais.

Outro marco relevante foi a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) em 1990, com a publicação do Decreto 99.350/1990, constituída como autarquia federal vinculada ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Como consequência, houve a fusão do Iapas<sup>48</sup> com o INPS<sup>49</sup>. A autarquia foi criada com as seguintes competências: arrecadação, fiscalização e cobrança das atribuições incidentes sobre a folha de salários; gestão dos recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social; concessão e manutenção dos benefícios e serviços

---

<sup>48</sup> Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/tag/iapas/> Acesso em: 10 mar. 2020.

<sup>49</sup> Instituto Nacional de Previdência Social. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/tag/iapas/> Acesso em: 10 mar. 2020.

previdenciários; execução de atividades e programas relacionados com emprego, apoio ao trabalhador desempregado, identificação profissional, segurança e saúde do trabalhador.

O sistema da Previdência Social foi alterado substancialmente com a Emenda Constitucional nº 20 de 1998 (EC 20/98). Castro e Lazzari (2018, p. 74) fazem um recorte importante lembrando que a votação dessa Emenda:

foi acelerada nos últimos meses da legislatura, por conta da crise econômica alardeada em meados de outubro daquele ano, o que pressionou o Legislativo por providências imediatas no sentido da aprovação de medidas capazes de conter o déficit público. Com isso, lamentavelmente, o debate acerca das questões envolvidas na reforma deixou de ser feito sob os pontos de vista estritamente jurídico e social, e passou a ser capitaneado pelo enfoque econômico, atuarial e dos resultados financeiros esperados com a aprovação do texto.

Cumprе ressaltar que a EC 20/98 foi tratada, de fato, como uma reforma, tal qual a abordada nesta pesquisa. A reforma de 1998 teve como base não mais o tempo de serviço, mas sim o de contribuição, seja no Regime Geral seja no Regime Próprio dos Servidores Públicos. Entre outras alterações estão a idade mínima de 16 anos para ingressar como segurado, e 14 como aprendiz; auxílio reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; tempos mínimos de contribuição para aposentadoria voluntária, com recebimento proporcional ou integral.

Em 1999, um ano após a EC 20, foi editada a Lei 9.876/99 que trouxe consigo o “fator previdenciário”, calculado “considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, [...]”. De acordo com Wladimir Novaes Martinez (2000, p. 2), “o pressuposto lógico-jurídico da Lei 9.876/99 é alcançar o equilíbrio do Plano de Benefícios do RGPS. Seu escopo inicial é, a médio prazo, eliminar o déficit da Previdência Social”.

Posteriormente houve ainda a edição de duas Emendas: a 41/03, reforma que alterou alguns pontos dos Regimes Próprios dos agentes públicos, e do Regime Geral de Previdência Social; e a 47/05, conhecida como a PEC paralela, que discutiu aspectos pontuais do Regime Próprio não tratadas na Emenda anterior.

Como última mudança significativa anterior à reforma, houve a edição da Lei 13.183/2015, que criou uma nova regra a qual faculta ao contribuinte optar pela não incidência do fator previdenciário para o cálculo da aposentadoria, isto é, os segurados que consigam somar o tempo de idade e de contribuição que atinjam 95 anos, para os do sexo masculino, e 85 anos para as do sexo feminino, fazem jus à



aposentadoria, destacando que, as somas de idade e de tempo de contribuição previstas serão majoradas em um ponto em 2018, 2020, 2022, 2024 e 2026 (artigo 29, C, § 2º da Lei 8.213/91)<sup>50</sup>.

Assim como os fatores históricos sobre demandas sociais evoluem, a mídia também evolui e passa a acompanhar e retratar temas por meio de seus produtos midiáticos. Em virtude disso, estudos passam a ser realizados na medida em que tais temáticas dizem respeito às discussões e à cobertura dada pela televisão e pelo telejornalismo, por exemplo.

O capítulo subsequente permite, por meio de um estudo metodológico, fazer uma análise de como dois importantes telejornais da TV aberta brasileira retrataram a pauta da reforma da Previdência Social por meio dos seus noticiários.

---

<sup>50</sup> Art. 29-C. O segurado que preencher o requisito para a aposentadoria por tempo de contribuição poderá optar pela não incidência do fator previdenciário no cálculo de sua aposentadoria, quando o total resultante da soma de sua idade e de seu tempo de contribuição, incluídas as frações, na data de requerimento da aposentadoria, for: (Incluído pela Lei nº 13.183, de 2015)

### 3. Vozes da Reforma

*Os grupos midiáticos sentem-se desimpedidos para selecionar as vozes que devem falar e ser ouvidas – geralmente aquelas que não arranham as metas mercadológicas, convalidam suas agendas temáticas ou não lhes criam embaraços no debate público.*

Dênis de Moraes

Neste capítulo, apresentam-se a metodologia aplicada ao objeto de estudo, a seleção do *cópus* e os objetivos propostos pela pesquisa. A partir da análise empírica dos dados obtidos, chega-se aos resultados, que permitem refletir sobre a pluralidade e a diversidade de vozes de forma crítica nas discussões da reforma da Previdência Social.

#### 3.1. Metodologia

Nesta dissertação recorreu-se à metodologia de Análise de Conteúdo (AC), que pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p. 44). Lawrence Bardin ressalta que isso não é suficiente para definir a sua especificidade o que implica em outros procedimentos que possam levar as respostas investigadas na pesquisa.

A autora afirma que a intenção desse tipo de análise é a inferência que pressupõe “conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (qualitativos ou não)” (BARDIN, 2016, p. 44). Esse tipo de método permite obter dados quantitativos, bem como fazer avaliação qualitativa a partir dos resultados, por isso esse tipo de metodologia não se restringe à escolha de apenas uma das abordagens, porque “a análise de conteúdo é uma técnica híbrida” (BAUER, 2015, p. 190). A Análise de Conteúdo parte da corrente positivista, sua utilização é aplicável e contundente, por aferir ao estudo um caráter preciso através de dados quantitativos e qualitativos, além de possibilitar que outras técnicas sejam adotadas no decorrer da pesquisa (BARDIN, 2016; BAUER, 2015; FONSECA JR., 2009).

A partir da metodologia pretende-se analisar se os telejornais da TV aberta Jornal Nacional e Jornal da Record pluralizaram e diversificaram as vozes na cobertura da reforma da Previdência Social. Busca-se verificar as vozes ouvidas nas reportagens; identificar as vozes favoráveis e contrárias; demonstrar as vozes

privilegiadas e a voz dominante; avaliar se esses telejornais apresentaram diferentes pontos de vista sobre o tema. Para isso são analisadas 36 edições, na íntegra, destas 18 do Jornal Nacional e 18 do Jornal da Record com foco nas matérias acerca do tema. O período analisado compreende do dia 22 a 27 de abril, 20 a 25 de maio e 03 a 08 de junho de 2019. Os dois significativos telejornais são veiculados em torno das 20h30min e 21h30min, respectivamente, em horário nobre.

No que diz respeito à análise temática, Bardin (2016, p. 135) menciona que ela “consiste em descobrir os “núcleos de sentido”, que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Na escolha de um tema específico como o da reforma, pode existir a procura por elementos que possam elucidar questões da pesquisa que estejam compreendidas por meio das mensagens difundidas por esses telejornais. Segundo a autora:

O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo, de inquérito ou de psicoterapia, os protocolos de testes, as reuniões de grupo, os psicodramas, as comunicações de massa etc., podem ser, frequentemente são, analisados tendo o tema por base (BARDIN, 2016, p. 135).

A análise pretendida pode ser enfocada nos textos, mas também se descolam deles, o que dá uma certa liberdade para o pesquisador em analisar sentenças enunciativas, que demandam determinados critérios de avaliação, seja para criar categorias seja para fazer análise crítica a partir dos dados.

A escolha pelos dois telejornais foi motivada por serem os de maior audiência e abrangência nacional, conforme dados do Kantar Ibope Media<sup>51</sup>, tanto da audiência semanal quanto da audiência diária<sup>52</sup>. Isso se dá em razão da comparação com os demais noticiários noturnos de TV, a exemplo do SBT Brasil e do Jornal da Band. Conforme audiência semanal, apresentada na figura 7, dados mostram que o Jornal Nacional é o de maior audiência em relação aos demais em todo período da análise; o Jornal da Record fica em segundo lugar, não superando a marca do JN, porém segue à frente do Jornal da Band. De acordo com o Kantar Ibope Media, o

---

<sup>51</sup> Dados demonstrados em tabelas elaboradas pela autora.

<sup>52</sup> Cumpre ressaltar que a fonte citada não disponibilizou os dados da audiência semanal do SBT Brasil. Quanto à audiência diária do SBT Brasil e Jornal da Band, somente foram divulgados os dados do dia 24 de abril.

termo “Rat#”, presente nas figuras de 7 a 10, significa, em milhares, o número médio de pessoas que assistiram ao programa.

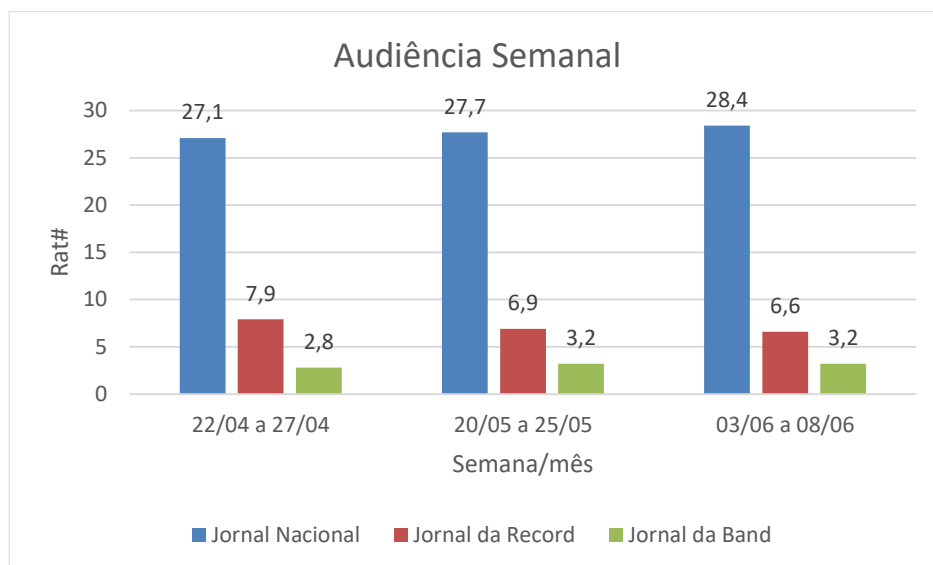


Figura 7 - Audiência semanal de abril, maio e junho<sup>53</sup>.

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do Kantar Ibope Media.

Em relação à audiência diária nos meses de abril, maio e junho, além da presença dos três telejornais citados acima, inclui-se também o SBT Brasil<sup>54</sup>. Na semana de abril (figura 8), observa-se que o Jornal Nacional aparece com uma significativa vantagem, também é possível perceber um distanciamento elevado em relação aos demais.

<sup>53</sup> Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-15-04-a-21-04-2019-2/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

<sup>54</sup> O SBT Brasil aparece apenas no dia 24 de abril em razão da não divulgação dos dados nos demais dias analisados.

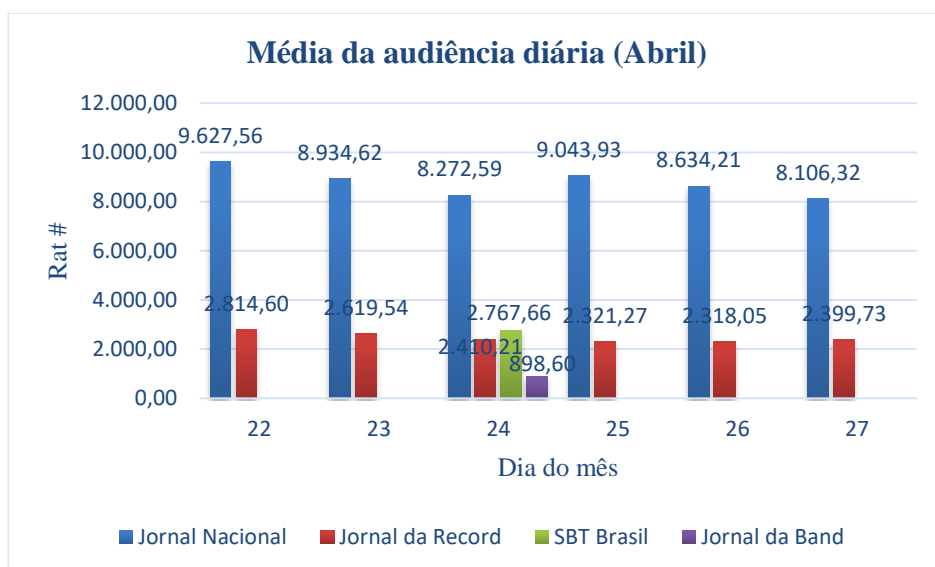


Figura 8 - Média da audiência diária da semana de 22 a 27 de abril<sup>55</sup>.  
Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do Kantar Ibope Media.

Na semana de maio, o Kantar Ibope Media não disponibilizou os dados do Jornal Nacional do dia 22. Nota-se novamente a preponderância de audiência do JN.

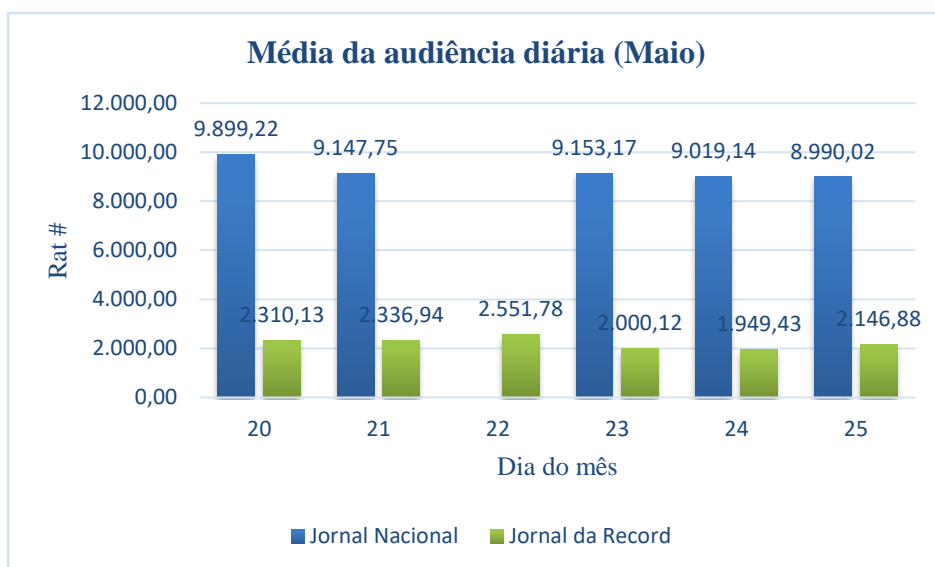


Figura 9 - Média da audiência diária da semana de 20 a 25 de maio<sup>56</sup>.  
Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do Kantar Ibope Media.

Na semana de junho, não foram disponibilizados pelo Kantar Ibope Media os dados do Jornal Nacional dos dias 04 e 05. Conclui-se que, em todas as semanas

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-15-04-a-21-04-2019-2/> Acesso em: 15 dez. 2019.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-15-04-a-21-04-2019-2-2-2-2-2/> Acesso em: 15 dez. 2019.

analisadas, o Jornal Nacional obteve larga vantagem em relação ao Jornal da Record e aos demais.

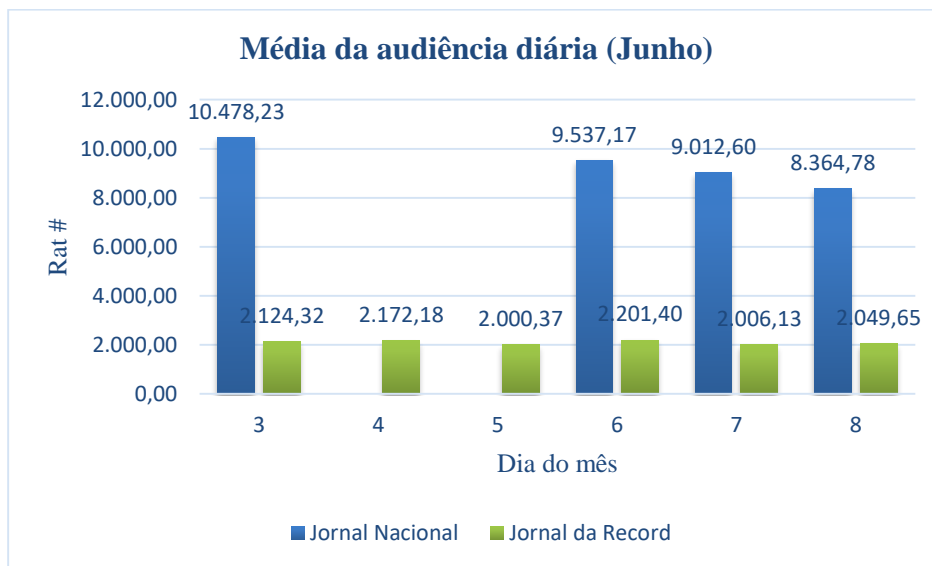


Figura 10 - Média da audiência diária da semana de 03 a 08 de junho<sup>57</sup>.  
Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do Kantar Ibope Media.

As edições analisadas passaram pelo critério de datas importantes sobre a discussão da proposta no Congresso Nacional e, com isso, chegou-se ao recorte dos dias, semanas e meses a serem analisados. Em abril houve a semana de discussão da admissibilidade da PEC 06/2019 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e criação da comissão especial; em maio, da possibilidade de apresentação de emendas ao projeto do governo e de parecer pela comissão especial; e em junho, da inclusão de estados e municípios e encaminhamento para aprovação do projeto.

Para realizar a análise foram elaboradas tabelas que auxiliaram na compreensão da sistemática entre a construção de categorias que se alinhassem às perguntas e objetivos propostos para o objeto em estudo. Foram levantadas categorias a partir da metodologia em questão, a saber: cabeça, que é a chamada para a reportagem, lida pelo apresentador ou repórter do telejornal; vozes ouvidas, que compreendem especificamente os entrevistados (tempo de fala, que é o tempo individual de cada de entrevistado/voz ouvida); vozes favoráveis e contrárias à reforma, que compreendem o ponto de vista em relação ao projeto da reforma da Previdência Social. Nos casos em que houve vozes contrárias a algum ponto, e não à reforma propriamente dita, segue detalhado em texto, logo após a tabela da

<sup>57</sup> Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-15-04-a-21-04-2019-2-2-2-2-2-2-2/> Acesso em: 15 dez. 2019.

respectiva reportagem. Em algumas ocasiões, foram registradas na tabela as vozes ouvidas que são narradas diretamente pelo repórter, seja no *off*<sup>58</sup>, seja na passagem<sup>59</sup> gravada ou ao vivo.

A fala e o tempo foram indicações centrais para a escolha das categorias, observados a partir das edições e das transcrições dos noticiários. O modelo de tabela abaixo foi adotado para analisar as reportagens do período pretendido e desse modo cumprir com os objetivos propostos pela pesquisa.

Tabela 1 - Modelo de tabela para análise das reportagens.

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma

Essas categorias foram construídas para que se pudesse verificar se esses telejornais pluralizaram e diversificaram as vozes sobre o tema. Com a identificação das vozes ouvidas, percebe-se quem são os sujeitos falantes nas reportagens (autoridades da equipe do governo, parlamentares, especialistas, repórteres, cidadãos, etc.), quanto tempo de fala os telejornais dedicaram a eles, bem como o tempo de exposição sobre o tema.

### 3.2. Análise das reportagens

Nesta etapa a pesquisa busca apresentar de forma empírica a partir de análise quantitativa e relacionar os dados obtidos em conjunto com a exploração de material textual previamente apurados, sendo eles a análise das edições selecionadas veiculadas pelo Jornal Nacional e Jornal da Record. Com a análise permite-se compreender os objetivos propostos ao longo da discussão teórica realizada nos primeiros capítulos e para que haja um cruzamento entre a sustentação teórica e empírica a partir dos métodos propostos acima. Com isso, a análise se apoia na interpretação, inferência (BARDIN, 2016; FONSECA JR., 2009) para que

<sup>58</sup> *Off* é o texto lido pelo apresentador ou pelo repórter, que será coberto com as imagens já selecionadas sobre o assunto. Excepcionalmente, a narração pode ser feita por outro profissional de voz: ator ou locutor (ALCURE, 2011, p. 111).

<sup>59</sup> O mais comum é o repórter aparecer no miolo da matéria: não se trata de um meio exato, mas sim do ponto onde se marca um momento ou local diferente, ou no qual cabe uma explicação necessária ao andamento do assunto. A passagem deve conter sempre informações relevantes. Em matérias especiais e longas, pode haver mais de uma passagem (ALCURE, 2011, p. 30).

os procedimentos metodológicos sejam colocados em prática de forma a alcançar os objetivos. Ressalta-se que das 36 edições analisadas, 29 foi o número efetivo de reportagens sobre a reforma, uma vez que a ausência do tema se deu em quatro edições do Jornal Nacional, e três do Jornal da Record.

### 3.2.1. Edições de segunda-feira, 22 de abril

A edição de segunda-feira do Jornal Nacional teve 43 minutos de duração e foi apresentada por Rodrigo Bocardi e Renata Vasconcellos. A apresentadora cita na escalada que o Governo negociava mudanças na reforma para tentar aprovar o texto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

A reportagem, com duração de três minutos, ouviu Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho, e o Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, ambos em Brasília. Marinho afirma: “Amanhã haverá a votação. É a informação que eu tenho dos líderes, inclusive do próprio presidente da Comissão de Constituição e Justiça, do presidente Rodrigo Maia, daqueles que fazem parte da Comissão”.

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara:

A Câmara precisa também entender que, todos nós precisamos entender, que há uma crise fiscal grande, uma crise econômica, uma crise que tem afetado a vida das pessoas. Enquanto a Previdência não tiver um encaminhamento, os grandes investimentos vão ficar, vamos dizer assim, sobrestados. Então a gente precisa cumprir o nosso papel de votar as matérias, e essa é uma matéria que gera uma despesa, é uma despesa muito grande e gera um crescimento anual na faixa de R\$ 50 bilhões por ano, então o país que não consegue investir, hoje, nem R\$ 50 bilhões, cresce a sua despesa previdenciária em R\$ 50 bilhões. Então se não tiver uma solução pra Previdência, certamente não haverá solução de investimento do Brasil nos próximos anos.

Tabela 2 - Reportagem do JN de 22 de abril.

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Governo negocia mudanças em texto para tentar aprovar Previdência na CCJ	Rogério Marinho	14’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Deputado Rodrigo Maia	46’’		



Nessa edição do Jornal Nacional, não foram identificadas vozes contrárias à reforma. Sobre problemas com partidos favoráveis à reforma em si, Júlio Mosquera, na passagem, faz a seguinte menção:

O governo tenta apaziguar principalmente o Centrão, formado por deputados de partidos de centro e direita, insatisfeitos com a forma que o Palácio do Planalto conduz a negociação política na Câmara e também por não conseguirem nomear aliados para alguns cargos públicos. Grande parte da resistência vem do PR e do Progressistas.

A edição do Jornal da Record teve duração de 44 minutos e foi apresentada por Adriana Araújo e Celso Freitas. Na escalada, o apresentador diz que o governo aceitava mudar o projeto para votar na Comissão de Constituição e Justiça. A reportagem de dois minutos ouviu as seguintes vozes:

Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho: “Nós dissemos, desde o início, que essas modificações não podem ter impacto fiscal e nem alterar o que nós consideramos o que é a sua espinha dorsal”.

Deputada Joice Hasselmann (PSL-SP): “Se é... nós precisarmos dar um passinho atrás pra avançar dez pra frente, muito bem! vamos fazer! Nós temos essa segurança, nós vamos conseguir aprovar na CCJ”.

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara: “No dia da instalação da comissão especial, esses dados vão estar abertos, senão não tem nem como começar a trabalhar”.

Otávio Rêgo Barros, porta-voz da Presidência da República: “Todas as informações serão iluminadas, e todas as perguntas respondidas na discussão de mérito”.

Tabela 3 - Reportagem do JR de 22 de abril

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Governo aceita alterar pontos na proposta de reforma da Previdência	Rogério Marinho	9’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Deputada Joice Hasselmann	10’’		
	Deputado Rodrigo Maia	4’’		
	Otávio Rêgo Barros	9’’		

O Jornal Nacional e o Jornal da Record se aproximam em relação ao tempo de transmissão da reportagem sobre a reforma da Previdência Social, porém não chegam a cinco minutos de cobertura. Esse tempo também é contrastado com os quase 50 minutos de reportagens sobre outros assuntos em ambos.

As vozes ouvidas no JN e no JR se assemelham, mas nota-se que mesmo com tempo inferior aos três minutos do JN, o JR, com dois minutos de reportagem, ouviu duas vozes a mais. Outras duas foram iguais nos dois telejornais como a do secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, e a do presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia. A voz de Maia apresenta um decréscimo no tempo de fala no JR em relação ao JN, motivo pelo qual se observa a margem maior de tempo do JN dedicada ao presidente da Câmara. Além disso, o tempo somado das vozes ouvidas no JN são de 1' e do JR, 32'', considerados no tempo total da reportagem, que concentrou o restante do tempo em cada telejornal da seguinte forma: dos três minutos do JN dois foram para fala de repórteres e apresentadores, bem como dois minutos do JR, 1'28'' também foram utilizados para a mesma finalidade.

### **3.2.2. Edições de terça-feira, 23 de abril**

A edição do Jornal Nacional teve 43 minutos e foi apresentada por Rodrigo Bocardi e Renata Vasconcellos. Os apresentadores citam na escalada que o governo havia fechado um acordo com partidos e retirou quatro pontos do texto os quais não reduzem a economia prevista pela equipe econômica.

A reportagem de sete minutos ouviu o secretário e parlamentares. Abaixo trecho de cada uma das vozes ouvidas.

Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho:

A etapa mais importante que é a comissão de mérito. Na comissão de mérito, nós vamos ter oportunidade de fazermos a discussão a respeito dos detalhes do projeto. Nós vamos discutir o conteúdo do projeto, e nessa oportunidade, inclusive, o governo, é, pretende demonstrar, assim, com a maior amplitude e transparência possível, todos os dados que embasaram a proposta.

Deputado Felipe Francischini (PSL-PR), presidente da CCJ:

Não adianta subir ou fazer um estardalhaço. Ganha quem tem mais voto, e também eu não acho que é bom para a imagem da nossa comissão do Congresso Nacional o tumulto que é criado, ah, e que foi criado em algumas outras sessões.

Deputada Joice Hasselmann (PSL-SP):

Está ficando feio pra esta casa, chega. Se vocês olharem e tiverem um pouquinho de sensibilidade aos anseios da população, vocês vão entender que a população quer que essa comissão trabalhe e não fique simplesmente procrastinando. A gente vai ficar aqui, porque, porque tem um grupo que sabe apenas fazer barulho. Vamos discutir questões de mérito na comissão especial. É o rito desta casa. Sensibilidade. Canja de galinha não faz mal a ninguém.

Deputado Arthur Oliveira Maia<sup>60</sup> (DEM-BA): “Deputados todos aqui me procuraram pra dizer que não vai tolerar o governo fazer uma obstrução enquanto que nós que não somos da base estamos aqui empenhados em votar”.

Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), relator da Previdência na CCJ: “Importa-nos lado outro valorizar o consenso e o entendimento majoritário nesta comissão e dar prosseguimento à tramitação da proposta com a urgência que o tema requer e o Brasil exige”.

Tabela 4 - Reportagem do JN de 23 de abril.

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Relator da reforma da Previdência na CCJ retira quatro pontos do texto	Rogério Marinho	24’’	Rogério Marinho, Deputada Joice Hasselmann, Deputado Arthur Oliveira Maia e Deputado Delegado Marcelo Freitas	Ausentes
	Deputado Felipe Francischini	13’’		
	Deputada Joice Hasselmann	34’’		
	Deputado Arthur Oliveira Maia	10’’		
	Deputado Delegado Marcelo Freitas	16’’		

A edição do Jornal da Record, duração de 36 minutos, foi apresentada por Celso Freitas e Adriana Araújo. O apresentador, na escalada, cita que a Comissão de Constituição e Justiça discute o projeto de reforma da Previdência Social.

<sup>60</sup> Nas imagens veiculadas pelo Jornal Nacional, não foi inserido crédito do deputado. A identificação do parlamentar foi possível por meio de vídeo do canal da TV Câmara no *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tgGEb0SJ37g>. Acesso em: 23 dez. 2019.

Na primeira parte da reportagem de dois minutos não há entrevistas, há somente a fala ao vivo (*stand up*<sup>61</sup>) do repórter Alessandro Saturno.

Nós estamos aqui, acompanhando essa sessão, neste momento os parlamentares estão analisando um requerimento, que pede justamente é pra que a Comissão adie a votação do texto da reforma da Previdência. Esse texto trata da admissibilidade do texto, que foi encaminhado aqui para a Comissão de Constituição e Justiça. Só que o presidente da Comissão já garantiu que essa possibilidade de adiamento da votação não existe [...] (Alessandro Saturno).

Tabela 5 - Reportagem 1 do JR de 23 de abril

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Discussão da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que decide se aceita ou rejeita a proposta	Não houve	Não houve	Presidente da comissão (no <i>stand up</i> )	Ausentes

O repórter comenta ao vivo (*stand up*) que a oposição queria que a votação fosse adiada:

Nós estamos aqui, acompanhando essa sessão, neste momento os parlamentares estão analisando um requerimento, que pede justamente é pra que a Comissão adie a votação do texto da reforma da Previdência. Esse texto trata da admissibilidade do texto, que foi encaminhado aqui para a Comissão de Constituição e Justiça [...] analisaram um primeiro requerimento pra adiar em cinco sessões, o segundo em três sessões e agora esse pra adiar em duas sessões. A todo momento a oposição quer que esse texto, que essa votação, ela seja adiada [...]

Na segunda parte da reportagem de três minutos, as vozes ouvidas são de três deputados:

Deputado Delegado Marcelo Freitas, relator da Previdência na CCJ: “Com esse acordo fechado, hoje nessa data, nós vamos conseguir dar um grande avanço na Proposta de Emenda à Constituição 6, que cuida da reforma da Previdência, e aprová-la efetivamente na Comissão de Constituição e Justiça”.

Deputado Arthur Lira: “Não somos base aliada. Nós somos partidos que querem aprovar a Previdência, ressaltados alguns itens, inclusive com documento assinado”.

<sup>61</sup> O repórter conta a história no local do acontecimento ou em outro lugar associado ou próximo ao fato. É muito usado nas inserções ao vivo, mas também pode ser gravado para entrar como assinatura do repórter, em matérias enviadas do exterior ou de local de difícil acesso (ALCURE, 2011, p. 26).

Deputado Felipe Francischini, presidente da CCJ: “Quando eu abro o microfone pra um, todo mundo começa a gritar. Eu não vou aceitar que fiquem gritando, isso aqui não é feira. Isso aqui é estratégia dos senhores”.

Tabela 6 - Reportagem 2 do JR de 23 de abril.

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Comissão de Constituição de Justiça da Câmara discute há mais de 7 horas a reforma da Previdência	Marcelo Freitas	13’’	Marcelo Freitas e Arthur Lira	Ausentes
	Arthur Lira	8’’		
	Deputado Felipe Francischini	9’’		

Repórteres citam que a oposição apresentou requerimentos para suspender a tramitação da emenda, alegando que o sigilo sobre os cálculos da reforma é ilegal. Repórter Christina Lemos: “A oposição tentou suspender a tramitação da emenda, alegando que o sigilo sobre os cálculos da reforma é ilegal. A questão dominou os debates, mas foi barrada pelo presidente Francischini, que tentou frear a obstrução dos oposicionistas”.

Alessandro Saturno (repórter):

Adriana, é o seguinte: o acordo era que essa votação aconteceria até as 11 da noite. Já são 10:28, e até agora os parlamentares, aqui da Comissão, eles estão votando o último requerimento, que pede que a votação seja adiada. Ao todo a oposição apresentou 18 requerimentos justamente para atrapalhar aí, o governo, né, e impedir essa votação do texto da reforma da Previdência. A expectativa é que logo depois que eles votarem, é, esse requerimento, esse último, eles partam, aí, pra dizer se o texto da reforma é ou não constitucional.

Nesse dia, a cobertura do JN teve um tempo expressivo; já o JR permaneceu semelhante ao dia anterior (22 de abril), entre dois a três minutos, mesmo dividindo as reportagens em duas partes. Quanto às vozes, os dois ouviram o Deputado Felipe Francischini (PSL-PR), presidente da CCJ, e o Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), relator da Previdência na CCJ. Uma voz diferente que aparece é a do Deputado Arthur Lira somente no JR. No JN as vozes que mais tiveram tempo de fala foram as que não apareceram no JR, como a do Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), relator da Previdência na CCJ, Deputado Arthur Oliveira Maia

(DEM-BA), e um tempo maior de 34'' para a Deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) em relação aos outros dois deputados.

No comparativo do tempo total de cada telejornal, os dois se aproximam em um recorte pequeno de vozes, como no JN que foi de 1'37'' e no JR de 1'6'', o restante do tempo nos dois telejornais ficou concentrado na fala de apresentadores e repórteres. Assim, de sete minutos do JN, apenas 1'37'' foram de “vozes ouvidas”, uma margem reduzida diante do tempo total dedicado à temática. O JR equilibrou a distribuição do tempo, no sentido de dividir as reportagens, somando cinco minutos no total, mas também se aproxima da perspectiva obtida do JN quando esse tempo é pouco utilizado para variar as vozes como identifica-se no JR, mesmo que elas apontem ser apenas favoráveis à aprovação da reforma da Previdência Social.

### **3.2.3. Edições de quarta-feira, 24 de abril**

A edição do Jornal Nacional teve 29 minutos e foi apresentada por Rodrigo Bocardi e Renata Vasconcellos. Os apresentadores citam na escalada que depois da aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, a reforma da Previdência segue para a próxima etapa com a criação da comissão especial.

A reportagem de quatro minutos ouviu o Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, e Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil.

Deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara:

O presidente, que já defendeu com menos ênfase, vem aumentando a sua ênfase. Isso ajuda muito, porque o presidente do Brasil comanda o nosso país tem uma avaliação positiva, e essa avaliação precisa ser transferida pro diálogo, né, pra que a sociedade possa participar com uma posição positiva do governo nessa matéria.

Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil (1ª parte):

Não dá pra gente pegar, né, os, o, o nosso goleador vamo, vamo brincar com futebol, né, e botar ele pra jogar os amistosos da, da preparação, né, tem que ser quando o jogo for para ganhar o campeonato, a taça a gente vai botar no armário.

Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil (2ª parte):

Os parlamentares, legitimamente, tá, os senadores buscam o quê? Atenção e recurso para as suas bases, quer para os municípios, quer para os estados, e é isso. Isso o governo vem trabalhando já, no caso das indicações. Nós já recolhemos dezenas delas, já encaminhamos aos Ministérios, algumas já estão sendo efetivadas.

Tabela 7 - Reportagem do JN de 24 de abril.

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Projeto de reforma do governo foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça depois de mais de nove horas de discussão	Deputado Rodrigo Maia	23''	Todos os ouvidos	Ausentes
	Onyx Lorenzoni	35''		

Na edição do Jornal da Record do dia 24 de abril, foi citado na escalada pelo apresentador Celso Freitas que a reforma da Previdência avançou na Câmara com a criação da comissão especial. Em seguida não houve reportagem sobre o tema.

No JR a notícia sobre a reforma foi mencionada apenas na abertura do telejornal, em nota pelada<sup>62</sup>, pelo âncora Celso Freitas: “Reforma da Previdência avança na Câmara com a criação da comissão especial”. Após essa menção o noticiário seguiu com 32 minutos de duração sem ter havido reportagem sobre a reforma. Esse noticiário pode ser conferido na íntegra na reportagem do dia 24 de abril veiculada pelo Jornal da Record<sup>63</sup>. Ao não haver reportagem sobre o tema, dificulta-se a comparação do tempo entre um telejornal e outro, porém fica evidente que apenas mencionar e não apresentar ao telespectador os acontecimentos do dia sobre o assunto inviabiliza que este ouça outras opiniões. O JN também mostra uma determinada redução no tempo total da edição. A reportagem dura quatro minutos, o que torna esse tempo em relação às duas edições anteriores relativamente próximos, tendo em vista que a média de quarenta minutos de cada pouco modifica quando a duração é menor como a observada nessa edição de 29’ do JN. Destaca-se a quarta-feira como o dia dedicado ao futebol na Rede Globo. No dia em questão tiveram diferentes jogos, um deles especificamente foi transmitido pela TV aberta Rede Globo no horário das 21h30<sup>64</sup>. Há uma certa redução no horário de transmissão do JN e da novela (os dois de horário nobre) para acomodar a transmissão de jogos.

<sup>62</sup> Nota pelada, no jargão jornalístico, é a nota lida pelo apresentador sem uso de outras imagens além da dele próprio.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.playplus.com/History/Play?m=86289>. Acesso em: 20 abr. 2020.

<sup>64</sup> Disponível em: <https://portalcanaa.com.br/site/televisao/qual-jogo-de-futebol-a-globo-vai-transmitir-hoje-quarta-feira-24-04-2019/>. 21h30 LDU-EQU x Flamengo Transmissão: GloboEsporte.com e TV Globo para RJ, MG, ES, GO, TO, MS, MT, SE, AL, PE, PB, CE, PI, MA, PA, AM, RO, AC, RR, AP e DF. Acesso em: 16 mar. 2020.

### 3.2.4. Edições de quinta-feira, 25 de abril

A edição do Jornal Nacional, de 50 minutos, foi apresentada por Rodrigo Bocardi e Renata Vasconcellos. Os apresentadores citam na escalada que o presidente Jair Bolsonaro disse que a economia com as mudanças não pode ficar abaixo dos R\$ 800 bilhões em 10 anos.

A primeira reportagem de quatro minutos ouviu o presidente da República.

Jair Bolsonaro (PSL):

Previsão mínima, né, da reforma da Previdência.

A bola agora está com o legislativo. São poderes independentes e harmônicos. É, eu gostaria que a nossa proposta saísse na ponta da linha como entrou, mas não sabemos, até para minha experiência de sete legislaturas, que haverá mudanças, né. Agora, não existe um dado mínimo, né, o Paulo Guedes fala em torno de R\$ 1 trilhão e 100 bilhões. A gente espera é que, em havendo qualquer desidratação, é, não seja um número que comprometa uma reforma.

Tabela 8 - Reportagem 1 do JN de 25 de abril.

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Economia com Previdência não pode ser menos de R\$ 800 bi, diz Bolsonaro	Presidente Jair Bolsonaro	34''	Presidente Jair Bolsonaro	Ausentes

A segunda reportagem de quatro minutos ouviu Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho; Fabio Klein, economista; Deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) e Deputado Delegado Waldir (PSL-GO). O tema diz respeito à economia que o governo pretende obter com a reforma. O secretário de Previdência defendeu as novas regras para o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho:

Certamente fará diferença na vida dessas pessoas, e nós estamos falando de mais de 2 milhões de indivíduos, que, ao longo de 10 anos, poderão ser atingidos, poderão ser alcançados por essa medida. Por isso que nós vamos levar essa discussão pra comissão especial. Pra que a sociedade tome conhecimento de quais são os fundamentos que nos levaram a ofertar a esta população, uma população pobre, uma população fragilizada, a antecipação do recebimento.

Fabio Klein, economista:

Assim como há uma relação de compra e venda de um carro, de um automóvel, o vendedor não fala qual é o preço final que ele topa vender, nem o comprador fala qual é o preço máximo que ele topa pagar, isso tá na entrelinha da negociação. Na reforma da Previdência é a mesma coisa, e na Comissão de Constituição e Justiça não se discute o mérito, apenas a legalidade, a formalidade da proposta. É, mas a



gente viu que, além de ter sido um processo moroso, ah, demorou alguns dias pra que se avançasse essa discussão, também se perdeu alguma coisa em termos de medida, em termos de conteúdo. Ainda que sejam coisas secundárias, e até em alguns momentos não relacionadas à questão da Previdência per si.

Deputado Marcel van Hattem (Novo-RS): “Nós vamos seguir o rumo da Venezuela se a gente continuar com a Previdência da forma como está e com o desarranjo das contas públicas. Precisamos inverter o rumo e fazer com que o Brasil cresça de novo”.

Deputado Delegado Waldir (PSL-GO):

Devemos ceder pouco, porque o Brasil precisa de mais de R\$ 1 trilhão para poder fazer as reformas necessária. Eu prefiro uma reforma que realmente traga uma economia de R\$ 1 trilhão e 236 bilhões. Eu acho que é a ideal, mas pra que isso aconteça, pra que os parlamentares se convençam disso, de que é necessário, é, essa reforma com esse valor, que é o que pede, é, o nosso Ministro da Economia, nós precisamos, né, do convencimento dos parlamentares.

Tabela 9 - Reportagem 2 do JN de 25 de abril.

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Em 10 anos, reforma da Previdência pode resultar em economia de R\$ 1,2 trilhão	Rogério Marinho	30”	Rogério Marinho, Deputado Marcel van Hattem e Deputado Delegado Waldir	Ausentes
	Fabio Klein	46”		
	Deputado Marcel van Hattem	9”		
	Deputado Delegado Waldir	33”		

A terceira reportagem de três minutos ouviu três vozes diretamente relacionadas a cargos específicos relacionados à reforma:

Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial:

Uma reforma é necessária, porque o Brasil precisa de um ajuste fiscal, mas que ela precisa ser calibrada porque esse ajuste fiscal não pode ser tão pesado para as pessoas, é, mais humildes, espero que o nosso esforço seja o esforço de, aqui na comissão, encontrar essa calibragem para que o projeto que chegue no plenário seja um projeto que simbolize a média do pensamento do povo brasileiro representado aqui na legitimidade de cada um dos deputados e deputadas.

Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência:

“Como é que fica de pé um sistema, porque o nosso não está de pé. O nosso tá quebrando, aliás, já está quebrado, só que tá quebrando o país também”.

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara:

Quando isso ficar revelado para a sociedade, a gente vai ter mais tranquilidade, que seja no final de junho, que seja no início de julho, mas a gente vai ter mais tranquilidade pra aprovar uma reforma que vai ter um impacto positivo pra economia, né, e que vai chegar no plenário com muita força para sua aprovação.

Tabela 10 - Reportagem 3 do JN de 25 de abril.

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Marcelo Ramos (PR-AM) vai presidir comissão especial da Previdência	Deputado Marcelo Ramos	29''	Todos os ouvidos	Ausentes
	Deputado Samuel Moreira	7''		
	Deputado Rodrigo Maia	16''		

A edição do Jornal da Record, com duração de 42 minutos, foi apresentada por Celso Freitas e Adriana Araújo. Os apresentadores, na escalada, citam que o governo revelou os números da economia com a reforma da Previdência e que a comissão especial já tinha presidente e relator.

As reportagens tiveram quatro minutos de duração. Na primeira reportagem ouviu-se o presidente da Câmara, o presidente da comissão especial e o relator da reforma da Previdência, conforme segue:

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara:

O tempo depende da capacidade do Governo, dos líderes do Governo, dos líderes dos partidos e dos membros e do presidente, do relator da comissão, de construir um consenso para aprovar um texto, mas aprovar um texto não apenas que atenda a convergências na comissão. Ele precisa tá preparado para ser aprovado no plenário.

Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial: “Não um controle autoritário, mas um controle baseado no respeito democrático e baseado nas regras do Regimento. Mas ele não prevê uma obstrução eterna”.

Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência: “Nós não fazemos nada que não tem uma razão de ser, que não tem uma explicação do ponto de vista fiscal, do ponto de vista social. Nós precisamos simular cada detalhe pra ver os custos dessas alterações”.

Tabela 11 - Reportagem 1 do JR de 25 de abril.

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
A expectativa do comando da comissão especial da reforma é que o texto seja votado até junho	Deputado Rodrigo Maia	23''	Todos os ouvidos	Ausentes
	Deputado Marcelo Ramos	9''		
	Deputado Samuel Moreira	13''		

Na segunda reportagem ouviu-se Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho, em relação aos números divulgados pelo governo com a economia que pretende obter com a reforma da Previdência: “Nós precisamos reestruturar o estado brasileiro pra que nós possamos atender o nosso futuro, pra que nós tenhamos condição de atender os mais pobres, os mais frágeis, as crianças e jovens que estão à margem desse processo, de proteção social”.

Tabela 12 - Reportagem 2 do JR de 25 de abril.

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Governo divulgou os números da economia que pretende obter com a reforma da Previdência	Rogério Marinho	17''	Rogério Marinho	Ausentes

Depreende-se dessas reportagens que o JN proporcionou um tempo significativo para falar sobre a reforma, nesta edição. Ao total de 11' divididos em três partes, sendo a primeira de 34'', a segunda, 1'58'' e a terceira, 52''. Dentro desse recorte, nota-se que os dois tempos maiores são da voz do economista Fabio Klein e do presidente Jair Bolsonaro. A fala de ambos se aproximam não apenas no tempo, mas também nos seus discursos, identificados com o mesmo propósito em aprovar a reforma da Previdência Social.

As vozes ouvidas nos dois telejornais se igualam quando ouvem o Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial, Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência, e Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho. Todos exercem cargos relevantes na condução das tratativas sobre a reforma. O JN, em certa medida, variou as vozes e apresentou

uma diversidade maior em relação ao JR, mas todas estas vozes convergem pela aprovação, nenhuma delas a contrária. Cabe ressaltar que no dia 25 de abril de 2019 foi instalada a comissão especial da reforma da Previdência<sup>65</sup>, que definiu como presidente deputado Marcelo Ramos, do PR Amazonas, e como relator, Samuel Moreira, do PSDB de São Paulo. A instalação pode ser vista na cobertura realizada pela TV Câmara<sup>66</sup>.

### 3.2.5. Edições de sexta-feira, 26 de abril

Na edição do Jornal Nacional do dia 26 de abril, não houve reportagem sobre a reforma da Previdência.

A edição do Jornal da Record, com duração de 46 minutos, foi apresentada por Celso Freitas e Adriana Araújo. Na reportagem de dois minutos, foram ouvidos o Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial, e o Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente do Senado.

Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial:

Ele (presidente) tem que defender a proposta integral e o parlamento fazer os ajustes necessários pra não sacrificar os mais humildes. Tem muito consenso em torno do fato de que o Brasil precisa de uma reforma e tem, nessa legislatura, o povo brasileiro vai perceber isso com tempo, muito compromisso com o país.

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente do Senado: “Ele (presidente) reafirmou ontem que ele espera que essa reforma saia do Congresso com a força suficiente para provar que o Brasil tem capacidade de ajustar suas contas e de seguir em um novo caminho”.

Tabela 13 - Reportagem do JR de 26 de abril.

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Presidente da comissão especial da reforma defende que o texto original do projeto seja mantido	Deputado Marcelo Ramos	18’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Senador Davi Alcolumbre	12’’		

<sup>65</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/2019/04/25/quinta-feira-25-de-abril.ghhtml>. Acesso em: 16 mar. 2020.

<sup>66</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1jX3G1Qy4c0>. Acesso em: 16 mar. 2020.

O JR, de 46 minutos de noticiários, dedicou apenas dois minutos para o tema, sendo que de 1'30'', apenas 30'' foram para a fala das vozes ouvidas. Nesse dia aparece a voz de um senador: a do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, do partido do Democratas do Amapá. Além do pouco tempo em relação à edição total, nenhuma voz ouvida que fosse contrária à aprovação da reforma foi apresentada pelo telejornal. Já o JN não teve reportagem sobre o tema. Sem ter claramente definidas as motivações de não ter havido cobertura, vale lembrar que as agendas políticas de alguns setores da sociedade haviam marcado debate sobre a reforma da Previdência. Um deles seria no dia 26 de abril, mesma data em que não foi ao ar reportagem no JN. Conforme noticiado pelo site do Valor Econômico em momento anterior, centrais sindicais já teriam inserido o mês de abril com pauta contra a reforma<sup>67</sup>, outro site como a Esquerda Online também havia divulgado sobre paralisações no mês de abril<sup>68</sup>.

### 3.2.6. Edições de sábado, 27 de abril

A edição do Jornal Nacional teve 44 minutos de duração e foi apresentada por Flávio Fachel e Ana Paula Araújo. A apresentadora cita na escalada que os governadores assinaram uma carta de apoio à reforma da Previdência.

A reportagem de dois minutos ouviu os seguintes governadores:

João Doria (PSDB), governador de São Paulo: “A economia brasileira, 70% ela está espelhada aqui nos governadores que estão presentes neste encontro, e 72% do universo eleitoral do país”.

Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul:

Nós estamos mobilizando as nossas bancadas, ah, no Congresso Nacional, cada governador comprometido a reunir as suas bancadas para orientá-los, dar a apresentação da importância no seu Estado, nas suas contas e para o Brasil dessa reforma da Previdência.

<sup>67</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/27/centrais-planejam-atos-contrareforma-da-previdencia-em-abril.ghtml>. Acesso em: 16 mar. 2020.

<sup>68</sup> Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/04/01/construir-um-dia-nacional-de-paralisacoes-contrareforma-da-previdencia-rumo-a-greve-geral/>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Tabela 14 - Reportagem do JN de 27 de abril.

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Governadores do Sul e do Sudeste assinam carta de apoio à reforma da Previdência	João Doria	12''	Todos os ouvidos	Ausentes
	Eduardo Leite	17''		

A edição do Jornal da Record, com duração de 33 minutos, foi apresentada por Celso Freitas e Janine Borba.

Na primeira reportagem, ouviu-se o presidente Jair Bolsonaro sobre possíveis mudanças no texto original da reforma da Previdência e sobre a possível economia que espera gerar com a proposta que será analisada pelo Congresso.

Presidente Jair Bolsonaro (primeira parte):

Se conseguir R\$ 800 bilhões que eu falei, é um número que já nos preocupa e a gente espera que não baixe disso de jeito nenhum. Agora não tô torcendo nem por 800, 900. Eu quero uma reforma aprovada e que ela realmente atinja o seu objetivo de tirar o Brasil da crise econômica que temos pela frente.

Presidente Jair Bolsonaro (segunda parte):

Não posso ir pra dentro do Congresso que lá tem um Comandante, que é o Rodrigo Maia, que eu respeito e agradeço nesse momento, é, o trabalho que ele fez para aprovar na Comissão de Constituição e Justiça a admissibilidade. Agora, eu tenho recebido muitos parlamentares e tratando desse assunto, são reuniões que, realmente, são em alto nível, e, dessa forma, acredito na aprovação dessa proposta. Eu pretendo, brevemente, encontrar com Rodrigo Maia, vai acontecer esse encontro, quero conversar particular com ele, com toda certeza ele vai aceitar essa conversa.

Tabela 15 - Reportagem 1 do JR de 27 de abril.

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Presidente comenta de possíveis mudanças no texto original da reforma e economia que espera gerar	Presidente Jair Bolsonaro	53''	Presidente Jair Bolsonaro	Ausentes

Na segunda reportagem, ouviram-se João Doria (PSDB), governador de São Paulo, e Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul, sobre a divulgação de uma carta de apoio à reforma da Previdência.

Governador João Doria (PSDB-SP): “Atualizar a Previdência brasileira será o primeiro passo no conjunto de reformas necessárias para assegurar a estabilidade fiscal da União, de Estados e Municípios”.

Governador Eduardo Leite (PSDB-RS):

Nós temos que mostrar que este país não vai quebrar, e a reforma da Previdência garante que nós não vamos quebrar, que vamos honrar compromissos, que vamos ter capacidade de investimento para investimentos privados, o que gera emprego, gera renda pra população.

Tabela 16 - Reportagem 2 do JR de 27 de abril

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Governadores divulgam carta de apoio à reforma da Previdência	João Doria	12’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Eduardo Leite	13’’		

Nas edições dos dois telejornais, há uma diferença em uma das vozes ouvidas, a do Presidente Jair Bolsonaro, que não aparece no JN. No JN e no JR as vozes de dois governadores do PSDB são as únicas ouvidas nas reportagens veiculadas. Não se identifica, assim, voz contrária e o tempo dos noticiários não chega a dois minutos em cada um deles. O tempo total das vozes no JN é de 1’31’’; no JR, de 1’18’’. Essas vozes tratam sobre a inclusão ou não de estados e municípios na reforma, que atende questões da União. Outras vozes, como a de governadores de outros estados não foram ouvidas, dentre elas pode-se inferir que as vozes contrárias estiveram ausentes. Portanto não se sabe quais eram as motivações das outras vozes em serem também, possivelmente, contrárias à inclusão ou não<sup>69</sup>.

### 3.2.7. Edições de segunda-feira, 20 de maio

A edição do Jornal Nacional teve 41 minutos de duração e foi apresentada por William Bonner e Renata Vasconcellos. O apresentador cita na escalada que o deputado relator da comissão especial da reforma da Previdência nega que parlamentares pretendam apresentar um projeto alternativo.

<sup>69</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/09/governadores-estados-municipios-reforma-previdencia.htm>. Acesso em: 16 mar. 2020.

A reportagem – duração de quatro minutos – ouviu Paulo Guedes, ministro da Economia; Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência; e o Presidente Jair Bolsonaro.

Paulo Guedes, ministro da Economia:

“Estamos confiantes no trabalho do relator, estamos confiantes no trabalho do Congresso e otimistas quanto ao compromisso de conseguirmos aprovar a reforma com a potência fiscal necessária para, uh, desbloquear o horizonte de investimentos no Brasil nos próximos 10, 15 anos”.

Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência:

Eu vou fazer um relatório. Se, tecnicamente, se chamar substitutivo, qual o problema? Importante é que é em cima de um projeto que o governo apresentou. E nós vamos fazer alterações também conversando com o governo, vamos fazer alterações conversando com os líderes partidários.

Presidente Jair Bolsonaro (PSL):

Agora o problema que nós temos lá, prezado presidente, é inves, é dinheiro. Não podemos desenvolver muita coisa por falta de recurso. Por isso precisamos da reforma da Previdência. Ela é salgada pra alguns, ah, pode até ser, mas estamos combatendo são privilégios. Não dá para continuar mais, o Brasil, com essa tremenda carga nas suas costas. Se não fizermos isso, dois mil e vinte e dois, vinte e três, no máximo vinte e quatro, vai faltar recurso para pagar quem tá na ativa.

Nós valorizamos, sim, o parlamento brasileiro, que vai ser, quem vai dar a palavra final, nessa questão da Previdência, tão rejeitada ao longo dos últimos anos. Eu agradeço, aqui, ao Rodrigo Maia, presidente da Câmara, ao Davi Alcolumbre, presidente, da, do Senado Federal que, que em conversas que temos tido, são unânimes em dizer, da, da necessidade de aprovarmos essa Previdência. E aos parlamentares como um todo, eu quero dizer-lhes, só não recebo mais por falta de agenda, mas gostaria de continuar a conversar com o maior número possível de vocês pra que, possíveis equívocos, possíveis melhoras, nós possamos, junto ao parlamento brasileiro, buscá-la.

Tabela 17 - Reportagem do JN de 20 de maio

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Relator da comissão especial da Previdência e o governo passam dia em reuniões	Paulo Guedes	24’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Deputado Samuel Moreira	17’’		
	Presidente Jair Bolsonaro	1’21’’		

A edição do Jornal da Record, com duração de 41 minutos, foi apresentada por Celso Freitas e Adriana Araújo. Na escalada o apresentador cita que o Governo lança campanha para defender a reforma da Previdência.



A reportagem de cinco minutos foi dividida em dois assuntos: o primeiro a respeito do lançamento da campanha para defender a reforma da Previdência, e o segundo, do possível texto alternativo ao projeto do executivo. Na primeira parte, foram ouvidos o presidente Jair Bolsonaro e Fabio Wajngarten, secretário de Comunicação Social da Presidência. Na segunda parte, o presidente Jair Bolsonaro; Paulo Guedes, ministro da Economia; Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara; Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial; Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência; Deputado Júlio Delgado (PSB-MG); e Deputada Joice Hasselmann (PSL-SP).

Em relação ao primeiro assunto, presidente Jair Bolsonaro (PSL):

Eu agradeço, aqui, ao Rodrigo Maia, presidente da Câmara, ao Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal, que, em conversas que temos tido, são unânimes em dizer da necessidade de aprovarmos essa Previdência. E aos parlamentares como um todo, eu quero dizer-lhes que eu só não recebo mais por falta de agenda. Mas gostaria de continuar a conversar com o maior número possível de vocês. Nós valorizamos, sim, o parlamento brasileiro, que vai ser quem vai dar a palavra final nessa questão da Previdência, tão rejeitada ao longo dos últimos anos.

Fabio Wajngarten, secretário de Comunicação Social da Presidência:

É um equívoco quem acredita no fim das mídias consideradas tradicionais. Nossas campanhas vão estar no maior número de meios possíveis. Para nós da Secom, todas as mídias são importantes, principalmente num país com dimensões territoriais gigantescas como o Brasil.

Tabela 18 - Reportagem 1 do JR de 20 de maio

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Governo lança campanha para defender a reforma da Previdência	Presidente Jair Bolsonaro	39''	Todos os ouvidos	Ausentes
	Fabio Wajngarten	18''		

Em relação ao segundo assunto, presidente Jair Bolsonaro (PSL):

As propostas que estão dentro da Câmara, do Senado, e se Câmara e Senado têm propostas melhores do que a nossa, que coloquem em votação, não há briga entre poderes. O que há é uma grande fofoca, inviabiliza, por vezes, atrasam. O que eu mais quero é conversar.

É um país maravilhoso, que tem tudo pra dar certo, mas o grande problema é a nossa classe política. É nós, Witzel, é nós, Crivella, sou eu, Jair Bolsonaro, é o Parlamento, em grande parte, é a Câmara Municipal, Assembleia Legislativa. Nós temos que mudar isso. Não existe maior satisfação que um político pode ter, como graças a Deus eu tô tendo, ser reconhecido em qualquer lugar do Brasil ou fora do Brasil. Reconhecido pelo lado bom, também, claro. Então, nós temos como mudar o destino do Brasil.

Paulo Guedes, ministro da Economia: “Estamos confiantes no trabalho do Congresso e otimistas”.

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara: “O parlamento serve pra isso, para construir textos melhores do que aquele que o poder executivo encaminhou. Não nesse governo, mas em todos”.

Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial: “Me parece claro que, pela manifestação da maioria dos partidos, alguns itens necessariamente precisarão ser alterados para garantir a maioria de 308 votos”.

Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência: “Se houver concessões em algum ponto do projeto, algumas alterações, nós vamos tentar buscar no orçamento alguma compensação de recurso que possam ser melhor utilizados na Previdência do que em outros lugares”.

Deputado Júlio Delgado (PSB-MG): “Vamos tirar os exageros, os defeitos da proposta que foi enviada pelo governo, e vamos encaminhar a proposta que esteja à altura de acabar com os privilégios e atender a necessidade da Previdência Social brasileira”.

Deputada Joice Hasselmann (PSL-SP): “Nós temos um grupo de líderes que tá disposto a seguir com a votação. O que tem que acontecer é uma boa conversa e todo mundo baixar a guarda. Chega de clima beligerante”.

Tabela 19 - Reportagem 2 do JR de 20 de maio

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Governo e relator negam a existência de texto alternativo ao projeto do executivo	Presidente Jair Bolsonaro	55''	Defendem possíveis alterações: Deputado Marcelo Ramos, Deputado Júlio Delgado, Deputada Joice Hasselmann	Ausentes
	Paulo Guedes	5''		
	Deputado Rodrigo Maia	10''		
	Deputado Marcelo Ramos	10''		
	Deputado Samuel Moreira	14''		
	Deputado Júlio Delgado	12''		
	Deputada Joice Hasselmann	10''		

Os dois telejornais se igualam no tempo de edição em 41' cada, além disso, entre as vozes ouvidas, o tempo de fala do presidente Jair Bolsonaro é mais expressivo nessas reportagens quando comparadas às anteriores. Mesmo o JR dividindo a matéria em dois assuntos, em cada um deles a fala do presidente aparece e soma um total de 1'34''. A diferença é de 13'' a mais que o JN, que disponibilizou 1'21'' sem dividir a reportagem em assuntos como no outro telejornal. As demais vozes ouvidas seguem sendo favoráveis à aprovação, e não há identificação de vozes contrárias. O tempo total da reportagem no JN e no JR é de aproximadamente dois minutos. Cada um dos telejornais apresentou cerca de cinco minutos sobre a matéria da reforma, o restante do tempo foi utilizado pelos apresentadores e repórteres, principalmente no Jornal da Record.

### 3.2.8. Edições de terça-feira, 21 de maio

A edição do Jornal Nacional teve 42 minutos de duração e foi apresentada por William Bonner e Renata Vasconcellos. O apresentador cita na escalada que deputados da comissão especial têm nove dias pra apresentar emendas ao projeto de reforma da Previdência.

A reportagem de três minutos ouviu Leonardo Alves Rangel, diretor de Programa na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho; Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial; e Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência.

Leonardo Alves Rangel, Diretor de Programa na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho: “A gente tem certeza, convicção total que é uma proposta pra atingir os privilegiados. A gente define muito bem os privilegiados. São um grupo de servidores públicos que têm altos remunerações”.

Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho: “Aqueles que já estão aposentados do regime geral vão manter intactos o que já recebem hoje. E aqueles que têm mais vão contribuir com mais, e aqueles que têm menos vão contribuir com menos”.

Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial:

A reforma tá perfeitamente dentro do calendário, não há um dia sequer de atraso desde que nós chegamos aqui na comissão especial, e há um esforço hoje coletivo de blindar não só a reforma, mas toda pauta econômica. Os parlamentares do centro têm carregado a reforma nas costas desde que ela chegou aqui. Se a reforma tramitou até agora, foi por um esforço desses parlamentares do centro.

Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência:

A reforma não é uma pauta do presidente da República, não é uma pauta de A nem B, eu já disse, é uma pauta do país, é uma pauta agora que está aqui na Câmara Federal. Nós precisamos construir unidade para viabilizá-la, porque, além do conteúdo, precisa de voto, precisa ter votos pra aprovar e precisa ter responsabilidade, né, e de maneira republicana buscar os votos sem dar cotovelada.

Tabela 20 - Reportagem do JN de 21 de maio

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Comissão especial da Previdência dá mais prazo para apresentação de emendas	Leonardo Alves Rangel	11’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Rogério Marinho	11’’		
	Deputado Marcelo Ramos	21’’		
	Deputado Samuel Moreira	23’’		

A edição do Jornal da Record, de 29 minutos, foi apresentada por Celso Freitas e Adriana Araújo. Na escalada, a apresentadora cita que o presidente da Câmara rompe com líder do governo e atrapalha reforma da Previdência, e aos cinco minutos de edição, também cita:

E agora, no início da noite, Bolsonaro recebeu, no Palácio da Alvorada, o presidente do STF, Dias Toffoli. Após o encontro, disse a nossa reportagem que ficou grato ao ministro por ter aceito o convite para discutir a conjuntura atual. Bolsonaro disse que a harmonia reina entre os dois na busca de soluções dos problemas nacionais, entre eles a reforma da Previdência.

A reportagem de dois minutos ouviu o Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência; Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial; e Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara.

Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência: “A gente conseguiu um ambiente de estabilidade, né, isto é importante. É preciso que todo mundo ande com um tambor de água pra apagar os incêndios, né, tem gente andando com tambor de gasolina”.

Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial: “Não é hora de estimular qualquer acirramento da relação do Legislativo com o Executivo. Nós vamos isolar a reforma da Previdência de qualquer ambiente de hostilidade. Ela é do Brasil”.

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara:

Não tenho relação porque nunca tive. Continuei sem ter a partir de março, depois que eu vi qual é a opinião que um deputado tem do próprio Parlamento, só isso. Mas eu nunca tive relação e vou continuar sem ter a mesma relação, e isso não faz nenhuma diferença. Um deputado que coloca uma charge atacando o Parlamento, comigo não tem conserto.

A repórter Christina Lemos comenta:

Vitor Hugo, que não quis dar declarações sobre o episódio, queixa-se de que Maia não atende suas ligações e sequer o recebe na residência oficial. Mas diz que trabalhará para construir pontes e que não pretende deixar a liderança do Governo na Câmara.

Tabela 21 - Reportagem do JR de 21 de maio

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Presidente da Câmara rompe com líder do governo e atrapalha reforma da Previdência	Deputado Samuel Moreira	13''	Todos os ouvidos	Ausentes
	Deputado Marcelo Ramos	10''		
	Deputado Rodrigo Maia	18''		

Na edição do dia 21, o JR possui 13 minutos a menos que o JN. As vozes ouvidas por eles se assemelham como já visto em edições anteriormente analisadas, mas apenas no JN uma delas aparece como uma voz diferente de todas as reportagens já analisadas, como a do Diretor de Programa na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Leonardo Alves Rangel. Ainda assim o tempo de fala do Diretor e do secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, juntos somam 22'', o que os aproxima do tempo de fala do relator da reforma da Previdência, Deputado Samuel Moreira do PSDB de São Paulo em 23''. As falas somam 1' e 6''. Embora no JR duas vozes sejam iguais às do JN, como as do relator da reforma da Previdência, Deputado Samuel Moreira, também do PSDB de São Paulo, e a do presidente da comissão especial, Deputado Marcelo Ramos do PR Amazonas, somam o tempo total de 23'' o tempo dado ao Deputado Marcelo Ramos no JN. A diferença é a voz do Deputado da Câmara, Rodrigo Maia, do partido Democratas, Rio de Janeiro, que recebeu 18'' de tempo de fala no JR. Todas essas vozes são favoráveis à reforma e não há a identificação de voz contrária nessas reportagens.

### 3.2.9. Edições de quarta-feira, 22 de maio

Na edição do Jornal Nacional do dia 22 de maio, não houve reportagem sobre a reforma da Previdência.

A edição do Jornal da Record, com duração de 26 minutos, foi apresentada por Luiz Fara Monteiro e Adriana Araújo. O apresentador cita que os deputados da comissão especial já fizeram 23 sugestões de mudanças à proposta do Governo e que o prazo para apresentação de emendas termina no dia 30.

Na reportagem de dois minutos, foram ouvidos o Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, e o Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial.

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara: “Eu acho que a gente vai colocar esse trem no trilho, no caminho correto, numa velocidade cada vez maior em relação ao crescimento, ao desenvolvimento e ao fortalecimento das instituições democráticas no nosso Brasil”.

Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial: “Os atritos, eles não se dão em torno da reforma da Previdência, eles se dão em temas periféricos. Vamos blindar a Previdência de toda essa confusão externa na relação entre Poder Executivo e Poder Legislativo”.

Tabela 22 - Reportagem do JR de 22 de maio

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Deputados da comissão especial já fizeram 23 sugestões de mudanças à proposta do Governo	Deputado Rodrigo Maia	15’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Deputado Marcelo Ramos	12’’		

No dia 22 de maio, em que não houve reportagem sobre a reforma no Jornal Nacional, no Jornal da Record o tempo de duração da edição não chegou a meia hora, e as vozes ouvidas foram apenas do presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do presidente da comissão especial, Deputado Marcelo Ramos (PR-AM). As notícias sobre o tema tiveram duração de dois minutos, porém o tempo de fala das duas vozes ouvidas não chegaram aos 30’’ dos 1’33’’ restantes. Nesse mesmo dia, embora não tenha havido menção à reforma no JN e tenha havido poucas vozes na reportagem do JR na Câmara do Deputados, por meio da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, houve debate sobre a reforma da Previdência e os impactos que ela traria aos direitos humanos. Conforme site da própria Câmara, o debate visava atender o requerimento do deputado Helder Salomão (PT-ES)<sup>70</sup>. A TV Câmara transmitiu o debate “Impactos da reforma da Previdência”<sup>71</sup>, o qual contou com a fala de especialistas chilenos através de videoconferência com as

<sup>70</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/557879-impacto-da-reforma-da-previdencia-sobre-os-direitos-humanos-e-tema-de-debate-em-comissao/>. Acesso em: 16 mar. 2020.

<sup>71</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vLRgGE9rQXI>. Acesso em: 16 mar. 2020.

experiências do sistema previdenciário chileno e de como o governo brasileiro insistentemente se refere ao modelo como bem sucedido quando da instalação do sistema de capitalização individual. Nenhum dos dois telejornais fez menção a esse debate ocorrido na Câmara, no qual poderia ter apresentado aos telespectadores as implicações da aprovação da reforma em nosso país e da repercussão do modelo previdenciário no Chile após a instalação do sistema de capitalização individual.

O Seminário, de aproximadamente três horas, foi transmitido pela TV Câmara e apresentada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias com o título “Impactos da reforma da Previdência” sob o Requerimento nº 30/2019, de iniciativa do Deputado Helder Salomão. Os participantes, conforme consta no site da Câmara dos Deputados eram: a Sra. Maria Lúcia Fatorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida; o Sr. Carlos Eduardo Gabas, Especialista em Gestão de Sistemas de Seguridade Social e Ex-Ministro da Previdência Social; Sr. Recaredo Gálvez, Pesquisador da Fundación Sol do Chile; Sr. Erick Magalhães, Advogado Especialista em Direito Previdenciário; Sr. Guilherme Pfeifer Portanova, Especialista em Direito Previdenciário e Consultor Jurídico da Confederação Brasileira de Aposentados (Cobap); Sra. Selene Michielin Barboza, Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sra. Edjane Rodrigues, Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Sra. Carolina Espinoza, Dirigente da Confederação de Funcionários de Saúde Municipal (Confusam) do Chile e representante da Coordenação No Más AFP (Administradora de Fundo de Pensão).

Os participantes chilenos fizeram os debates por meio de videoconferência. Em uma das exposições sobre a realidade do sistema previdenciário chileno, o pesquisador Recaredo Gálvez fala sobre os impactos negativos da instalação do sistema de capitalização individual, envolvendo desde os pequenos trabalhadores até os grandes e distintos grupos econômicos sobre o modo e funcionamento de um modelo que já dura quase quarenta anos. Segundo o pesquisador, 36% do salário mínimo do Chile é pago a 60% da população mais pobre, que recebe essa pensão solidária. Para Gálvez esse é um exemplo de que esse tipo de modelo, que leva à insuficiência das pensões, de pobreza e privação de direitos sociais, só mostra a problemática e o fracasso desse sistema.



### 3.2.10. Edições de quinta-feira, 23 de maio

Não houve nesse dia, tanto na edição do Jornal Nacional quanto do Jornal da Record, reportagem sobre a reforma da Previdência.<sup>72</sup>

Em 23 de maio, as edições do Jornal Nacional e do Jornal da Record dedicaram quase 48 minutos de JN e de quase 46 de JR. Nessas edições o tempo é maior em relação às anteriormente analisadas. As reportagens dos dois telejornais nesse dia são de assuntos como meio ambiente, segurança pública, dentre outros ligados ao governo brasileiro. O destaque dado por cada um foi sobre coberturas de rompimento de barragens em Minas Gerais, a exemplo dos casos Mariana, Brumadinho. As notícias sobre a transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que em 22 de maio o Plenário da Câmara dos Deputados transferiu para o Ministério da Economia. De acordo com site da Câmara<sup>73</sup>, em agosto do mesmo ano, o órgão foi transferido para o Banco Central<sup>74</sup> com a adoção da edição da Medida Provisória 893/2019<sup>75</sup>.

O JN dedicou um tempo maior sobre questões ambientais; no JR, para uma Cerimônia celebrada em Brasília, em comemoração aos 71 anos do Estado de Israel. Foram homenageados o presidente Jair Bolsonaro, o Bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, tendo como convidados o presidente do Senado Davi Alcolumbre e o Deputado Marcos Pereira, vice-presidente da Câmara.

Destaca-se que, embora não tenha havido notícias sobre a reforma da Previdência, noticiou-se, nos dois telejornais, sobre a reforma Administrativa, pretendida pelo atual governo. Além disso, na data das edições, a Câmara promoveu Audiência Pública<sup>76</sup> com o seguinte tema: “Categorias com Critérios Diferenciados de Aposentadoria”, referente à Previdência Social, que contou com diversos

<sup>72</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sntzIWluq6U>

<https://www.youtube.com/watch?v=Mc0uXSaEKww>. Acesso em: 18 mar. 2020.

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/558220-plenario-transfere-coaf-para-o-ministerio-da-economia>. Acesso em: 18 mar. 2020.

<sup>74</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/590460-transferencia-do-coaf-para-banco-central-e-criticada-em-audiencia-publica/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

<sup>75</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2216030>. Acesso em: 18 mar. 2020.

<sup>76</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/557940-comissao-realiza-debate-sobre-categorias-com-criterios-diferenciados-de-aposentadoria/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

parlamentares. No canal do Youtube<sup>77</sup> é possível ver na íntegra as discussões dessa audiência, que não foi mencionada nas edições dos dois telejornais.

### 3.2.11. Edições de sexta-feira, 24 de maio

A edição do Jornal Nacional teve 45 minutos de duração e foi apresentada por William Bonner e Renata Vasconcellos. O apresentador cita na escalada que o Ministro Paulo Guedes declarou que deixaria o cargo se a reforma da Previdência fosse desidratada.

A reportagem de cinco minutos ouviu Paulo Guedes, ministro da Economia; presidente Jair Bolsonaro; Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara; Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência; e Ana Carla Abrão, consultoria Oliver Wyman.

Paulo Guedes, ministro da Economia (em trechos da revista Veja):

Um dos grandes problemas da Previdência é que ela é uma fábrica de desigualdades, uma máquina perversa de transferência de renda. Tira-se de quem tem menos e passa-se para quem tem mais.

Se só eu quero a reforma, vou embora para casa. Se eu sentir que o presidente não quer a reforma, a mídia está afim só de bagunçar, a oposição quer tumultuar, explodir e correr o risco de ter um confronto sério... pego o avião e vou morar lá fora.

Tenho absoluta confiança em que vai sair a reforma de R\$ 1 trilhão.

Presidente Jair Bolsonaro (PSL):

Ele tá no direito dele. Ninguém é obrigado a continuar como ministro meu. Logicamente, tá havendo uma catástrofe, e é verdade, concordo com ele, é, se nós não aprovarmos uma reforma realmente muito próxima da que nós enviamos para o parlamento. Então o que o Paulo Guedes vê não é nenhum vidente, mas nem precisa ser, pra entender que o Brasil mergulha num caos econômico sem a aprovação dessa reforma.

É um projeto, eles chamam de reforma mãe. E se não fizer isso, você não terá suas contas ajustadas e ninguém, nem de fora nem de dentro, quer, é, vai querer investir em nosso país. Esse é o apelo que nós fazemos, aí não tem partido político. A União não tá bem, a maioria dos Estados, a maioria dos Municípios também. Então precisamos desse, dessa reforma previdenciária.

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara:

Então ninguém acerta sempre no que fala. Eu acho que foi uma frase que, ou tá mal colocada ou tá errada, que tenho certeza que o Ministro, pela capacidade que tem, pelo, por ser uma pessoa muito preparada, ele já deve ter percebido isso, já vai ajustar

---

<sup>77</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mc0uXSaEKww>. Acesso em: 18 mar. 2020.

o discurso pra que a gente já volte na próxima semana fazer o que ele vem fazendo nas últimas semanas.

Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência:

É uma conversa de, de, dele com o governo. Pra nós não altera nada. Ele não é funcionário da Câmara, nós o respeitamos bastante. O projeto tá na Câmara, é, nós vamos cumprir a nossa responsabilidade, o nosso presidente Rodrigo Maia tá empenhado, nós vamos fazer a reforma. Agora eu acho que ele ajuda, mas eu não, não influencia a nós, a mim, a declaração dele em nada. Nós vamos continuar firmes para fazer a reforma.

Ana Carla Abrão, consultoria Oliver Wyman:

Quando o ministro dá essa declaração, gera incerteza, mas acho que temos que, justamente por isso, pelo momento, focar na mensagem principal, que é justamente, que país nós teremos lá pra frente caso a reforma não seja aprovada? Essa é a mensagem que o Ministro quis passar e que é a mensagem real, que é o colapso que virá, caso a reforma da Previdência não seja aprovada.

Presidente Jair Bolsonaro (PSL) (reprodução de mensagem em rede social):

Peço desculpas por frustrar a tentativa de parte da mídia de criar um virtual atrito entre eu e Paulo Guedes. Nosso casamento segue mais forte que nunca kkkkk. No mais, caso não aprovemos a Previdência, creio que deva trocar o Min. da Economia pelo da Alquimia só assim resolve.

Tabela 23 - Reportagem do JN de 24 de maio

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
‘Se só eu quero a reforma, vou embora para casa’, diz Paulo Guedes sobre Previdência	Paulo Guedes	34’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Presidente Jair Bolsonaro	1’03’’		
	Deputado Maia Rodrigo	17’’		
	Samuel Moreira	33’’		
	Ana Carla Abrão	23’’		

A edição do Jornal da Record, com duração de 32 minutos, foi apresentada por Celso Freitas e Adriana Araújo. Na escalada os apresentadores citam que Jair Bolsonaro pediu apoio à reforma da Previdência, e que Ministro Paulo Guedes disse que poderia deixar o cargo se o projeto fosse muito alterado.

Na reportagem de três minutos, foram ouvidos Paulo Guedes, ministro da Economia e o presidente Jair Bolsonaro:

Adriana Araújo cita as palavras de Paulo Guedes (à revista Veja):

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, disse hoje que se o Congresso aprovar uma reforma da Previdência mais enxuta, ele pode pedir demissão. A declaração foi dada à revista Veja. Guedes alerta que se houver uma mudança muito radical na proposta, que não garanta uma economia de R\$ 1 trilhão, o país caminhará para o caos. O ministro disse que, nesse caso, pegaria um avião e iria morar fora do Brasil.

Presidente Jair Bolsonaro (PSL):

É um projeto, chamo de reforma mãe, que se você não fizer isso, você não terá suas contas ajustadas e ninguém nem quem vem de fora e de dentro vai querer investir no nosso país. Esse é um apelo que nós fazemos. Aí não tem partido político.

Ninguém é obrigado a continuar como ministro meu. Logicamente já tá havendo uma catástrofe e é verdade, concordo com ele. Se nós não aprovarmos uma reforma realmente muito próximo da que nós vivemos para o parlamento.

Adriana Araújo cita as palavras de Paulo Guedes (trechos de uma nota):

E agora à noite, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, divulgou uma nota em que reafirma total compromisso com a retomada do crescimento econômico do país e diz que não vai se afastar desse propósito. Guedes reitera ainda sua absoluta confiança no trabalho do Congresso com o qual mantém excelente diálogo para aprovar a reforma da Previdência.

Tabela 24 - Reportagem do JR de 24 de maio

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Ministro Paulo Guedes disse que poderia deixar o cargo se projeto fosse muito alterado	Paulo Guedes	33''	Todos os ouvidos	Ausentes
	Presidente Jair Bolsonaro	26''		

As duas vozes que aparecem em ambos telejornais são as do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e a do presidente Jair Bolsonaro. O JN dispôs de 1'03'' para Bolsonaro, uma diferença expressiva, já que o presidente falou por 26'' no JR. Há, no entanto, uma larga diferença no tempo que cada um dedicou à fala presidencial. O JN também diversificou as vozes em relação ao JR, que se limitou a apenas duas vozes, porém nenhum deles as pluralizou no tempo total das reportagens.

### 3.2.12. Edições de sábado, 25 de maio

Não houve nesse dia, tanto na edição do Jornal Nacional quanto do Jornal da Record, reportagem sobre a reforma da Previdência.

As reportagens foram em grande parte sobre os assuntos ambientais no JN e no JR. A edição do JN teve aproximadamente 43 minutos, e a do JR próximo a 30 minutos. Nas duas edições de sábado, não houve menção à reforma, porém parte das reportagens mostrou a tragédia de Brumadinho em Minas Gerais, que completara quatro meses, e sobre novos rompimentos em outras localidades<sup>78</sup>. Os demais blocos dos dois telejornais seguiram-se com notícias sobre saúde, cultura, entretenimento e esporte.

### 3.2.13. Edições de segunda-feira, 03 de junho

A edição do Jornal Nacional teve 48 minutos de duração e foi apresentada por William Bonner e Renata Vasconcellos. O apresentador cita que o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, defende que estados sejam mantidos na reforma da Previdência.

A reportagem de três minutos ouviu Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional; Deputado Daniel Coelho (Cidadania-PE); Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência; Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara; Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul; e Romeu Zema (Novo), governador de Minas Gerais.

Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional:

Pra um governador e um prefeito, o custo será muito menor se a reforma da Previdência aprovada no âmbito Federal passar a valer automaticamente para estados e municípios. Caso contrário, eles terão que passar por uma briga longa junto ao poder legislativo local.

Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência:

Existem várias alternativas sendo estudadas. Boas, mas eu diria que não há qualquer alternativa que seja melhor do que mantermos os estados e municípios, ah, nesta reforma. Não há. Porque nós temos que resolver isso ao mesmo tempo, governo federal, estados e municípios, e de maneira rápida.

Deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara:

Não adianta, ah, o déficit previdenciário dos estados, que já dobrou em 4 anos, se ele continuar crescendo desse jeito, quem vai pagar a conta no final é claro que é a União. A União não vai deixar um estado por causa de não ter conseguido fazer a

---

<sup>78</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/tag/rompimiento\\_presa\\_brumadinho](https://brasil.elpais.com/tag/rompimiento_presa_brumadinho). Acesso em: 18 mar. 2020.

reforma previdenciária, deixar de pagar salário da polícia, de médico, de professor. Então o ideal é que a gente faça tudo junto.

Governador Eduardo Leite (PSDB-RS): “Quando nós falamos que é importante que a reforma da Previdência inclua estados e municípios, eu insisto, é para que o corpo todo, não apenas uma parte, seja solucionado no problema que nós temos para resolver no Brasil”.

Governador Romeu Zema (Novo-MG): “Nós vamos ter uma luta, um embate em 27 assembleias legislativas em todo o Brasil. Algumas podem ter agilidade, outras vão demorar a aprovar. Vai ser algo desgastante que a Câmara dos Deputados poderia estar aprovando de uma vez agora”.

Tabela 25 - Reportagem do JN de 03 de junho

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Secretário do Tesouro defende que estados sejam mantidos na reforma da Previdência	Mansueto Almeida	16’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Deputado Daniel Coelho (no off)	9’’		
	Deputado Samuel Moreira (entrevista e off)	29’’		
	Deputado Rodrigo Maia	20’’		
	Eduardo Leite	12’’		
	Romeu Zema	18’’		

O Deputado Daniel Coelho (Cidadania-PE) posicionou-se contra a inclusão de estados e municípios, porém não houve a fala do parlamentar. O repórter Júlio Mosquέρα cita no off também a fala do relator em oposição:

O comentário é uma reação a emendas, como a do líder do Cidadania na Câmara, Deputado Daniel Coelho, de Pernambuco, para excluir estados e municípios da proposta de reforma feita pelo Governo Federal. Daniel Coelho alega que os deputados enfrentam dificuldades em suas bases eleitorais, principalmente no Nordeste, e a exclusão facilitaria aprovar a reforma na Câmara. O relator discorda. Samuel Moreira, do PSDB, lembra que a situação fiscal dos estados e municípios é ainda pior do que a do governo federal. Ele disse que pode entregar o relatório já na quinta-feira.

A edição do Jornal da Record, com duração de 33 minutos, foi apresentada por Celso Freitas e Adriana Araújo. Os apresentadores citam que o presidente da Câmara esperava levar a votação da reforma da Previdência até o fim daquele mês,

e que em São Paulo, o relator da reforma se reuniu com os governadores do PSDB e disse que podia apresentar seu parecer naquela semana.

A reportagem de três minutos entrevistou João Doria (PSDB), governador de São Paulo; Reinaldo Azambuja (PSDB), governador do Mato Grosso do Sul; Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência; e Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara.

Governador João Doria (PSDB-SP): “São Paulo não tem plano B. É plano A. Não há alternativa. A ou plano A: manter a vinculação de estados e municípios na reforma da Previdência”.

Governador Reinaldo Azambuja (PSDB-MS): “Para você tratar Previdência equânime, tem que tá Estados, Municípios e a União junto, não dá para separar”.

Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência: “Quero tentar resolver esse assunto, entregar o relatório até quinta-feira ou no máximo no começo da semana que vem, como eu já disse, segunda-feira no máximo”.

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara: “Tem que ter 350 pontos pra votar pra ter a garantia que vão sobrar uns 320, 330. Se a gente conseguisse uma pactuação com todos os governadores, aí sim a gente podia tá sonhando com o número de 400 deputados”.

Tabela 26 - Reportagem do JR de 03 de junho

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Governadores do PSDB se reuniram com o relator da reforma para defender que estados e municípios sejam mantidos na PEC	João Doria	11’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Reinaldo Azambuja	8’’		
	Deputado Samuel Moreira	12’’		
	Deputado Rodrigo Maia	13’’		

Na reportagem do JN com duração específica de 1’46’’ com fala de apresentadores e repórteres, direcionou-se 1’14’’ para as vozes ouvidas. O JR se iguala ao tempo da reportagem do JN, porém de 2’46’’ na reportagem entre apresentadores e repórteres, apenas 44’’ são dados às vozes ouvidas. Essas vozes

continuam relativamente semelhantes em ambos telejornais e seguem uma continuidade como as já apresentadas nas edições de abril e maio. O destaque são as vozes do relator da reforma, Deputado Samuel Moreira, e do presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, porém mesmo com um número de quatro vozes ouvidas no JN e quatro no JR, nenhuma delas contraria a aprovação da reforma da Previdência Social.

### **3.2.14. Edições de terça-feira, 04 de junho**

Na edição de terça-feira, o Jornal Nacional apresentou sua edição na íntegra durante uma média de 30 minutos e foi apresentada pelos âncoras do telejornal William Bonner e Renata Vasconcellos. A reportagem específica sobre o tema da reforma da Previdência Social não foi mencionada na escalada, e sim no primeiro bloco, teve aproximadamente cinco minutos e foi dividida em alguns assuntos, dentre eles a aprovação da Medida Provisória 871, sobre a ampliação do pente-fino para evitar possíveis fraudes no INSS.

Em 1'09'' deu-se início à veiculação da notícia de que o presidente Jair Bolsonaro atravessou a Praça dos Três Poderes para defender um projeto, que trata sobre infração de trânsito, enquanto o Ministro da Economia, Paulo Guedes, segundo, Renata Vasconcellos, “Paulo Guedes falava sobre a reforma da Previdência, na Comissão da própria Câmara”. Bonner seguiu o noticiário com o tema sobre a reforma em relação ao plano de ajuste fiscal, que havia sido enviado pelo Ministro. Houve também a apresentação sobre a inclusão ou não dos estados e municípios na reforma.

Júlio Mosquéra, repórter:

No plano de equilíbrio fiscal, o Governo alertou que o problema dos Estados não é a queda de receita nem o tamanho da dívida, mas o excessivo crescimento da folha de pessoal, principalmente com os inativos. O Ministério da Economia concluiu: o ajuste fiscal dos estados passa necessariamente pela reforma da Previdência.

Trecho da reportagem sobre a reforma ao mencionar Samuel Moreira, relator da reforma e Paulo Guedes, Ministro da Economia no off do repórter Júlio Mosquéra:

O relator da reforma, Samuel Moreira, do PSDB, lembra que a situação dos estados e municípios é ainda pior que a do governo federal, e defende a inclusão de todos os estados e municípios na reforma. Samuel se reuniu hoje com deputados do MDB e



do PL para discutir o relatório que ele pretende apresentar na quinta-feira. O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou à Câmara para defender a reforma do governo, e também a manutenção de estados e municípios no texto. Ao falar sobre o baixo crescimento do país, Guedes comparou a atual situação fiscal do Brasil a uma baleia ferida.

Paulo Guedes, Ministro da Economia:

O Brasil é uma, é uma, é, é, é, é, é, é uma, é uma baleia ferida que foi arpoada várias vezes, foi sangrando, sangrando, e parou de se mover. Tá ferida e parou de se mover. Nós precisamos retirar os arpões, consertar o que tá de equivocado, e não tem direita nem esquerda, tem que tirar os arpões. Nós precisamos reerguer a economia brasileira.

Tabela 27 - Reportagem do JN de 04 de junho

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Governo manda ao Congresso plano de ajuda para estados endividados	Samuel Moreira (no off)	20''	Samuel Moreira e Paulo Guedes	Ausentes
	Paulo Guedes	22''		

A edição do Jornal da Record teve 43 minutos de duração e foi apresentada por Celso Freitas e Adriana Araújo. A apresentadora cita na escalada que o Ministro da Economia compara o Brasil a uma baleia ferida ao falar da urgência das reformas.

Antes da matéria da reforma da Previdência, houve uma reportagem sobre pente-fino na Previdência na tentativa de economizar R\$ 10 bilhões.

O apresentador anuncia – duração de dois minutos – que o governo queria economizar quase R\$ 10 bilhões com o pente-fino nos benefícios pagos pela Previdência. Ouviu-se Wagner Balera, especialista em Direito Previdenciário: “Hoje a pessoa nasce, já é inscrita no CPF. Assim devia ser também esse dado comunicado pro sistema da Seguridade Social. Você tem o cadastro do SUS e os dados do SUS não estão (inaudível). Não é um pouco sem sentido?”

Na reportagem de dois minutos sobre a reforma, os apresentadores citam que o Ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender a necessidade das reformas. Foi ouvido Paulo Guedes, ministro da Economia: “O Brasil é uma baleia ferida que foi arpoada várias vezes, foi sangrando, sangrando e parou de se mover. Não tem direita nem esquerda, tem que tirar os arpões”.

A fala do Ministro após discussão com a deputada do PCdoB, Alice Portugal:

Vocês andam em territórios diferentes e depois acham que todo mundo anda no mesmo território. Eu não sei onde a senhora anda, eu não sei onde a senhora ... a senhora disse que não sabe onde eu ando, eu tô dizendo que eu não sei onde a senhora anda. Você está acostumada a desrespeitar respeitosamente.

Guedes voltou a sustentar que a reforma da Previdência combate privilégios:

R\$ 28 mil é o salário dum funcionário do Legislativo. R\$ 1.300 é o salário de um aposentado do INSS. Isso é o que eu entendo por privilégio. Privilégios no regime geral têm também. Por exemplo, os senhores políticos vão se aposentar com R\$ 5.800, que vai ser o teto, igual todo mundo.

Tabela 28 - Reportagem do JR de 04 de junho

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender a necessidade das reformas	Paulo Guedes	47''	Paulo Guedes	Ausentes
	Wagner Balera	15''		

Em discussão do ministro Paulo Guedes com a Deputada Alice Portugal, não se ouviu a fala da parlamentar, foram veiculadas somente imagens com off da repórter.

As reportagens do Jornal Nacional e do Jornal da Record ouviram, em comum, o relator da reforma, Samuel Moreira e o Ministro da Economia, Paulo Guedes, com a diferença de uma das vozes ouvidas no JR como a de um especialista em Direito Previdenciário, Wagner Balera. Na reportagem sobre o tema, todas estas vozes foram identificadas como favoráveis à aprovação da reforma, mesmo a voz do relator Samuel Moreira, que aparece em imagens na entrevista, no off do repórter Júlio Mosquera. As vozes contrárias não foram identificadas nos dois telejornais, ou seja, mostraram-se ausentes. Nessa edição, o tema foi apresentado por quase cinco minutos, além de ter sido desdobrado em outros assuntos como o Plano de Equilíbrio Fiscal no JN e do pente-fino no JN e JR. Embora na edição do Jornal Nacional, que teve em média 30' de íntegra e um tempo maior dedicado ao tema, no Jornal da Record, que teve 40' de íntegra privilegiou-se a voz do Ministro da Economia Paulo Guedes por quase o dobro do tempo em relação ao JN.

### 3.2.15. Edições de quarta-feira, 05 de junho

A edição do Jornal Nacional teve 28 minutos de duração e foi apresentada por William Bonner e Renata Vasconcellos. O apresentador cita na escalada que prefeitos e governadores se mobilizaram pra manter estados e municípios na reforma.

A reportagem de quatro minutos ouviu o presidente Jair Bolsonaro (PSL); João Doria (PSDB), governador de São Paulo; Hélder Barbalho (MDB), governador do Pará; e Glademir Aroldi, presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Presidente Jair Bolsonaro (PSL):

A reforma interessa a todo o Brasil, até pro servidor, porque se não reformar vai faltar dinheiro para pagar o servidor lá na frente. É uma maneira que nós temos de mostrar pro mundo lá fora e pros investidores aqui de dentro que nós estamos fazendo o dever de casa. O Brasil não pode continuar gastando mais do que arrecada. Acreditamos, nós, que com a reforma aprovada, basicamente como foi apresentada, investimentos virão, e nós podemos decolar na economia aqui no Brasil.

Governador João Doria (PSDB-SP):

A não inclusão de estados e municípios vai implicar que, ao final, o desastre e a inconsequência fiscal será paga por todos os cidadãos brasileiros. Portanto, não há hipótese de, em nome de vantagens eleitorais, alguém com responsabilidade apoiar uma iniciativa como essa. A Previdência deve ser aprovada com estados e municípios incluídos.

Governador Hélder Barbalho (MDB-PA):

Discutir a nova Previdência de maneira equilibrada e, acima de tudo, ter uma responsabilidade de compreender de que este é um desafio que cabe a solução a nível nacional, mas também a nível dos estados e municípios para que permita a saúde fiscal e financeira e, acima de tudo, o futuro de todos aqueles que são servidores públicos no Brasil.

Glademir Aroldi, presidente da Confederação Nacional dos Municípios: “É impossível a realização dessas reformas em todos esses municípios. Então é pro bem do Brasil, pro bem da gestão pública brasileira é que os municípios e estados sejam incluídos na reforma da Previdência tratada no Congresso Nacional”.

Tabela 29 - Reportagem do JN de 05 de junho

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Relator da Previdência trabalha por acordo para manter estados na reforma	Presidente Jair Bolsonaro	28''	Todos os ouvidos	Ausentes
	João Doria	24''		
	Hélder Barbalho	23''		
	Glademir Aroldi	17''		

A edição do Jornal da Record, com 29 minutos, foi apresentada por Celso Freitas e Adriana Araújo. O apresentador cita que um grupo de governadores se mobilizou para convencer os deputados a manter os funcionários públicos estaduais na reforma da Previdência.

A reportagem de dois minutos ouviu João Doria (PSDB), governador de São Paulo, e o Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial.

Governador João Doria (PSDB-SP): “A eventual possibilidade de excluir estados e municípios seria um desastre para o país. Uma atitude mesquinha, uma atitude personalista, eleitoral, que não atende ao interesse dos cidadãos que vivem nos municípios”.

Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial:

Nós queremos o apoio dos governadores sim, mas o apoio fraterno, solidário, humilde. O apoio de quem reconhece, que não teve coragem de fazer as suas reformas nas suas assembleias e pede para que esses homens e mulheres de coragem do Parlamento enfrentem essa falta tão necessária para o futuro do nosso país.

Tabela 30 - Reportagem do JR de 05 de junho

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Grupo de governadores se mobiliza para convencer os deputados a manter os funcionários públicos estaduais na reforma da Previdência	João Doria	16''	Todos os ouvidos	Ausentes
	Deputado Marcelo Ramos	23''		

A repórter cita que a maior resistência estaria entre deputados dos partidos do centrão, porém ninguém foi ouvido.

Os dois telejornais foram, nesta edição, apresentados por seus respectivos âncoras e o tempo de duração foi de aproximadamente trinta minutos cada um. As reportagens sobre a reforma da Previdência Social no JN e JR foram sobre o debate de governadores. Nessas reportagens o tempo de duração do JN foi o dobro em relação ao JR. O Jornal Nacional ouviu apenas vozes favoráveis à reforma. Dentre elas destaca-se a voz do presidente da Confederação dos Estados e Municípios, Glademir Aroldi. Aroldi disse ser “impossível” realizar as reformas sem que houvesse a inclusão de Estados e Municípios, porém não foram ouvidos outros pontos de vista, nos dois telejornais, que pudessem explicar ou relatar por que seriam favoráveis ou contrários a essa inclusão.

O JN, diferentemente do JR, ouviu a voz do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Ambos ouviram o governador do Estado de São Paulo, João Doria (PSDB). Mesmo que os dois telejornais tenham apresentado discussão sobre essa possível inclusão, outras vozes não foram ouvidas, além das que defendiam a inclusão.

### **3.2.16. Edições de quinta-feira, 06 de junho**

A edição do Jornal Nacional teve 44 minutos de duração e foi apresentada por William Bonner e Ana Paula Araújo. O apresentador cita na escalada que governadores manifestaram apoio à manutenção de servidores de estados e municípios na proposta da reforma da Previdência.

A reportagem – duração de três minutos – ouviu Ibaneis Rocha (MDB), governador do Distrito Federal; Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul; Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE); e o presidente Jair Bolsonaro.

Governador Ibaneis Rocha (MDB-DF): “Nós vamos chegar no ano que vem com desemprego ainda maior, e isso é que vai gerar a rejeição nas urnas. Governadores têm consciência disso, nós temos certeza que o Congresso vai agir com responsabilidade”.

Governador Eduardo Leite (PSDB-RS): “Esta lógica política de que, ah, não vamos fazer isso porque vai ter um custo político elevado, ela é inconsequente do ponto de vista de cidadania”.

Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE): “Eu sinto, inclusive como líder partidário que sou, essa dificuldade na bancada que é de que tem que ser compartilhado. E aí você precisa efetivamente ter essa consciência política de que o Brasil precisa fazer isso”.

Presidente Jair Bolsonaro (PSL):

Tem desgaste, a Previdência tem, mas todo mundo tem que tá no mesmo barco, eu acho que eles vão ceder e vai ser como nós gostaríamos que fosse né, realmente uma reforma que pegue todo mundo e com o voto de todos os partidos. A maioria dos estados e municípios estão, estão gastando mais do que arrecadam, e o momento é esse né, porque caso contrário nem quem tá na ativa vai receber no futuro.

Tabela 31 - Reportagem do JN de 06 de junho

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Governadores defendem permanência de estados na reforma da Previdência	Ibaneis Rocha	10’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Eduardo Leite	8’’		
	Deputado Augusto Coutinho	15’’		
	Presidente Jair Bolsonaro	22’’		

A edição do Jornal da Record – 35 minutos - foi apresentada por Celso Freitas e Adriana Araújo. Os apresentadores citam que 25 dos 27 governadores apelaram aos parlamentares para que incluíssem estados e municípios na reforma da Previdência, porém líderes do centrão reagiram à pressão dos governadores.

A reportagem de dois minutos entrevistou o Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial; Ronaldo Caiado (DEM), governador de Goiás; Ibaneis Rocha (MDB), governador do Distrito Federal; e Deputado Arthur Lira (PP-AL).

Deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da comissão especial: “É ruim e tá sendo demonstrado que não funciona. Eles até agora tão tentando trabalhar na pressão e só tem crescido a resistência das pessoas a incluir estados e municípios”.

Governador Ronaldo Caiado (DEM-GO): “Jamais assinarei um texto que vem como nota de repúdio a uma casa que vivi nela durante 20 anos. É um pedido a ele. Jamais uma carta de repúdio”.

Governador Ibaneis Rocha: “O desenvolvimento ele tem que ser de todo o país. Ele tem que ser de todos os estados, de todos os municípios. O Brasil não vai conseguir crescer se não for de forma unida”.

Deputado Arthur Lira (PP-AL):

Eles serão os responsáveis por derrotar a reforma da Previdência no Brasil se insistirem nessa tese. Não aceitamos por parte de governador nenhum, com todo respeito que temos a todos, qualquer pronunciamento que tente diminuir ou emparedar este poder.

Tabela 32 - Reportagem do JR de 06 de junho

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Governadores apelam para inclusão de estados e municípios na reforma da Previdência	Deputado Marcelo Ramos	9’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Ronaldo Caiado	12’’		
	Ibaneis Rocha	8’’		
	Deputado Arthur Lira	12’’		

Nesta edição, as reportagens sobre o tema da reforma não completaram um minuto em nenhum dos telejornais. O Jornal Nacional ouviu mais uma vez o presidente Jair Bolsonaro (PSL). Ele foi ouvido durante 22’’ do tempo de três minutos do tema em questão. O tempo de Bolsonaro foi maior em relação às demais vozes ouvidas. Já no Jornal da Record, tanto na edição anterior quanto nesta, a voz do atual presidente não foi identificada entre as vozes ouvidas.

A discussão sobre a inclusão de estados e municípios foi pauta nas duas reportagens analisadas, em que se concedeu em sua maioria a fala de governadores, apoiadores da aprovação. Dentre as legendas partidárias apresentadas, não constam as de outros partidos políticos que pudessem ter sido ouvidos para confrontar a aprovação favorável.

### 3.2.17. Edições de sexta-feira, 07 de junho

A edição do Jornal Nacional teve 43 minutos de duração e foi apresentada por William Bonner e Ana Paula Araújo. Na escalada, a apresentadora cita que secretários de Fazenda defendem a permanência dos estados na proposta de reforma da Previdência.

A reportagem – dois minutos – ouviu René Sousa, secretário de Fazenda do Pará, e Rogério Luiz Gallo, secretário de Fazenda de Mato Grosso.

René Sousa, secretário de Fazenda do Pará:

A realidade tá posta, está aí, precisamos resolver, precisamos assegurar o futuro desses funcionários que trabalharam a vida toda, e assegurar o futuro desses que estão trabalhando hoje, então precisamos da reforma da Previdência, não temos a menor dúvida disso.

Rogério Luiz Gallo, secretário de Fazenda de Mato Grosso: “Isso tende a se agravar. Precisamos, de fato, que essa reforma seja aprovada no âmbito nacional e que sirva para todos os estados, municípios e também para o nosso país”.

Tabela 33 - Reportagem do JN de 07 de junho

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Secretários de Fazenda defendem estados e municípios na reforma da Previdência	René Sousa	13’’	Todos os ouvidos	Ausentes
	Rogério Luiz Gallo	8’’		

A edição do Jornal da Record – 36 minutos - foi apresentada por Celso Freitas e Adriana Araújo. Os apresentadores citam que a pressão de governadores deve provocar o adiamento da entrega do relatório da reforma da Previdência.

A reportagem de dois minutos entrevistou Wellington Dias (PT), governador do Piauí; e o Deputado Daniel Coelho (Cidadania-PE).

Governador Wellington Dias (PT-PI): “Qual é a unidade? Que na reforma a gente tenha União, Estados, Municípios e setor privado. Aliás, a forma de acabar com privilégios é exatamente uma regra única para todos os sistemas, seja ele de regime geral, seja de Previdência complementar”.

Deputado Daniel Coelho (Cidadania-PE): “Respeitando o que diz o artigo 24 da Constituição Federal, que cabe a governadores e prefeitos discutirem os seus regimes próprios de Previdência”.



Tabela 34 - Reportagem do JR de 07 de junho

Cabeça	Vozes ouvidas	Tempo de fala	Vozes favoráveis à reforma	Vozes contrárias à reforma
Pressão de governadores deve provocar o adiamento da entrega do relatório da reforma da Previdência	Wellington Dias	21''	Todos os ouvidos	Ausentes
	Deputado Daniel Coelho	9''		

Além do Deputado Daniel Coelho, a repórter cita no off que os governadores da Bahia e do Maranhão são contrários à inclusão de estados e municípios, mas ambos não foram ouvidos.

Na reportagem do JN, secretários da Fazenda defendem a aprovação da reforma e, mais uma vez, em consonância com análises de reportagens anteriores que haja a inclusão de Estados e Municípios. Os dois telejornais dedicaram um tempo de dois minutos para o tema, porém não passaram de 30'' a soma total das vozes ouvidas. O restante do tempo em cada um deles seguiu com a narração de apresentadores e repórteres. Essa é a única edição na qual se identificou a voz de secretários da Fazenda, sendo eles dos estados do Pará e Mato Grosso. Ainda assim, não houve a identificação de vozes de secretários de outros estados. Contudo, essas vozes somente apareceram no JN. No Jornal da Record, houve a menção de entrevista com o governador do Piauí, do Partido dos Trabalhadores (PT). As indagações mostradas na fala já mencionada em passagem inicial na página 124, as indagações do governador não deixam muito claras em qual contexto ele se refere a “unidade” em que a reforma da Previdência Social incluiria Estados, Municípios e até mesmo o setor privado. No JR, também foram mencionados os governadores da Bahia, Rui Costa (PT), e do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). Essas legendas partidárias aparecem na menção do telejornal, mas não foram identificadas como vozes ouvidas.

### 3.2.18. Edições de sábado, 08 de junho

Com 46 minutos de duração, a edição de sábado do Jornal Nacional foi apresentada por Heraldo Pereira e Ana Luíza Guimarães. Na cabeça, o apresentador

cita que o sábado foi de reuniões em Brasília para fazer os ajustes finais na proposta de reforma da Previdência.

A reportagem – dois minutos – ouviu o Deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO): “Eu tenho certeza que os aperfeiçoamentos que os 513 deputados e 81 senadores têm a fazer ao texto vão prover a sociedade brasileira de uma Previdência que é, que será certamente mais sustentável, justa e equilibrada para os nossos filhos e netos”.

A repórter Geiza Duarte citou o Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência, e Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho:

O relator da reforma da Previdência, Deputado Samuel Moreira, do PSDB, passou quase todo o dia em reunião com consultores da Câmara e secretários da Previdência no ministério da Economia. Eles estão fazendo simulações sobre o impacto financeiro dos ajustes que o relator vai propor em relação ao texto original encaminhado pelo governo para mudar as regras de aposentadoria. É uma conta difícil, porque, mesmo com as alterações, o deputado não quer diminuir muito a estimativa da equipe econômica de conseguir uma redução de gastos de R\$1 trilhão em 10 anos com a reforma. O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, também esteve no Ministério no fim da tarde. Nas conversas que teve essa semana com vários partidos, Samuel Moreira sinalizou que deve alterar pontos, como o que reduziu o pagamento do benefício de prestação continuada a idosos de baixa renda, nas regras de aposentadoria Rural e no pagamento do abono salarial.

Ambos não foram ouvidos.

Tabela 35 - Reportagem do JN de 08 de junho

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Relator da reforma da Previdência tem dia de reuniões para ajustes finais da proposta	Deputado Major Vitor Hugo	15’’	Deputado Major Vitor Hugo	Ausentes

A edição do Jornal da Record, com duração de 28 minutos, foi apresentada excepcionalmente por Luiz Fara Monteiro e Patrícia Costa. A apresentadora cita que o presidente Jair Bolsonaro se encontrou com o líder do Governo na Câmara para discutir a estratégia do governo para a aprovação da reforma da Previdência.

Na reportagem de dois minutos foi ouvido o Deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO): “Se há a reunião dos governadores aí na terça eu não sei, eu não conversei com ele, mas talvez um bom momento fosse após a reunião pra esperar

alguma sinalização e ver se a partir desse encontro o relatório pode evoluir para um lado ou para o outro”.

Tabela 36 - Reportagem do JR de 08 de junho

<b>Cabeça</b>	<b>Vozes ouvidas</b>	<b>Tempo de fala</b>	<b>Vozes favoráveis à reforma</b>	<b>Vozes contrárias à reforma</b>
Jair Bolsonaro se encontra com o líder do Governo para discutir a estratégia para aprovação da reforma	Deputado Major Vitor Hugo	14”	Deputado Major Vitor Hugo	Ausentes

Nas edições de sábado, o JN e o JR não foram apresentados por seus âncoras. Os dois telejornais dedicaram, dentro do tempo total de reportagens, dois minutos cada para o tema da reforma. A voz igualmente ouvida pelos dois foi a do Deputado Major Vitor Hugo, do PSL de Goiás, mas nenhum deles ultrapassou quinze segundos no tempo de fala do deputado. O JN ampliou um pouco mais a reportagem e citou no off os demais sujeitos já ouvidos em edições anteriormente analisadas. Não foram, desse modo, constatadas outras vozes além da voz ouvida do Major, a única em cada uma das edições e identificada como favorável à aprovação da reforma da Previdência Social.

### 3.3. Tempo dedicado ao tema

Os gráficos e tabelas a seguir apresentam o tempo que foi dedicado ao tema da reforma da Previdência no Jornal Nacional e no Jornal da Record.

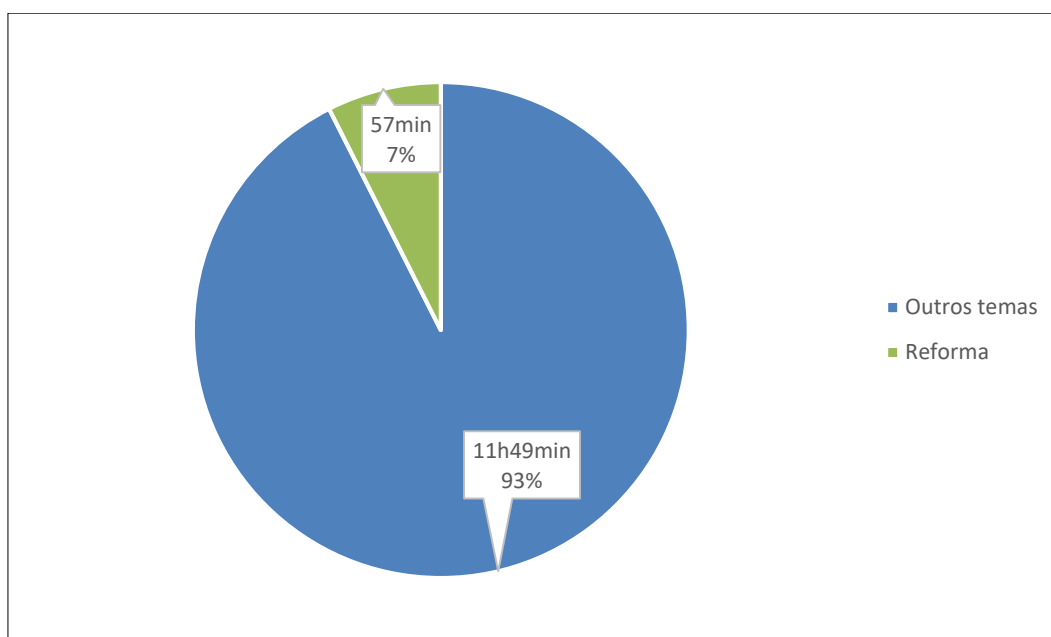


Figura 11 - Tempo dedicado à reforma no Jornal Nacional

Fonte: elaborada pela autora.

Constata-se que o total das 18 edições na íntegra do Jornal Nacional foi de 12 horas e 46 minutos; 57 minutos foram dedicados ao tema, que corresponde a 7% em relação aos demais como saúde, esporte, entretenimento, educação. De modo semelhante, o Jornal da Record, nas 18 edições, veiculou um total de dez horas e vinte e oito minutos, 45 minutos foram sobre a reforma, que também corresponde a 7% do tempo total das edições.

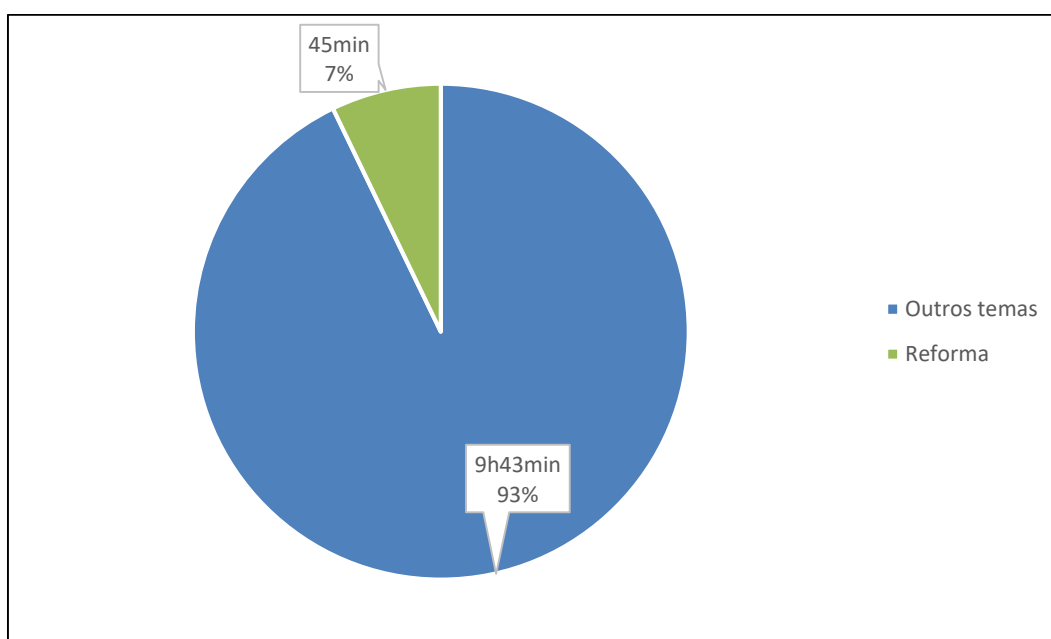


Figura 12 - Tempo dedicado à reforma no Jornal da Record

Fonte: elaborada pela autora.

### **3.4. Tempo das vozes com legendas partidárias**

As duas tabelas abaixo quantificam e especificam, em ordem decrescente, o tempo que cada entrevistado ou ouvido falou sobre a reforma durante as reportagens das edições analisadas e identificam a existência ou não de vinculação a partidos políticos. A primeira refere-se ao Jornal Nacional. Verifica-se que os mais ouvidos são agentes políticos do alto escalão: presidentes ou representantes de determinado Poder ou órgão, como o presidente da República, o presidente da Câmara dos Deputados, o relator da reforma da Previdência, o ministro da Economia e o secretário especial de Previdência e Trabalho.

Tabela 37 - Vozes no Jornal Nacional

<b>Quem falou</b>	<b>Quantas vezes</b>	<b>Quanto tempo</b>
Presidente Jair Bolsonaro (PSL)	5	3'48''
Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)	5	2'02''
Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP)	5	1'49''
Paulo Guedes, ministro da Economia	3	1'20''
Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho	4	1'19''
Fabio Klein, economista	1	46''
Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul	3	37''
João Doria (PSDB), governador de São Paulo	2	36''
Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil	1	35''
Deputada Joice Hasselmann (PSL-SP)	1	34''
Hélder Barbalho (MDB), governador do Pará	2	33''
Deputado Marcelo Ramos (PR-AM)	2	33''
Deputado Delegado Waldir (PSL-GO)	1	33''
Ana Carla Abrão, consultoria Oliver Wyman	1	23''
Romeu Zema (Novo), governador de Minas Gerais	1	18''
Glademir Aroldi, presidente da Confederação Nacional dos Municípios	1	17''
Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG)	1	16''
Mansueto Almeida, secretário do Tesouro	1	16''
Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE)	1	15''
Deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO)	1	15''
Deputado Felipe Francischini (PSL-PR)	1	13''
René Sousa, secretário de Fazenda do Pará	1	13''
Leonardo Alves Rangel, dir. programa - Sec. Esp. Previdência e Trabalho	1	11''
Deputado Arthur Oliveira Maia (PP-AL)	1	10''
Deputado Marcel van Hattem (Novo-RS)	1	9''
Rogério Luiz Gallo, secretário de Fazenda de Mato Grosso	1	8''

Do mesmo modo, no Jornal da Record verifica-se que as vozes ouvidas segue a mesma lógica. Ouviu-se, entre os cinco primeiros, o presidente da República, o presidente da comissão especial, o ministro da Economia, o presidente da Câmara dos Deputados e o relator da reforma da Previdência.

Tabela 38 - Vozes no Jornal da Record

Quem falou	Quantas vezes	Quanto tempo
Presidente Jair Bolsonaro (PSL)	4	2'53''
Deputado Marcelo Ramos (PR-AM)	7	1'31''
Paulo Guedes, ministro da Economia	3	1'25''
Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)	6	1'23''
Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP)	4	52''
João Doria, governador de São Paulo	3	39''
Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho	2	26''
Wellington Dias (PT), governador do Piauí	1	21''
Deputada Joice Hasselmann (PSL-SP)	2	20''
Deputado Arthur Lira (PP-AL)	2	20''
Fabio Wajngarten, secretário de Comunicação Social da Presidência	1	18''
Wagner Balera, especialista em Direito Previdenciário	1	15''
Deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO)	1	14''
Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul	1	13''
Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG)	1	13''
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1	12''
Ronaldo Caiado (DEM), governador de Goiás	1	12''
Deputado Júlio Delgado (PSB-MG)	1	12''
Deputado Felipe Francischini (PSL-PR)	1	9''
Otávio Rêgo Barros, porta-voz da Presidência da República	1	9''
Deputado Daniel Coelho (Cidadania-PE)	1	9''
Ibaneis Rocha (MDB), governador do Distrito Federal	1	8''
Reinaldo Azambuja (PSDB), governador do Mato Grosso do Sul	1	8''

As duas tabelas seguintes, 39 e 40, identificam os partidos políticos mais ouvidos. No Jornal Nacional, os três partidos com mais tempo de fala foram de representantes favoráveis à reforma: PSL, PSDB e DEM.

Tabela 39 - Vozes partidárias no Jornal Nacional

<b>Partido Político</b>	<b>Quantas vezes foi ouvido</b>	<b>Tempo total de fala</b>
PSL	10	4'19''
PSDB	10	3'02''
DEM	5	2'02''
PR	2	50''
MDB	2	33''
Novo	2	27''

No mesmo sentido, o Jornal da Record, conforme tabela 40, destina tempo maior aos mesmos partidos que o Jornal Nacional, entretanto dá espaço para uma maior diversidade, ainda que distribuído em menor tempo.

Tabela 40 - Vozes partidárias no Jornal da Record

<b>Partido Político</b>	<b>Quantas vezes foi ouvido</b>	<b>Tempo total de fala</b>
PSL	8	3'49''
PSDB	9	1'52''
DEM	8	1'47''
PR	7	1'31''
PT	1	21''
PP	2	20''
PSB	1	12''
Cidadania	1	9''
MDB	1	8''



As figuras 13 e 14 demonstram, em percentuais, o tempo destinado a cada partido, com o intuito de ilustrar o que fora apresentado nas tabelas.

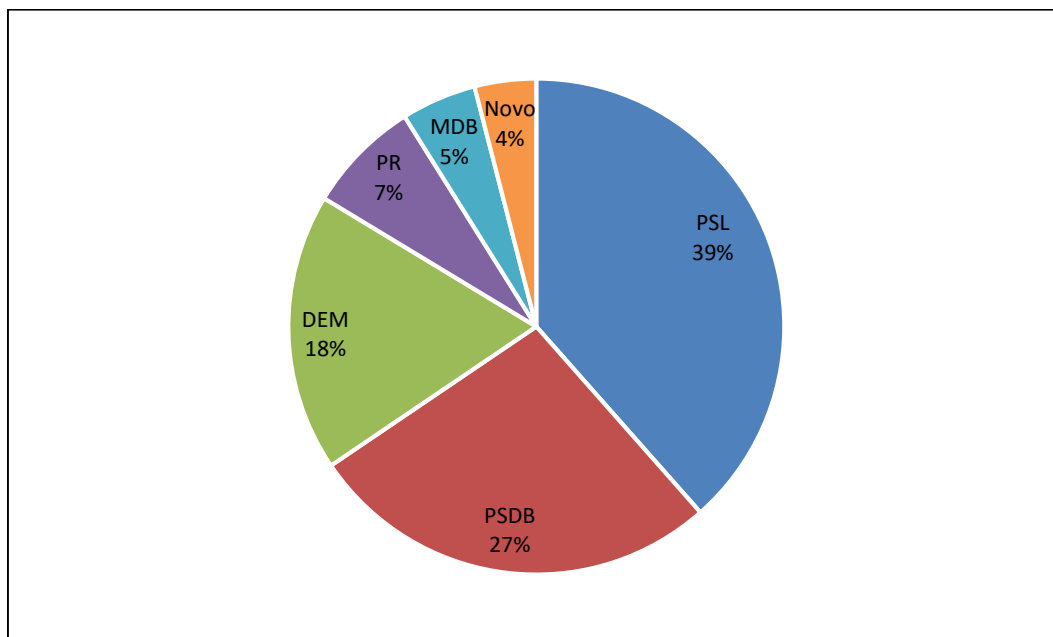


Figura 13 - Percentual das vozes partidárias no JN  
Fonte: elaborada pela autora.

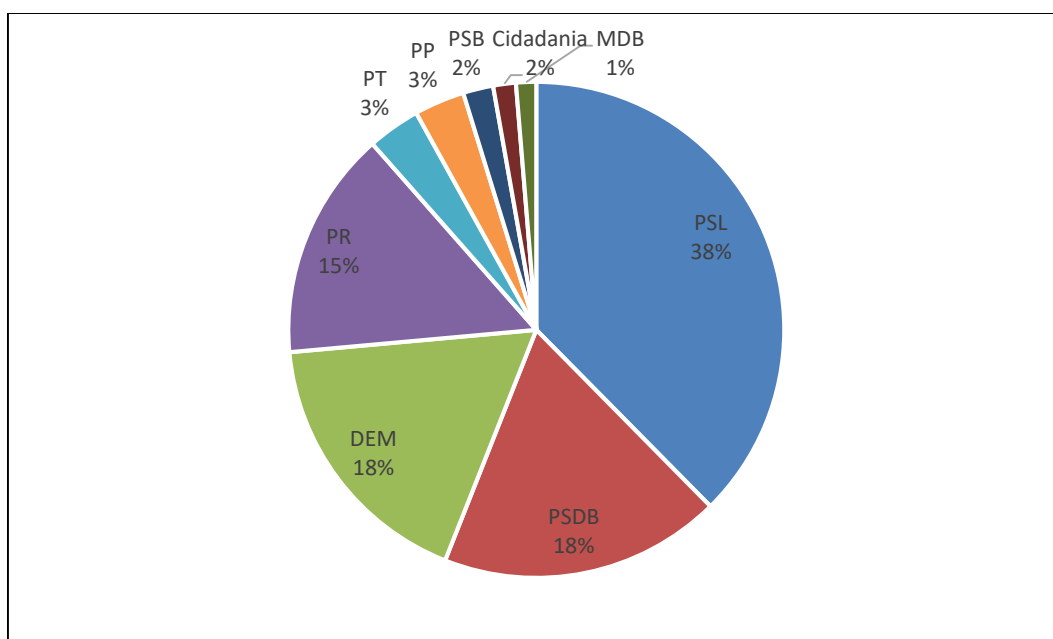


Figura 14 - Percentual das vozes partidárias no JR  
Fonte: elaborada pela autora.

### 3.5. As vozes na cobertura da reforma

Nesta etapa foram feitas considerações sobre os tópicos mais relevantes que surgiram ao longo da análise de todo o capítulo *Vozes da Reforma*. Parte-se do

entendimento de que as vozes ouvidas compõem a visão analítico descritiva e discursiva sobre os dados apresentados em textos, tabelas e figuras, que foram detalhados em forma de apresentação textual, neste subcapítulo, para melhor compreender os enunciados, frases, termos e posicionamentos acerca do tema da reforma da Previdência Social tendo por base a conceituação teórica das vozes no telejornalismo.

### **3.5.1. Leitura crítica das vozes nos telejornais**

Parte-se do pressuposto de que um telejornal deve, em primeiro lugar, desempenhar o papel de produzir e divulgar informações de interesse público e social para os que assistem diariamente aos telejornais, principalmente os de horário nobre. O telejornal de maior audiência comprovado pelos dados ao longo da pesquisa é o Jornal Nacional (JN), na sequência o Jornal da Record (JR) que atualmente é um dos grandes concorrentes no mercado de mídia no Brasil e também disputa verbas públicas com o “poderio hegemônico” estabelecido desde a ditadura pelas organizações Globo.

O cenário dos telejornais brasileiros, especificamente os da TV aberta, passam a ser redimensionados não somente pelas novas tecnologias, mas também pela atual conjuntura política do país. Isso ocorre desde os processos de industrialização e de governos empenhados na construção da nacionalidade e identidade brasileira até a inserção dos meios de comunicação mais populares como o rádio e a TV. Com as inovações tecnológicas e a chegada da internet, estas e outras mídias passam a modificar as relações entre a sociedade, os meios de comunicação e o campo da cultura.

No campo cultural, uma das maiores preocupações versa sobre a influência da televisão e do telejornalismo na sociedade como canal de informação. Em grande parte dos países considerados em desenvolvimento, os processos democráticos, quando envolvem questões políticas no universo cultural, tendem a ser mais fragilizados diante da falta de regulamentação da mídia. Um exemplo atual é a dificuldade em afirmar que a cidadania e a democracia brasileira, em relação ao direito de informar e de ser informado, sejam plenas, tendo em vista a derrocada de

direitos que a cada dia passa a ser alvo de interesse de agentes políticos que tenham alguma influência sob os meios de comunicação.

No Brasil, os conglomerados de mídia não só têm sob seu domínio os meios eletrônicos, como também passam a operar a dinâmica de distribuição da informação por meio de produtos digitais. Existe, dentro dessa lógica, um caráter monopolista e oligopolista que intensifica a distribuição massiva em que grupos continuam a operar de maneira dominante em uma sociedade que não está completamente inserida nos meios digitais. Embora dados apontem que a internet no país já tenha atingido uma parte considerável, o serviço de telefonia móvel ainda não é acessível a todos quando comparada com a abrangência da televisão.

Uma das funções do jornalismo é prezar pela transparência da informação, veracidade dos fatos, credibilidade, variedade das fontes, dentre outros princípios que passam pela ética profissional. Alguns estão elencados no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros:

- a) Art. 1º – O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse;
- b) Art. 2º – A divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade;
- c) Art. 3º – A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo;
- d) Art. 4º – A apresentação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social;
- e) Art. 5º – A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade.

Nesses meandros da ética, há outros desdobramentos que incidem sobre a conduta profissional do jornalista, daquilo que não é permitido nas práticas profissionais. Destacam-se dois artigos que se colocam entre os limites éticos e a lógica de mercado:

- a) Art. 9º - É dever do jornalista: Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público.

- b) Art. 13º - O jornalista deve evitar a divulgação dos fatos: Com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas [...] (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS, 2007).

Em relação à concepção histórica na qual os meios eletrônicos de comunicação - especificamente os de cobertura televisiva - se deram, ainda hoje existe um papel fundamental na transmissão de informação. Desse modo, pode-se observar mensagens e bens simbólicos difundidos por telejornais, por serem representativos em relação a outros meios de comunicação e por serem contínua fonte de pesquisa. Os telejornais também remetem sobre a importância na cobertura de temas como o da reforma da Previdência Social (assunto tratado nessa pesquisa) e de como eles cobrem assuntos de grande repercussão. Questiona-se, constantemente, quem são os atores sociais, os “sujeitos falantes” (PEREIRA JR., 2000, p. 103) que se expressam na mídia e o papel social que exercem entre os demais meios de comunicação.

Nessa pesquisa, os dados apontam que o tema da reforma cumpriu um determinado tipo de agenda na pauta do Jornal Nacional e do Jornal da Record ao darem ênfase a questões técnicas sobre os impactos econômicos, caso não fosse aprovada. Como o primado dessa investigação foi identificar as vozes ouvidas pelos dois telejornais, verificou-se a partir dos conteúdos latentes nas falas dos entrevistados qual era o posicionamento: se favorável ou contrário à aprovação da reforma. Além disso, também foi observado que o tempo dedicado à reforma foi maior em determinados dias, em outros não houve menção, mesmo que houvesse assunto sobre o tema, como uma votação, naquele dia, por exemplo.

Enquanto as discussões na Câmara estavam fortemente ligadas à proposta de admissibilidade da PEC 6/2019, aprovação de texto e retirada e inclusão de pontos, os dois telejornais trataram a reforma como uma pauta econômica, e não ficou claro ou evidente que tenham tratado, também, como uma pauta política, o que pode incorrer em um viés ideológico quando se trata da escolha da linha editorial utilizada pelo telejornal. Isso exime, em certo sentido, esses telejornais do debate público, ao abordar a temática sob aspectos técnicos e não aprofundar a discussão das problemáticas a serem enfrentadas pela população em relação a seus direitos. As notícias são apresentadas aos telespectadores sob um ângulo técnico através do uso de gráficos, números, que não refletem os impactos negativos, porque esses

telejornais não apresentam outras possibilidades de abordagem para esclarecer a população.

Nesse sentido, para Felipe Pena (2012, p. 150) “revelar o modo como as notícias são produzidas é mais do que a chave para compreender seu significado, é contribuir para o aperfeiçoamento democrático da sociedade”. Pode-se estabelecer uma conexão em relação ao modo como um tema é coberto e isso pode ser demonstrado nos objetivos elencados pelo Jornal Nacional ao mostrar o que de mais importante acontece no Brasil e no mundo com “isenção, pluralidade, clareza e correção” (BONNER, 2009, p. 17). Pena (2012, p. 150) diz que estamos expostos ao formato, a esse modo de fazer do telejornalismo brasileiro. Por isso, o trabalho de “descortinamento” deve ser ainda mais intenso no jornalismo de televisão, além de sermos escravos da “superficialidade”, pois mesmo que a TV esteja organizada no tempo e não no espaço como afirma o autor, devemos prestar atenção nessa lógica que joga com relógio, com o tempo de veiculação dos noticiários e que estão arquitetados em uma linguagem própria do telejornal, ancorada em onze princípios de enunciação como a Relaxação; Ubiquidade; Neutralidade; Imediatismo; Objetividade; Fragmentação; Timing; Comercialização; Definição de identidades e valores; Dramatização e Espetacularização (BECKER, 2005, p. 34).

Beatriz Becker (2005, p. 78) aponta que na fragmentação, a qual vale o grifo: “a curta duração de cada unidade informativa não permite, em geral, que se compreenda o fenômeno noticiado em toda a sua complexidade”. Assim, temos como exemplo a menção do tempo que o Jornal Nacional e o Jornal da Record dedicaram ao tema da reforma. No JN, de todas as reportagens analisadas, destacou-se a do dia 25 de abril, em que a edição de cinquenta minutos foi a de maior duração e a que mais abordou o tema durante onze minutos. No dia 23, dois dias antes, o tempo foi de sete minutos em relação aos quarenta e três minutos da edição na íntegra. Nas demais semanas analisadas, o que se observa é que as edições não variaram de forma considerável, a média foi de trinta a quarenta minutos, e o tempo sobre a temática regulou entre dois a quatro minutos.

No Jornal da Record, em comparação às coberturas do Jornal Nacional, algumas mereceram mais ênfase por serem, em certa medida, semelhantes. No dia 23 de abril a duração da edição foi de trinta e seis minutos; a de 20 de maio compreendeu cinco minutos de tema; no dia 25 de abril teve quatro minutos de

reportagem, e a de 20 de maio foi dividida em duas partes. Ainda de acordo com Pena (2012, p. 150) os telejornais emolduram as notícias no tempo e disputam o furo de reportagem, que não espera a edição do dia seguinte e “deve ser veiculado na hora, ao vivo e a cores”. Becker (2005, p. 78) vai além ao afirmar que enquanto “as notícias são apresentadas como um mosaico, raramente oferecem a oportunidade de realizar interligações indispensáveis para a correta apreensão dos problemas sociais”.

Manter os fatos no presente é parte indissociável do telejornalismo, mas como avaliar a fugacidade dos noticiários, que acabam por dedicar pouco tempo a temas tão complexos como o da reforma? Na editoria dos telejornais, por exemplo, a reforma da Previdência Social foi tratada como uma pauta econômica, porém sabe-se que alguns pressupostos indicavam que ela também era de discussão política. O foco escolhido para uma pauta muitas vezes pode (re)direcionar pontos de discussão ou até mesmo desviar a atenção do telespectador.

Os dois telejornais, mais especificamente o Jornal Nacional, fizeram abordagens que tentavam explicar quais seriam as mudanças em relação ao que o governo Bolsonaro chamou de “Nova Previdência”. O uso de gráficos foi um dos recursos mais utilizados para mostrar dados, que em sua maioria continham questões de ordem técnica como cálculos de aposentadoria, diferenciação do período de contribuição, fatores como idade, etc., porém esse tipo de didatismo, típico dos telejornais brasileiros, não confere profundidade à complexidade que o assunto demanda.

O que chama a atenção nas reportagens sobre a reforma da Previdência Social é a fala de alguns apresentadores, que na abertura de ambos os telejornais, com destaque para o Jornal Nacional, a pauta da reforma já era dada como aprovada, conforme as palavras “aprovação da reforma” utilizada inúmeras vezes durante os noticiários. Nesse tipo de situação, a sociedade recebe informação de caráter majoritariamente opinativo por meio da disseminação de notícias com um consenso previamente fabricado, que tenta ser inculcado pela abordagem hegemônica conduzida pelos telejornais durante a cobertura dos noticiários. Com isso, pode-se pressupor que haja um viés político-ideológico dos veículos quando da confrontação dos dados apresentados nesta pesquisa e da forma como o

telejornalismo brasileiro continua a trabalhar com a informação e na escolha da linha editorial que utilizam.

Desse modo, percebe-se a dificuldade de mudanças em telejornais da TV aberta, ainda que haja reconfigurações advindas da era digital (MORAES, 2016). Segundo Dênis de Moraes (2016), isso vem em grande parte pela concentração monopolística da mídia. O autor afirma que “os conglomerados não admitem modificações que venham a afetar suas receitas com as joias da coroa – as licenças de rádio e televisão. Temem perder as vantagens econômicas e a influência política junto a setores da opinião pública” (p. 149). Ele também argumenta que:

A ausência de efetiva pluralidade na mídia hegemônica constitui obstáculo à formação adequada da opinião pública. Mesmo que, por razões de mercado e concorrência, determinadas demandas da audiência sejam identificadas e incorporadas às programações, são os grupos privados que detêm o poder de determinar quais são os atores sociais que merecem estar nas pautas informativas, que enfoques e ênfases devem ser adotados nos noticiários e programas (MORAES, 2016, p. 156).

A luta pela democratização dos meios de comunicação e a exigência de informação e uma comunicação mais humana ainda será motivo pelo qual grupos alternativos, por exemplo, buscam pluralizar e diversificar uma multiplicidade de vozes nem sempre contempladas pelo telejornalismo.

### **3.5.2. A frequência das vozes**

O tema sobre a cobertura da reforma da Previdência nos remete à importância colocada pela autora Laurence Bardin (2016), que levanta o estudo sobre a comunicação de massa. Dentre as notícias veiculadas, foi possível não só mapear o uso frequente de palavras, expressões e atitudes de autoridades públicas, mas também o posicionamento dos veículos. Nesse sentido, procurou-se observar tais expressões e trazer destaque para a análise, que permitisse compreender se houve ou não um direcionamento ou viés político dos telejornais ao abordar a matéria. Por frequência pode-se compreender que:

Há três tipos de frequências, as frequências absolutas e as frequências relativas. A frequência absoluta corresponde ao número de unidades que ocorrem numa classe. A frequência relativa corresponde ao valor da frequência absoluta de uma classe relativamente ao total. As frequências acumuladas são a soma do número de ocorrências para os valores da variável inferiores ou iguais ao valor dado e podem calcular-se quer em relação às frequências absolutas quer em relação às frequências relativas (SOUSA, 2006, 743).

Para esta observação o emprego de frequência não foi codificado em tabelas, mas sim na análise de aspectos textuais-visuais, ou seja, embora seja possível conferir estatisticamente o grau e a quantidade de ocorrências, privilegiou-se a ocorrência de tópicos frasais, de como as vozes ouvidas empregaram palavras e termos em seus atos de fala para se referir ao assunto da reforma.

Os referentes a seguir mostram como se deu a construção de novas categorias, divididas de forma esquemática, objetiva e genérica. Sobressaem-se termos que permitem abarcar um universo maior e mais segmentado na criação de subcategorias, como Economia, Governo, Reforma da Previdência Social e Sociedade Civil. Ao destacar os termos foi possível vislumbrar diversos elementos compreendidos na discussão do tema e da cobertura do Jornal Nacional e do Jornal da Record. Desse modo apurou-se a ocorrência no uso de frases, palavras que ora suscitavam que a reforma devesse ser aprovada ora o tom era de informalidade, que não presumia levar em conta vozes contrárias a proposta. Ressalta-se, nesse aspecto, que a sociedade, representada pelos parlamentares, deveria estar assegurada de que o processo se desenvolvesse de forma transparente, legal e a informação adquirida através desses telejornais estivesse sob responsabilidade da ética jornalística.

Durante a investigação da análise de conteúdo, foi possível identificar as falas de autoridades que faziam suas declarações à imprensa, que compõem partidos de direita, centro-direita e “centrão”, como os Deputados (as): Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma; Felipe Francischini (PSL-PR), presidente da CCJ; Joice Hasselmann (PSL-SP), uma das vozes mais expressivas nos debates segundo Intervozes<sup>79</sup>; e Rodrigo Maia, presidente da Câmara (DEM-RJ).

Já a oposição foi configurada como sendo aquela que atrapalharia o andamento sobre a discussão da admissibilidade da reforma, ao contestar a transparência e divulgação dos cálculos e dados apresentados pelo governo e a dificuldade de acesso para que estes pudessem ser avaliados com antecedência aos debates. Ainda em relação à oposição, os contrários à reforma não foram ouvidos. Os termos como “tumulto”, “atrapalhar” e “obstruir” foram os mais utilizados por

---

<sup>79</sup> No decorrer deste estudo, iniciado em 2018, o Coletivo Intervozes divulgou, em setembro de 2019, uma Cartilha na qual constata esta informação, que vai ao encontro da mesma conclusão sobre a constatação da voz em questão. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-reforma-da-previdencia-e-midia/>. Acesso em: 12 set. 2019.



deputados e repórteres de ambos os telejornais. Fica evidente nas coberturas noticiosas, que os partidos contrários à reforma foram tachados de não querer o crescimento, desenvolvimento e solução econômica para o país. Observa-se que esses grupos não tiveram a chance de explicar os motivos pelos quais estariam em desacordo com a proposta apresentada na Casa dos representantes do povo. Além disso, os telejornais, que se dizem isentos, poderiam ter equilibrado o tempo de fala, diversificado e pluralizado as vozes. Consequentemente, se fossem efetivamente respeitados os preceitos do jornalismo - ouvir os dois lados da questão -, os cidadãos teriam melhores condições de avaliar as diferentes posições sobre a discussão.

Diante disso, podemos acrescentar uma reflexão sobre as formas pelas quais a TV se utiliza de um poder sobre a mediação entre a sociedade civil e o Estado, que corroboram mudanças nas práticas e nas relações sociais. Quando este tipo de comunicação se articula de forma ideológica, reflete-se que:

as relações sociais (políticas e ideológicas), como se sabe, não podem ser pensadas fora de sua condição de práticas de classes situadas em oposições. Por sua vez, os meios de informação (*os media*) constituem em seu conjunto um aparelho que realiza ideologicamente o poder de Estado. Essa realização é sempre contraditória, uma vez que no interior do aparelho podem chocar-se forças políticas conservadoras e transformadoras ou correntes ideológicas retrógradas e inovadoras – ou ainda haver uma diferença entre o nível próprio de atuação do *médium* e uma determinada conjuntura estatal. Em qualquer dos casos, porém, o aparelho informativo se articula ideologicamente com a classe que controla o Estado e se investe de sua estrutura, isto é, assume a *forma* geral do poder de Estado. A ideologia, como a televisão, é também essencialmente *forma* (de um poder) (SODRÉ, 2010, p. 21).

Parte-se desse entendimento para avaliar as latências (BARDIN, 2016) encontradas no discurso dos depoentes como forma de convencimento, influência e viés político-partidário-ideológico. Ademais, os telejornais se utilizam da repetição para reforçar as falas e criar um falso consenso de que a pauta em questão estivesse sendo vontade da maioria. Essa maioria, representada e escolhida pelos dois telejornais, se materializa com palavras e expressões mais utilizadas nas reportagens e entrevistas realizadas pela cobertura do Jornal Nacional e do Jornal da Record.

Assim, nas reportagens que faziam referência à aprovação da reforma, destacam-se aspectos como a pauta de governos e partidos de direita, centro e direita e centram-se como os mandatários do posicionamento favorável, soma-se a esse indicador a fala de apresentadores dos dois telejornais que já na abertura anunciavam a reforma como “aprovada” quando poderia dizer “aprovar a

admissibilidade” na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)<sup>80</sup>, como segue o exemplo de acordo com site da Câmara, que diz que: “a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça (23), por 48 votos a 18, a admissibilidade da reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro (PEC 6/19).”

No trecho a seguir, no recorte da narração de uma repórter do JN, edição do dia 23 de abril de 2019, o que estava em questão era a aprovação do texto pela CCJ, que seguiria para análise do projeto com a criação da comissão especial (CE): “a reforma da Previdência foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça por 48 votos a favor e 18 contra”. Infere-se, pois, a intenção pela aprovação a partir dessa constatação.

De acordo com a figura 15, outras menções que exemplificam a ideia para influenciar a opinião dos telespectadores de direcionamento a aprovação, são determinadas a partir da frequência dos seguintes termos:



Figura 15 - Pauta pela aprovação

Fonte: Elaborada pela autora a partir da ferramenta *Pro Word Cloud* (nuvem de palavras)

Conforme a figura 16, as expressões negativas foram utilizadas para se referir à oposição, que supostamente estaria a dificultar a tramitação do projeto.

<sup>80</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/556039-ccj-aprova-parecer-que-considera-constitucional-a-reforma-da-previdencia/>. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Acesso em: 20 abr. 2020.



a) Presidente Jair Bolsonaro (PSL):

*“Peço desculpas por frustrar a tentativa de parte da mídia de criar um virtual atrito entre eu e Paulo Guedes. Nosso casamento segue mais forte que nunca kkkkk. No mais, caso não aprovemos a Previdência, creio que deva trocar o Ministro da Economia pelo da Alquimia só assim resolve.”*

b) Deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara (DEM-RJ):

*“Eu acho que a gente vai colocar esse trem no trilho, no caminho correto, numa velocidade cada vez maior em relação ao crescimento, ao desenvolvimento e ao fortalecimento das instituições democráticas no nosso Brasil”.*

c) Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil:

*“Não dá pra gente pegar, né, us, uuu, o nosso goleador vamo, vamo brincar com futebol, né, e botar ele pra jogar os amistosos da, da preparação, né, tem que ser quando o jogo for para ganhar o campeonato, a taça a gente vai botar no armário”.*

d) Paulo Guedes, ministro da Economia:

*“O Brasil é uma baleia ferida que foi arpoada várias vezes, foi sangrando, sangrando e parou de se mover. Não tem direita nem esquerda, tem que tirar os arpões”.*

e) Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho:

*“Nós dissemos, desde o início, que essas modificações não podem ter impacto fiscal e nem alterar o que nós consideramos o que é a sua espinha dorsal”.*

f) Deputada Joice Hasselmann (PSL-SP):

*“Está ficando feio pra esta casa, chega. Se vocês olharem e tiverem um pouquinho de sensibilidade aos anseios da população, vocês vão entender que a população quer que essa comissão trabalhe e não fique simplesmente procrastinando. A gente vai ficar aqui, porque, porque tem um grupo que sabe apenas fazer barulho. Vamos discutir questões de mérito na comissão especial. É o rito desta casa. Sensibilidade. Canja de galinha não faz mal a ninguém”.*

g) Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência:

*“A gente conseguiu um ambiente de estabilidade, né, isto é importante. É preciso que todo mundo ande com um tambor de água pra apagar os incêndios, né, tem gente andando com tambor de gasolina”.*

Em respeito aos princípios jornalísticos, o tempo dedicado à veiculação das reportagens poderia ser melhor explorado para o detalhamento do projeto e o aprofundamento da discussão. A oitiva de outros lados da questão confere equilíbrio em relação às diferentes vozes que poderiam ter sido ouvidas pelos telejornais. Veicular falas com caráter informal em nada contribui para informar os cidadãos. Os telespectadores não devem ser subestimados, porém já recebem notícias editadas, selecionadas, as quais reduzem o processo construtivo da discussão, isso recai na objetividade e didatismo empregados pelos telejornais, uma problemática apontada anteriormente.

Em nome da cidadania, foi importante considerar as consultas públicas – figuras 18 e 19 - das duas casas legislativas em que o projeto tramitou. Não foi possível identificar o tempo em que ficaram disponíveis para votação, contudo acredita-se que tenha sido relativamente curto ou não tenha havido divulgação esperada, em razão do baixo número de votos, principalmente na enquete do Senado Federal. Na data do acesso – dezembro de 2019 - as votações estavam encerradas, uma vez que a proposta havia sido aprovada em novembro e transformada em Emenda Constitucional. No Senado, de 14.562 votos, 58% se mostraram favoráveis; 42%, contrários.

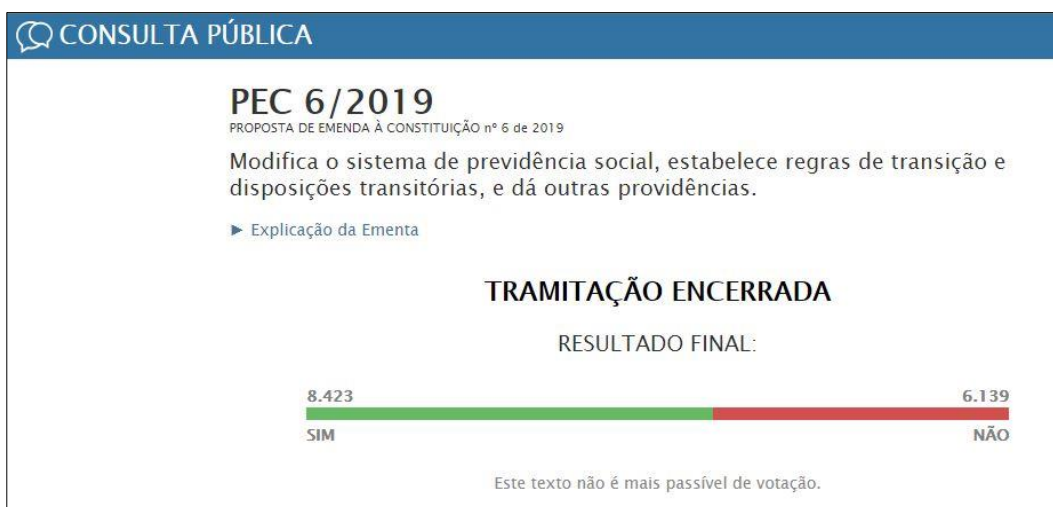


Figura 18 - Consulta Pública Senado Federal  
Fonte: Site do Senado Federal. Acesso em: 15 dez. 2019.

Já na Câmara dos Deputados, percebe-se que o percentual de cidadãos com pontos de vista contrários à aprovação foi significativamente maior: de 136.442 votos, 66% discordaram na maior parte ou totalmente da Proposta; 34% concordaram na maior parte ou totalmente.

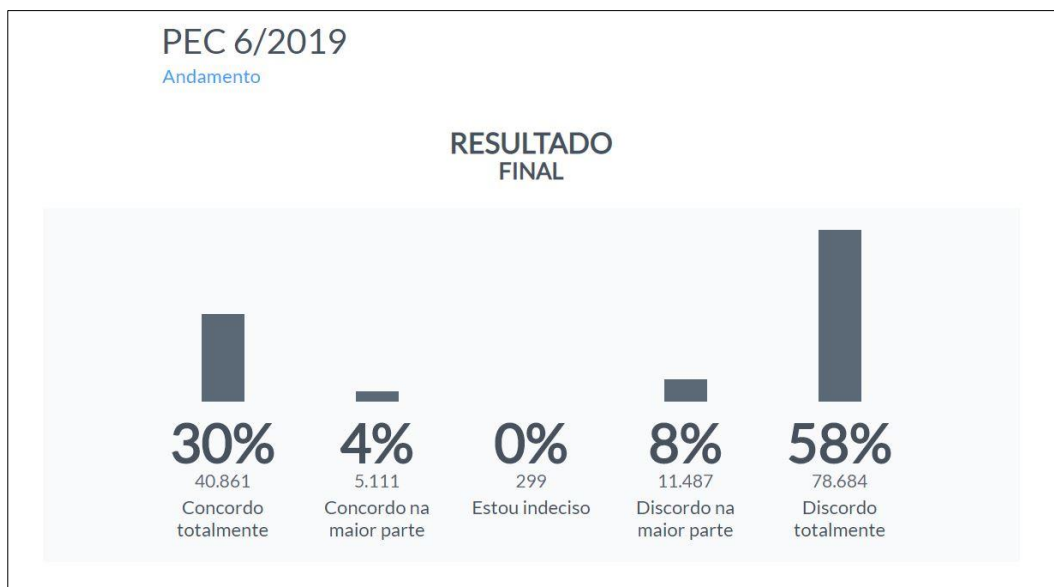


Figura 19 - Consulta Pública Câmara dos Deputados  
Fonte: Site da Câmara dos Deputados. Acesso em: 15 dez. 2019.

Dessa forma, é notável que grande parte da população que se manifestou no site <sup>81</sup> não se viu representada tanto por ambas as Casas do Poder Legislativo brasileiro quanto pelo posicionamento dos telejornais estudados.

Na compilação geral da análise identificou-se uma espécie de “monofonia das vozes”, isto é, por mais que os telejornais tenham dado voz às autoridades que trataram sobre a reforma da Previdência Social, esses representantes do povo demonstraram ter um alinhamento político-partidário e ideológico semelhante e aproximado às propostas do atual governo.

As vozes contrárias à reforma não foram ouvidas, por isso estiveram ausentes em todas as reportagens. Sublinha-se ter havido uma “homofonia”, ou seja, uma voz dominante que teve maior tempo de fala no universo total das vozes ouvidas nesses telejornais: a do presidente Jair Messias Bolsonaro.

<sup>81</sup> A população brasileira estimada em 2019, conforme Mídia Dados 2019, é de 208.601.000 (duzentos e oito milhões seiscentos e um mil) de pessoas.

## 4. Considerações finais

O tema da reforma da Previdência Social foi uma das principais pautas na cobertura dos telejornais brasileiros. Uma vez constatada a informação de que a TV aberta ainda atuava como principal meio de comunicação para os brasileiros, a máxima popular largamente utilizada nos últimos anos, de “que a televisão irá acabar” ou que “se tornará uma mídia obsoleta”, foi desmitificada em razão dos dados que demonstraram a sua continuidade, além de permanecer influente na disseminação de informação através de seus produtos jornalísticos.

Refletiu-se como o modelo de negócios da televisão aberta por meio do telejornalismo ainda mantém seu *status quo*, uma vez que continuam a tratar a informação como objeto de mercadoria. A necessidade de encontrar um fio condutor que pudesse dar conta de como esse aparato se consolidou como veículo de comunicação de massa, mas que tenta no decorrer dos processos tecnológicos acompanhar as dinâmicas acentuadas pela internet e pelo mercado capitalista, recaiu nas abordagens sobre como operam as concessões públicas, razão em que se debateu a regulamentação dos meios de comunicação e o envolvimento de agentes políticos, cláusula proibitiva prevista na Carta Magna.

Acreditou-se, com base na polifonia de vozes, que os telejornais pudessem ter pluralizado as múltiplas vozes com diferentes pontos de vista acerca da reforma. Contudo, ao analisar as edições, percebeu-se que as vozes ouvidas eram, em sua maioria, do presidente da República, de deputados, senadores, ministros e especialistas com ideais afins: a aprovação da reforma da Previdência “Social”. Isso se confirma nos gráficos, em que os partidos políticos PSL, PSDB, DEM e PR somaram mais de 80% de tempo em ambas as coberturas. O presidente Jair Bolsonaro se destacou como o que mais falou dentre todos ouvidos, tanto no Jornal Nacional quanto no Jornal da Record.

Uma constatação interessante, ao fazerem menção à reforma da Previdência, foi a supressão do termo “Social”, o que pressupõe uma ocultação de suma importância: o caráter coletivo e solidário da Previdência Social. Essa supressão pode levar ao enfraquecimento da razão primeira de uma reforma, que é a razão dos direitos sociais. Ao não mencionar “Social”, a ideia de direitos fica fragmentária e remete a imaginação direcionada à alusão de outros tipos de

previdência, que não estejam diretamente associados aos direitos sociais. Pode-se cancelar essa questão com o empenho que o atual governo teve em promover campanhas publicitárias com o *slogan* “Nova Previdência<sup>82</sup>”.

Apreendeu-se pelas edições a intenção de tentar representar a totalidade da população ao “fabricar um consenso” inexistente sobre o apoio favorável. A ausência de outras vozes exime os veículos de mostrar as controvérsias e outras possíveis explicações sobre o tema.

Uma fala que mereceu destaque é a afirmação do Deputado Marcelo Ramos (PR-AM): “Não é hora de estimular qualquer acirramento da relação do Legislativo com o Executivo. Nós vamos isolar a reforma da Previdência de qualquer ambiente de hostilidade. Ela é do Brasil”. Percebeu-se que o projeto foi colocado como de interesse de todos os brasileiros, o que fez parecer que esse tipo de discurso fosse uma pauta consensual, porém podemos classificar essa hostilidade como dissenso, uma vez que a oposição não foi ouvida. O que houve foram interesses difusos entre legendas partidárias na relação com o atual governo. Algumas delas pressionavam a aprovação e mantinham suas justificativas apenas nos benefícios que ela traria. Foi nesse sentido que o governo e a mídia trataram a reforma somente com viés econômico ao apresentarem dados numéricos e não discutirem em profundidade os possíveis impactos do ponto de vista social.

Presume-se que o telespectador não tenha tomado conhecimento da profundidade e da complexidade do tema, na medida em que não foram oportunizadas falas de outras autoridades públicas e especialistas, que são quem os representa no parlamento para a tomada de grandes decisões. Conclui-se, pois, que os telejornais foram parciais na prestação de informação.

As vozes ouvidas, majoritariamente de deputados, reforçam a hegemonia predominante dos telejornais estudados e de que houve um direcionamento político-partidário ao apontar que as legendas, em sua maioria, foram identificadas como partidos de direita e foram as vozes que mais demonstraram sua posição favorável. A mediação exercida pelos telejornais também apontou para um possível posicionamento político-ideológico, no sentido de privilegiar

---

<sup>82</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/05/governo-federal-lanca-campanha-para-esclarecer-populacao-sobre-nova-previdencia>. Acesso em: 14 fev. 2020.



essas falas. Entendeu-se que os elementos do jornalismo como imparcialidade e equilíbrio não foram respeitados como condição de ouvir outras fontes, que não somente as favoráveis.

Constatou-se que as duas grandes emissoras, Globo e Record, por meio do Jornal Nacional e do Jornal da Record pautaram pela aprovação da reforma da Previdência Social no período analisado, pois faltou representação de diferentes olhares, o que manteria a existência da pluralidade exercida pelo bom telejornalismo. Os telejornais poderiam ter aproveitado o tempo de veiculação das reportagens para intensificar a divulgação de consultas públicas e pesquisas nas quais a sociedade poderia participar e opinar a fim de contribuir para os processos democráticos.

Dadas algumas limitações para realização dessa pesquisa, o objeto se limitou a um recorte temporal específico, tendo em vista que não foi possível analisar todas as edições veiculadas sobre o tema durante o ano de 2019, mais precisamente até a data da aprovação<sup>83</sup> da reforma da Previdência Social em outubro, ou até a promulgação em novembro<sup>84</sup>.

Um trabalho importante a ser feito, e que não foi objetivo desta dissertação, é o de comparar como foram feitos os processos de edição das reportagens, como foram selecionadas as notícias em relação à cobertura de TVs públicas a exemplo da TV Câmara e TV Senado. Para isso, poderia ser realizado um trabalho de pesquisa de campo em redações e entrevistas em profundidade com editores, estudo de recepção para ouvir a população. Possivelmente apareceriam outras visões e desdobramentos sobre a reforma da Previdência Social o que daria continuidade a outros estudos e reflexões.

A identificação central desse estudo, baseada nos princípios jornalísticos como a imparcialidade e o equilíbrio, não identificou a existência de pluralidade entre as vozes ouvidas, caso é que as vozes favoráveis à reforma apareceram e as vozes contrárias estiveram ausentes. Paulatinamente as vozes ouvidas alegaram em seus discursos que a reforma seria para o bem de todos e a solução para o Brasil.

---

<sup>83</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/23/senado-aprova-ultimo-destaque-ao-texto-da-reforma-da-previdencia>. Acesso em: 9 fev. 2020.

<sup>84</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/12/promulgada-emenda-constitucional-da-reforma-da-previdencia>. Acesso em: 9 fev. 2020.

Os interesses particulares da grande mídia, nessa ocasião, não podem interferir ou determinar o futuro da nação ao colocar a sua política editorial a serviço daqueles que não têm como prerrogativa assegurar um universo múltiplo de vozes.

Atualmente uma saída encontrada à predominância da televisão aberta está sendo a internet, que abre espaço e tempo a um canal mais democrático de comunicação. Esse tipo de meio possibilita a interação, participação, engajamento dos cidadãos em processos deliberativos que contribuem para o fortalecimento da cidadania.

O estudo não se eximiu de atentar para as estratégias feita pelas emissoras de TV com os processos de transmidiação e as tentativas de estarem presentes em plataformas digitais. O Jornal Nacional já realizou várias mudanças ao longo dos anos, envolvendo troca de cenários, reorganização de bancada, apresentação com demonstrações de sentimentos, desde a morte do piloto Ayrton Senna, por exemplo, e atualmente muito mais intensa nos telejornais regionais, quando os apresentadores se sentem mais próximos dos telespectadores. O Jornal da Record em setembro de 2019 lançou nas plataformas digitais as *hashtags*: “#JornalDaRecord”<sup>85</sup>, outra como a “#VCnoJR”<sup>86</sup>, segundo mencionado em reportagem: “uma nova maneira de fazer telejornal”.

Uma boa oportunidade para o telejornalismo brasileiro, especificamente os de TV aberta, é também incluir a participação do público, de ser mais presente e colocar quadros que mostrem pontos mais detalhados e aprofundados sobre temas sensíveis como foi o da reforma e aumentar o tempo para discussão, diversificar e pluralizar as diferentes vozes e, assim, abrir um canal com outras opiniões.

As dificuldades de tentar compreender como os telejornais, mesmo com as novas tecnologias, continuam a manter seu *modus operandi* partiu também do que atualmente se vê como uma espécie de “guerra pela verba publicitária” entre Globo e Record, que tutelam a ideia de que esses formatos mantêm o sustentáculo da mídia tradicional. Esse tipo de acontecimento ficou evidente com declarações de Jair

---

<sup>85</sup> Disponível em: <https://twitter.com/jornaldarecord/status/1171222840202285057>. Acesso em: 14 fev. 2020.

<sup>86</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/vcnojr-semana-marcou-uma-nova-maneira-de-fazer-jornalismo-13092019>. Acesso em: 14 fev. 2020.

Bolsonaro<sup>87</sup>. Este assunto não foi desconsiderado, mas poderia ser trabalhado em uma pesquisa posterior, tendo em vista que o foco desse estudo se manteve em consonância com a limitação proposta pelos objetivos investigados.

Esta dissertação de mestrado não esgota e não encerra a discussão sobre o tema, mas tenta lançar luz sobre como os meios de comunicação tradicionais continuam a ser influentes. Esperamos que a pesquisa possa contribuir para o campo da Comunicação Social, pois comunicação é ciência e precisa ser estudada com atenção, é parte indissociável na relação que estabelecemos entre os sujeitos, o Estado e os meios de comunicação em nosso país.

*A ausência de efetiva pluralidade na mídia hegemônica constitui obstáculo à formação adequada da opinião pública.*

Dênis de Moraes

---

<sup>87</sup> Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/bolsonaro-quer-mudar-publicidade-para-fortalecer-record-em-guerra-contra-a-globo>. Acesso em: 15 fev. 2020.  
Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/01/08/apos-fala-de-bolsonaro-sobre-verba-publicitaria-associacao-pede-dialogo.htm>. Acesso em: 15 fev. 2020.

## 5. Referências bibliográficas

AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy dos. **Sempre foi pela família**: mídias e políticas no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

ALCURE, Lenira. **Telejornalismo em 12 lições**: televisão, vídeo, internet. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2011. Publicado em parceria com a Editora PUC-Rio.

BALERA, Wagner. **Sistema de Seguridade Social**. 3. ed. São Paulo: LTR, 2003.

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Tradução de: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Tradução de: Pedrinho Guareschi.

BAUM, Ana (Org.). **Vargas, agosto de 54**: a história contada pelas ondas do rádio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Tradução de: Plínio Dentzien.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal**: Um Estudo da Cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

BECKER, Beatriz. **Televisão e telejornalismo**: transições. 1. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

BOLAÑO, César R.; BRITTOS, Valério C. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Mercado brasileiro de televisão**. 2. ed. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe; São Paulo: EDUC, 2004.

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural**: Informação e Capitalismo. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

BOLAÑO, César; BRAZ, Rodrigo. A regulação das comunicações no Brasil: conservadora ou liberal? In: BRITTOS, Valério Cruz. **TV digital, economia política e democracia**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010. p. 87-103.

BONNER, William. **Jornal Nacional**: modo de fazer. São Paulo: Globo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRAGA, Adriana; AGUIAR, Leonel; BERGAMASCHI, Mara. O Chão de Fábrica da Notícia: Contribuições para uma Economia Política da Práxis Jornalística. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 37, n. 1, p. 111-131, 2014.

BRAGA, Rafael Giurumaglia Zincone. **Economia e Cultura: tropicalismo, indústria cultural e o desenvolvimentismo brasileiro**. 2014. 78 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório Final da CPI da Previdência**. 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/539169>. Acesso em: 07 fev. 2020.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 256, de 12 de março de 1991**. Regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação artística, cultural e jornalística das emissoras de rádio e TV [...]. Brasília, DF. Disponível em:  
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15222>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 20 de fevereiro de 2019**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em:  
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 28 de novembro de 2019**. Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social [...]. Brasília, DF. Disponível em:  
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2231327>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 5 de dezembro de 2016.** Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Congresso. Senado. **Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003.**

Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV [...]. Brasília, DF, Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/60879>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.682, de 24 de outubro de 1923.** Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1923. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dpl/DPL4682-1923.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL4682-1923.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.284, de 30 de dezembro de 1911.** Cria a Caixa de Pensões dos Operários da Casa da Moeda e aprova respectivo regulamento. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9284-30-dezembro-1911-525597-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990.** Cria o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) define sua estrutura básica [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d99350.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99350.htm). Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966.** Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social.

Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0072.htm). Acesso em: 14 dez. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.** Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.** Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 36, de 28 de maio de 2002.** Dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc36.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc36.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.** Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.** Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.** Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp11.htm). Acesso em: 14 dez. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015.** Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm). Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Conversão da MP nº 70, de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10610.htm). Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015.** Altera as Leis nº s 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, [...] estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113183.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113183.htm). Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019.** Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Conversão da MP nº 871, de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13846.htm). Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.** Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 1960. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3807.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm). Acesso em: 14 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.** Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1972. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5859.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5859.htm). Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm). Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm). Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.** Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9876.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9876.htm). Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 70, de 1 de outubro de 2002.** Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/Antigas\\_2002/70.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2002/70.htm). Acesso em: 20 jan. 2020.



BRASIL. **Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro de 2019.** Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv871.htm). Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2016:** Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BUCCI, Eugênio (org.), HAMBURGER, Esther, COMPARATO, Fábio Konder, PRIOLLI, Gabriel, SIMÕES, Inimá, FILHO, Laurindo Lalo Leal, BACCEGA, Maria Aparecida, KEHL, Maria Rita, MOREIRA, Roberto, LOPES, Vera de Oliveira Nusdeo. **A TV aos 50. Criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário.** Editora: Fundação Perseu Abramo, 1ª reimpressão, 2003.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV.** 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, nº 54, p. 177-196 – 2007.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia concentrada no Brasil: até quando? **Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación,** São Paulo, v. 13, n. 24, p.48-59, 2016. Disponível em: <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/725/409>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil.** Porto Alegre: L&PM, 1982.

CARVALHO, Patrícia Maurício. **Conflitos na TV digital brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. Tradução de: Roneide Venancio Majer.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário.** 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. FENAJ, 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CRUZ, Renato. **TV digital no Brasil: tecnologia versus política.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

CURADO, Olga. **A notícia na TV: O dia-a-dia de quem faz telejornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017. Tradução de: Estela dos Santos Abreu.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa de. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 18, p. 280-304.

GLOBO, Memória (Org.). **Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GÓMEZ, José María (Coord.). **Lugares de memória: Ditadura militar e resistências no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1982. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho.

GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **Mídia Dados 2019**. Disponível em: <https://www.gm.org.br/midia-dados-2019>. Acesso em: 20 jan. 2020.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. Tradução de: Rogério Bettoni.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009. Tradução de: Susana Alexandria.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo**. São Paulo: Líbero, 2004. Tradução de: Rosemary Duarte.

KERTZMAN, Ivan. **Entendendo a Reforma da Previdência**. Editora JusPodivm. São Paulo: 2020.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LAHNI, Cláudia Regina; MOREIRA, Sônia Virgínia. A disciplina Comunicação Comunitária em revistas acadêmicas: cidadania e possibilidades em ensino e pesquisa. In: CABRAL, Adilson; CABRAL, Eula. **Comunicação, Cultura, Informação e Democracia: tensões e contradições**. Porto: Formalpress, 2016. p. 77-90.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão**. São Paulo: Summus, 2006.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado®**. 23. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das Comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MAIOR, Marcel Souto. **Almanaque TV Globo**. São Paulo: Globo, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Nova forma de cálculo de benefício previdenciário. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 1, n. 10, p.2-4, out. 2000. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/issue/view/112>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. **A televisão no Brasil: 50 anos de história (1950-2000)**. Salvador: Editora PAS – Edições Ianamá, 2000.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MORAES, Dênis de. **Crítica da mídia & hegemonia cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

OLIVEIRA, Diego Rodrigues de. **A construção de uma nação: política, trabalho e saúde no primeiro governo Vargas (1930-1945)**. 2018. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração em Sistemas e Serviços da Saúde, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. São Paulo: Elsevier, 1999.

PENA, Felipe. **No jornalismo não há fibrose: e outros ensaios críticos sobre a imprensa**. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2012.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREIRA JR., Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu; CORREIA, João Carlos. **A sociedade do Telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling (Org.). **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiência de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 1-29, jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>. Acesso em: 06 maio 2020.

PRIOLLI, Gabriel. Antenas da brasilidade. In: BUCCI, Eugênio; et. al. **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

**regulação dos meios no Brasil**. Galáxia (São Paulo), [s.l.], n. 38, p. 167-180, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-25532018000200167&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532018000200167&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 25 abr. 2020.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

RIO DE JANEIRO. IBGE. (Ed.). **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017**. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2019. Tradução de: Rafael H. Silveira.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: memória coletiva e história**. História, São Paulo, Edunesp, n. 20, 2001.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SIMÕES, Inimá F. TV à Chateaubriand. In: COSTA, Alcir Henrique da.; et. al. (Coord.). **Um país no ar: história da TV brasileira em três canais**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SODRÉ, Muniz. **O Monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2. ed. Porto: Bocc, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **O que é Jornalismo**. 1. ed. Lisboa: Quimera Editores, Lda., 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

UNESCO/Sean MacBride y otros. **Un solo mundo, voces múltiples** (Informe MacBride). Fondo de Cultura Económica (México)/Unesco (París), 1ª edición 1980.

VANNUCHI, Camilo. **O direito à comunicação e os desafios da**

VIZEU, Alfredo. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 16, n. 40, p.77-83, dez. 2009. EDIPUCRS. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/issue/view/403>. Acesso em: 12 dez. 2019.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte: PUCMinas, 2016. Tradução de: Marcio Serelle, Mário F. I. Viggiano.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

## Anexos

Jornal O Globo, 3 de junho de 1939, edição das 17 horas

# O GLOBO

Publicado todos os dias, exceto aos domingos e feriados.

Redação: Rua do Ouvidor, 11 - Rio de Janeiro.

Telefones: 2-1111, 2-1112, 2-1113, 2-1114, 2-1115, 2-1116, 2-1117, 2-1118, 2-1119, 2-1120, 2-1121, 2-1122, 2-1123, 2-1124, 2-1125, 2-1126, 2-1127, 2-1128, 2-1129, 2-1130, 2-1131, 2-1132, 2-1133, 2-1134, 2-1135, 2-1136, 2-1137, 2-1138, 2-1139, 2-1140, 2-1141, 2-1142, 2-1143, 2-1144, 2-1145, 2-1146, 2-1147, 2-1148, 2-1149, 2-1150, 2-1151, 2-1152, 2-1153, 2-1154, 2-1155, 2-1156, 2-1157, 2-1158, 2-1159, 2-1160, 2-1161, 2-1162, 2-1163, 2-1164, 2-1165, 2-1166, 2-1167, 2-1168, 2-1169, 2-1170, 2-1171, 2-1172, 2-1173, 2-1174, 2-1175, 2-1176, 2-1177, 2-1178, 2-1179, 2-1180, 2-1181, 2-1182, 2-1183, 2-1184, 2-1185, 2-1186, 2-1187, 2-1188, 2-1189, 2-1190, 2-1191, 2-1192, 2-1193, 2-1194, 2-1195, 2-1196, 2-1197, 2-1198, 2-1199, 2-1200, 2-1201, 2-1202, 2-1203, 2-1204, 2-1205, 2-1206, 2-1207, 2-1208, 2-1209, 2-1210, 2-1211, 2-1212, 2-1213, 2-1214, 2-1215, 2-1216, 2-1217, 2-1218, 2-1219, 2-1220, 2-1221, 2-1222, 2-1223, 2-1224, 2-1225, 2-1226, 2-1227, 2-1228, 2-1229, 2-1230, 2-1231, 2-1232, 2-1233, 2-1234, 2-1235, 2-1236, 2-1237, 2-1238, 2-1239, 2-1240, 2-1241, 2-1242, 2-1243, 2-1244, 2-1245, 2-1246, 2-1247, 2-1248, 2-1249, 2-1250, 2-1251, 2-1252, 2-1253, 2-1254, 2-1255, 2-1256, 2-1257, 2-1258, 2-1259, 2-1260, 2-1261, 2-1262, 2-1263, 2-1264, 2-1265, 2-1266, 2-1267, 2-1268, 2-1269, 2-1270, 2-1271, 2-1272, 2-1273, 2-1274, 2-1275, 2-1276, 2-1277, 2-1278, 2-1279, 2-1280, 2-1281, 2-1282, 2-1283, 2-1284, 2-1285, 2-1286, 2-1287, 2-1288, 2-1289, 2-1290, 2-1291, 2-1292, 2-1293, 2-1294, 2-1295, 2-1296, 2-1297, 2-1298, 2-1299, 2-1300, 2-1301, 2-1302, 2-1303, 2-1304, 2-1305, 2-1306, 2-1307, 2-1308, 2-1309, 2-1310, 2-1311, 2-1312, 2-1313, 2-1314, 2-1315, 2-1316, 2-1317, 2-1318, 2-1319, 2-1320, 2-1321, 2-1322, 2-1323, 2-1324, 2-1325, 2-1326, 2-1327, 2-1328, 2-1329, 2-1330, 2-1331, 2-1332, 2-1333, 2-1334, 2-1335, 2-1336, 2-1337, 2-1338, 2-1339, 2-1340, 2-1341, 2-1342, 2-1343, 2-1344, 2-1345, 2-1346, 2-1347, 2-1348, 2-1349, 2-1350, 2-1351, 2-1352, 2-1353, 2-1354, 2-1355, 2-1356, 2-1357, 2-1358, 2-1359, 2-1360, 2-1361, 2-1362, 2-1363, 2-1364, 2-1365, 2-1366, 2-1367, 2-1368, 2-1369, 2-1370, 2-1371, 2-1372, 2-1373, 2-1374, 2-1375, 2-1376, 2-1377, 2-1378, 2-1379, 2-1380, 2-1381, 2-1382, 2-1383, 2-1384, 2-1385, 2-1386, 2-1387, 2-1388, 2-1389, 2-1390, 2-1391, 2-1392, 2-1393, 2-1394, 2-1395, 2-1396, 2-1397, 2-1398, 2-1399, 2-1400, 2-1401, 2-1402, 2-1403, 2-1404, 2-1405, 2-1406, 2-1407, 2-1408, 2-1409, 2-1410, 2-1411, 2-1412, 2-1413, 2-1414, 2-1415, 2-1416, 2-1417, 2-1418, 2-1419, 2-1420, 2-1421, 2-1422, 2-1423, 2-1424, 2-1425, 2-1426, 2-1427, 2-1428, 2-1429, 2-1430, 2-1431, 2-1432, 2-1433, 2-1434, 2-1435, 2-1436, 2-1437, 2-1438, 2-1439, 2-1440, 2-1441, 2-1442, 2-1443, 2-1444, 2-1445, 2-1446, 2-1447, 2-1448, 2-1449, 2-1450, 2-1451, 2-1452, 2-1453, 2-1454, 2-1455, 2-1456, 2-1457, 2-1458, 2-1459, 2-1460, 2-1461, 2-1462, 2-1463, 2-1464, 2-1465, 2-1466, 2-1467, 2-1468, 2-1469, 2-1470, 2-1471, 2-1472, 2-1473, 2-1474, 2-1475, 2-1476, 2-1477, 2-1478, 2-1479, 2-1480, 2-1481, 2-1482, 2-1483, 2-1484, 2-1485, 2-1486, 2-1487, 2-1488, 2-1489, 2-1490, 2-1491, 2-1492, 2-1493, 2-1494, 2-1495, 2-1496, 2-1497, 2-1498, 2-1499, 2-1500, 2-1501, 2-1502, 2-1503, 2-1504, 2-1505, 2-1506, 2-1507, 2-1508, 2-1509, 2-1510, 2-1511, 2-1512, 2-1513, 2-1514, 2-1515, 2-1516, 2-1517, 2-1518, 2-1519, 2-1520, 2-1521, 2-1522, 2-1523, 2-1524, 2-1525, 2-1526, 2-1527, 2-1528, 2-1529, 2-1530, 2-1531, 2-1532, 2-1533, 2-1534, 2-1535, 2-1536, 2-1537, 2-1538, 2-1539, 2-1540, 2-1541, 2-1542, 2-1543, 2-1544, 2-1545, 2-1546, 2-1547, 2-1548, 2-1549, 2-1550, 2-1551, 2-1552, 2-1553, 2-1554, 2-1555, 2-1556, 2-1557, 2-1558, 2-1559, 2-1560, 2-1561, 2-1562, 2-1563, 2-1564, 2-1565, 2-1566, 2-1567, 2-1568, 2-1569, 2-1570, 2-1571, 2-1572, 2-1573, 2-1574, 2-1575, 2-1576, 2-1577, 2-1578, 2-1579, 2-1580, 2-1581, 2-1582, 2-1583, 2-1584, 2-1585, 2-1586, 2-1587, 2-1588, 2-1589, 2-1590, 2-1591, 2-1592, 2-1593, 2-1594, 2-1595, 2-1596, 2-1597, 2-1598, 2-1599, 2-1600, 2-1601, 2-1602, 2-1603, 2-1604, 2-1605, 2-1606, 2-1607, 2-1608, 2-1609

**HITLER CONCILIADOR?** — PARIS, 10 (AP) — Notícias que chegam nos círculos diplomáticos franceses e procedentes de fontes usualmente bem informadas de Berlim, dizem que Hitler está preparando específicas propostas à França, Inglaterra e Estados Unidos para solução dos problemas que causam o receio de uma guerra no mundo.

# ANNEXAÇÃO DE DANTZIG PARA MUITO BREVE!

**O chefe nazista da Prússia Oriental quebra o silêncio de Berlim e faz a imprevista revelação às tropas de assalto**

Discorda a França do novo plano inglês? — Aplaudido em Roma e criticado em Paris o discurso conciliatório de lord Halifax — Chamberlain oferece novas oportunidades ao Reich

DANTZIG, 10 (AP) — "Dantzig espera para muito breve a sua anexação à Grande Alemanha". Foi isso que declarou, entre outras coisas, o chefe distrital, Albert Forster, no discurso, ontem, à noite, perante uma reunião das tropas de assalto nazistas da Prússia Oriental. É acrescentador: "Todos nós sentimos que os destinos desta cidade dependem em passo gigantesco para a frente, atingindo a um ponto que nos faz esperar que chegaremos a bom termo num futuro muito próximo".



CLIQUE HONORÁRIA A REPRISAGEM DE "HITLER" — LONGE, porém, não se esqueça que a GLEBA, por sua vez, — Eram os soldados de primeira linha, os soldados e não os soldados de primeira linha (Hans Kautsch)

ANO XV — N. 4018

Sábado, 10 de junho de 1939.

## O GLOBO

FUNDADO POR DR. MARINHO  
Diretor-Responsible: ROBERTO MOSES  
Diretor-Administrativo: ROBERTO MARINHO  
Diretor-Editorial: A. LEAL DA COSTA

### IMMENSE CORTINA ENVOLVENDO A CIDADE

Trens, bondes e até omnibus retardados pela cerração



O Sr. João Soares (centro, à esquerda, o Sr. João Soares)

Centenas de pessoas nos pontos de embarque — Livre a Guanabara — Quasi todo mundo atrasado nos empregos — Debates caríneos

Os ônibus estão a ponto de serem atacados por milhares de pessoas, em especial, no ponto de embarque da Guanabara. A situação é muito crítica, com muitos atrasos nos empregos e nos estudos. Os debates caríneos são muito interessantes.

### MAIS CAROS OS RECIBOS!

O novo regulamento do selo, a entrar em vigor na próxima — segunda-feira —

Como se manifestam o respeito, cuidado pelo GLOBO, os presidentes da Associação Comercial e do Sindicato dos Lojistas



Estadísticas das lojas, em particular a nova loja e o comércio em geral

### Abrindo nova fase de desenvolvimento cultural

A demonstração pública de televisão, hoje, sob o patrocínio do GLOBO

Encontrado morto um antigo astro da cena mágica

Owen Moore, primeiro marido de Mary Pickford, foi vítima de um mal súbito



Owen Moore

O café do Brasil em Nova York

Gaúcho tipo Rio e se matore imortalizado o Santo

Falocera há três dias

Estadísticas das lojas, em particular a nova loja e o comércio em geral

### Cincoenta mil contos de receita líquida!

Cada vez melhor a situação da Companhia Paulista de Estradas

S. PAULO, 10 — (Especial para O GLOBO) — A situação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro verifica que, no último trimestre, foram arrecadados 50 milhões de contos. A receita líquida foi de 50 milhões de contos, com um lucro líquido de 140.500 contos de reis e a despesa de 90.000. Quando os contos foram descontados e pagos, os dividendos não acumulados, atingindo 5% no ano. Duas vezes em 1938 foram pagos dividendos, e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1938, recebeu 100 milhões de contos de reis. A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1938, recebeu 100 milhões de contos de reis.

### DEZ CONTOS POR UMA ESPOSA...

A jovem senhora contesta a história pittoresca — da sua venda como mercadoria humana —

DECLARAÇÕES DE REBECA AO "GLOBO" — NÃO SABIA O QUE ERA AMOR... — SEU DEPOIMENTO NA POLÍCIA



Rebecca Declara que se deu a si mesma ao amor e depois ao amor (Cláudio de Almeida)

### «LA FIGLIA DE IORIO»

O grande espetáculo de hoje  
Resumo da obra-prima italiana que será apresentada no Municipal — sob o patrocínio do GLOBO —

(Cláudio de Almeida)



VIAJANDO PARA MOSCOU, PASSARA' POR BERLIM  
E VARSOVIA O ENVIADO ESPECIAL DA INGLATERRA

# NOVA DISPUTA DA «COPA ROCA» NO RIO!

Ainda este anno, um combinado River-Independiente  
representará a Argentina para o terceiro jogo

**EDIÇÃO**  
DAS  
11 HORAS

Sensacionais declarações do Sr. German Seoane ao GLOBO —  
Do Brasil, o scratch visitante proseguirá viagem—Mexico ou Europa  
—Reforço indispensável de «chueco» Garcia— Regressou  
esta manhã a Buenos Aires, o pardo portenho



Uma escotilha do combinado dos Drs. German Seoane e Alfredo Lillo para Buenos Aires. Assomem entre os jogadores argentinos os Drs. German Seoane e Alfredo Lillo.

As divergências entre os jogadores do combinado argentino e os jogadores do combinado brasileiro, que se manifestaram durante a viagem, foram resolvidas por meio de uma decisão arbitral. O combinado argentino, que se apresentará no terceiro jogo da Copa Roca, será reforçado pelo jogador «chueco» Garcia, que regressou esta manhã a Buenos Aires.

**VESTIU-SE DE MULHER**  
para prender a quadrilha!

O «tru» do policial vestiu-se de mulher e conseguiu prender a quadrilha. Em fuga um dos assaltantes.

**Partiram-lhe o braço!**  
Sociedade pelo Anonimato

**PANICO A BORDO**  
dentro da Guanabara

O vendaval de ontem forçou o «Belle-Isle» a um itinerário maior, para chegar ao cães sem incidentes.

**Solda Electrica**  
Machinas para soldar de ponte ou de arco, dimensões de 10 a 100 cm. Tratam-se de 31. Lojas.

## Enthusiasmado o publico com a televisão

O GRANDE EXITO DA DEMONSTRAÇÃO PATROCINADA PELO «GLOBO»



Conferência a bordo do navio para o Sr. German Seoane e Alfredo Lillo. Assomem entre os jogadores argentinos os Drs. German Seoane e Alfredo Lillo.

## O GLOBO

FUNDAÇÃO DE BENE MARINHO  
Direção-Geral: ROBERTO JOSÉ DE ALMEIDA  
Direção-Geral: ROBERTO JOSÉ DE ALMEIDA  
Direção-Geral: ROBERTO JOSÉ DE ALMEIDA

**Vôa para Moscou**  
o emissario britânico!

O Sr. Strang fará escalas em Berlim e Varsovia, devendo chegar, amanhã, à capital dos soviets.

Lord Halifax reafirmará, hoje, a preferência da Inglaterra pelas negociações informais — Chamberlain também deverá falar, hoje — Novo incidente aggrava a tensão polono-soviética

**MORREU**  
por imprudência da família!

O novo embaixador argentino no Brasil

**Café CRUZEIRO (EXTRA)**

**Solto o descarilador húngaro**  
Matucka perdendo por ter inventado um aparelho que evita os desastres de trem

**Partiram-lhe o braço!**

**Enthusiasmado o publico com a televisão**

**Solda Electrica**

**Partiram-lhe o braço!**

**Enthusiasmado o publico com a televisão**

# NOTÍCIAS E COMMENTÁRIOS

## A nossa capa



Vésperas de Santo Antonio, o doce thumaturgo cujo dia o mundo christão comemora com fervor e entusiasmo.

A *Revista da Semana* associa-se á data do calendario religioso, escolhendo para capa deste numero uma photographia — que é um verdadeiro quadro — colhida por Arnaldo Vieira em recente solemnidade verificada no Convento de Santo Antonio.

Esta photographia, esplendida a todos os titulos, é um flagrante obtido no adro do Convento quando os frades da Ordem entoavam um côro sacro.

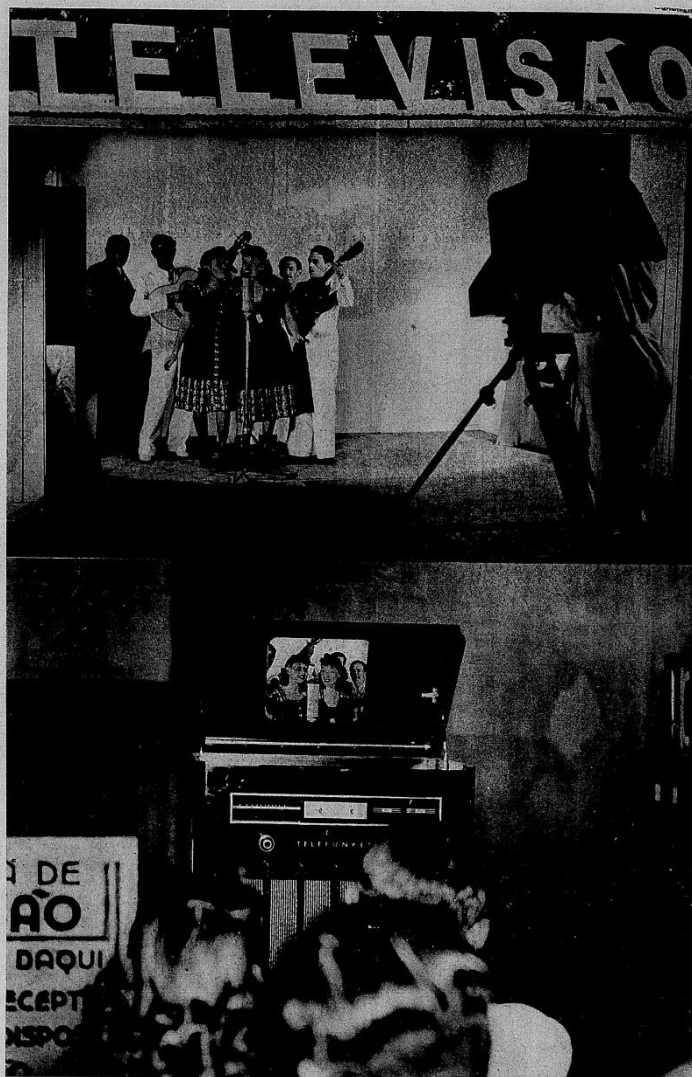
## TELEVISÃO

Inaugurou-se oficialmente, no pavilhão "E" da Feira de Amostras, a 1.ª Exposição de Televisão do Rio de Janeiro, organizada pelo Ministerio dos Correios da Allemânia, sob os auspícios do Departamento Nacional de Propaganda.

Coube ao dr. Arthur Hehl Neiva, destacado junto á missão germanica, a exposição oral do processo scientifico da televisão. Descrevendo essa maravilha da sciencia dos nossos dias o dr. Neiva dedicou especial cuidado aos schemas que mostravam as partes essenciaes da televisão, isto é a camera que capta as imagens, as scenas que terão de ser televisionadas; o obturador de Nipkow, que decompõe a imagem luminosa em pontos; os dispositivos amplificadores e de modulação; a camera da cellula photo-electrica, através da qual o conjunto de raios luminosos que transpõem os orificios do obturador se irá transformar na corrente electrica, e a valvula de Braun, já na recepção, e através da qual o impulso electrico devidamente transmittido vae novamente transformar-se em pontos luminosos que, alinhados e juxtapostos sobre uma placa fluorescente, vão de novo formar a imagem que fôra decomposta pelo aparelho transmissor.

A decomposição da imagem no obturador Nipkow dá-se em um milhão de pontos para a fôrma de um rosto, mais ou menos.

Num dos extremos do pavilhão da Feira de Amostras foi armado um studio, onde se apresentam os artistas do nosso



As Irmãs Pegês e o conjunto de Benedicto Lacerda — no studio e televisionados.

broadcasting contratados pelo Departamento Nacional de Propaganda. Em outra parte do pavilhão estão os aparelhos receptores e é dahi que se acompanha o prosseguimento daquella apresentação artistica, transmittida pela radio televisão.

No acto inaugural da Exposição veri-

ficou-se uma demonstração de visiotelephonia, que é a telephonia accrescida da televisão.

Os srs. Getulio Vargas, presidente da Republica, e Francisco Campos, ministro da Justiça, tomaram logar em duas cabines distinctas, e palestraram pelo telephone enquanto a imagem de cada um era niti-

damente vista no screen da outra cabina.

Por ultimo, realizou-se uma transmissão de films pela televisão, sendo aproveitada a pellicula sonora do Departamento de Propaganda organizada no Palacio Guanabara na ultima noite de 1938, quando o Chefe da Nação falou para todo o Brasil.

## Anexo 2 – Links das edições analisadas do Jornal Nacional

Edição	Link ( <i>Globoplay</i> )
22/04/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7560345/">https://globoplay.globo.com/v/7560345/</a>
23/04/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7563261/">https://globoplay.globo.com/v/7563261/</a>
24/04/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7566153/">https://globoplay.globo.com/v/7566153/</a>
25/04/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7569198/">https://globoplay.globo.com/v/7569198/</a>
26/04/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7572413/">https://globoplay.globo.com/v/7572413/</a>
27/04/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7574409/">https://globoplay.globo.com/v/7574409/</a>
20/05/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7630255/">https://globoplay.globo.com/v/7630255/</a>
21/05/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7633261/">https://globoplay.globo.com/v/7633261/</a>
22/05/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7636115/">https://globoplay.globo.com/v/7636115/</a>
23/05/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7639084/">https://globoplay.globo.com/v/7639084/</a>
24/05/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7642256/">https://globoplay.globo.com/v/7642256/</a>
25/05/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7644231/">https://globoplay.globo.com/v/7644231/</a>
03/06/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7665150/">https://globoplay.globo.com/v/7665150/</a>
04/06/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7667956/">https://globoplay.globo.com/v/7667956/</a>
05/06/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7670911/">https://globoplay.globo.com/v/7670911/</a>
06/06/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7673907/">https://globoplay.globo.com/v/7673907/</a>
07/06/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7677018/">https://globoplay.globo.com/v/7677018/</a>
08/06/2019	<a href="https://globoplay.globo.com/v/7679027/">https://globoplay.globo.com/v/7679027/</a>

### Anexo 3 – Links das edições analisadas do Jornal da Record

Edição	Link ( <i>PlayPlus</i> )
22/04/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=119326">https://www.playplus.com/History/Play?m=119326</a>
23/04/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=108950">https://www.playplus.com/History/Play?m=108950</a>
24/04/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=86289">https://www.playplus.com/History/Play?m=86289</a>
25/04/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=119011">https://www.playplus.com/History/Play?m=119011</a>
26/04/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=109656">https://www.playplus.com/History/Play?m=109656</a>
27/04/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=86320">https://www.playplus.com/History/Play?m=86320</a>
20/05/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=117324">https://www.playplus.com/History/Play?m=117324</a>
21/05/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=92194">https://www.playplus.com/History/Play?m=92194</a>
22/05/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=85584">https://www.playplus.com/History/Play?m=85584</a>
23/05/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=117921">https://www.playplus.com/History/Play?m=117921</a>
24/05/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=116451">https://www.playplus.com/History/Play?m=116451</a>
25/05/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=85795">https://www.playplus.com/History/Play?m=85795</a>
03/06/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=116474">https://www.playplus.com/History/Play?m=116474</a>
04/06/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=116459">https://www.playplus.com/History/Play?m=116459</a>
05/06/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=116198">https://www.playplus.com/History/Play?m=116198</a>
06/06/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=86002">https://www.playplus.com/History/Play?m=86002</a>
07/06/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=108815">https://www.playplus.com/History/Play?m=108815</a>
08/06/2019	<a href="https://www.playplus.com/History/Play?m=116593">https://www.playplus.com/History/Play?m=116593</a>

## Anexo 4 – Transcrição das reportagens

**Cobertura da reforma da Previdência Social no Jornal Nacional e no Jornal da Record em abril, maio e junho de 2019**

**Jornal Nacional**

**22/04/2019**

**Renata Vasconcellos, apresentadora (escalada):** O governo negocia mudanças na reforma da Previdência pra tentar aprovar o texto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

**Renata Vasconcellos, apresentadora (cabeça):** O governo federal tá negociando até o último minuto com deputados a aprovação do relatório favorável à reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** O secretário especial de Previdência disse que já há um consenso. Não dá mais para adiar a votação da reforma na Comissão de Constituição e Justiça.

**Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho:** Amanhã haverá a votação. É a informação que eu tenho dos líderes, inclusive do próprio presidente da Comissão de Constituição e Justiça, do presidente Rodrigo Maia é, daqueles que fazem parte é, da Comissão.

**Júlio Mosquéra, repórter (Brasília):** O governo tenta apaziguar principalmente o Centrão, formado por deputados de partidos de centro e direita, insatisfeitos com a forma que o Palácio do Planalto conduz a negociação política na Câmara e também por não conseguirem nomear aliados para alguns cargos públicos. Grande parte da resistência vem do PR e do Progressistas. A equipe econômica já admite retirar 4 pontos da reforma para aprovar a proposta amanhã na CCJ. Dois deles facilitariam futuras mudanças na Previdência. Só o governo federal poderia propor essas alterações, que seriam feitas por lei complementar. Hoje é preciso mexer na Constituição. Fazer mudanças por lei complementar é mais fácil, porque depende de menos votos de deputados e senadores. O governo admite também retirar do texto o trecho que acabaria com a obrigação das empresas de depositar o FGTS para funcionários que recebem alguma aposentadoria, mas continuam trabalhando, e aceita voltar com a exigência do pagamento da multa de 40% sobre o FGTS em casos de demissão desse funcionário já aposentado. Recuará ainda da proposta de deixar apenas o foro de Brasília para resolver questões judiciais envolvendo a Previdência. Esses pontos não reduzem a arrecadação prevista pela equipe econômica, que é de R\$ 1 trilhão em 10 anos. Deputados cobram o detalhamento dos cálculos que levaram a esse número. O presidente da Câmara, que está em Lisboa, disse que acertou com o secretário Rogério Marinho de divulgar os dados na próxima quinta-feira, antes da instalação da comissão especial. Rodrigo Maia defendeu que é preciso concluir a etapa da CCJ amanhã.

**Dep. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, DEM-RJ:** A Câmara precisa também entender que... todos nós precisamos entender que há uma crise fiscal

grande, uma crise econômica, uma crise que tem afetado a vida das pessoas. Enquanto a Previdência não tiver um encaminhamento, os grandes investimentos vão ficar, vamos dizer assim, sobrestados. Então a gente precisa cumprir o nosso papel de votar as matérias, e essa é uma matéria que gera uma despesa, é uma despesa muito grande e gera, gera um crescimento anual na, na faixa de R\$ 50 bilhões por ano, então o país que não consegue investir, hoje, nem R\$ 50 bilhões, cresce a sua despesa previdenciária em R\$ 50 bilhões. Então se não tiver uma solução pra Previdência, certamente não haverá solução de investimento do Brasil nos próximos anos.

**23/04/2019**

**Rodrigo Bocardi, apresentador (escalada):** O governo fecha um acordo com partidos e retira 4 pontos do texto da reforma da Previdência.

**Renata Vasconcellos, apresentadora (escalada):** Os pontos não reduzem a previsão de economia prevista pela equipe econômica.

**Rodrigo Bocardi, apresentador (escalada):** O assunto é analisado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

**Rodrigo Bocardi, apresentador (cabeça):** Deputados da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara estão analisando a proposta de reforma da Previdência do governo federal. O relator da proposta na CCJ retirou quatro pontos do texto, que não reduzem a economia prevista pelo governo.

**Delis Ortiz, repórter (off):** A articulação do governo teve o apoio do presidente da Câmara, que chamou o secretário da Previdência e líderes. Rodrigo Maia apelou para que a questão da constitucionalidade da reforma fosse liquidada hoje na CCJ. O Centrão, grupo formado por Deputados de partidos de centro e de direita, que havia feito o corpo mole na semana passada, resolveu ajudar e ficar com crédito no governo. Por isso, saiu acordo, e o governo teve que ceder. Aceitou alterar 4 pontos, e o relator tirou do texto o trecho que iria acabar com a obrigação das empresas de depositar o FGTS para funcionários que recebem alguma aposentadoria, mas continuam trabalhando, e também com a exigência do pagamento da multa de 40% sobre o FGTS em caso de demissão de funcionário já aposentado, deixando tudo como é hoje. Também foi retirado o trecho que mudava a aposentadoria compulsória por lei complementar, que exige menos votos que uma emenda à constituição como é hoje. Se fosse mantida, a idade máxima para aposentadoria dos servidores seria definida pelo governo e poderia ter impacto na composição dos ministros do Supremo. Recentemente, a idade máxima foi elevada de 70 para 75 anos, o que permitiu que os ministros do Supremo Tribunal Federal e de outros tribunais ficassem mais tempo no cargo. Outra mudança está no item que dava exclusividade ao governo de apresentar projeto de lei complementar para mudar as regras da Previdência. Isso passa a ser compartilhado com o congresso, e o governo também recuou na parte que excluía o foro de Brasília para resolver questões judiciais contra a União envolvendo a Previdência. Esses pontos não reduzem a economia prevista pela equipe econômica, que é de R\$ 1 trilhão em 10 anos.

**Rogério Marinho, Secretário especial de Previdência e Trabalho:** A etapa mais importante que é a comissão de mérito. Na comissão de mérito, nós vamos ter oportunidade de fazermos a discussão a respeito dos detalhes do projeto. Nós vamos discutir o conteúdo do projeto, e nessa oportunidade, inclusive, o governo, é, pretende demonstrar, assim, com a maior amplitude e transparência possível, todos os dados que embasaram a proposta.

**Delis Ortiz, repórter (off):** À tarde o presidente da Comissão abriu a sessão com 62 presenças registradas no painel. Foi logo dizendo que seria rigoroso no limite de tempo das falas e pediu ordem nas manifestações.

**Dep. Felipe Francischini, presidente da CCJ, PSL-PR:** Não adianta subir ou fazer um estardalhaço. Ganha quem tem mais voto, e também eu não acho que é bom para a imagem da nossa comissão do Congresso Nacional o tumulto que é criado, ah, e que foi criado e algumas outras sessões.

**Repórter, Delis Ortiz (off):** A oposição bateu na mesma tecla. Queria a devolução da proposta ao governo, alegando falta de dados e estimativas que embasaram a reforma. O presidente da CCJ negou todas as questões de ordem. O primeiro teste do Governo foi na votação de um pedido de inversão de pauta, pulando assim algumas etapas da sessão para analisar, antes de tudo, o relatório da Previdência. Foram 45 sim e só 2 contra. 17 não votaram, e quando tudo parecia pacificado, a líder do governo quase provocou um tumulto.

**Dep. Joice Hasselmann, PSL-SP:** Está ficando feio pra esta casa, chega. Se vocês olharem e tiverem um pouquinho de sensibilidade aos anseios da população, vocês vão entender que a população quer que essa comissão trabalhe e não fique simplesmente procrastinando. A gente vai ficar aqui, porque, porque tem um grupo que sabe apenas fazer barulho. Vamos discutir questões de mérito na comissão especial. É o rito desta casa. Sensibilidade. Canja de galinha não faz mal a ninguém.

**Delis Ortiz, repórter (off):** E irritou até os aliados de hoje.

**Dep. Arthur Oliveira Maia, DEM-BA:** Deputados todos aqui me procuraram pra dizer que não vai tolerar o governo fazer uma obstrução enquanto que nós que não somos da base estamos aqui empenhados em votar.

**Delis Ortiz, repórter (Brasília):** Na semana passada, foi com a ajuda do centrão que a oposição conseguiu adiar a votação aqui na CCJ. Hoje, foi com a ajuda do mesmo Centrão que o governo conseguiu garantias de que a sessão seria decisiva. O entendimento é deixar as discussões sobre o mérito da proposta de reforma para a comissão especial.

**Delis Ortiz, repórter (off):** Pouco antes das seis, começou a leitura dos ajustes no relatório, e o relator fez questão de reforçar que o texto era fruto de acordo.

**Dep. Delegado Marcelo Freitas, PSL-MG:** Importa-nos lado outro valorizar o consenso e o entendimento majoritário nesta comissão e dar prosseguimento à tramitação da proposta com a urgência que o tema requer e o Brasil exige.

**Renata Vasconcellos, apresentadora (cabeça):** Vamos agora ao vivo a Brasília. Repórter Zileide Silva tá acompanhando essa sessão na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, tem os detalhes pra gente. Boa noite, Zileide.

**Zileide Silva, repórter (Brasília):** Boa noite, Renata, boa noite, Rodrigo, boa noite a todos. Olha, a leitura do relatório terminou pouco antes das 6 da tarde, mas até agora nada de votação. A oposição passou a tarde apresentando requerimentos e questões de ordem, tudo justamente para atrasar o início da votação. O governo, com a ajuda do centrão, está conseguindo derrotar todos, mas ainda tem requerimento da oposição para ser votado. Em vários momentos o clima ficou tenso, teve bate-boca, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, veio a acompanhar a sessão. Ele, que é apontado como um dos principais avalistas da reforma da Previdência, passou um bom tempo ao lado da Líder do governo no Congresso, a Deputada Joice Hasselmann, do PSL. Bom, os deputados continuam discutindo e votando os requerimentos da oposição, mas o presidente da CCJ, o deputado Felipe Francischini do PSL, já disse que não adianta tumultuar, porque ele vai votar a admissibilidade da PEC da Previdência, ainda hoje. Renata, Rodrigo.

**Renata Vasconcellos, apresentadora:** Obrigada, Zileide. Qualquer nova informação você volta a falar com a gente. Boa noite.

**24/04/2019**

**Rodrigo, apresentador (escalada):** Depois da aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, a reforma da Previdência segue para a próxima etapa.

**Renata Vasconcellos, apresentadora (escalada):** E a Câmara cria comissão especial que vai analisar o tema.

**Rodrigo, apresentador (cabeça):** E a reforma da Previdência deu mais um passo, hoje, com a criação da comissão especial para analisar o projeto na Câmara. O texto foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça depois de mais de 9 horas de sessão.

**Andréia Sadi, repórter (off):** A reforma da Previdência foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça por 48 votos a favor e 18 contra. Para garantir o apoio dos partidos do centrão, grupo formado por deputados de centro e direita, o governo cedeu em quatro pontos, que, segundo as contas da equipe econômica, não reduzem a economia prevista de R\$ 1 trilhão em 10 anos. O presidente da Câmara, que ajudou o governo na votação de ontem, disse que alguns deputados da base ainda são inexperientes, e que o governo precisa auxiliar.

**Dep. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, DEM-RJ:** O Presidente, que já defendeu com menos ênfase, vem aumentando a sua ênfase. Isso ajuda muito, porque o Presidente do Brasil comanda o nosso país tem uma avaliação positiva, e essa avaliação precisa ser transferida pro diálogo, né, pra que a sociedade possa participar com uma posição positiva do governo nessa matéria.



**Andréia Sadi, repórter (off):** O ministro da Casa Civil se reuniu com Rodrigo Maia hoje pela manhã. Disse que não é o momento de o presidente participar da articulação.

**Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil:** Não dá pra gente pegar, né, us, uuu, o nosso goleador vamo, vamo brincar com futebol, né, e botar ele pra jogar os amistosos da, da preparação, né, tem que ser quando o jogo for para ganhar o campeonato, a taça a gente vai botar no armário.

**Andréia Sadi, repórter (off):** Onyx também afirmou que os estudos da Previdência, como cobram parlamentares, devem estar disponíveis até amanhã. A Câmara criou hoje a comissão especial, que vai discutir o conteúdo da reforma da Previdência. Serão 49 integrantes titulares e 49 suplentes. A reforma prevê que a idade mínima para pedir aposentadoria será de 62 anos para as mulheres e de 65 para os homens, com o tempo mínimo de contribuição de 20 anos. Quem quiser se aposentar com esse tempo mínimo de contribuição, recebe 60% do benefício. Se continuar trabalhando, o benefício cresce 2 pontos percentuais a cada ano trabalhado. O trabalhador só receberá 100% do benefício com 40 anos de contribuição, sempre dentro do teto do INSS, que, hoje, é de R\$ 5.800 (R\$ 5.839,45).

**Andréia Sadi, repórter (Brasília):** O governo monitora a escolha do relator na comissão especial e espera que o nome seja anunciado, logo, pelo presidente da Câmara. Rodrigo Maia teve diversas conversas com líderes de partidos para definir os principais postos da comissão, além da relatoria, a presidência. Parlamentares cobram do governo cargos e emendas em troca de apoio à Previdência. O Palácio do Planalto garante que não faz a política do Toma Lá Dá Cá, mas o ministro Onyx afirma que o governo vem trabalhando no andamento de indicações políticas, seguindo critérios técnicos.

**Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil (2ª parte da entrevista):** Os parlamentares, legitimamente, tá, os senadores buscam o quê? Atenção e recurso para as suas bases, quer para os municípios, quer para os estados, e é isso. Isso o governo vem trabalhando já, no caso das indicações. Nós já recolhemos dezenas delas, já encaminhamos aos Ministérios, algumas já estão sendo efetivadas.

**25/04/2019**

**Rodrigo Bocardi, apresentador (escalada):** A Câmara instala a comissão especial que vai analisar a reforma da Previdência.

**Renata Vasconcellos, apresentadora (escalada):** Jair Bolsonaro diz que a economia com as mudanças não pode ficar abaixo dos R\$ 800 bilhões em 10 anos.

**Rodrigo Bocardi, apresentador (escalada):** Caso contrário, segundo o presidente, o Brasil vai parecer uma Argentina.

## 1ª reportagem

**Rodrigo, apresentador (cabeça):** O presidente Jair Bolsonaro disse, hoje, que a economia com a reforma da Previdência não pode ficar abaixo dos R\$ 800 bilhões. O Presidente falou durante um café da manhã com jornalistas, o encontro tem se repetido toda semana, e o repórter João Borges foi um dos convidados de hoje.

**João Borges, repórter (off):** O presidente Jair Bolsonaro abriu a conversa em clima informal, dando recado para os jornalistas: "apesar de alguns percalços entre nós, vamos manter a chama da democracia, e que a imprensa é muito importante". Na conversa, Bolsonaro também falou sobre as privatizações, defendeu a venda dos Correios e disse que não descarta uma privatização mais ampla da Petrobras, começando pelas refinarias. O Presidente ressaltou que isso não vai resolver o problema do diesel e que considera que "os estados são os vilões dos preços dos combustíveis", se referindo aos impostos. No café da manhã, Bolsonaro fez questão de mostrar o vice-presidente Hamilton Mourão, sentado à sua direita, para ressaltar a boa relação entre ele e o vice. Nos últimos dias, ataques do vereador Carlos Bolsonaro, do PSC, ao vice Mourão geraram um grande mal-estar. Questionado sobre isso, Bolsonaro disse que tem uma relação de confiança com Mourão, afirmou que o vice tem liberdade para externar suas opiniões, e disse que os dois são como um casal e que "dormimos juntinhos, trocamos beijos a noite toda e só brigamos na hora de saber quem vai limpar a cozinha".

**João Borges, repórter (Brasília):** Neste momento, eu perguntei ao Presidente se ele tinha alguma desconfiança em relação ao Mourão. Ele respondeu: "o vice é uma espécie de sombra, que nem sempre se guia de acordo com o sol, mas por enquanto está tudo bem". Bolsonaro disse que conversou com o Carlos, que o filho tem ideias próprias e que as críticas fazem parte da liberdade de expressão, mas que nem sempre está de acordo com elas.

**João Borges, repórter (off):** O presidente Bolsonaro também foi questionado sobre um outro assunto polêmico: a fama de ser homofóbico. Ele não respondeu diretamente, disse apenas que "o Brasil não pode ser o país do turismo gay". Ele falou ainda sobre o pacote anticrime do Ministro da Justiça, Sérgio Moro. Sem dar detalhes, disse que vai propor uma medida adicional para dar mais proteção aos policiais em ação. Defendeu o uso de drones em operações policiais e voltou a criticar a política de direitos humanos que, segundo ele, protege os criminosos. Bolsonaro também defendeu o combate às milícias, mas disse que quando elas surgiram, tinham o apoio onde atuavam, e só depois elas se tornaram braços do crime. Questionado sobre a declaração do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de que ninguém explicou o que é a nova política ainda, Bolsonaro diz que vai falar apenas de política e não mais em nova política e velha política. O presidente elogiou Rodrigo Maia, afirmou: "ele deu demonstrações de entrega e abnegação para aprovação da reforma da Previdência esta semana".

**João Borges, repórter (Brasília):** Ao falar sobre a reforma da Previdência, Jair Bolsonaro disse que as mudanças precisam representar uma economia de pelo menos R\$ 800 bilhões em 10 anos para provocar uma inflexão na economia, uma virada para o crescimento. De acordo com o presidente, essa é a avaliação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e que se a redução ficar abaixo disso "a

situação vai explodir em 2022”, e que nesse caso, o Brasil ficaria numa situação parecida com a da Argentina, o país vizinho vive há anos uma crise econômica com forte desvalorização da moeda local, baixo crescimento, alta inflação e dificuldade para pagar dívidas.

**João Borges, repórter (off):** A declaração provocou impacto e foi tema de outras duas entrevistas. O Presidente almoçou no refeitório do Palácio do Planalto e, na saída, foi questionado sobre a necessidade de uma economia de no mínimo R\$ 800 bilhões.

**Pres. Jair Bolsonaro:** Previsão mínima, né, da reforma da Previdência.

**João Borges, repórter (off):** Mais tarde, na saída do Ministério da Educação, o presidente voltou ao assunto.

**Pres. Jair Bolsonaro:** A bola agora está com o legislativo. São poderes independentes e harmônicos. É, eu gostaria que a nossa proposta saísse na ponta da linha como entrou, mas não sabemos, até para minha experiência de sete legislaturas, que haverá mudanças, né. Agora, não existe um dado mínimo, né, o Paulo Guedes fala em torno de R\$ 1 trilhão e 100 bilhões. A gente espera é que, em havendo qualquer desidratação, é, não seja um número que comprometa uma reforma.

## 2ª reportagem

**Renata Vasconcellos, apresentadora:** E o governo federal divulgou os números detalhados pra economia prevista com a reforma da Previdência.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** Os cálculos foram liberados hoje. Em um prazo de 10 anos, contando a partir de 2020, a reforma, do jeito que está, representa uma economia de R\$ 1 trilhão e 200 bilhões. No setor privado, as novas regras para os trabalhadores urbanos como nova idade, tempo de contribuição, mudança no pagamento de pensões, representam uma economia de R\$ 743 bilhões (743,9). As mudanças que atingem os trabalhadores rurais, como nova idade de aposentadoria, alcançam R\$ 92 bilhões (92,4). No setor público, as mudanças nas regras de aposentadoria somam R\$ 224 bilhões (224,5). Subindo a idade para 70 anos para que o idoso de baixa renda possa receber o benefício de prestação continuada, que é de um salário mínimo, e permitindo que já a partir dos 60 anos ele receba quatrocentos reais, o governo recolhe mais R\$ 34 bilhões (34,8). E restringindo o pagamento de abono salarial, mais R\$ 169 bilhões (169,4). O secretário de Previdência defendeu as novas regras para o BPC.

**Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho:** Certamente fará diferença na vida dessas pessoas, e nós estamos falando de mais de 2 milhões de indivíduos, que, ao longo de 10 anos, poderão ser atingidos, poderão ser alcançados por essa medida. Por isso que nós vamos levar essa discussão pra comissão especial. Pra que a sociedade tome conhecimento de quais são os fundamentos que nos levaram a ofertar a esta população, uma população pobre, uma população fragilizada, a antecipação do recebimento.

**Cláudia Bomtempo, repórter (Brasília):** E a reforma mal chegou ao Congresso, e o governo já teve de ceder em quatro pontos. Foi assim que o texto foi aprovado em uma primeira Comissão, a CCJ, que diz se o texto é legal ou não, e essa dura negociação com parlamentares está sendo acompanhada de perto pelo mercado financeiro. Hoje, o dólar chegou ao patamar de R\$ 4 logo na abertura, já na expectativa da nova fase de discussão do conteúdo da reforma na comissão especial.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** O Banco Central afirmou que é dever da instituição entender o ambiente econômico em que o país está inserido, e, quando necessário, buscar uma forma mais eficiente de intervenção no mercado de câmbio, com leilões de moeda, por exemplo. Este economista avalia que a articulação política precisa ser mais eficiente.

**Fabio Klein, economista:** Assim como há uma relação de compra e venda de um carro, de um automóvel, o vendedor não fala qual é o preço final que ele topa vender, nem o comprador fala qual é o preço máximo que ele topa pagar, isso tá na entrelinha da negociação. Na reforma da Previdência é a mesma coisa, e na Comissão de Constituição e Justiça não se discute o mérito, apenas a legalidade, a formalidade da proposta. É, mas a gente viu que, além de ter sido um processo moroso, ah, demorou alguns dias pra que se avançasse essa discussão, também se perdeu alguma coisa em termos de medida, em termos de conteúdo. Ainda que sejam coisas secundárias, e até em alguns momentos não relacionadas à questão da Previdência per si.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** O líder do NOVO disse que a reforma não pode ser desidratada.

**Dep. Marcel van Hattem, NOVO-RS:** Nós vamos seguir o rumo da Venezuela se a gente continuar com a Previdência da forma como está e com o desarranjo das contas públicas. Precisamos inverter o rumo e fazer com que o Brasil cresça de novo.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** O líder do PSL admite que a articulação do governo precisa melhorar, e disse que vai trabalhar para que o texto da reforma sofra poucas mudanças.

**Dep. Delegado Waldir, PSL-GO:** Devemos ceder pouco, porque o Brasil precisa de mais de R\$ 1 trilhão para poder fazer as reformas necessária. Eu prefiro uma reforma que realmente traga uma economia de R\$ 1 trilhão e 236 bilhões. Eu acho que é a ideal, mas pra que isso aconteça, pra que os parlamentares se convençam disso, de que é necessário, é, essa reforma com esse valor, que é o que pede, é, o nosso Ministro da Economia, nós precisamos, né, do convencimento dos parlamentares.

### 3ª reportagem

**Rodrigo, apresentador (cabeça):** O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, anunciou, hoje, os nomes do presidente da comissão especial, que vai tratar da reforma da Previdência, e do relator da proposta.

**Zileide Silva, repórter (off):** Assim que foi instalada, os Deputados confirmaram as indicações, elegeram o presidente da Comissão, o deputado do Centrão, Marcelo Ramos do PR do Amazonas. Foram 40 votos a favor e dois brancos. Deputado de primeiro mandato, advogado com especialização em Direito Processual Civil, Marcelo Ramos disse, em breve discurso, que a proposta da reforma precisa ser calibrada.

**Dep. Marcelo Ramos, presidente da comissão especial, PR-AM:** Uma reforma é necessária, porque o Brasil precisa de um ajuste fiscal, mas que ela precisa ser calibrada porque esse ajuste fiscal não pode ser tão pesado para as pessoas, é, mais humildes, espero que o nosso esforço seja o esforço de, aqui na comissão, encontrar essa calibragem para que o projeto que chegue no plenário seja um projeto que simbolize a média do pensamento do povo brasileiro representado aqui na legitimidade de cada um dos deputados e deputadas.

**Zileide Silva, repórter (off):** Depois da entrevista, Marcelo Ramos disse que tem antipatia pelo governo Bolsonaro, mas que tem muito mais responsabilidade com a reforma. O relator é o Deputado Samuel Moreira, do PSDB de São Paulo. Ele é engenheiro e está no segundo mandato. Disse que tem convicção da necessidade da reforma.

**Dep. Samuel Moreira, relator da reforma da Previdência, PSDB-SP:** Como é que fica de pé um sistema, porque o nosso não está de pé. O nosso tá quebrando, aliás, já está quebrado, só que tá quebrando o país também.

**Zileide Silva, repórter (off):** A comissão tem 49 deputados. O governo tem 7 votos do PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, e do partido NOVO. A oposição, 13 votos. A maioria, 29 votos é de partidos de centro-direita, que apoiam a reforma com ajustes. Instalada a comissão, começam a correr os prazos de tramitação. São até 40 sessões do plenário. As dez primeiras, para a apresentação de emendas propondo mudanças na PEC, proposta que prevê, entre outros pontos, que a idade mínima para aposentadoria seja de 62 anos para as mulheres e de 65 para os homens, com tempo mínimo de contribuição de 20 anos.

**Zileide Silva, repórter (Brasília):** O presidente da Câmara reconheceu que ainda há muitas dúvidas sobre a reforma, que a sociedade ainda não sabe quem, de fato, vai pagar a conta, mas se quando isso ficar claro, durante a discussão na comissão especial, ele não tem dúvidas de que a reforma será aprovada. Só não quis cravar uma data.

**Dep. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, DEM-RJ:** Quando isso ficar revelado para a sociedade, a gente vai ter mais tranquilidade, que seja no final de junho, que seja no início de julho, mas a gente vai ter mais tranquilidade pra aprovar uma reforma que vai ter um impacto positivo pra economia, né, e que vai chegar no plenário com muita força para sua aprovação.

**26/04/2019**

Não houve reportagem sobre o tema.

**27/04/2019**

**Ana Paula Araújo, apresentadora (escalada):** Governadores assinam uma carta de apoio à reforma da Previdência e afirmam que é o primeiro passo pra assegurar a estabilidade fiscal da União, dos Estados e dos Municípios.

**Flávio Fachel, apresentador (cabeça):** A reforma da Previdência foi tema de um encontro de Governadores dos estados do Sul e do Sudeste. Eles assinaram uma carta de apoio ao projeto do governo.

**Paula Araújo, repórter (off):** A reunião foi no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. Foi o segundo encontro do consórcio de integração Sul e Sudeste, batizado de COSUD, que reúne os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

**João Doria, governador de São Paulo, PSDB:** A economia brasileira, 70% ela está espelhada aqui nos governadores que estão presentes neste encontro, e 72% do universo eleitoral do país.

**Paula Araújo, repórter (off):** O grupo apresentou uma carta em defesa da reforma da Previdência, que vai ser encaminhada ao governo federal. No documento, eles afirmam que: ao Congresso Nacional, como representante legítimo da população brasileira, cabe posicionamento sobre a reforma da Previdência, defendendo o equilíbrio das contas públicas, combatendo privilégios e protegendo os mais pobres e vulneráveis, e que esse será o primeiro passo no conjunto de reformas necessárias pra assegurar a estabilidade fiscal da União, de Estados e Municípios. A carta foi lida pelo governador de São Paulo e assinada por todos. Dos sete, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, do PSB, quis fazer uma ressalva: garantiu apoio, mas defendeu alteração em pontos do texto atual, como a aposentadoria rural, por exemplo.

**Paula Araújo, repórter (São Paulo):** Os governadores esperam que, com mais dinheiro no caixa da União, depois de aprovada a reforma, os estados possam prorrogar dívidas e obter novos créditos e financiamentos, por exemplo. Mas só o apoio dos governadores não basta pra reforma da Previdência sair do papel, e eles prometeram empenho em convencer os deputados em Brasília.

**Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, PSDB:** Nós estamos mobilizando as nossas bancadas, ah, no Congresso Nacional, cada governador comprometido a reunir as suas bancadas para orientá-los, dar a apresentação da importância no seu Estado, nas suas contas e para o Brasil dessa reforma da Previdência.

**20/05/2019**

**William Bonner, apresentador (escalada):** O deputado relator da comissão especial da reforma da Previdência nega que parlamentares pretendam apresentar um projeto alternativo.

**Renata Vasconcellos, apresentadora (cabeça):** O relator da comissão especial da Reforma da Previdência passou o dia em reuniões com a equipe econômica do governo e negou a possibilidade de os parlamentares apresentarem uma proposta alternativa.

**Delis Ortiz, repórter (off):** O esforço do governo é para demonstrar que não há ruptura na relação com os parlamentares. Na semana passada, depois de uma reunião na residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, com a participação do centrão, o presidente da comissão especial chegou a dizer que havia a possibilidade de apresentação de um texto alternativo ao do governo. Os partidos estão insatisfeitos com a articulação política do governo, mas, ontem, Maia e o secretário da Previdência, Rogério Marinho, se reuniram, e o mal-entendido foi desfeito.

**Delis Ortiz, repórter (Brasília):** Até agora o governo gastou muita energia com ruídos na comunicação. Hoje, a equipe econômica e os articuladores tiveram que passar o dia ajustando o discurso de boa vontade com o Congresso. A conversa do Secretário da Previdência foi com o relator da proposta. Depois, os dois estiveram com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, que reforçou a importância da reforma.

**Paulo Guedes, ministro da Economia:** Estamos confiantes no trabalho do relator, estamos confiantes no trabalho do Congresso e otimistas quanto ao compromisso de conseguirmos aprovar a reforma com a potência fiscal necessária para, uh, desbloquear o horizonte de investimentos no Brasil nos próximos 10, 15 anos.

**Delis Ortiz, repórter (off):** O relator disse que fará alterações no texto enviado pelo governo, mas afirmou que será mantida a economia da reforma, a meta de R\$ 1 trilhão em 10 anos.

**Dep. Samuel Moreira, relator da reforma da Previdência, PSDB-SP:** Eu vou fazer um relatório. Se, tecnicamente, se chamar substitutivo, qual o problema? Importante é que é em cima de um projeto que o governo apresentou. E nós vamos fazer alterações também conversando com o governo, vamos fazer alterações conversando com os líderes partidários.

**Delis Ortiz, repórter (off):** No Rio, hoje cedo, o presidente Jair Bolsonaro disse que se o Congresso tiver opções melhores para a reforma da Previdência, deve votá-las, mas disse que a aprovação é imprescindível.

**Pres. Jair Bolsonaro (imagem na FIRJAN):** Agora o problema que nós temos lá, prezado presidente, é invés é dinheiro. Não podemos desenvolver muita coisa por falta de recurso. Por isso precisamos da reforma da Previdência. Ela é salgada pra alguns, ah, pode até ser, mas estamos combatendo são privilégios. Não dá para continuar mais, o Brasil, com essa tremenda carga nas suas costas. Se não fizermos isso, dois mil e vinte e dois, vinte e três, no máximo vinte e quatro, vai faltar recurso para pagar quem tá na ativa.

**Delis Ortiz, repórter (off) (imagem da propaganda, banner, nova Previdência):** De volta ao Palácio do Planalto, Bolsonaro participou da cerimônia de lançamento da campanha pela reforma da Previdência, apesar de ter dito, no Rio, mais cedo,

que o problema do Brasil é a classe política, Bolsonaro elogiou o Congresso e sinalizou uma aproximação com os parlamentares.

**Pres. Jair Bolsonaro (na tribuna):** Nós valorizamos, sim, o parlamento brasileiro, que vai ser, quem vai dar a palavra final, nessa questão da Previdência, tão rejeitada ao longo dos últimos anos. Eu agradeço, aqui, ao Rodrigo Maia, presidente da Câmara, ao Davi Alcolumbre, presidente, da, do Senado Federal que, que em conversas que temos tido, são unânimes em dizer, da, da necessidade de aprovarmos essa Previdência. E aos parlamentares como um todo, eu quero dizer-lhes, só não recebo mais por falta de agenda, mas gostaria de continuar a conversar com o maior número possível de vocês pra que, possíveis equívocos, possíveis melhoras, nós possamos, junto ao parlamento brasileiro, buscá-la.

**21/05/2019**

**William Bonner, apresentador (escalada):** Deputados da comissão especial têm mais nove dias pra apresentar emendas ao projeto de reforma da Previdência.

**William Bonner, apresentador (cabeça):** O presidente da comissão especial da reforma da Previdência estendeu até o dia 30 o prazo pra apresentação de emendas, que são propostas de mudanças no texto.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** A comissão especial da reforma ouviu técnicos do governo e especialistas em Previdência. O diretor de programa na secretaria de Previdência disse que a proposta quer acabar com privilégios.

**Leonardo Alves Rangel, dir. programa - Sec. Esp. Previdência e Trabalho:** A gente tem certeza, convicção total que é uma proposta pra atingir os privilegiados. A gente define muito bem os privilegiados. São um grupo de servidores públicos que têm altos remunerações.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** em outra comissão, a de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, o secretário especial de Previdência e Trabalho reafirmou que o sistema atual é insustentável e injusto, porque muitos ganham pouco e poucos ganham muito e reforçou que, com a reforma, nada muda para quem já se aposentou.

**Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho:** Aqueles que já estão aposentados do regime geral vão manter intactos o que já recebem hoje. E aqueles que têm mais vão contribuir com mais, e aqueles que têm menos vão contribuir com menos.

**Cláudia Bomtempo, repórter (Brasília):** Até agora, foram apresentadas 16 emendas de parlamentares para mudar o texto da reforma. O prazo terminaria na próxima quinta-feira, mas diante de um pedido dos líderes de partidos, as emendas poderão ser apresentadas até o dia 30 de maio, mas isso, segundo o presidente da Comissão, não altera o calendário. A previsão para a apresentação do relatório continua sendo 15 de junho. Ainda, segundo o presidente da Comissão, a estratégia agora é tentar garantir que a reforma ande. Marcelo Ramos do PR, que também é do centrão, disse que esses partidos estão comprometidos com a reforma.



**Dep. Marcelo Ramos, presidente da comissão especial, PR-AM:** A reforma tá perfeitamente dentro do calendário, não há um dia sequer de atraso desde que nós chegamos aqui na comissão especial, e há um esforço hoje coletivo de blindar não só a reforma, mas toda pauta econômica. Os parlamentares do centro têm carregado a reforma nas costas desde que ela chegou aqui. Se a reforma tramitou até agora, foi por um esforço desses parlamentares do centro.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** O relator Samuel Moreira já disse que a economia de R\$ 1 trilhão em 10 anos será preservada no texto, e hoje ressaltou que pelo bem da reforma é preciso acalmar os ânimos dentro e fora do governo.

**Dep. Samuel Moreira, relator da reforma da Previdência, PSDB-SP:** A reforma não é uma pauta do Presidente da República, não é uma pauta de A nem B, eu já disse, é uma pauta do país, é uma pauta agora que está aqui na Câmara Federal. Nós precisamos construir unidade para viabilizá-la, porque, além do conteúdo, precisa de voto, precisa ter votos pra aprovar e precisa ter responsabilidade, né, e de maneira republicana buscar os votos sem dar cotovelada.

**22/05/2019**

**Renata Vasconcellos, apresentadora:** O governo concentrou esforços hoje pra aprovar a medida provisória que estabeleceu as mudanças nos ministérios do presidente Jair Bolsonaro. O texto principal já passou na Câmara.

**Delis Ortiz, repórter (off):** O presidente tomou café com a bancada do Nordeste. Na sexta, Jair Bolsonaro vai à região. Ao falar de seu governo, Bolsonaro disse que **sobra boa vontade, mas falta tato para alguns (até aqui repórter fala e aparecem imagens do presidente)**, sem citar nomes.

**Gravação da fala escrita do presidente Jair Bolsonaro:** É um governo que se inicia, temos muita vontade de acertar. Temos bons ministros. Alguns não têm o devido tato político. Tem a questão técnica, tem a questão política. Em consequência disso, acontecem alguns imprevistos, mas todos nós estamos focados no futuro do nosso Brasil. **(fala em áudio e transmitida em escrita)**

**Delis Ortiz, repórter (off):** Mais tarde, o porta-voz da presidência, Otávio Rego Barros, explicou que o presidente **não** estava se referindo, especificamente, a uma pessoa. O ministro da Casa Civil foi pessoalmente ao Congresso. **(essa repórter faz marcações em sílabas e palavras)**

**Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil:** Nós vamos superar as eventuais dissintonias, que são naturais num governo de transformação e vamos da mesma forma como teremos hoje, a aprovação da reforma administrativa e *uh, u* governo respeitando as decisões do parlamento, nós caminharemos da mesma forma para o grande desafio do nosso país, que é a nova Previdência.

**Delis Ortiz, repórter (Brasília):** A medida provisória da reforma administrativa reduziu de 29 para 22 o número de Ministérios, e perde a validade depois de 3 de junho, e no estica e puxa entre governo e congresso, houve um acordo: aprovar o

texto principal, mas destacar os pontos polêmicos para votar separadamente. **Entra imagem de prédios.** Entre eles o que trata da transferência do COAF, que monitora e investiga transações financeiras do Ministério da Justiça para o da Economia. O que tira poderes dos auditores da receita para informar suspeitas de corrupção ao Ministério Público e à Polícia Federal sem autorização da justiça. E ainda, o que transfere a Funai do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça.

**William Bonner, apresentador:** Agora a gente vai voltar ao Júlio Mosquéra, mas, dessa vez ao vivo, porque é ele que tá acompanhando a votação desses destaques. Júlio, boa noite. Qual é a situação desse momento?

**Júlio Mosquéra, repórter (Brasília):** Boa noite, Bonner, Renata e a todos que nos assistem. Olha, neste momento está sendo votado o chamado destaque mais polêmico, o do COAF. Ele foi rejeitado em votação simbólica, alguns deputados pediram verificação de quórum, portanto o voto tem que ser nominal, os deputados têm que registrar o voto no painel eletrônico. O resultado deve sair daqui a pouco, mas a tendência é que seja mantida a **rejeição** desse destaque, e, portanto, o COAF iria para o Ministério da Economia. Foram votados, também, mais três destaques. Dois, rejeitar a criação do Ministério da Cultura e do Ministério do Trabalho. Os deputados tentaram recriar esses dois Ministérios, e, um, manteve tudo como está no Ministério do Desenvolvimento Regional. Ele não mais será dividido em dois. Bonner, Renata.

**William Bonner, apresentador:** Júlio Mosquéra trazendo as informações ao vivo de Brasília. Obrigado, Júlio.

**William Bonner, apresentador:** Eu preciso dar uma notícia urgente, importantíssima. A gente falou ainda há pouco da votação da Medida Provisória que cortou o número de Ministérios. Muito bem, agora há pouco, o governo sofreu uma derrota, por 228 votos a 210 o COAF, o tão discutido COAF, saiu do Ministério da Justiça e foi pro Ministério da Economia. Tá aí, dada a notícia, então. Chegou, agora, aqui no meu computador.

**Renata Vasconcellos, apresentadora:** Destaque que acabou de ser votado na Câmara, o Júlio Mosquéra entrou pra gente ao vivo.

**23/05/2019**

Não houve reportagem sobre o tema.

**24/05/2019**

**William Bonner, apresentador (escalada):** O Ministro Paulo Guedes declara que deixará o cargo se a reforma da Previdência for desidratada.

**Renata Vasconcellos, apresentadora (escalada):** O presidente Jair Bolsonaro diz que ninguém é obrigado a ficar como ministro.

**William Bonner, apresentador (escalada):** E no fim da tarde o Presidente afirma, na internet, que o casamento com Guedes segue mais forte do que nunca.

**William Bonner, apresentador (cabeça):** Uma declaração do ministro da economia, Paulo Guedes, sobre a reforma da Previdência, e a resposta do presidente Bolsonaro ao que ele disse, provocaram reações no mercado financeiro nesta sexta-feira, e, no fim do dia, o presidente voltou ao assunto pra negar qualquer mal-estar.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** A entrevista do Ministro Paulo Guedes foi publicada, hoje, pela revista Veja. Ele defendeu a reforma do sistema de aposentadorias no Brasil. Afirmou que: (trecho da veja) um dos grandes problemas da Previdência é que ela é uma fábrica de desigualdades, uma máquina perversa de transferência de renda. Tira-se de quem tem menos e passa-se para quem tem mais. Em outro trecho, Guedes fala sobre as dificuldades de aprovação da reforma e disse: “Se só eu quero a reforma, vou embora para casa. Se eu sentir que o presidente não quer a reforma, a mídia está afim só de bagunçar, a oposição quer tumultuar, explodir e correr o risco de ter um confronto sério... pego o avião e vou morar lá fora”.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** Ainda na entrevista, Paulo Guedes reforçou que acredita na aprovação da reforma com a economia que o governo espera. Ele disse: (trecho da veja) tenho absoluta confiança em que vai sair a reforma de R\$ 1 trilhão.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** No Recife, onde participou da reunião do conselho deliberativo da Sudene, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o presidente Bolsonaro foi questionado sobre a declaração de Paulo Guedes.

**Pres. Jair Bolsonaro (em trecho escrito na tela):** Ele tá no direito dele. Ninguém é obrigado a continuar como ministro meu. Logicamente, tá havendo uma catástrofe, e é verdade, concordo com ele, é, se nós não aprovarmos uma reforma realmente muito próxima da que nós enviamos para o parlamento. Então o que o Paulo Guedes vê não é nenhum vidente, mas nem precisa ser, pra entender que o Brasil mergulha num caos econômico sem a aprovação dessa reforma.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** Bolsonaro reforçou que a reforma da Previdência vai permitir que o país volte a ter dinheiro para investir e promover o crescimento, e fez um apelo aos governadores, independentemente do partido, pela aprovação da proposta.

**Pres. Jair Bolsonaro na entrevista:** É um projeto, eles chamam de reforma mãe. E se não fizer isso, você não terá suas contas ajustadas e ninguém, nem de fora nem de dentro, quer, é, vai querer investir em nosso país. Esse é o apelo que nós fazemos, aí não tem partido político. A União não tá bem, a maioria dos Estados, a maioria dos Municípios também. Então precisamos desse, dessa reforma previdenciária.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** Na Câmara, as declarações de Guedes provocaram reações. O presidente da Câmara disse que acha que o ministro Paulo Guedes se expressou mal.

**Dep. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, DEM-RJ:** Então ninguém acerta sempre no que fala. Eu acho que foi uma frase que, ou tá mal colocada ou tá errada, que tenho certeza que o Ministro, pela capacidade que tem, pelo, por ser uma pessoa muito preparada, ele já deve ter percebido isso, já vai ajustar o discurso pra que a gente já volte na próxima semana fazer o que ele vem fazendo nas últimas semanas.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** O relator da reforma na comissão especial disse que a posição do ministro não influencia no andamento da reforma.

**Dep. Samuel Moreira, relator da reforma da Previdência, PSDB-SP:** É uma conversa de, de, dele com o governo. Pra nós não altera nada. Ele não é funcionário da Câmara, nós o respeitamos bastante. O projeto tá na Câmara, é, nós vamos cumprir a nossa responsabilidade, o nosso Presidente Rodrigo Maia tá empenhado, nós vamos fazer a reforma. Agora eu acho que ele ajuda, mas eu não, não influencia a nós, a mim, a declaração dele em nada. Nós vamos continuar firmes para fazer a reforma.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** O mercado financeiro reagiu com cautela. O Ibovespa teve um dia de oscilações moderadas e fechou em queda leve de 0,3%. Esta economista disse que o ministro ressaltou a importância da aprovação da reforma.

**Ana Carla Abrão, consultoria Oliver Wyman:** Quando o ministro dá essa declaração, gera incerteza, mas acho que temos que, justamente por isso, pelo momento, focar na mensagem principal, que é justamente, que país nós teremos lá pra frente caso a reforma não seja aprovada? Essa é a mensagem que o Ministro quis passar e que é a mensagem real, que é o colapso que virá, caso a reforma da Previdência não seja aprovada.

**Cláudia Bomtempo, repórter (Brasília):** Depois da reação do mercado, o presidente Jair Bolsonaro usou a rede social para tentar acalmar os ânimos, e novamente culpou a imprensa.

**Cláudia Bomtempo, repórter (off, lê a imagem escrita em um aparelho de celular em zoom):** O presidente escreveu: "Peço desculpas por frustrar a tentativa de parte da mídia de criar um virtual atrito entre eu e Paulo Guedes. Nosso casamento segue mais forte que nunca kkkkk. No mais, caso não aprovemos a Previdência, creio que deva trocar o Min. da Economia pelo da Alquimia só assim resolve."

**Cláudia Bomtempo, repórter (off):** No início da noite, o Ministério da Economia disse, em nota, reafirma o total compromisso do ministro Paulo Guedes com a retomada do crescimento econômico do país, e rechaça qualquer hipótese de que possa se afastar desse propósito. O Ministério reiterou ainda sua absoluta confiança no trabalho do Congresso, instituição com a qual mantém excelente diálogo para garantir a aprovação da nova Previdência com economia superior a R\$ 1 trilhão.

**25/05/2019**

Não houve reportagem sobre o tema.

03/06/2019

**William Bonner, apresentador (cabeça):** O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira, reforçaram, hoje, a importância de que estados e municípios sejam incluídos no texto da proposta.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** O Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, defendeu, em entrevista à rádio CBN, que os governadores venham a Brasília, esta semana, para pressionar os deputados a manter estados e municípios na proposta de reforma da Previdência.

**Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional:** Pra um governador e um prefeito, o custo será muito menor se a reforma da Previdência aprovada no âmbito Federal passar a valer automaticamente para estados e municípios. Caso contrário, eles terão que passar por uma briga longa junto ao poder legislativo local.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** O comentário é uma reação a emendas, como a do líder do Cidadania na Câmara, Deputado Daniel Coelho, de Pernambuco, para excluir estados e municípios da proposta de reforma feita pelo Governo Federal. Daniel Coelho alega que os deputados enfrentam dificuldades em suas bases eleitorais, principalmente no Nordeste, e a exclusão facilitaria aprovar a reforma na Câmara. O relator discorda. Samuel Moreira, do PSDB, lembra que a situação fiscal dos estados e municípios é ainda pior do que a do governo federal. Ele disse que pode entregar o relatório já na quinta-feira.

**Dep. Samuel Moreira, relator da reforma da Previdência, PSDB-SP:** Existem várias alternativas sendo estudadas. Boas, mas eu diria que não há qualquer alternativa que seja melhor do que mantermos os estados e municípios, ah, nesta reforma. Não há. Porque nós temos que resolver isso ao mesmo tempo, governo federal, estados e municípios, e de maneira rápida.

**Júlio Mosquéra, repórter (Brasília):** O presidente da Câmara também defendeu uma reforma ampla que resolva o problema de uma só vez em todo país. Rodrigo Maia pediu que os governadores participem de forma mais ativa dessa fase da reforma, assumindo publicamente as negociações com os deputados.

**Dep. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, DEM-RJ:** Não adianta, ah, o déficit previdenciário dos estados, que já dobrou em 4 anos, se ele continuar crescendo desse jeito, quem vai pagar a conta no final é claro que é a União. A União não vai deixar um estado por causa de não ter conseguido fazer a reforma previdenciária, deixar de pagar salário da polícia, de médico, de professor. Então o ideal é que a gente faça tudo junto.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** O governador de Minas Gerais e os três governadores do PSDB São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, defenderam que a reforma inclua seus estados.

**Eduardo Leite, governador do RS, PSDB:** Quando nós falamos que é importante que a reforma da Previdência inclua estados e municípios, eu insisto, é para que o

corpo todo, não apenas uma parte, seja solucionado no problema que nós temos para resolver no Brasil.

**Romeu Zema, governador de MG, NOVO:** Nós vamos ter uma luta, um embate em 27 assembleias legislativas em todo o Brasil. Algumas podem ter agilidade, outras vão demorar a aprovar. Vai ser algo desgastante que a Câmara dos Deputados poderia estar aprovando de uma vez agora.

**04/06/2019**

**Renata Vasconcellos, apresentadora (cabeça):** O presidente Bolsonaro foi hoje pessoalmente à Câmara dos Deputados pra defender um projeto. O ministro da Economia, Paulo Guedes, falava sobre a reforma da Previdência numa comissão da própria Câmara, mas o que levou o presidente a atravessar a Praça dos Três Poderes foi um projeto de lei que relaxa punições para infrações de trânsito.

**William Bonner, apresentador (cabeça):** O Ministério da Economia enviou hoje ao Congresso mais um plano que prevê ajuda pros estados endividados. Entre as principais despesas dos estados estão os gastos com pessoal.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** O plano de equilíbrio fiscal dos estados pode colocar nos cofres dos atuais governadores R\$ 40 bilhões em empréstimos emergenciais com o aval da União nos próximos quatro anos. Os estados vão poder pegar até R\$ 10 bilhões em empréstimos por ano com a garantia do Tesouro Nacional. A União vai ser o avalista da operação de crédito, mas pra isso eles vão ter que cumprir regras de ajustes nas contas, como privatização de empresas do setor financeiro, de energia, de saneamento ou de gás; redução de 10% nos incentivos financeiros e proibição de novos incentivos ou benefícios tributários.

**Júlio Mosquéra, repórter (Brasília):** No plano de equilíbrio fiscal, o governo alertou que o problema dos Estados não é a queda de receita nem o tamanho da dívida, mas o excessivo crescimento da folha de pessoal, principalmente com os inativos. O Ministério da Economia concluiu: o ajuste fiscal dos estados passa necessariamente pela reforma da Previdência.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** Um dos pontos que mais dividem opiniões na Câmara é a inclusão ou não de estados e municípios na reforma. Quatro alternativas estão em estudo, entre elas a que prevê que as regras seriam automáticas apenas para os mais endividados. A medida atingiria doze Estados: Maranhão, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Roraima, Santa Catarina e o Distrito Federal. Rio Grande do Sul e Minas Gerais estão negociando um outro plano de regime de recuperação fiscal, como já fez o Rio de Janeiro em 2017. No caso do Rio, houve um aumento da contribuição previdenciária dos servidores. Essa proposta é defendida por parlamentares que pretendem disputar as eleições para prefeito no ano que vem e temem perder votos. O relator da reforma, Samuel Moreira, do PSDB, lembra que a situação dos estados e municípios é ainda pior que a do governo federal, e defende a inclusão de todos os estados e municípios na reforma. Samuel se reuniu hoje com deputados do MDB e do PL para discutir o relatório que ele pretende apresentar na quinta-feira. O ministro da Economia, Paulo Guedes,

voltou à Câmara para defender a reforma do governo, e também a manutenção de estados e municípios no texto. Ao falar sobre o baixo crescimento do país, Guedes comparou a atual situação fiscal do Brasil a uma baleia ferida.

**Paulo Guedes, ministro da Economia:** O Brasil é uma, é uma, é, é, é, é, é, é uma, é uma baleia ferida que foi arpoada várias vezes, foi sangrando, sangrando, e parou de se mover. Tá ferida e parou de se mover. Nós precisamos retirar os arpões, consertar o que tá de equivocado, e não tem direita nem esquerda, tem que tirar os arpões. Nós precisamos reerguer a economia brasileira.

**Renata Vasconcellos, apresentadora (cabeça):** Com a aprovação da medida provisória que permite ampliar o pente-fino nos benefícios do INSS, o governo espera agora que o Congresso libere um orçamento extra pra pôr o programa em prática. A meta é economizar quase R\$ 10 bilhões com a MP.

**Zileide Silva, repórter (off):** São três milhões de processos com indícios de irregularidades que precisam ser apurados em benefícios como pensão por morte e auxílio reclusão de presos. Segundo o governo, em 16% dos casos, as irregularidades terminam com a cassação dos pagamentos. A medida provisória também permite investigar mais de dois milhões e meio de benefícios de prestação continuada, que estão sem avaliação há mais de dois anos. O chamado BPC, que é pago para idosos carentes e pessoas com deficiência. O objetivo é fazer tudo isso até o fim do ano que vem. A medida provisória estabelece que se tiver algum indício de irregularidade, o trabalhador ou o aposentado será notificado e terá trinta dias para se defender. Para o trabalhador rural, o agricultor familiar e o segurado especial, esse prazo vai ser de 60 dias.

**Zileide Silva, repórter (Brasília):** A medida provisória já estava valendo assim que foi editada em janeiro. Ontem á noite, o Congresso aprovou, mas o governo ainda não colocou em prática um dos principais pontos da medida: esse pente-fino para apurar prováveis irregularidades. Falta dinheiro para pagar bônus para os funcionários do INSS que vão analisar os benefícios. O Congresso precisa autorizar gastos extras. O relator, deputado Filipe Barros, do PSL, disse que vão ser necessários R\$ 224 milhões.

**Zileide Silva, repórter (off):** 11.500 servidores técnicos e analistas, e 2.820 peritos médicos, todos do INSS, já se inscreveram para fazer esse trabalho. O governo quer pagar entre R\$ 57 R\$ 62 por processo concluído, além da meta de revisão de benefícios. O secretário da Previdência espera que o Congresso não demore a liberar o dinheiro.

**Rogério Marinho, secretário especial de Previdência Social:** Foi enviado ao Congresso Nacional, é, dois projetos de lei para comissão mista de orçamento. Apesar de não estarem, é, dentro da pauta porque não haviam sido votados ainda na comissão, é, mista de orçamento, isso pode ser feito de extra pauta com acordo com os líderes. Já que foi votada a medida provisória, nós acreditamos que isso será possível.

05/06/2019

**William Bonner, apresentador (escalada):** Boa noite. Prefeitos e governadores se mobilizam pra manter estados e municípios na reforma da Previdência.

**Renata Vasconcellos, apresentadora (cabeça):** O relator da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, Samuel Moreira do PSDB, adiou para segunda-feira apresentação do relatório sobre a proposta. Governadores e prefeitos se mobilizam para manter estados e municípios na reforma.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** Durante o lançamento do programa de recuperação do Rio Araguaia, em Goiás, o presidente Jair Bolsonaro disse que a reforma da Previdência é fundamental para o Brasil voltar a crescer.

**Pres. Jair Bolsonaro:** A reforma interessa a todo o Brasil, até pro servidor, porque se não reformar vai faltar dinheiro para pagar o servidor lá na frente. É uma maneira que nós temos de mostrar pro mundo lá fora e pros investidores aqui de dentro que nós estamos fazendo o dever de casa. O Brasil não pode continuar gastando mais do que arrecada. Acreditamos, nós, que com a reforma aprovada, basicamente como foi apresentada, investimentos virão, e nós podemos decolar na economia aqui no Brasil.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** E governadores estão mobilizados para manter os estados na proposta. Levantamento feito pelo Jornal Nacional mostra que ao menos 21 dos 27 governadores querem que a reforma inclua a Previdência dos servidores estaduais. Estudo do Instituto Fiscal Independente mostra que os gastos da Previdência dos estados saltaram de R\$ 45 bilhões, em 2006, para quase R\$ 153 bilhões, em 2017. Mas o líder do Cidadania na Câmara, Deputado Daniel Coelho de Pernambuco, lidera um movimento para tirar os estados e municípios da proposta. Alega que os deputados enfrentam dificuldades em suas bases eleitorais, principalmente no Nordeste, e que a exclusão facilitaria aprovar na Câmara a reforma. Governadores como o tucano João Dória, de São Paulo, e Helder Barbalho, do MDB do Pará, defendem os estados na reforma e cobram responsabilidade.

**João Doria, governador de São Paulo, PSDB:** A não inclusão de estados e municípios vai implicar que, ao final, o desastre e a inconsequência fiscal será paga por todos os cidadãos brasileiros. Portanto, não há hipótese de, em nome de vantagens eleitorais, alguém com responsabilidade apoiar uma iniciativa como essa. A Previdência deve ser aprovada com estados e municípios incluídos.

**Hélder Barbalho, governador do Pará, MDB:** Discutir a nova Previdência de maneira equilibrada e, acima de tudo, ter uma responsabilidade de compreender de que este é um desafio que cabe a solução a nível nacional, mas também a nível dos estados e municípios para que permita a saúde fiscal e financeira e, acima de tudo, o futuro de todos aqueles que são servidores públicos no Brasil.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios disse que pode fazer uma campanha para que os prefeitos recorram ao



Supremo Tribunal Federal caso os mais de dois mil e cem municípios, com regime de Previdência próprio para os servidores, fiquem fora da reforma.

**Glademir Aroldi, presidente da Confederação Nacional dos Municípios:** É impossível a realização dessas reformas em todos esses municípios. Então é pro bem do Brasil, pro bem da gestão pública brasileira é que os municípios e estados sejam incluídos na reforma da Previdência tratada no Congresso Nacional.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** Nas conversas com deputados de todos os partidos, o relator da reforma, Deputado Samuel Moreira, do PSDB, disse que o déficit da Previdência de estados e municípios é de R\$ 96 bilhões por ano.

**Júlio Mosquéra, repórter (Brasília):** Samuel Moreira trabalha por um grande acordo para manter estados e municípios na reforma da Previdência. Como as negociações ainda não foram fechadas, Moreira adiou a entrega do relatório, que poderia ser feita amanhã, para a próxima segunda-feira.

**06/06/2019**

**William Bonner, apresentador (escalada):** Governadores manifestam apoio à manutenção de servidores de estados e municípios na proposta da reforma da Previdência.

**William Bonner, apresentador (cabeça):** 25 governadores publicaram, hoje, uma carta em que defendem que estados e municípios permaneçam no texto da reforma da Previdência.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** A carta é uma resposta aos parlamentares que alegam desgaste eleitoral se a reforma mantiver estados e municípios. O Manifesto afirma que os estados, frequentemente, não dispõem de recursos para recolher aposentadorias ou honrar a folha de salário dos servidores em atividade. Lembra que caso não sejam adotadas medidas contundentes para solução do problema, o déficit nos regimes de aposentadoria e pensão dos servidores estaduais, que hoje atinge aproximadamente R\$ 100 bilhões por ano, poderá ser quadruplicado até o ano de 2060. Destaca que desde a primeira reforma da Previdência, em 1998, as mudanças alcançam todos os servidores da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sem distinção. O documento finaliza com o apelo a deputados e senadores para a manutenção dos Estados e do Distrito Federal a fim de garantir o equilíbrio fiscal e o aumento dos investimentos vitais que promovem a melhoria da vida de nossos cidadãos, evitando o agravamento da crise financeira que já se mostra insustentável. 25 dos 27 governadores assinam a carta. Os governadores do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, do MDB, e o gaúcho Eduardo Leite, do PSDB, afirmam que interesses eleitorais não podem se sobrepor aos do país.

**Ibaneis Rocha, governador do Distrito Federal, MDB:** Nós vamos chegar no ano que vem com desemprego ainda maior, e isso é que vai gerar a rejeição nas urnas. Governadores têm consciência disso, nós temos certeza que o congresso vai agir com responsabilidade.

**Eduardo Leite, governador do RS, PSDB:** Esta lógica política de que, ah, não vamos fazer isso porque vai ter um custo político elevado, ela é inconsequente do ponto de vista de cidadania.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** Deputados que participam ativamente das negociações da reforma afirmam que é fundamental esse envolvimento.

**Dep. Augusto Coutinho, Solidariedade-PE:** Eu sinto, inclusive como líder partidário que sou, essa dificuldade na bancada que é de que tem que ser compartilhado. E aí você precisa efetivamente ter essa consciência política de que o Brasil precisa fazer isso.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** Na Argentina, o presidente Jair Bolsonaro disse que a crise fiscal agravada pelo déficit da Previdência afeta a todos e tem que ser enfrentada por todos.

**Pres. Jair Bolsonaro:** Tem desgaste, a Previdência tem, mas todo mundo tem que tá no mesmo barco, eu acho que eles vão ceder e vai ser como nós gostaríamos que fosse né, realmente uma reforma que pegue todo mundo e com o voto de todos os partidos. A maioria dos estados e municípios estão, estão gastando mais do que arrecadam, e o momento é esse né, porque caso contrário nem quem tá na ativa vai receber no futuro.

**Júlio Mosquéra, repórter (Brasília):** Os governadores têm um encontro marcado, aqui em Brasília, na terça-feira. O relator, Samuel Moreira, do PSDB, que defende manter estados e municípios na reforma, pode participar da reunião, e a pedido dos governadores até adiar por mais um dia a apresentação do relatório prevista para segunda-feira. Hoje, ele passou o dia discutindo o relatório com técnicos da Câmara e do Ministério da Economia.

**07/06/2019**

**Ana Paula Araújo, apresentadora (escalada):** Secretários de Fazenda defendem a permanência dos estados na proposta de reforma da Previdência.

**Ana Paula Araújo, apresentadora (cabeça):** Nesta sexta-feira, em Brasília, secretários Estaduais de Fazenda defenderam a manutenção de estados e municípios no texto da reforma da Previdência.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** Os secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal são unânimes em dizer que os gastos com a Previdência dos servidores públicos estaduais estão ficando insustentáveis. No ano passado, Minas Gerais gastou R\$ 22 milhões e meio para pagar aposentadorias e pensões de servidores públicos do estado. Mato Grosso, R\$ 1 bilhão e 100 milhões. Pará, R\$ 1,5 bilhão. Os secretários de Fazenda do Pará e de Mato Grosso defendem a urgência da reforma com estados e municípios.

**René Sousa, secretário de Fazenda do Pará:** A realidade tá posta, está aí, precisamos resolver, precisamos assegurar o futuro desses funcionários que

trabalharam a vida toda, e assegurar o futuro desses que estão trabalhando hoje, então precisamos da reforma Previdência, não temos a menor dúvida disso.

**Rogério Luiz Gallo, secretário de Fazenda de Mato Grosso:** Isso tende a se agravar. Precisamos, de fato, que essa reforma seja aprovada no âmbito nacional e que sirva para todos os estados, municípios e também para o nosso país.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** Ontem o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, do MDB, divulgou uma carta que, segundo ele, tinha sido assinada por 25 dos 27 governadores defendendo a manutenção de estados e municípios na reforma da Previdência.

**Júlio Mosquéra, repórter (Brasília):** Mas ao menos três governadores do Nordeste, citados na carta, negaram ter assinado o documento. Por causa disso, a assessoria do governador Ibaneis Rocha informou que uma versão final será divulgada na terça-feira depois do Fórum de governadores em Brasília.

**Júlio Mosquéra, repórter (off):** Em conjunto, os nove governadores do Nordeste divulgaram outro documento defendendo a necessidade das reformas da Previdência tributária e política, mas pedindo a revisão de pontos específicos da reforma Previdenciária, como do benefício de prestação continuada, da aposentadoria dos Trabalhadores Rurais, da desconstitucionalização da Previdência e do sistema de capitalização. Defenderam também a manutenção dos Estados na proposta. Segundo eles, a retirada dos Estados da reforma representa o abandono da questão previdenciária à própria sorte, como se o problema não fosse de todo o Brasil e de todos os brasileiros.

**08/06/2019**

**Heraldo Pereira, apresentador:** Em Brasília o sábado foi de reuniões para fazer os ajustes finais na proposta de reforma da Previdência.

**Geiza Duarte, repórter (off):** O relator da reforma da Previdência, Deputado Samuel Moreira, do PSDB, passou quase todo o dia em reunião com consultores da Câmara e secretários da Previdência no ministério da Economia. Eles estão fazendo simulações sobre o impacto financeiro dos ajustes que o relator vai propor em relação ao texto original encaminhado pelo governo para mudar as regras de aposentadoria. É uma conta difícil, porque, mesmo com as alterações, o deputado não quer diminuir muito a estimativa da equipe econômica de conseguir uma redução de gastos de R\$1 trilhão em 10 anos com a reforma. O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, também esteve no Ministério no fim da tarde. Nas conversas que teve essa semana com vários partidos, Samuel Moreira sinalizou que deve alterar pontos, como o que reduziu o pagamento do benefício de prestação continuada a idosos de baixa renda, nas regras de aposentadoria Rural e no pagamento do abono salarial. O líder do governo na Câmara, deputado Major Vitor Hugo, do PSL, esteve no Palácio da Alvorada e disse que o presidente Jair Bolsonaro está confiante na aprovação da reforma e considera natural que deputados e senadores que irão fazer mudanças no texto.

**Dep. Major Vitor Hugo, PSL-GO:** Eu tenho certeza que os aperfeiçoamentos que os 513 deputados e 81 senadores têm a fazer ao texto vão prover a sociedade brasileira de uma Previdência que é, que será certamente mais sustentável, justa e equilibrada para os nossos filhos e netos.

**Geiza Duarte, repórter (Brasília):** O relator da reforma vai se reunir com o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, neste domingo, para discutir os próximos passos para apresentação e votação do texto na comissão especial. A tendência é que ele apresente o parecer só na terça-feira, depois da reunião do Fórum de governadores que vai acontecer aqui em casa Brasília. Os governadores defendem que o relator mantenha os servidores estaduais e municipais na reforma, mas muitos deputados são contrários a essa proposta.

**Jornal da Record****22/04/2019**

**Celso Freitas, apresentador (escalada):** Governo aceita mudar projeto para votar amanhã na Comissão de Constituição e Justiça a reforma da Previdência.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** O governo aceitou alterar pelo menos quatro pontos na proposta de reforma da Previdência pra tentar aprovar amanhã na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

**Christina Lemos, repórter (off):** O Ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou apressado para avaliar o acordo feito pelo secretário Rogério Marinho com os deputados da CCJ. Até o momento, pelo menos quatro pontos devem ser excluídos da PEC da Previdência: o que acaba com a obrigatoriedade de recolhimento do FGTS do trabalhador que já for aposentado e do pagamento da multa de 40% por demissão desses trabalhadores; o que concentra em Brasília as ações judiciais sobre a reforma da Previdência; o que garante exclusividade ao poder executivo para propor alterações na Previdência; e o que possibilita que mudanças na aposentadoria compulsória sejam feitas por lei complementar.

**Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho:** Nós dissemos, desde o início, que essas modificações não podem ter impacto fiscal e nem alterar o que nós consideramos o que é a sua espinha dorsal.

**Dep. Joice Hasselmann, PSL-SP, líder do governo no Congresso:** Se é... nós precisarmos dá um passinho atrás pra avançar dez pra frente, muito bem! vamos fazer! Nós temos essa segurança, nós vamos conseguir aprovar na CCJ.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** Pelo menos outros dois pontos serão incluídos no acordo. São garantias aos aposentados que seriam retiradas da Constituição, e que os líderes preferem manter. Causou polêmica hoje a decisão da área econômica do governo de determinar o sigilo sobre documentos e cálculos da reforma da Previdência. A oposição foi ao Supremo com mandado de segurança pedindo a suspensão da votação enquanto não tiver acesso aos dados. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que está em Portugal, acertou com o secretário da Previdência a apresentação dos dados aos líderes nesta quinta-feira.

**Dep. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, DEM-RJ** No dia da instalação da comissão especial, esses dados vão estar abertos, senão não tem nem como começar a trabalhar.

**Christina Lemos, repórter (off):** O porta-voz do Planalto informa que os cálculos serão conhecidos apenas na comissão especial da reforma, que será instalada até 7 de maio.

**Otávio Rêgo Barros, porta-voz da Presidência da República:** Todas as informações serão iluminadas, e todas as perguntas respondidas na discussão de mérito.

23/04/2019

**Celso Freitas, apresentador (escalada):** Comissão de Constituição e Justiça discute o projeto de reforma da Previdência.

### 1ª parte da Reportagem

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** Olá, boa noite pra você. O Jornal da Record começa com as informações, ao vivo, sobre a discussão da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que decide se aceita ou rejeita a proposta. Quem acompanha essa sessão é o repórter Alessandro Saturno, boa noite pra você Alessandro. Sessão que já dura mais de 6 horas, não é isso?

**Alessandro Saturno, repórter (Brasília):** Exatamente, Adriana. Boa noite pra você, boa noite ao Celso, boa noite a todos. Nós estamos aqui, acompanhando essa sessão, neste momento os parlamentares estão analisando um requerimento, que pede justamente é pra que a Comissão adie a votação do texto da reforma da Previdência. Esse texto trata da admissibilidade do texto, que foi encaminhado aqui para a Comissão de Constituição e Justiça. Só que o presidente da Comissão já garantiu que essa possibilidade de adiamento da votação não existe, então já são 6 horas exaustivas de votação, então durante cada análise de requerimento os parlamentares têm a palavra, têm uma média de 5 minutos, e aí cada um fala e agora eles estão analisando mais um requerimento. Analisaram um primeiro requerimento pra adiar em 5 sessões, o segundo em 3 sessões e agora esse pra adiar em duas sessões. A todo momento a oposição quer que esse texto que essa votação, ela seja adiada, mas o presidente, como eu já falei, garantiu que não, vai ser hoje mesmo eles ainda vão votar a admissibilidade do texto da reforma da Previdência aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Alessandro Saturno, de Brasília, para o Jornal da Record.

**Apresentador:** Obrigado, Alessandro. Daqui a pouco a gente volta a fazer contato com você.

### 2ª parte da Reportagem

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara discute há mais de 7 horas a reforma da Previdência proposta pelo governo.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** É a CCJ que decide se a proposta pode ser aceita ou não pela Câmara.

**Christina Lemos, repórter (off):** Quatro mudanças propostas pelos líderes do Centrão foram acatadas para dar continuidade na tramitação da PEC da Previdência. Segundo o relator, as alterações não afetam a economia prevista com a reforma: de R\$ 1 trilhão em 10 anos.

**Marcelo Freitas, relator da Previdência na CCJ:** Com esse acordo fechado, hoje nessa data, nós vamos conseguir dar um grande avanço na proposta de emenda à

Constituição 6, que cuida da reforma da Previdência, e aprová-la efetivamente na Comissão de Constituição e Justiça.

**Christina Lemos, repórter (off):** Líderes de 13 partidos ressalvam que o acordo de hoje não representa compromisso com o mérito da reforma da Previdência e avisam que vão contestar pontos como: aposentadoria Rural, o BPC, benefício pago a idosos carentes, e até o novo sistema de capitalização.

**Dep. Arthur Lira, líder do PP:** Não somos base aliada. Nós somos partidos que querem aprovar a Previdência, ressalvados alguns itens, inclusive com documento assinado.

**Christina Lemos, repórter (off):** A oposição tentou suspender a tramitação da emenda, alegando que o sigilo sobre os cálculos da reforma é ilegal. A questão dominou os debates, mas foi barrada pelo presidente Francischini, que tentou frear a obstrução dos oposicionistas.

**Dep. Felipe Francischini, presidente da CCJ, PSL-PR:** Quando eu abro o microfone pra um, todo mundo começa a gritar. Eu não vou aceitar que fiquem gritando, isso aqui não é feira. Isso aqui é estratégia dos senhores.

**Christina Lemos, repórter (off):** O parecer modificado só começou a ser lido perto das 6 da tarde, recomendando ao plenário que admita a tramitação da reforma da Previdência.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** Numa última tentativa de barrar a votação da emenda aqui na CCJ, a oposição apresentou um requerimento com assinaturas de apoio de 110 Deputados pedindo a suspensão, por 20 dias, de todos os debates até que o governo apresente os cálculos que embasam a reforma. Com o requerimento é baseado num artigo da Constituição, ele teria validade imediata, mas o presidente da CCJ não aceitou o recurso e mandou seguir a sessão. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, compareceu à CCJ e foi cobrado a decidir a questão, já que o requerimento da oposição foi apresentado ao plenário da Câmara. Com o apoio da maioria, a sessão prosseguiu.

**Celso Freitas, apresentador:** E agora vamos voltar à Câmara dos Deputados ao vivo com o repórter Alessandro Saturno, que acompanha a sessão da CCJ.

**Adriana Araújo, apresentadora:** Bom, vamos saber do Alessandro então. Até agora só requerimentos votados, falta muito pra votação da reforma em si? saber se ela vai ser aceita ou não na Câmara pra começar essa votação?

**Alessandro Saturno, repórter:** Adriana, é o seguinte: o acordo era que essa votação aconteceria até as 11 da noite. Já são 10:28, e até agora os parlamentares, aqui da Comissão, eles estão votando o último requerimento, que pede que a votação seja adiada. Ao todo a oposição apresentou 18 requerimentos justamente para atrapalhar aí, o governo, né, e impedir essa votação do texto da reforma da Previdência. A expectativa é que logo depois que eles votarem, é, esse requerimento, esse último, eles partam, aí, pra dizer se o texto da reforma é ou não constitucional. De Brasília, Alessandro Saturno, para o Jornal da Record.

**Celso Freitas, apresentador:** Obrigado, Alessandro, pelas informações.

**24/04/2019**

**Celso Freitas, apresentador (escalada):** Reforma da Previdência avança na Câmara com a criação da comissão especial.

Após, não foi identificada reportagem sobre a Reforma da Previdência.

**25/04/2019**

**Celso Freitas, apresentador (escalada):** Governo revela os números da economia com a reforma da Previdência.

**Adriana Araújo, apresentadora (escalada):** E comissão especial já tem presidente e relator.

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** O deputado do PSDB de São Paulo, Samuel Moreira, será o relator da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, instalada hoje.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** A expectativa do comando da comissão é que o texto seja votado até junho.

**Christina Lemos, repórter (off):** Os líderes dos partidos que apoiam a reforma da Previdência conheceram os cálculos do governo esta manhã, mas o encontro também serviu para garantir apoio político aos indicados do presidente Rodrigo Maia para presidir a comissão especial e relatar a emenda nesta segunda etapa da tramitação. O deputado do PR, Marcelo Ramos, comandará os trabalhos. Parlamentar de primeiro mandato e representante do Centrão, Ramos foi um dos articuladores do acordo que viabilizou a vitória da emenda na CCJ. O relator será Samuel Moreira, tucano eleito por São Paulo. Em seguida, a Comissão foi instalada e elegeu os indicados.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** A escolha dos dois deputados que terão papel estratégico pelos próximos dois meses atende não só ao critério de afinidade com a equipe econômica, mas também busca agregar votos, tanto junto ao centrão quanto ao PSDB. O presidente da Câmara trabalha com a aprovação da emenda na comissão especial já no mês de junho, antes do prazo regimental das 40 sessões.

**Dep. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, DEM-RJ:** O tempo depende da capacidade do Governo, dos líderes do Governo, dos líderes dos partidos e dos membros e do presidente, do relator da comissão, de construir um consenso para aprovar um texto, mas aprovar um texto não apenas que atenda a convergências na comissão. Ele precisa tá preparado para ser aprovado no plenário.

**Christina Lemos, repórter:** A oposição (**imagem da Jandira Fhegali**) entrou com mandado de segurança no Supremo para tentar anular a sessão da CCJ, que deu sinal verde para tramitação da reforma da Previdência. O presidente da



comissão especial convocará a primeira reunião para 7 de maio, e os deputados terão 10 sessões para apresentar emendas à PEC a partir desta data.

**Dep. Marcelo Ramos, presidente da comissão especial, PR-AM:** Não um controle autoritário, mas um controle baseado no respeito democrático e baseado nas regras do Regimento. Mas ele não prevê uma obstrução eterna.

**Dep. Samuel Moreira, relator da reforma da Previdência, PSDB-SP:** Nós não fazemos nada que não tem uma razão de ser, que não tem uma explicação do ponto de vista fiscal, do ponto de vista social. Nós precisamos simular cada detalhe pra ver os custos dessas alterações.

**Celso Freitas, apresentador:** E o governo divulgou os números da economia que pretende obter com a reforma da Previdência.

**Luiz Fara Monteiro, repórter (off):** O detalhamento dos cálculos previstos na proposta de reforma da Previdência foi exigido tanto por parlamentares da oposição quanto da base. O governo chegou a resistir, mas divulgou os números nesta quinta-feira.

**Luiz Fara Monteiro, repórter (off):** Na aposentadoria rural, um dos pontos mais polêmicos até agora, os técnicos preveem a economia de R\$ 92 bilhões e 400 milhões. Seriam R\$ 66 bilhões e 400 milhões de alívio para o caixa da União só com a mudança na idade da aposentadoria. Para a aposentadoria dos trabalhadores urbanos, que inclui itens como tempo de contribuição, novas regras para professores e casos de pensão por morte, o governo espera economizar R\$ 807 bilhões e 900 milhões. Com os servidores públicos, a economia é de R\$ 224 bilhões e 500 milhões. Com idosos de baixa renda e alterações nas regras do abono salarial seriam R\$ 204 bilhões e 700 milhões a menos.

**Luiz Fara Monteiro, repórter (Brasília):** A economia total em 10 anos seria de R\$ 1 trilhão e 200 bilhões caso o Congresso não altere os pontos da reforma. O governo alega que: ao gastar menos com a aposentadoria, sobra mais dinheiro para investir em áreas sociais e dar mais fôlego ao sistema Previdenciário brasileiro.

**Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho:** Nós precisamos reestruturar o estado brasileiro pra que nós possamos atender o nosso futuro, pra que nós tenhamos condição de atender os mais pobres, os mais frágeis, as crianças e jovens que estão à margem desse processo, de proteção social.

**26/04/2019**

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** O presidente da comissão especial da reforma da Previdência defende que o texto original do projeto seja mantido.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** O Deputado Marcelo Ramos acredita que só assim o governo vai fazer a economia necessária para o sistema de aposentadorias.

**Christina Lemos, repórter (off):** O Ministro da Economia, Paulo Guedes, sustenta que a reforma da Previdência precisa promover uma economia de R\$ 1 trilhão em 10 anos. As contas apresentadas pela equipe técnica mostram que o ajuste será maior, mantidas as regras propostas na emenda, o saldo em 2029 seria de R\$ 1 trilhão e 236 bilhões. O presidente Bolsonaro admite que mudanças propostas pelos deputados vão desidratar a reforma e estimou a economia em R\$ 800 bilhões. O presidente da comissão especial da reforma defende a preservação do texto inicial e diz que Bolsonaro não deve aceitar mudanças que comprometam a economia.

**Dep. Marcelo Ramos, presidente da comissão especial, PR-AM:** Ele tem que defender a proposta integral e o parlamento fazer os ajustes necessários pra não sacrificar os mais humildes. Tem muito consenso em torno do fato de que o Brasil precisa de uma reforma e tem, nessa legislatura, o povo brasileiro vai perceber isso com tempo, muito compromisso com o país.

**Christina Lemos, repórter (off):** Para o presidente do Senado não há dúvida de que o presidente Bolsonaro intensificará a defesa da reforma.

**Sen. Davi Alcolumbre, presidente do Senado, DEM-AP:** Ele reafirmou ontem que ele espera que essa reforma saia do Congresso com a força suficiente para provar que o Brasil tem capacidade de ajustar suas contas e de seguir em um novo caminho.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** O presidente da comissão especial, que integra um dos partidos do Centrão, o PR, lembra que nem governo nem oposição tem maioria nesta etapa da tramitação da emenda e que apenas um acordo com os partidos do Centrão levará a aprovação da PEC. Já o relator promete refazer todas as contas para avaliar o impacto fiscal das mudanças propostas pelos Deputados. Na próxima terça-feira, o comando da comissão especial se reúne para definir o calendário dos trabalhos, que serão retomados no dia 7 de maio.

**27/04/2019**

**Janine Borba, apresentadora (cabeça):** O presidente Jair Bolsonaro falou hoje, durante uma entrevista exclusiva ao Jornal da Record, sobre possíveis mudanças no texto original da reforma da Previdência e respondeu à declaração do ex-presidente Lula dada ontem na prisão.

**Thiago Nolasco, repórter (off):** O presidente também falou da reforma da Previdência e da possível economia que espera gerar com a proposta que será analisada pelo Congresso.

**Pres. Jair Bolsonaro:** Se conseguir R\$ 800 bilhões que eu falei, é um número que já nos preocupa e a gente espera que não baixe disso de jeito nenhum. Agora não tô torcendo nem por 800, 900. Eu quero uma reforma aprovada e que ela realmente atinja o seu objetivo de tirar o Brasil da crise econômica que temos pela frente.

**Thiago Nolasco, repórter (off):** Bolsonaro comentou, ainda, a articulação política para a aprovação da reforma.

**Pres. Jair Bolsonaro:** Não posso ir pra dentro do Congresso que lá tem um Comandante, que é o Rodrigo Maia, que eu respeito e agradeço nesse momento, é, o trabalho que ele fez para aprovar na Comissão de Constituição e Justiça a admissibilidade. Agora, eu tenho recebido muitos parlamentares e tratando desse assunto, são reuniões que, realmente, são em alto nível, e, dessa forma, acredito na aprovação dessa proposta. Eu pretendo, brevemente, encontrar com Rodrigo Maia, vai acontecer esse encontro, quero conversar particular com ele, com toda certeza ele vai aceitar essa conversa.

**Thiago Nolasco, repórter (off):** Depois, o presidente seguiu para o Palácio da Alvorada (...).

**Janine Borba, apresentadora (cabeça):** Governadores e vices, dos sete estados do Sul e também do Sudeste, divulgaram uma carta de apoio à reforma da Previdência, que está sendo discutida no Congresso Nacional.

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** Eles se reuniram hoje no Palácio dos Bandeirantes em São Paulo.

**Cleisla Garcia, repórter (off):** O abraço é simbólico, representa a harmonia de ideias dos sete estados do Sul e do Sudeste, principalmente em relação à reforma da Previdência. Cinco governadores e dois vices assinaram uma carta de apoio às mudanças.

**João Doria, governador de São Paulo:** Atualizar a Previdência brasileira será o primeiro passo no conjunto de reformas necessárias para assegurar a estabilidade fiscal da União, de Estados e Municípios.

**Cleisla Garcia, repórter (off):** O grupo defende que estados e municípios acompanhem as reformas que estão sendo propostas em nível federal, não só para o pagamento de contas, mas para atrair dinheiro novo de investidores.

**Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, PSDB:** Nós temos que mostrar que este país não vai quebrar, e a reforma da Previdência garante que nós não vamos quebrar, que vamos honrar compromissos, que vamos ter capacidade de investimento para investimentos privados, o que gera emprego, gera renda pra população.

**Cleisla Garcia, repórter (off):** A reforma Tributária e a renegociação das dívidas dos estados também foram assuntos da reunião. O vice-governador do Rio de Janeiro chamou a atenção para a situação do Estado. Segundo ele, o regime de recuperação fiscal não vai dar conta de resolver o problema da dívida pública.

**Cláudio Castro, vice-governador do Rio de Janeiro:** Se não tiverem as ações estruturantes, um esforço enorme na contenção de gastos e de novos investimentos, é, ele é uma coisa que só vai só vai ter um fôlego momentâneo, mas a previsão é ser pior, assim que o regime acabe, porque ainda tem uma dívida um estoque de dívida enorme, brutal pra ser pago.

20/05/2019

**Celso Freitas, apresentador (escalada):** Governo lança campanha para defender a reforma da Previdência.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** O presidente Jair Bolsonaro disse, hoje, que os atritos entre governo e Congresso não passam de fofocas.

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** E que a classe política é que atrapalha o país.

**Thiago Nolasco, repórter (off):** O presidente começou a semana em um evento na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Ao lado do governador Wilson Witzel, e do prefeito Marcelo Crivella, Jair Bolsonaro comentou a informação, depois negada por parlamentares, de que seria apresentado um novo texto da reforma da Previdência.

**Pres. Jair Bolsonaro:** As propostas que estão dentro da Câmara, do Senado, e se Câmara e Senado têm propostas melhores do que a nossa, que coloquem em votação, não a briga entre poderes. O que há é uma grande fofoca, inviabiliza, por vezes, atrasam. O que eu mais quero é conversar.

**Thiago Nolasco, repórter (off):** O presidente falou também dos problemas que, na visão dele, atrapalham o país.

**Pres. Jair Bolsonaro:** É um país maravilhoso, que tem tudo pra dar certo, mas o grande problema é a nossa classe política. É nós, Witzel, é nós, Crivella, sou eu, Jair Bolsonaro, é o Parlamento, em grande parte, é a Câmara Municipal, Assembleia Legislativa. Nós temos que mudar isso. Não existe maior satisfação que um político pode ter, como graças a Deus eu tô tendo, ser reconhecido em qualquer lugar do Brasil ou fora do Brasil. Reconhecido pelo lado bom, também, claro. Então, nós temos como mudar o destino do Brasil.

**Thiago Nolasco, repórter (off):** De volta a Brasília, Jair Bolsonaro participou do lançamento da campanha publicitária que pretende esclarecer à população sobre a nova Previdência. A propaganda tem como slogan ‘Nova Previdência. Pode perguntar’.

**Voz de fundo narrando propaganda publicitária:** Nova Previdência é para todos. É melhor para o Brasil.

**Thiago Nolasco, repórter (off):** O secretário de Comunicação, Fabio Wajngarten, defendeu as ações de publicidade do governo.

**Fabio Wajngarten, secretário de Comunicação Social da Presidência:** É um equívoco quem acredita no fim das mídias consideradas tradicionais. Nossas campanhas vão estar no maior número de meios possíveis. Para nós da Secom, todas as mídias são importantes, principalmente num país com dimensões territoriais gigantescas como o Brasil.

**Thiago Nolasco, repórter (Brasília):** Serão investidos R\$ 37 milhões na campanha sobre a reforma da Previdência em diversos veículos de comunicação. No discurso, o presidente voltou a defender a proposta, que, na visão dele, é fundamental para a retomada do crescimento econômico do país, e fez acenos para o Congresso.

**Pres. Jair Bolsonaro:** Eu agradeço, aqui, ao Rodrigo Maia, presidente da Câmara, ao Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal, que, em conversas que temos tido, são unânimes em dizer da necessidade de aprovarmos essa Previdência. E aos parlamentares como um todo, eu quero dizer-lhes que eu só não recebo mais por falta de agenda. Mas gostaria de continuar a conversar com o maior número possível de vocês. Nós valorizamos, sim, o parlamento brasileiro, que vai ser quem vai dar a palavra final nessa questão da Previdência, tão rejeitada ao longo dos últimos anos.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** O governo e o relator da reforma da Previdência na Câmara negaram que haja um texto alternativo ao projeto do executivo, mas os parlamentares falam em ajustes na proposta.

**Christina Lemos, repórter (off):** O relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira, levou os cálculos ao Ministro da Economia, que reforçou a necessidade de se alcançar um resultado fiscal de R\$ 1 trilhão em 10 anos.

**Paulo Guedes, ministro da Economia:** Estamos confiantes no trabalho do Congresso e otimistas.

**Christina Lemos, repórter (off):** O presidente da Câmara destacou o papel do Congresso de elaborar e ajustar projetos de lei.

**Dep. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, DEM-RJ:** O parlamento serve pra isso, para construir textos melhores do que aquele que o poder executivo encaminhou. Não nesse governo, mas em todos.

**Christina Lemos, repórter (off):** O presidente da comissão especial, Marcelo Ramos, disse que os deputados buscarão apoio à reforma, assumindo o protagonismo da articulação política e prevê votação do relatório até julho.

**Dep. Marcelo Ramos, presidente da comissão especial, PR-AM:** Me parece claro que, pela manifestação da maioria dos partidos, alguns itens necessariamente precisarão ser alterados para garantir a maioria de 308 votos.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** O relator da Previdência, Samuel Moreira, declarou, hoje, que o Governo está disposto a fazer mudanças no texto da PEC e deixou claro que vai trabalhar para compensar eventuais perdas na economia prevista com a reforma.

**Dep. Samuel Moreira, relator da reforma da Previdência, PSDB-SP:** Se houver concessões em algum ponto do projeto, algumas alterações, nós vamos tentar buscar no orçamento alguma compensação de recurso que possam ser melhor utilizados na Previdência do que em outros lugares.

**Christina Lemos, repórter (off):** Parlamentares reagiram ao discurso do presidente Jair Bolsonaro, que declarou que se a Câmara e o Senado têm propostas melhores para a Previdência, que coloquem em votação.

**Dep. Júlio Delgado, PSB-MG:** Vamos tirar os exageros, os defeitos da proposta que foi enviada pelo governo, e vamos encaminhar a proposta que esteja à altura de acabar com os privilégios e atender a necessidade da Previdência Social brasileira.

**Dep. Joice Hasselmann, PSL-SP:** Nós temos um grupo de líderes que tá disposto a seguir com a votação. O que tem que acontecer é uma boa conversa e todo mundo baixar a guarda. Chega de clima beligerante.

**21/05/2019**

**Adriana Araújo, apresentadora (escalada):** Presidente da Câmara rompe com líder do governo e atrapalha reforma da Previdência.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** E agora, no início da noite, Bolsonaro recebeu, no Palácio da Alvorada, o presidente do STF, Dias Toffoli. Após o encontro, disse a nossa reportagem que ficou grato ao ministro por ter aceito o convite para discutir a conjuntura atual. Bolsonaro disse que a harmonia reina entre os dois na busca de soluções dos problemas nacionais, entre eles a reforma da Previdência.

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** O comando da comissão especial da Previdência quer isolar a reforma de conflitos entre Planalto e Congresso.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** É, mas um novo problema acaba de surgir. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, rompeu relações com o líder do Governo na Câmara.

**Christina Lemos, repórter (off):** O relator da PEC da Previdência se declara um bombeiro nas relações entre legislativo e executivo.

**Dep. Samuel Moreira, relator da reforma da Previdência, PSDB-SP:** A gente conseguiu um ambiente de estabilidade, né, isto é importante. É preciso que todo mundo ande com um tambor de água pra apagar os incêndios, né, tem gente andando com tambor de gasolina.

**Christina Lemos, repórter (off):** O presidente da comissão especial da Previdência acertou com líderes a prorrogação do prazo para emendas até o dia 30. Até o momento, já são 16 pedidos de mudanças no texto. Os defensores da reforma ganham mais tempo para conseguir apoio. O prazo para apresentação do relatório está mantido até 15 de junho.

**Dep. Marcelo Ramos, presidente da comissão especial, PR-AM:** Não é hora de estimular qualquer acirramento da relação do Legislativo com o Executivo. Nós vamos isolar a reforma da Previdência de qualquer ambiente de hostilidade. Ela é do Brasil.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** Mas um novo atrito afeta agora dois dos mais importantes negociadores da reforma da Previdência. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, declarou que está rompido com o líder do Governo na Câmara, o Deputado Major Vitor Hugo, do PSL, e que não mais se reunirá com esse deputado, que é o representante do Planalto aqui na casa. Rodrigo Maia fez este comunicado durante uma reunião de líderes e encerrou bruscamente o encontro.

**Christina Lemos, repórter (off):** A irritação de Rodrigo Maia teria origem numa declaração de Vitor Hugo em um grupo de mensagens de Deputados. O líder teria afirmado que para se negociar, é preciso chegar à Câmara com um saco de dinheiro. A mensagem teria sido distribuída no grupo quando Maia estava em viagem ao exterior.

**Dep. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, DEM-RJ:** Não tenho relação porque nunca tive. Continuei sem ter a partir de março, depois que eu vi qual é a opinião que um deputado tem do próprio Parlamento, só isso. Mas eu nunca tive relação e vou continuar sem ter a mesma relação, e isso não faz nenhuma diferença. Um deputado que coloca uma charge atacando o Parlamento, comigo não tem conserto.

**Christina Lemos, repórter (off):** Vitor Hugo, que não quis dar declarações sobre o episódio, queixa-se de que Maia não atende suas ligações e sequer o recebe na residência oficial. Mas diz que trabalhará para construir pontes e que não pretende deixar a liderança do Governo na Câmara.

**22/05/2019**

**Luiz Fara Monteiro, apresentador (cabeça):** Os deputados da comissão especial da reforma da Previdência já fizeram 23 sugestões de mudanças à proposta do Governo. O prazo para apresentação de emendas termina no dia 30.

**Christina Lemos, repórter (off):** Rodrigo Maia confirmou que, apesar dos atritos entre governo e legislativo, as votações na Câmara não serão prejudicadas

**Dep. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, DEM-RJ:** Eu acho que a gente vai colocar esse trem no trilho, no caminho correto, numa velocidade cada vez maior em relação ao crescimento, ao desenvolvimento e ao fortalecimento das instituições democráticas no nosso Brasil.

**Christina Lemos, repórter (off):** A declaração foi recebida com alívio pelo comando da comissão especial da Previdência

**Dep. Marcelo Ramos, presidente da comissão especial, PR-AM:** Os atritos, eles não se dão em torno da reforma da Previdência, eles se dão em temas periféricos. Vamos blindar a Previdência de toda essa confusão externa na relação entre Poder Executivo e Poder Legislativo.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** Há pouco mais de uma semana do fim do prazo para emendas, os deputados já apresentaram 23 pedidos de mudança no texto da reforma da Previdência, e vão muito além dos quatro pontos acertados entre os 14 partidos que formam maioria na comissão.

**Christina Lemos, repórter (off):** Hoje a comissão debateu a aposentadoria rural, que está na lista dos temas que serão modificados na ementa. Ao lado do BPC, da aposentadoria para os professores e do sistema de capitalização.

**23/05/2019**

**Celso Freitas, apresentador (escalada):** Deputados defendem tratamento especial para policiais na reforma da Previdência.

Após, não foi identificada continuidade sobre a reforma da Previdência.

**24/05/2019**

**Celso Freitas, apresentador (escalada):** No Nordeste, Jair Bolsonaro pede apoio à reforma da Previdência.

**Adriana Araújo, apresentadora (escalada):** Ministro Paulo Guedes diz que pode deixar o cargo se projeto for muito alterado.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** O Ministro da Economia, Paulo Guedes, disse hoje que se o Congresso aprovar uma reforma da Previdência mais enxuta, ele pode pedir demissão. A declaração foi dada à revista Veja. Guedes alerta que se houver uma mudança muito radical na proposta, que não garanta uma economia de R\$ 1 trilhão, o país caminhará para o caos. O ministro disse que, nesse caso, pegaria um avião e iria morar fora do Brasil.

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** Em Pernambuco, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o ministro tem razão sobre a necessidade de aprovar a reforma da Previdência sem muitas modificações. Foi a primeira visita de Bolsonaro ao Nordeste desde que foi eleito.

**Thiago Nolasco, repórter (off):** O principal compromisso de Jair Bolsonaro no Nordeste foi o encontro com 10 governadores. Na reunião do conselho deliberativo da Sudene foram discutidos e analisados os projetos de desenvolvimento da região para os próximos 12 anos.

**Marcelo Canuto, ministro de Desenvolvimento Regional:** Não há como pensar no desenvolvimento da nação, no desenvolvimento do Brasil sem o desenvolvimento do Nordeste.

**Paulo Câmara, governador de Pernambuco, PSB:** É uma oportunidade histórica, senhor presidente, de estarmos juntos em torno da Sudene, que nasceu com o claro propósito: uma instituição criada pela força de uma missão, o combate às desigualdades

**Thiago Nolasco, repórter (off):** Durante o evento, foi anunciada a liberação de mais R\$ 4 bilhões para o fundo constitucional de financiamento do Nordeste para obras de infraestrutura e microcrédito rural. Neste ano, o volume de recursos deve chegar a quase R\$ 28 bilhões.



**Thiago Nolasco, repórter (Recife):** Mesmo diante de políticos de oposição, dos nove governadores da região Nordeste, apenas um apoia formalmente o governo de Jair Bolsonaro, o presidente pediu ajuda na aprovação da reforma da Previdência. Bolsonaro voltou a afirmar que a proposta é fundamental para a retomada do crescimento econômico.

**Pres. Jair Bolsonaro:** É um projeto, chamo de reforma mãe, que se você não fizer isso, você não terá suas contas ajustadas e ninguém nem quem vem de fora e de dentro vai querer investir no nosso país. Esse é um apelo que nós fazemos. Aí não tem partido político.

**Thiago Nolasco, repórter (off):** O presidente comentou ainda as declarações do ministro da Economia. Paulo Guedes disse que deixaria o cargo caso não seja aprovada a reforma da Previdência.

**Pres. Jair Bolsonaro:** Ninguém é obrigado a continuar como ministro meu. Logicamente já tá havendo uma catástrofe e é verdade, concordo com ele. Se nós não aprovarmos uma reforma realmente muito próximo da que nós vivemos para o parlamento.

**Thiago Nolasco, repórter (off):** Bolsonaro afirmou também que pretende sancionar a Medida Provisória que permite até 100% de capital estrangeiro para as companhias aéreas, e a volta da bagagem gratuita dentro do limite nos voos nacionais.

**Pres. Jair Bolsonaro:** Com aquela isenção da franquia da bagagem, meu coração manda sancionar, porque quando começou a cobrar a bagagem, as passagens não caíram, não adiantou nada.

**Thiago Nolasco, repórter (off):** Em seguida, o presidente viajou para Petrolina, também em Pernambuco. Na cidade, foram entregues casas do programa Minha Casa Minha Vida.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** E agora à noite, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, divulgou uma nota em que reafirma total compromisso com a retomada do crescimento econômico do país e diz que não vai se afastar desse propósito. Guedes reitera ainda sua absoluta confiança no trabalho do Congresso com o qual mantém excelente diálogo para aprovar a reforma da Previdência.

**25/05/2019**

Não houve reportagem sobre o tema.

**03/06/2019**

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** O presidente da Câmara espera levar a votação da reforma da Previdência até o fim desse mês.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** Em São Paulo, o relator da reforma se reuniu com os governadores do PSDB e disse que pode apresentar seu parecer ainda esta semana.

**Christina Lemos, repórter (off):** Os três governadores do PSDB se reuniram em São Paulo com o relator da reforma da Previdência para defender que estados e municípios sejam mantidos na emenda, e possam adotar as mesmas regras propostas pelo Governo Federal. Uma ala da comissão especial defende que a PEC traga opções de embarque e desembarque para estados e municípios. Outros tendem à reação das bases e defendem a exclusão.

**João Doria, governador de São Paulo, PSDB:** São Paulo não tem plano B. É plano A. Não há alternativa. A ou plano A: manter a vinculação de estados e municípios na reforma da Previdência.

**Reinaldo Azambuja, governador de Mato Grosso do Sul, PSDB:** Para você tratar Previdência equânime, tem que tá Estados, Municípios e a União junto, não dá para separar.

**Christina Lemos, repórter (off):** O relator declara que tende a manter estados e municípios na reforma, mas ressalta que é preciso construir maioria em torno do tema e prepara a antecipação do parecer.

**Dep. Samuel Moreira, relator da reforma da Previdência, PSDB-SP:** Quero tentar resolver esse assunto, entregar o relatório até quinta-feira ou no máximo no começo da semana que vem, como eu já disse, segunda-feira no máximo.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** O presidente da Câmara lembra que o colapso financeiro ameaça estados e municípios, e cobra coerência dos deputados que fazem campanha contra a reforma da Previdência junto às bases. Rodrigo Maia informa que suspendeu todas as viagens de deputados em missão oficial a partir do dia 20. A ordem é ficar em Brasília para votar a reforma até o final de junho.

**Dep. Rodrigo Maia, presidente da Câmara, DEM-RJ:** Tem que ter 350 prontos pra votar pra ter a garantia que vão sobrar uns 320, 330. Se a gente conseguisse uma pactuação com todos os governadores, aí sim a gente podia tá sonhando com o número de 400 deputados.

**Celso Freitas, apresentador:** E no apagar das luzes, o Senado aprovou uma das medidas provisórias que vencia hoje. Mas em troca de acordo, uma delas perdeu a validade. O repórter Luiz Fara Monteiro está no Senado e traz outras informações. Boa noite, Fara.

**Luiz Fara Monteiro, repórter (Brasília):** Boa noite, Celso. Foram 55 votos a favor e 12 contrários, e a medida provisória que visa combater as fraudes contra a Previdência vai à sanção da presidência da República. O Poder Executivo promete agora passar um pente fino nos benefícios pagos pelo INSS. A sessão só foi realizada depois de um acordo com a oposição, que prometeu não obstruir nem pedir verificação de presença dos senadores. Em troca, o governo aceitou flexibilizar o texto da reforma da Previdência em discussão na Câmara e aumentar

o prazo previsto na MP para que trabalhadores rurais se adaptem às novas regras. O acordo ainda fez com que a medida provisória que altera o código florestal perdesse a validade. Também esta noite foi aprovada a MP que amplia o prazo para pagamento de gratificação a servidores da Advocacia-Geral da União. De Brasília, Luiz Fara Monteiro.

**04/06/2019**

**Adriana Araújo, apresentadora (escalada):** Ministro da Economia compara o Brasil a uma baleia ferida ao falar da urgência das reformas.

### **1ª reportagem**

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** O governo quer economizar quase R\$ 10 bilhões com o pente fino nos benefícios pagos pela Previdência.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** Mas especialistas acham que um cadastro geral ajudaria ainda mais no combate às fraudes.

**Fábio Menegatti, repórter (off):** A medida provisória prevê a revisão de 6 milhões e 400 mil benefícios. Pelas contas do governo, em um ano, o pente fino pode representar uma economia de quase R\$ 10 bilhões para o caixa da Previdência. A estratégia é realizar um grande cruzamento de dados. Segurados devem ser convocados para comprovar o direito ao benefício. O INSS pretende identificar fraudes e evitar os desvios. Entre as mudanças estão: a prova de vida, passa a ser anual com biometria no banco onde é pago o benefício; trabalhadores rurais deverão ser cadastrados em órgãos públicos e não nos sindicatos rurais; o auxílio reclusão só será pago a dependentes de presos em regime fechado, o benefício não poderá ser acumulado. Mas para tornar o combate às fraudes ainda mais eficiente, este especialista diz que a Previdência precisa ter um cadastro único.

**Wagner Balera, especialista em Direito Previdenciário:** Hoje a pessoa nasce, já é inscrita no CPF. Assim devia ser também esse dado comunicado pro sistema da Seguridade Social. Você tem o cadastro do SUS e os dados do SUS não estão (inaudível). Não é um pouco sem sentido?

**Fábio Menegatti, repórter (São Paulo):** A medida provisória não deve deixar nenhum tipo de benefício fora da revisão, seja ele temporário ou permanente. A dúvida agora é quanto a verba que será destinada para viabilizar o pente fino em perícias médicas. Existe a perspectiva de se pagar um valor extra aos médicos que trabalharem mais por causa da revisão, mas essa despesa precisa constar no orçamento federal.

### **2ª reportagem**

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** O Ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender, no Congresso, a necessidade das reformas e comparou o Brasil a uma baleia ferida.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** Para o ministro, é preciso tirar o país da paralisia com urgência.

**Christina Lemos, repórter (off):** A comissão especial da Previdência ouviu especialistas estrangeiros sobre mudanças no sistema de aposentadorias. O exemplo do Chile, referência da equipe econômica, foi criticado pelos especialistas por aumentar a pobreza entre idosos. O relator, Samuel Moreira, deve submeter o parecer à comissão a partir desta quinta.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** Continuam as discussões em torno da manutenção de estados e municípios nas novas regras da Previdência. Uma das propostas prevê que sejam incluídos apenas os estados muito endividados, aqueles cujas dívidas superem 70% da receita líquida. O Ministro da Economia voltou a defender hoje a urgência na aprovação da reforma.

**Christina Lemos, repórter (off):** O ministro foi convocado para comparecer à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

**Paulo Guedes, ministro da Economia:** O Brasil é uma baleia ferida que foi arpoada várias vezes, foi sangrando, sangrando e parou de se mover. Não tem direita nem esquerda, tem que tirar os arpões.

**Christina Lemos, repórter (off):** Guedes ressaltou a importância do controle de gastos e sinalizou que o governo vai suspender concursos públicos. O ministro anunciou que, após a votação da reforma da Previdência, as próximas pautas são: reforma tributária, o enfrentamento da crise dos estados e medidas para a abertura da economia. O ministro bateu boca com a deputada do PC do B, Alice Portugal, que insinuou que os cortes de verbas na educação favoreceram comercialmente familiares do ministro.

**Paulo Guedes, ministro da Economia:** Vocês andam em territórios diferentes e depois acham que todo mundo anda no mesmo território. Eu não sei onde a senhora anda, eu não sei onde a senhora ... a senhora disse que não sabe onde eu ando, eu tô dizendo que eu não sei onde a senhora anda. Você está acostumada a desrespeitar respeitosamente.

**Christina Lemos, repórter (off):** Guedes voltou a sustentar que a reforma da Previdência combate privilégios.

**Paulo Guedes, ministro da Economia:** R\$ 28 mil é o salário dum funcionário do Legislativo. R\$ 1.300 é o salário de um aposentado do INSS. Isso é o que eu entendo por privilégio. Privilégios no regime geral têm também. Por exemplo, os senhores políticos vão se aposentar com R\$ 5800, que vai ser o teto, igual todo mundo.

**05/06/2019**

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** Um grupo de governadores se mobiliza para convencer os deputados a manter os funcionários públicos estaduais na reforma da Previdência.

**Christina Lemos, repórter (off):** Na véspera do dia previsto para apresentação do parecer da reforma da Previdência na comissão especial, o relator reuniu-se com todos os líderes da oposição e ouviu apelos por mais prazo para a discussão. Oposicionistas alegam que há pontos cruciais da emenda sem qualquer debate, como as regras de transição. Moreira deixou claro que quer apresentar o relatório na comissão na segunda-feira.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** Uma primeira sondagem de votos feita no plenário da Câmara mostra que, se a reforma da Previdência fosse votada hoje, provavelmente a maioria dos deputados excluiria das novas regras os funcionários públicos estaduais. Cerca de 70 deputados, entre aqueles que apoiam a PEC da Previdência, são contra incluir estados e municípios nas novas regras.

**Christina Lemos, repórter (off):** A maior resistência estaria entre deputados dos partidos do centrão que tendem pagar o preço junto ao eleitor pela reforma impopular. O governador de São Paulo foi duro na crítica.

**João Doria, governador de São Paulo, PSDB:** A eventual possibilidade de excluir estados e municípios seria um desastre para o país. Uma atitude mesquinha, uma atitude personalista, eleitoral, que não atende ao interesse dos cidadãos que vivem nos municípios.

**Christina Lemos, repórter (off):** A declaração de Dória causou mal-estar entre deputados. O presidente da Comissão da Previdência respondeu da tribuna.

**Dep. Marcelo Ramos, presidente da comissão especial, PR-AM:** Nós queremos o apoio dos governadores sim, mas o apoio fraterno, solidário, humilde. O apoio de quem reconhece, que não teve coragem de fazer as suas reformas nas suas assembleias e pede para que esses homens e mulheres de coragem do Parlamento enfrentem essa falta tão necessária para o futuro do nosso país.

**Christina Lemos, repórter (off):** Governadores do MDB vieram a Brasília reverter votos na bancada do partido e esperam convencer os demais colegas a fazerem o mesmo numa mobilização conjunta na segunda-feira.

**06/06/2019**

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** Em carta aberta ao Congresso, 25 dos 27 governadores apelaram hoje aos parlamentares para que incluam estados e municípios na reforma da Previdência.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** Líderes do centrão se preparam para excluir este ponto da emenda e reagiram à pressão dos governadores.

**Christina Lemos, repórter (off):** A proposta do governo federal prevê que, se as regras forem aplicadas aos funcionários públicos estaduais, a economia seria de R\$ 350 bilhões em 10 anos. São Paulo faria a maior economia: R\$ 59 bilhões. Mas o tom do governador João Dória na defesa da medida desagradou deputados.

**Dep. Marcelo Ramos, presidente da comissão especial, PR-AM:** É ruim e tá sendo demonstrado que não funciona. Eles até agora tão tentando trabalhar na pressão e só tem crescido a resistência das pessoas a incluir estados e municípios.

**Christina Lemos, repórter (off):** A irritação aumentou hoje após a divulgação da primeira versão de um manifesto dos governadores, batizado de carta de repúdio à retirada dos Estados da reforma da Previdência.

**Ronaldo Caiado, governador de Goiás:** Jamais assinarei um texto que vem como nota de repúdio a uma casa que vivi nela durante 20 anos. É um pedido a ele. Jamais uma carta de repúdio.

**Christina Lemos, repórter (off):** A assessoria do governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha, que coordena o Fórum de Governadores, divulgou nova versão da carta. A palavra repúdio foi substituída por apoio à manutenção das regras propostas pelo Governo Federal. O documento contou com assinaturas de 25 governadores, menos os da Bahia e Maranhão, que são contra a reforma.

**Ibaneis Rocha, governador do Distrito Federal, MDB:** O desenvolvimento ele tem que ser de todo o país. Ele tem que ser de todos os estados, de todos os municípios. O Brasil não vai conseguir crescer se não for de forma unida.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** Os governadores prometem se reunir em Brasília, na manhã da terça-feira, e vão tentar um mutirão para reverter votos entre os deputados de seus estados. Líderes dos partidos de centro lembram que as bancadas não seguem orientação de governadores e alertam que a questão pode pôr em risco toda a reforma da Previdência.

**Dep. Arthur Lira, PP-AL:** Eles serão os responsáveis por derrotar a reforma da Previdência no Brasil se insistirem nessa tese. Não aceitamos por parte de governador nenhum, com todo respeito que temos a todos, qualquer pronunciamento que tente diminuir ou emparedar este poder.

**07/06/2019**

**Celso Freitas, apresentador (cabeça):** A entrega do relatório da reforma da Previdência pode não acontecer na próxima terça-feira.

**Adriana Araújo, apresentadora (cabeça):** A indefinição em torno de temas polêmicos e a pressão de governadores devem provocar o adiamento.

**Christina Lemos, repórter (off):** O relator Samuel Moreira passou a sexta-feira com técnicos do Governo e da Câmara para finalizar o texto do parecer que será votado na comissão especial e depois levado ao plenário. O final de semana também será de reuniões. Entre as mudanças dadas como certas no texto original do governo, os professores devem manter tratamento diferenciado na hora de se aposentar. A expectativa é que o relator reduza a idade mínima proposta pela reforma, que é de 60 anos para homens e mulheres com 30 anos de contribuição. Outra categoria que deve ter tratamento especial é a dos policiais. As mudanças do benefício de prestação continuada pago a idosos carentes devem ser excluídas da

emenda por exigência de vários partidos. Também é esperada uma reformulação das regras para aposentadoria rural, amenizando a proposta do governo. Todo o capítulo sobre a proposta de capitalização pode ser separado da reforma para conseguir votos, e vários pontos que retiram regras da Constituição ficariam de fora.

**Christina Lemos, repórter (Brasília):** A indefinição em torno de temas centrais como a própria regra de transição para quem está perto de se aposentar pode provocar o adiamento da apresentação do parecer na comissão especial prevista para terça-feira. Alguns apostam na entrega de um texto que finalmente dê a largada nas negociações políticas de forma pública. A entrada dos governadores na discussão embolou ainda mais esse jogo.

**Christina Lemos, repórter (off):** 25 dos 27 governadores querem que as mudanças nas aposentadorias sejam ampliadas para servidores Estaduais de olho numa economia de R\$ 350 bilhões em 10 anos. As exceções são os da Bahia e do Maranhão, contrários às mudanças.

**Wellington Dias, governador do Piauí, PT:** Qual é a unidade? Que na reforma a gente tenha União, Estados, Municípios e setor privado. Aliás, a forma de acabar com privilégios é exatamente uma regra única para todos os sistemas, seja ele de regime geral, seja de Previdência complementar.

**Christina Lemos, repórter (off):** O autor da emenda, que separa estados e municípios da reforma, comemora a entrada dos governadores no debate, mas mantém a posição contrária.

**Dep. Daniel Coelho, Cidadania-PE:** Respeitando o que diz o artigo 24 da Constituição Federal, que cabe a governadores e prefeitos discutirem os seus regimes próprios de Previdência.

**08/06/2019**

**Patrícia Costa, apresentadora (cabeça):** O presidente Jair Bolsonaro se encontrou hoje com o líder do Governo na Câmara para discutir a estratégia do governo para a aprovação da reforma da Previdência.

**Clébio Cavagnolle, repórter (off):** O presidente recebeu, no Palácio da Alvorada, o líder do Governo na Câmara, Major Vitor Hugo. Depois do encontro, o parlamentar disse que o relatório pode ser apresentado já na próxima semana na comissão especial que analisa o tema. Apesar de otimista, o deputado não arriscou um palpite sobre a quantidade de votos favoráveis à proposta e disse que o relatório só deve ser apresentado depois da reunião de governadores em Brasília, que vai discutir a inclusão ou não de estados e municípios na reforma da Previdência.

**Dep. Major Vitor Hugo, PSL-GO:** Se há a reunião dos governadores aí na terça eu não sei, eu não conversei com ele, mas talvez um bom momento fosse após a reunião pra esperar alguma sinalização e ver se a partir desse encontro o relatório pode evoluir para um lado ou para o outro.

**Clébio Cavagnolle, repórter (Brasília):** Vitor Hugo também afirmou ter certeza de que o Congresso vai autorizar o governo a obter um crédito suplementar de quase R\$ 250 bilhões para pagar despesas correntes. O tema, segundo o deputado, é visto com preocupação pelo Planalto. Outra preocupação para o governo é a decisão da Justiça Federal da Bahia que determinou, ontem, a suspensão dos bloqueios feitos pelo Ministério da Educação no orçamento das universidades federais. A juíza Renata Almeida afirmou que a medida não poderia ter sido tomada sem estudo técnico e minucioso para garantir que o bloqueio das verbas não interferirá na continuidade das atividades acadêmicas. A Advocacia-Geral da União estuda recorrer da decisão já no início da próxima semana.